

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TECENDO A POLÍTICA.

**Itinerários de participação política de mulheres em
movimentos sociais contemporâneos na Argentina**

ADRIANA MARCELA BOGADO

Orientadora: Profa. Dra. MARIA APARECIDA
DE MORAES SILVA

SÃO CARLOS – 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TECENDO A POLÍTICA.

**Itinerários de participação política de mulheres em
movimentos sociais contemporâneos na Argentina**

ADRIANA MARCELA BOGADO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Financiamento: FAPESP

SÃO CARLOS – 2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B674ta

Bogado, Adriana Marcela.

Tecendo a política. Itinerários de participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina / Adriana Marcela Bogado. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

320 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Gênero. 2. Participação política. 3. Movimentos sociais. 4. Memória. 5. Argentina. I. Título.

CDD: 302.5 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Adriana Marcela Bogado

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovado em 10 de setembro de 2009

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn
Universidade Nove de Julho

Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson
Universidade Estadual de Campinas

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Profa. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Coordenadora do PPGS

“Posso dizer que não tive um colégio para minha formação política, mas sim que foi minha própria experiência que tratei de converter numa situação geral de todo o povo. Me dava mais alegria quando percebia exatamente que o problema não era só meu problema.”

“pois é isso, tudo se passou em nossa vida como uma fita de cinema.”

Rigoberta Menchú

Norma Rae escreve em um cartaz “Union” (sindicato), sobe a uma mesa, os/as trabalhadores/as entendem e vão parando as máquinas de tecelagem, uma a uma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Laura, Norma, Ema, Eleuteria, Graciela e Maria Tereza por brindar a matéria viva para este trabalho, pelo tempo, pela generosidade, pelo interesse no tema e pelo compromisso com as grandes lutas e a de todos os dias.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, pessoa que admiro pelo seu compromisso e seu trabalho, que com paciência, sabedoria e criatividade guiou este trabalho, e continua apontando faróis no meu caminho de vida.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa recebida e o financiamento desta pesquisa, e por contribuir com minha formação.

Ao membro da banca, Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins que contribuiu no aprimoramento do trabalho quando era apenas um projeto, mais tarde, na banca de qualificação e hoje na sua defesa.

À membro da banca, Profa. Dra. Maria da Glória da Glória Bonelli que viu meus primeiros passos como aluna.

À membro da banca, Profa. Dra. Maria da Glória Gohn por participar da banca e pelo seu trabalho acadêmico que contribuiu no desenvolvimento deste estudo.

À membro da banca, Profa. Dra. Olga Rodrigues Moraes Von Simson participar da banca e pelas suas contribuições ao desenvolvimento da História Oral, mostrando que fazer ciência deve estar orientado por um compromisso ético-político.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), aos meus professores e, especialmente, à secretária Ana Maria Sufíciel Bertolo que sempre nos recebe com carinho.

Aos membros do grupo “Terra, Memória, Trabalho e migrações” (Diretório CNPq), especialmente a: Juliana, Stela, Fábio, Rafael, Carmem, Claudirene e Beatriz sempre dispostos a trocar ideias, experiências e dar apoio.

À Maria Alaíde T. Leal revisora do texto e uma das primeiras leitoras.

À família Durante Del Hierro, especialmente, a Rocío Durante pela sua ajuda quando começávamos a trilhar os caminhos do trabalho de campo

Às participantes do MML de General Roca (Río Negro), Rosa, Ñeca, Lucía, Mabel, Alicia e, especialmente, a Susana, guardiã da memória do grupo.

Às pessoas da CCC zona norte, Garín, principalmente, a Ângela, a Lorenza, a Gladis e Carmen, pelo material fornecido e as entrevistas concedidas.

Ao meu *compañero* Douglas que soube estar à altura das circunstâncias neste caminho que estamos construindo, alentando-me quando subo os braços e estando ao meu lado quando decido ou tenho que baixá-los e vice-versa.

Às minhas irmãs Natalia e Lorena, juntas em meu coração, que vivem nesse contexto de mulheres que lutam, que souberam me ouvir e orientar no trabalho de campo e que assim como elas têm a fortaleza para construir aquilo que sonham.

Às minhas sobrinhas Florencia, Gabriela e Josefina que, como já começaram a ler o mundo, me fazem enxergar quanto nos falta ainda mudar, e com suas mensagens e desenhos no caderno de campo me brindam alegria na caminhada.

À minha família brasileira que torce para que as lutas e os sonhos de uma argentina deem certo. Agradeço especialmente a minha sogra Jacira Verrangia e a Terezinha, tia-madrinha.

Às minhas amigas, hoje perto, Eglen e Claudirene, que chegam a casa sem avisar; às minhas amigas, hoje longe, mas que sempre me fazem sentir “perto”, Silvina, Marina e Estela.

À minha mãe Norma Beatriz Brassart, com saudades.

LISTA DE FIGURAS

Figura I. Mapa de Argentina indicando as viagens realizadas durante a pesquisa.....	20
Figura II. Mapa dos municípios da Província de Buenos Aires.....	23
Figura III. Logotipo do MML.....	126
Figura IV. Formação de uma coluna de marcha urbana da CCC.....	209
Figura V. Fios de Ariadnes.....	304

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01. Mulher tecendo durante o ato pelo Dia do Aposentado.....	04
Fotografia 02. Moradoras/es do assentamento <i>La Frontera</i> e Laura Padilla.....	93
Fotografia 03. Lideranças do MML.	112
Fotografia 04. Irmãos Del Hierro.....	147
Fotografia 05. Celestino Del Hierro no armazém, em General Roca.....	148
Fotografia 06. Parte da estrutura da moedora de uvas utilizada na vinícola.....	149
Fotografia 07. A vinha trabalhada pelos irmãos Del Hierro	150
Fotografia 08. Cruzamento de acéguas em pedra, construído na década de 1930.....	150
Fotografia 09. Depósito da bomba de água.....	151
Fotografia 10. Membros da família, amigos e padre durante a construção da vinícola.....	151
Fotografia 11. María Luisa na juventude, no secadouro de frutas.....	152
Fotografia 12. Restos da construção onde funcionava o secadouro de frutas.....	153
Fotografia 13 e 14. Mural.....	154
Fotografia 15. Primeira imagem do mural.....	155
Fotografia 16. Segunda imagem do mural.....	156
Fotografia 17. Terceira imagem do mural.....	156
Fotografia 18. Quarta imagem do mural.....	157
Fotografia 19. Quinta imagem do mural.....	157
Fotografia 20. Sexta imagem do mural.....	158

Fotografia 21. Antiga casa dos trabalhadores.....	161
Fotografia 22. Participantes do <i>Movimiento de Mujeres en Lucha</i>	166
Fotografia 23. À esquerda, participantes do MML durante um piquete.....	167
Fotografia 24. Norma e participantes do MML de General Roca num piquete.....	173
Fotografia 25. Lançamento de candidatura.....	184
Fotografia 26. Participantes da CCC durante viagem no metrô.....	207
Fotografia 27. <i>Mate & Marcha</i> . Participantes da CCC.....	209
Fotografia 28. Participantes da CCC, em acampamento na Praça de Maio.....	210
Fotografia 29. Mary no Ato pelo Dia do Aposentado.....	214
Fotografia 30. Familiares, vecinos y amigos de Mariana por el centro de Garín.....	239
Fotografia 31. Graciela dirige-se aos presentes.....	242
Fotografia 32. Participantes da CCC levantam faixa reivindicando justiça.....	247
Fotografia 33. À direita, Graciela Centurión, pichando a rua, junto a uma parenta.....	248
Fotografia 34. Graciela Centurión entrevistada por jornalistas locais.....	248
Fotografia 35. <i>Retrato de María Rosario</i> . Cedida por: Diana Dowek	255
Fotografia 36. <i>María Rosario en Embalaje</i> . Cedida por: Diana Dowek	266
Fotografia 37. <i>Línea de Producción I</i> . Cedida por: Diana Dowek	268
Fotografia 38. <i>Embalaje</i> . Cedida por: Diana Dowek	271
Fotografia 39. Trabalhadores/as de Terrabusi-Kraft durante a greve.....	290
Fotografia 40. Mural de Graciela Centurión.....	298

LISTA DE SIGLAS

AMPM	<i>Asociación Madres de Plaza de Mayo</i>
ARI	<i>Afirmación para una República Igualitaria</i>
BORA	<i>Brigada de Operaciones, Rescate y Antitumulto</i>
CAFI	<i>Cámara Argentina de Fruticultores Integrados</i>
CCC	<i>Corriente Clasista Combativa</i>
CGE	<i>Confederación General de Empresarios</i>
CGT	<i>Confederación General del Trabajo</i>
CPV	<i>Centro de Protección a la Víctima</i>
CTA	<i>Central de Trabajadores de la Argentina</i>
DPA	<i>Departamento Provincial de Agua</i>
EPE	<i>Empresa Provincial de Electricidad</i>
FAA	<i>Federación Agraria Argentina</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTC	<i>Frente de Trabajadores Combativos</i>
H.I.J.O.S.	<i>Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio</i>
INADI	<i>Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo</i>
INAI	<i>Instituto Nacional de Asuntos Indígenas</i>
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadísticas y Censos</i>
INSSJP-Pami	<i>Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados</i>
MIJP	<i>Movimiento Integrado de Jubilados y Pensionados</i>
MML	<i>Movimiento de Mujeres en Lucha</i>
MPN	<i>Movimiento Popular Neuquino</i>
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTR	<i>Movimiento Tereza Rodríguez</i>
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCR	<i>Partido Comunista Revolucionario</i>
PNA	<i>Programa Nacional de Antiimpunidad</i>
PRN	<i>Proceso de Reorganización Nacional</i>
SUTEBA	<i>Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires</i>
TN	Tradução nossa
UBA	<i>Universidad de Buenos Aires</i>
UTD	<i>Unión de Trabajadores Desocupados</i>
YPF	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>

SUMÁRIO

RESUMO	01
ABSTRACT	02
INTRODUÇÃO	03
Tecendo a política.....	03
Os movimentos pesquisados.....	07
Os caminhos da investigação.....	10
Trabalho de campo.....	18
Reconstrução das trajetórias.....	24
Contexto socioeconômico.....	31
PERFIS DAS ENTREVISTADAS	37
RETRATO DE LAURA	41
Origem, família e primeiras lutas.....	41
“ <i>En mi vida la pueblada es un hecho más</i> ”	53
“ <i>Estamos cuidando gente</i> ”	67
Visibilizando a experiência.....	78
Assumir a própria vida.....	87
RETRATO DE EMMA	104
Memórias de infância, memórias da luta.....	105
Herdar a terra, herdar a luta.....	115
“ <i>Me di cuenta que era a fuerza de tractor y corazón de madre</i> ”	125
RETRATO DE NORMA	142
Trajetória de uma família <i>chacarera</i>	143
Onde a memória se ancora.....	153
“ <i>Yo era de los que tenía que ir a defender el remate pero del lado del rematador</i> ”	163
“ <i>Mujer en Lucha</i> ”	174
RETRATO DE ELEUTERIA	185
De Eleuteria a “Mary”	185
“ <i>Yo vine como todo el mundo, por necesidad también</i> ”	191
“ <i>Yo voy y lucho y gano, porque tengo que caminar para ganar eso</i> ”	206

<i>“Creo que la lucha te enseña también”</i>	216
RETRATO DE GRACIELA	223
<i>“siempre una vida tranquila, bueno, relativamente tranquila”</i>	223
<i>“La chica del McDonald’s”</i>	227
<i>“Graciela hay que actuar, tenés que salir”</i>	230
<i>“Si él tiene tanto poder yo también puedo juntar mucha gente”</i>	238
<i>“Mi vieja sabe hacer de todo”</i>	243
<i>“Honrar la vida”</i>	250
RETRATO DE MARÍA TEREZA	255
<i>“Soy un montón de cosas santas mezclada con cosas humanas”</i>	256
O que é uma mulher operária?	260
<i>“siempre era yo que era la oveja negra”</i>	267
<i>“a ver qué pasa con esta María”</i>	272
<i>“Ya no era la María callada o la María sumisa”</i>	278
<i>“acá uno tiene que luchar hasta que nos lleven a un cajón”</i>	292
“LAS MUJERES SOMOS LA AVANZADA EN MUCHAS LUCHAS”	298
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305

RESUMO

Esta tese dedica-se ao estudo da participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina contemporânea, a partir da reconstrução de suas trajetórias de vida sob a ótica de suas experiências e memórias. Em um contexto de crise, consequência do modelo neoliberal implementado, os movimentos sociais apresentam-se como espaços fundamentais da luta política e, ao mesmo tempo, de construção de alternativas culturais, sociais, políticas e econômicas. Na relação com essas organizações, os itinerários de participação política se desenrolam e/ou potencializam, contudo, identificamos um processo de invisibilização da participação feminina. Assim, nesta pesquisa, analisamos essa participação com vistas ao entendimento de fatores e práticas que geram exclusão e que favorecem seu desenvolvimento, identificando a existência de limites e as diversas possibilidades para a atuação política de mulheres. Também, situamos essa participação política dentro do universo teórico-metodológico das questões de empoderamento e das relações de gênero, a fim de contribuir para a compreensão da situação das mulheres no atual panorama social, político, econômico e cultural. O trabalho de campo desenvolveu-se junto a participantes e lideranças do *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), de General Roca (Río Negro) e Rosario (Santa Fe); dos primeiros piquetes no interior do país, e da *Corriente Clasista Combativa* (CCC, Zona Norte), na província de Buenos Aires. Utilizando como metodologia de pesquisa a História Oral e a Observação Participante, reconstruímos as trajetórias de vida de seis mulheres que apresentamos na forma de retratos biográficos (*portraits*) descrevendo os processos de engajamento, o envolvimento atual e as perspectivas futuras, e apontando as articulações com as dimensões familiar, profissional e social. Embora se sentindo “forçadas” a sair para a luta, encontraram nela reconhecimento, fortaleceram suas redes de sociabilidade, se animaram a traçar as próprias vias de empoderamento e continuam aprendendo sobre política na dialética de seus itinerários de vida.

Palavras-Chave: gênero – participação política – movimentos sociais – memória – Argentina

ABSTRACT

This thesis is dedicated to the study of women's political participation in contemporary social movements in Argentina, by the means of the reconstruction of their course of life, from the perspective of their experiences and memories. In a context of crisis, as consequence of the neoliberal model implemented, the social movements present themselves as key areas of political struggle and, at the same time, as spaces of construction of cultural, social, political and economic alternatives. In relation with these organizations, the paths of political participation are developed and/or enhanced, however, we identify a process in which women participation becomes invisible. In this research we analyzed the mentioned participation with the aim to understand the factors and practices that generate exclusion and that which encourages its development, identifying the existence of limits and the different possibilities for women's political activities. We also situated the political participation within the theoretical and methodological universe of empowerment and gender relationships, in order to contribute to understand women's situation in the current social, political, economic and cultural panorama. The field work was developed with participants and leaders of *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), in General Roca (Río Negro) and Rosario (Santa Fe); and with participants and leaders of the first "pickets" in the rural areas of Argentina and in the state of Buenos Aires, the *Corriente Clasista Combativa* (CCC, Zona Norte). Using the methodology of Oral History and the Participant Observation we rebuild the course of life of six women, presented in the form of biographical portraits (*portraits*). Each one of the portraits describes the processes of political engagement, the current involvement and future prospects, pointing out the connections with family, social and professional dimensions. Although feeling "forced" to leave in order to fight, these women have found recognition in the struggle. They also strengthened their networks of sociability, found courage to draw their own process of empowerment and they are still learning about politics in the dialectic of their course of life.

Key-Words: gender – political participation – social movements – memory – Argentina

INTRODUÇÃO

Tecendo a política

O título deste trabalho, inicialmente sugerido pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, orientadora desta pesquisa, foi apropriado por mim ao longo do processo de construção do mesmo. Juntar o tecer, um fazer feminino com a política, uma atividade historicamente negada às mulheres, e que em grande medida continua sendo, ou quando exercida invisibilizada, foi uma espécie de ideia diretriz que orientou nossas percepções, nossas análises e, também, sua formulação neste texto.

A palavra “tecer” do latim *texere* possui vários significados. Por um lado, nomeia o próprio ato de tecer. Esse fazer, que consiste na produção de uma peça a partir de entrelaçar, entremear, trançar os fios e que implica um processo que se inicia com a apreciação do material com o qual vamos construí-la. Material esse que se apresenta em estado bruto, que é preciso fiar como a lã, por exemplo. A textura, as nuances, as características e as particularidades desses fios obtidos desafiam nossa técnica de tecer, de entrelaçar. Precisamos selecionar os adequados, considerando a peça que pretendemos construir, apreciando cada um como um todo e imaginando-o fazendo parte de uma composição. Esse desafio é maior quando somos aprendizes. Daí a importância do experto que transmite a técnica, o saber fazer. No caso do tecer, sempre há alguém que ensina a técnica, que é, geralmente, transmitida em relações de proximidade. Cabe destacar que essa relação de aprendizagem não se restringe ao ensinamento da técnica, pois é também de trocas, envolvendo questões e interações que dizem respeito à vida das pessoas que compartilham esse processo. Assim, o tecer manifesta suas múltiplas dimensões.

Como atividade muitas vezes realizada por mulheres, esse fazer constitui um espaço de sociabilidade feminina, de transmissão de experiências e saberes, também de confidências. Assim, o tecer adquiriu o significado de fazer mexericos, intrigas, tramas. Finalmente, tecer também significa escrever, compor uma obra, fazer um “texto”. Neste texto, nossos fios são as trajetórias das mulheres que pesquisamos. Chegamos a esses fios através da metodologia utilizada nesta pesquisa, e nossa forma de tecer se vale da teoria, entendida como forma de entremear, enlaçar esses fios, explorando a riqueza dos mesmos. Os espaços de estudo e discussão junto ao grupo de pesquisa “Terra, Trabalho, Memória e Migrações” (coordenado pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva,

Diretório CNPq), a participação em diferentes eventos acadêmicos e as contribuições realizadas pela Banca de Qualificação e pela Banca de Defesa contribuíram no processo de fazer, desfazer e refazer nossa peça, como parte do processo de aprimoramento e apontando novos caminhos a serem percorridos.

No trabalho de campo, fotografamos uma mulher tecendo durante o ato que sucedeu à marcha da *Corriente Clasista Combativa* (CCC) e do *Movimiento Integrado de Jubilados y Pensionados* (MIJP), pelo Dia do Aposentado em 20 de setembro de 2007.



Fotografia 01. Mulher tecendo durante o ato pelo Dia do Aposentado, na calçada do *Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados* (INSSJP, PAMI Central), em Buenos Aires. Fotografia produzida pela pesquisadora, setembro/2007.

A imagem dessa mulher ensimesmada nesse fazer diz respeito à complexidade/densidade de abordar a questão da participação política das mulheres nos movimentos sociais e o desafio destas análises. Ela era uma das manifestantes, marchou durante a passeata, mas no momento dos discursos reivindicativos, ao estar tecendo parecia se afastar do que acontecia no ato político. Será que, embora fazendo parte do protesto, não lhe interessasse ou rejeitasse esse momento dos discursos? Será que os sentia como uma perda de tempo e assim, ao tecer, ao menos estava fazendo alguma coisa? Com oportunidade da apresentação de nossos registros imagéticos do protesto e do contexto no evento do Dia Internacional da Mulher, em São Carlos, uma mulher, que apreciou a fotografia da manifestante tecendo, assinalou que a mesma estava também ouvindo e, portanto, participando. Silva (1998) disse: “A fiandeira, ao tecer, dá forma ao produto que realiza. Ela cria, e ao criar, ela tece os possíveis. Estes possíveis são tecidos e carregados de simbolismo” (id *ibid.*, p.95). Consideramos que essa imagem revela uma das muitas maneiras das mulheres estarem presentes nos movimentos sociais e é

sobre isso que vamos trabalhar neste texto que visa ao estudo da participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina contemporânea.

Nosso interesse em estudar a participação política das mulheres em movimentos sociais da Argentina surgiu a partir da pesquisa de mestrado desenvolvida junto a duas Assembleias de Bairro¹, em Buenos Aires (BOGADO, 2006). Nesse trabalho, durante a pesquisa bibliográfica e de diferentes documentos do movimento, destacava-se como uma das características principais das assembleias a heterogeneidade de sua conformação (de gênero, idade, nível socioeconômico etc.). No trabalho de campo, observamos que uma característica significativa do movimento era a elevada participação das mulheres, pouco mais da metade dos/as participantes. De fato, algumas das comissões de trabalho, como a Comissão de Moradia da *Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego*, estavam majoritariamente formadas pelo coletivo feminino.

Mulheres que nunca tinham militado e começavam a dar seus primeiros passos na participação política; mulheres que estiveram envolvidas em diferentes partidos ou organizações e que tinham deixado de participar durante a ditadura; outras que eram parte ativa de organizações de direitos humanos no resgate da memória sobre a repressão e algumas mobilizadas por problemáticas específicas: desemprego, problemas de moradia etc. somaram-se às assembleias. Estas mulheres manifestavam as transformações que viviam, tanto no plano pessoal quanto no seu entorno social, ao mesmo tempo em que alguns dos *assembleístas* reconheciam e valorizavam a participação delas no movimento, principalmente, por contribuir para a construção de espaços de diálogo, evitando conflitos que poderiam motivar à violência.

Naquela pesquisa, observamos que, nos diferentes espaços de atuação, as mulheres valiam-se de uma série de conhecimentos advindos do seu mundo cotidiano, tanto familiar como profissional e/ou das aprendizagens e experiências adquiridas em outros espaços de participação, para a resolução efetiva de problemáticas enfrentadas pela organização. Nesse processo, vinculavam-se com questões mais amplas (Projetos de Economia Solidária, protestos contra a Guerra no Iraque, ALCA etc.), e realizavam mudanças na vida familiar e no seu entorno, orientadas pelo compromisso com o

¹ Movimento surgido após as mobilizações espontâneas de milhares de cidadãos e cidadãs, conhecidas como *panelazos*, em repúdio à declaração de estado de sítio decretado pelo governo, em 19 e 20 de dezembro de 2001. As Assembleias de Bairro, surgidas em um contexto de crise generalizada, caracterizaram-se por promover mecanismos de democracia direta, organização territorial, autonomia em relação aos partidos políticos e por serem compostas, geralmente, por setores médios empobrecidos.

envolvimento político como uma opção de vida que desejavam manter, além da responsabilidade já assumida com a família.

A pesquisa com *assembleístas* nos forneceu elementos para a compreensão do processo de engajamento das mulheres, que traçava percursos diferentes não apenas em relação aos homens, senão também entre elas mesmas. A presença majoritária do coletivo feminino em alguns espaços, a desistência de algumas, os vínculos de solidariedade entre muitas despertaram nosso interesse em conhecer os fatores que estariam envolvidos nesses processos, favorecendo o desenvolvimento de uma vida política, em alguns casos, e obstaculizando em outros. Por outro lado, percebíamos que esse destaque da “heterogeneidade” na conformação do movimento promovia a invisibilidade da presença das mulheres, bem como de suas contribuições. As ações das mulheres geralmente eram esvaziadas do discurso que as fundamentava e consideradas extensão das atividades domésticas ou simples reprodução de um *habitus* (BOURDIEU, 1999). Contudo, o trabalho com a metodologia da História Oral e Observação Participante foram fundamentais para acompanhar diversas atividades do movimento e ouvir as vozes das mulheres nos relatos da própria trajetória. Assim, avaliamos que era preciso reconhecer o contexto no qual a participação se desenvolvia e as implicações que a atuação tinha, tanto para esse contexto como para as pessoas envolvidas. Mesmo assim, a participação feminina não foi abordada especificamente em nosso trabalho de mestrado, porém demos visibilidade a essa atuação.

Nosso projeto de doutorado retomou essas questões inseridas na pesquisa de mestrado, estabelecendo uma continuidade no estudo dos movimentos sociais por considerar que, no contexto atual, estes se apresentam como espaços fundamentais da luta política e, ao mesmo tempo, de construção de alternativas culturais, sociais, políticas e econômicas. Tais espaços constituem marcos de atuação de mulheres, sendo relevantes para uma pesquisa que pretenda não apenas estudar a trajetória política de mulheres participantes de movimentos sociais, mas também como essa trajetória vai sendo construída.

Assim, neste trabalho, pretendemos abordar a participação política das mulheres em alguns movimentos sociais da Argentina contemporânea com vistas ao entendimento de fatores e práticas que geram exclusão e que favorecem a participação política das mulheres, identificando a existência de limites e as diversas possibilidades para essa atuação. Também objetivamos situar a participação feminina, nos movimentos pesquisados, priorizando as questões de empoderamento e relações de gênero, a fim de

contribuir para a compreensão da situação das mulheres no atual panorama social, político, econômico e cultural.

Utilizando como metodologia a História Oral e a Observação Participante, pretendemos atingir os seguintes objetivos específicos: a) reconstruir o processo histórico de engajamento e descrever o envolvimento atual de mulheres participantes dos movimentos pesquisados; b) identificar, nesse processo histórico e no momento atual, fatores que promoveram e promovem assim como os que dificultaram e dificultam a participação política das mulheres, e c) identificar as contribuições dessas mulheres aos movimentos pesquisados, em termos de valores, atitudes, aprendizagens, experiências etc., para o desenvolvimento de práticas democráticas.

A experiência de pesquisa com as Assembleias de Bairro, a participação em reuniões de estudo junto à orientadora deste trabalho e a pesquisa bibliográfica inicial nos permitiram formular as seguintes hipóteses: a) a visão tradicional² a respeito da política ainda continua ativa, tanto no cotidiano como em alguns trabalhos teóricos das últimas décadas, prejudicando uma avaliação mais real da participação política das mulheres; b) as mulheres não atuam apenas motivadas pelas necessidades imediatas ou pelas propostas programáticas dos movimentos, senão que a partir de uma visão na qual não há dissociação entre as dificuldades que se apresentam no lar e as problemáticas da situação de crise geral; c) a memória pessoal e social constitui um fator motivador para a participação política; d) os movimentos sociais criam mecanismos de invisibilidade das mulheres, reproduzindo a dinâmica social preponderante; e) os movimentos sociais, mesmo sem estar ligados diretamente a questões de gênero, são espaços potenciais para a superação das exclusões sofridas pelas mulheres e, inclusive, de transformação nas relações de gênero.

Os movimentos pesquisados

Consideramos pertinente esclarecer que não pretendemos desenvolver um estudo teórico sobre os movimentos sociais, tema bastante analisado por outros autores (TOURAINÉ, 1989, 1999; CASTELLS, 1999; GOHN, 1997; MELUCCI, 2001; SCHERER-WARREN, 1984). No caso específico do MML, abordado por Giarracca (2001); Bidaseca (2001); Bidaseca & Marioti (2001); Latuada (2001), e Isla (2004), e,

² Desde esta visão considera-se “participação política” a eleição para cargos legislativos, participação partidária e em campanhas eleitorais e sustenta-se a hipótese da “apatia feminina”: as mulheres são menos envolvidas e interessadas do que os homens na participação política.

no caso do movimento piqueteiro por: Svampa & Pereyra (2004); Massetti (2004); Catela (2004); Korol (2005); Campione & Rajland (2006), entre outros. Nosso intuito será o de analisar como se constituem os itinerários de participação política de mulheres nesses movimentos, considerando a questão de gênero, além de suas experiências e memórias.

Tendo em vista que pretendemos abordar a participação política de sujeitos historicamente excluídos dessa atuação, precisamos de uma definição de movimento social que nos permita trabalhar esses itinerários, que não termine invisibilizando-os também. Nesse sentido, Ilse Scherer-Warren assinala que o dinamismo dos movimentos sociais nas últimas décadas na América Latina, nem sempre foi acompanhado pelas teorizações. Os principais paradigmas da segunda metade do século XX precisam de revisões e atualizações na abordagem de uma realidade em constante mudança, caracterizada pela emergência de novos sujeitos sociais e/ou novos cenários políticos (SCHERER-WARREN, 2006, p.109). Também, destaca os movimentos como espaços de pertencimento social, a partir da criação de identidades que dão coesão a grupos, antes dispersos e desorganizados. Desta maneira, “Aqueles que eram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (id. ibid., p.15-16). Assim, neste trabalho, partilhamos da definição de movimentos sociais apresentada por Maria da Glória Gohn:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até pressões indiretas. (GOHN, 2003, p.13)

Como mencionamos acima, trabalhamos com mulheres pertencentes a diferentes espaços de atuação política. O *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML)³, surgido na província de La Pampa, em junho de 1995, para impedir que propriedades de pequenos e médios produtores e produtoras rurais fossem leiloadas pela impossibilidade de pagar empréstimos hipotecários assumidos, frente ao desafio da modernização produtiva. É composto por mulheres produtoras, esposas de produtores, familiares e outras que se solidarizaram com a causa. O movimento teve como principal instrumento de luta a interdição dos leilões, que era realizada por meio de rezas ou do canto do Hino Nacional Argentino pelas participantes. Atualmente, funciona em vários estados do país. Serão

³ Inicialmente, as participantes autodenominavam-se “*Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha*”.

apresentadas duas trajetórias de vida de lideranças deste movimento: Emma Martín e Norma Durante.

Outro movimento no qual se desenrolaram os itinerários políticos das mulheres pesquisadas é o movimento piqueteiro. Considerando sua amplitude e diversidade, optamos por escolher trajetórias femininas que representassem seus dois afluentes principais: os primeiros piquetes⁴ e levantes no interior do país, e a ação territorial e organizativa do mundo popular no conurbado bonaerense. Segundo Svampa & Pereyra (2004), o primeiro afluente é “resultado de uma nova experiência social comunitária vinculada ao colapso das economias regionais e à privatização acelerada das empresas do Estado realizada nos anos 90” (id. ibid., p.19, TN⁵). Nesse caso, apresentaremos a trajetória de Laura Padilla, considerada a “*madre de los piqueteros*”, “*la primera piquetera*”, que participou no levante de Cutral-co e Plaza Huincul, em junho de 1996. O segundo afluente está ligado “às lentas e profundas transformações do mundo popular, produto do processo de desindustrialização e empobrecimento crescente da sociedade argentina que se iniciou na década de 70” (id. ibid., p.19). Assim, abordaremos a trajetória de Eleuteria, participante de uma organização piqueteira do conurbado bonaerense: a *Corriente Clasista Combativa* (CCC).

Cabe assinalar que a CCC é uma organização político-sindical surgida em 1994, ligada ao *Partido Comunista Revolucionario* (PCR). A CCC reconhece-se herdeira das agrupações classistas que, desde a década de 1960, trabalharam com grêmios industriais e rurais, estatais e de serviços. Há um documento da organização que retoma o contexto de criação da organização, apontando as difíceis condições para a classe operária e o povo e destaca suas lutas contra as políticas neoliberais implementadas no governo menemista⁶. Da reunião das principais lideranças sindicais do país na *Mesa de Enlace* decorreu a primeira *Marcha Federal* “que em quatro colunas marchou desde toda a Argentina até à Capital Federal, e chegou a pé à Praça de Maio” (CCC). Poucos dias após a *Marcha Federal*, fundou-se a CCC. Entre 1996 e 1997 a organização expandiu-se por todo o país. Atualmente, conta com três afluentes: trabalhadores ocupados, trabalhadores desocupados e aposentados. Liderada por Juan Carlos Alderete, é uma das correntes mais massivas do movimento piqueteiro. Para representar também o afluente de trabalhadores ocupados, e discutir a participação política no espaço da fábrica,

⁴ Piquete consiste em um bloqueio de uma pista ou caminho. As pessoas constroem uma espécie de barricada com pneus, pedras e/ ou paus, cortando o trânsito.

⁵ TN: Tradução nossa.

⁶ Carlos S. Menem foi presidente de 1989 a 1999.

abordaremos a trajetória de vida de María Tereza Rosario, liderança sindical da empresa Kraft Foods Argentina, ex-Terrabusi.

As reflexões de Scherer-Warren (op. cit.), acerca da formação de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais na atuação desses movimentos, fundamentam a abordagem da trajetória de vida de Graciela Centurión e sua luta por justiça, pois a conhecemos a partir de seu vínculo com a CCC. A trajetória de Graciela se articula a diferentes mobilizações protagonizadas por familiares de vítimas nos tempos de democracia e estabelece uma continuidade com as reivindicações por justiça para as vítimas da ditadura militar e sua reivindicação de justiça.

Os caminhos da investigação

Utilizamos como metodologia a História Oral e Observação Participante. A História Oral possibilitou o acesso ao processo de engajamento político das pessoas pesquisadas, resgatando também o marco histórico no qual isso aconteceu. A Observação Participante permitiu a inserção da pesquisadora nos movimentos, possibilitando o acompanhamento das pessoas pesquisadas em diversas atividades e a realização de registros em diário de campo. Esta participação e estes registros foram fundamentais para conhecer o funcionamento das organizações, além de inspirarem temas para conversas e entrevistas posteriores. Também foram realizados registros imagéticos das diferentes atividades desenvolvidas pelos movimentos estudados.

A pesquisa também envolveu: a) **levantamento bibliográfico** para aprofundar as principais linhas da investigação e recuperar a história dos movimentos sociais pesquisados; b) **coleta de informações documentais**, pesquisa em jornais argentinos de grande circulação e em diversas publicações alternativas e documentos dos movimentos sociais; e c) **coleta de dados primários**, por meio do contato com integrantes do *Movimento de Mujeres en Lucha* (MML) de General Roca (Río Negro) e de Rosario (Santa Fe), e um grupo da *Corriente Clasista Combativa* (CCC), de Garín (zona norte da província de Buenos Aires). Durante o trabalho de campo, demos continuidade ao levantamento bibliográfico, que foi enriquecido com as contribuições e sugestões de leitura das/os participantes da pesquisa. Também, ampliamos a coleta de informações documentais, incluindo jornais locais (de General Roca, Rosario, Garín e Campana, alguns dos quais contam com versão on-line), e documentários. Também tivemos acesso a fotografias do acervo familiar das entrevistadas. O carácter histórico e

documental da obra de Diana Dowek “*Un día en la vida de María Rosario. Una mujer trabajadora*”, motivou-nos a incorporar reproduções de suas pinturas na trajetória de María Tereza, acreditando como afirma Martins, Eckert e Novaes (2005), que

Trazer ao leitor as perspectivas das ciências sociais em outras linguagens é lutar contra o esquecimento de gestos e saberes de uma longa trajetória humana. Aquela em que eclodem sons, cores, lembranças, imagens, palavras, trocas sociais, reciprocidades cognitivas que nos convidam a repensar a cultura e a sociedade naquilo que lhes é próprio: a riqueza de sua diversidade. O humano se dá a ver de muitos modos. (id. *ibid.*, p.9)

Uma vez contatadas as mulheres da pesquisa, elas foram informadas a respeito dos objetivos da investigação; possíveis dúvidas foram esclarecidas e, a seguir, manifestaram o interesse ou não em participar. As entrevistadas concordaram em que aparecessem seus nomes reais. Houve também o compromisso da pesquisadora em apresentar os resultados do trabalho. Podemos avaliar, inicialmente, que a apresentação do projeto às pessoas pesquisadas enriqueceu tanto a coleta de dados primários quanto a coleta de fontes documentais e levantamento bibliográfico. As sugestões de leituras, o empréstimo de livros, a doação de diversos artigos e publicações revelaram a existência de contato entre algumas pessoas pesquisadas e membros da academia. Por outro lado, no marco da metodologia da História Oral, esses materiais foram utilizados durante as entrevistas como “muletas da memória” (SIMSON, 1992), ativando lembranças da trajetória política das entrevistadas.

Toda situação de entrevista implicou na aceitação do pacto biográfico, a partir do qual o/a narrador/a iniciou o relato mais ou menos cronológico da própria vida. Essa apresentação da vida, como se fosse uma história imprime, sentidos à própria trajetória, remodelando experiências e memórias sob o prisma do presente:

Mal termina a percepção, as lembranças já começaram a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar sentido à sua biografia penetra as lembranças com um “desejo de explicação” (BOSI, 1979:340)

Uma vez apresentados os objetivos da pesquisa, exposto o que queríamos saber em linhas gerais, iniciou-se a conversa. As entrevistadas se constituíram em narradoras e foram atendendo, em diferente medida, às demandas da pesquisadora. Como aconselha Portelli (2001), mesmo quando os entrevistados abordam assuntos pessoais que, em primeira instância, podem se apresentar aos olhos do/a pesquisador/a como

irrelevantes, “antes de julgar, ouviremos e esperaremos: para o profissional de História Oral, uma entrevista é sempre uma lição de aprendizagem” (ib. ibid., p.20). Assim, foi possível compartilhar as lembranças da atuação política, do confronto em diferentes situações: protestos, interdição de leilões, reivindicações etc., e, também, de acontecimentos pessoais e familiares que marcaram a trajetória de vida das entrevistadas. As experiências destas mulheres relacionam o pessoal e o público, portanto seus relatos abordam situações que insistem nesse relacionamento. Assim como,

narradores em qualquer parte saboreiam narrativas de “enfrentar o grande homem”, anedotas teatrais de confrontos pessoais com figuras de autoridade institucional na qual trabalhadores enfrentam chefes (especialmente em casos de negociações sindicais): a tropa, os líderes, os estudantes, os professores, os soldados, os oficiais, em representações de coragem pessoal, orgulho profissional, resistência política. (id. ibid., p. 15)

Também, desfrutam do relato íntimo, de ser ouvidas, de confessar mágoas, de repassar lembranças como antigas fotografias, enquanto o relato se inunda da luz do passado. Os ausentes podem ser evocados, num gesto, num cheiro, num som, na angústia, na dor, na revelia, na frase repetida com exatidão... no silêncio. As narradoras nos souberam guiar por esse mar imenso, apontando icebergs, mostrando ancoragens. Michael Pollak considera as histórias de vida como instrumentos de reconstrução da identidade:

Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chave (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar e suas relações com os outros (POLLAK, 1989, p.13-14).

Neste ponto é pertinente refletir a respeito das contribuições geradas a partir de uma relação de pesquisa orientada pela metodologia da História Oral. É frequente salientar as contribuições que, enquanto pesquisadores trazemos para o/a entrevistado/a, no “dar a voz”. Mesmo quando assumimos seu papel, quer dizer, por nossa vez somos entrevistados/as, percebemos o bem que fazemos como entrevistadores/as. Nesse sentido, Mercedes Vilanova, em “*Rememoración y fuentes orales*”, faz uma reflexão a respeito de sua experiência de estar do outro lado, como entrevistada, apontando

algumas contribuições geradas na entrevista, das quais o/a pesquisador/a muitas vezes não é consciente. Como entrevistada pergunta-se:

(...) qué me aportó a mí? Por de pronto dinamizó mi olvido de reserva y me ayudó a construir otra síntesis de mi vida con nuevos hilos conductores. Por arte y magia de la entrevista recuperaré imágenes “inolvidables” de la juventud, momentos espectaculares e intensos, incluso desbloquéé vivencias que yacían enterradas y fui consciente de la profundidad temporal escondida en mi experiencia. Además, potenció mi autoestima, (...) me ayudó a contextualizar mi pasado. Al recordarme que había sido pionera en un mundo de riesgo entonces exclusivamente masculino (...) y muchas de sus preguntas apuntando a mi rol como mujer me replantearon los orígenes de mi identidad. (VILANOVA, 2006, p.104-105).

A entrevista é o encontro de subjetividades, uma aventura compartilhada entre narrador e ouvinte, da qual ambos são transformados pela convivência (BOSI, 2003, p.61). Assim, as pessoas envolvidas, tanto pesquisador/a quanto pesquisado/a são suscetíveis de envolvimento num processo de reconstrução de si mesmas.

Várias das entrevistas, realizadas na residência das participantes da pesquisa, foram perpassadas por várias interferências (ligações telefônicas; preparação de refeições; conversas sobre tarefas do cotidiano; chegada e saída de pessoas da família etc.). Algumas contaram com a presença e participação de membros da família, que com suas intervenções fizeram das entrevistas experiências diferentes e enriquecedoras, assim como revelaram a existência de não ditos, nos silêncios, na frase truncada. Por exemplo, no caso de duas entrevistadas que diante da presença dos filhos evitaram entrar em detalhes sobre como tinham se conhecido. Nesse sentido, Pollak (1989) observa a existência de razões pessoais para o silêncio, resistências como forma de evitar que algumas lembranças sejam transmitidas.

As intervenções de membros da família durante as entrevistas assumiram diferentes funções no relato e nos fizeram perceber, como aponta Portelli (2001), que “o que é falado numa típica entrevista de História Oral, usualmente, nunca foi contado *dessa forma* antes” (id. *ibid.*, p.11, destaque do autor). Entrevistador e entrevistado trazem uma agenda própria para a entrevista que será moldada e reajustada ao longo da interação (id. *ibid.*, p.20). Precisamente, o espaço ganho pelas intervenções durante a entrevista fez com que essa agenda fosse ampliada e que, nesse processo, pesquisadora e ouvintes passaram a ser parte do relato. Desta maneira, consideramos que essas múltiplas interações situaram a entrevista em termos de “diálogo denso”, pois as questões retomavam dialeticamente as colocações das narradoras (PORTELLI, 2001, p.21-22). Assim, a possibilidade de aprendizagem oferecida pela entrevista, como o

autor destaca, abrangeu igualmente a pesquisadora e os outros ouvintes. Por outro lado, esta experiência de entrevista desmistifica a ideia de que não é positiva a presença de outras pessoas durante o processo, pois dificultaria o estabelecimento de um vínculo de empatia e confiança, que se acredita gerado na intimidade de dois (pesquisador/a e pessoa entrevistada). Neste sentido, Vilanova (2006) afirma preferir esse diálogo de dois, mas, refletindo a respeito de sua própria experiência como entrevistada, admite que:

a valorização da situação é mais complexa. As entrevistas focalizadas que me fizeram recentemente se desenvolveram na companhia de uma ou mais pessoas e essas presenças me ajudaram a recordar e enriquecer meus esquecimentos. Até o ponto de que sem elas possivelmente não teria averiguado aspectos decisivos do meu passado. (id., ibid., p.103, TN)

A pesquisadora teve uma atitude receptiva, considerando que muitas informações apresentadas eram totalmente novas. Assim, por exemplo, no caso da entrevista com Laura Padilla e Norma Durante, as intervenções e comentários de membros da família, assumiram distintas funções. Algumas intervenções estavam destinadas a preencher detalhes ou fragmentos faltantes em relatos já ouvidos da mãe e suas atividades do movimento. Neste caso, faziam perguntas diretas a respeito. Também, opinavam a respeito da participação política da entrevistada, introduzindo pequenos comentários que revelavam seu orgulho a respeito da luta do MML. Outras intervenções estavam destinadas a facilitar nossa compreensão dos fatos, por exemplo, quando exigiam à narradora respeitar a ordem cronológica dos acontecimentos que estava relatando *“Pero vos empezaste del final, pero tenés que empezar del principio”*. Também, quando pediam para explicitar o significado de siglas usadas como nome; fornecer dados que nos possibilitassem situar geograficamente, entre outras.

Às vezes, as perguntas revelavam seu envolvimento na narração, pois eram para esclarecer suas próprias dúvidas. E, quando o relato de fatos ouvidos pela primeira vez se interrompia, pediam à narradora para que o retomasse: *“¿Y le remataron al final la casa?”*. Eram ouvintes ativos que acompanharam atentamente a entrevista ao ponto de poder completar informações, nomes e detalhes que a narradora não conseguia lembrar no momento.

Esta entrevista compartilhada foi usufruída como um momento de trabalho da memória coletiva da família, um momento de atualizar algumas lembranças e de “passar a limpo” outras. Bosi (1979) aponta que, quando há uma identificação entre seus membros, o grupo é suporte da memória.

As lembranças grupais se apoiam umas às outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (id. *ibid.*, p. 336)

A autora, também, identifica o afeto como fator que interfere na memória grupal. Assim, o lugar que uma pessoa ocupa em termos de apreço no grupo de convivência, caracterizado pela desigualdade de pontos de vista, viabiliza ou não que suas palavras, gestos e atos sejam lembrados no futuro (id. *ibid.*, p.336). Neste sentido, identificamos, nos relatos das entrevistadas, a presença de figuras exemplares, que por sua atuação constituem uma atitude-símbolo que define a natureza íntima do grupo ou da família (id. *ibid.*, p.345).

As narradoras também se revelaram como guardiãs da memória. Como Susana do MML, de General Roca, que preserva a trajetória do grupo em álbuns de fotografias e pastas de arquivo com matérias publicadas em jornais da região. Nesse sentido, destaca Silva (2006), as mulheres são autoras deste tipo de registro imagético, que:

constituem-se em ferramentas importantes para o processo de identidade social e também para os projetos de vida das futuras gerações, na medida em que eles representam o elo entre os diferentes espaços/tempos. Presente, passado e futuro são entrelaçados na memória pelo fio condutor das distintas experiências vividas. (id. *ibid.*, p.51)

A relevância desses registros para o movimento radicava, também, no fato de constituir documentos que serviam para denunciar a realização de leilões sob um marco de legalidade e para provar a juízes e autoridades estaduais que os leilões, mesmo impedidos pela *Ley de emergencia económica 25.561/2002*, continuavam acontecendo.

As fotografias serviram para reativar lembranças e gerar novas interações entre narradoras e pesquisadora, manifestando sua função de “muletas da memória” (SIMSON, 1992). Essas lembranças dimensionaram as fotografias como registro de fatos vivenciados e, portanto, relevantes documentos de pesquisa. Em várias ocasiões foram utilizadas pela pesquisadora para recuperar o fio do relato perdido nas múltiplas interações e nas interrupções geradas, por exemplo, quando tocava um telefone celular ou com a saída de alguns participantes.

Cabe assinalar que, numa entrevista de História Oral não apenas a linguagem verbal, senão outras formas de comunicação entram em jogo. A experiência de compartilhar o registro das lembranças, como aponta Neves (2003), “transforma a

narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e lembrar e disponibilidade para escutar” (id. *ibid.*, p.23). No marco dessa dinâmica, cada interação entre narrador e pesquisador concretiza-se de maneira diferente. No caso da entrevista com Emma do MML, por exemplo, a narradora perguntava à pesquisadora a respeito dos temas de interesse e a ordem de apresentação dos fatos para organizar seu relato. Quando se estabelecia essa organização (dentre dois fatos a serem narrados, escolhia um deles para começar), a narradora apoiava-se na ouvinte para conseguir “lembrar”, posteriormente, o fato não priorizado. No mesmo sentido, a troca de olhares conseguia transmitir os temas de maior interesse para a pesquisadora, captados pela narradora que, a cada momento, reorientava seu relato.

As entrevistas foram propiciando o acesso a outros documentos que, de outra forma, dificilmente seriam localizados e que, portanto, enriqueceram a pesquisa. Segundo P. Thompson (1998, p.25), o acesso a outros materiais faz parte da própria metodologia da História Oral, sendo a incorporação destes materiais fundamental, pois se relaciona com a realidade que o/a pesquisador/a tenta abordar. Segundo ele, “A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (id. *ibid.*, p. 25-26).

Neste sentido, a escolha da História Oral nos coloca diante de uma questão já levantada pelos pesquisadores/as desta metodologia, a saber: a necessidade de incorporar outros documentos (VILANOVA, 1998). Os argumentos baseiam-se tanto no fornecimento de evidências quanto na adequação da maneira de fazer pesquisa na sociedade atual, caracterizada pelo desenvolvimento contínuo dos meios de comunicação e sua inclusão vertiginosa na nossa vida cotidiana. Como pesquisadores/as, segundo Vilanova (op. cit.), estamos ante um novo desafio posto pelos novos sistemas de comunicação, que implica na inovação na maneira de pensar, investigar e ensinar. A autora propõe uma história sem adjetivos, uma história que, necessariamente, deve usar não só fontes orais, mas também, dados, imagens e textos, para não correr “o risco de escrever histórias incompletas que silenciem aspectos essenciais de nosso viver” (id. *ibid.*, p. 35).

A própria metodologia de trabalho tinha aberto o leque de materiais a serem fornecidos e utilizados pelos/as nossos/as informantes, logo nosso desafio foi tentar usufruí-los na apresentação dos resultados. Nossa orientadora deixou bem claro que uma tese não podia dissociar forma de conteúdo, e, também, que havia lugar para a

liberdade, a criatividade, a imaginação sociológica. Assim, fomos animando a compartilhar as imagens, músicas, frases, memórias etc. que foram surgindo no processo de elaboração deste trabalho e que refletem diferentes aspectos de nossa experiência de pesquisa, tanto em campo como na frente do computador. Também, optamos por manter os depoimentos em espanhol, sem modificar o estilo nem corrigir as expressões utilizadas, muitas delas próprias da linguagem coloquial. Assim, ainda dentro dos limites da escrita, tentamos conservar alguns traços da expressividade própria da oralidade, de modo que os depoimentos voltassem a soar em nossos ouvidos.

A respeito da Observação Participante, gostaríamos de destacar que o convívio com as participantes da CCC possibilitou interações e conversas informais que excediam os procedimentos e técnicas de pesquisa, e, ao mesmo tempo, criavam relações que os tornavam possíveis. Com nossa participação na primeira marcha, o vínculo de confiança começou a ser construído. A presença da pesquisadora na vida cotidiana do grupo possibilitou conhecer, como afirma Becker (1994), as situações com as quais seus membros se deparavam e estabelecer conversas com as/os participantes dessas situações e inteirar-se de suas próprias interpretações a respeito do observado (id. *ibid.*, p.47). A abordagem da questão de gênero e participação no movimento, que era o nosso foco, durante esse período foi sendo suscitada nas conversas informais que mantínhamos durante as mobilizações, viagens e marchas junto às participantes do movimento.

Essas conversas eram trocas. Trocas de experiências, pontos de vista e percepções, aproximações entre pessoas e entre saberes e experiências (...) Vínculos foram sendo construídos nessas conversas, gerando afetividade, acolhimento e solidariedade no com-viver (OLIVEIRA, 2004, p.17-18).

Um aspecto que caracteriza o posicionamento da pesquisadora é o fato de ser de nacionalidade argentina, mais especificamente da cidade de Garín, província de Buenos Aires, contando assim com uma série de saberes e contatos que possibilitaram a inserção no campo. Mas, ao mesmo tempo, a experiência como estrangeira no Brasil, fez com que circular no espaço familiar não fosse apenas mover os lábios durante a ladainha que sabemos de cor. Diversas situações passaram a ser enxergadas como através de uma lente, que as deformava até gerar o sentimento de estranhamento do mundo conhecido. Por um lado, as reflexões de Bárbara Sutton, pesquisadora argentina residente nos Estados Unidos, serviram para entender a condição de “**insideroutsider**”, uma pessoa que já conhecia aspectos importantes da cultura, mas poderia

identificar/enxergar outras coisas que eram novas, surpreendentes, ou mesmo chocantes” (SUTTON, 2007, p.4, TN). As interações com os/as sujeitos da pesquisa, assim como a própria família, colocaram-me nessa perspectiva, por exemplo, quando forneciam mais explicações das que seriam destinadas a um/a nativo/a, ou aconselhavam ter precaução em determinados lugares, a determinadas horas. Mas, acima de tudo, souberam me equipar com algumas ferramentas para explorar essa realidade que pretendíamos estudar. Assim, compartilhamos profundamente as palavras de Bárbara Sutton:

Eu embarquei na minha pesquisa com a familiaridade de uma longe-passada filha e a abordagem curiosa e de olhos bem abertos de alguém que explora um terreno sem cartografar. Meu estudo me exigia ver e sentir o meu próprio país novo, desenho de saberes antigos, lembrando coisas que eu tinha esquecido, e aprendendo a operar em novas formas, como exigido pelas rápidas mudanças que a crise socioeconômica desencadeou. (id. *ibid.*)

Tentamos usar esse sentimento de estranhamento como um exercício voluntário de distanciamento crítico. Após intensas interações familiares, as caminhadas serviam para preparar nossa entrada no campo da pesquisa.

Trabalho de campo

Neste item, relataremos como foi desenvolvido o trabalho de campo, apontando como foram estabelecidos os contatos com as pessoas entrevistadas por meio de pesquisa em rede. O primeiro contato com o *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML) foi fornecido pela orientadora desta pesquisa que, em novembro de 2005, durante as *IV Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales* (na Universidade de Buenos Aires), conheceu Ana María Riveiro, uma das lideranças do movimento. Um novo contato foi estabelecido em novembro de 2006, quando nossa orientadora participou do *VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural*, em Quito (Equador). Desta vez, tratava-se de Ana Galmarini, atual presidenta do movimento, que foi informada sobre a pesquisa que tínhamos iniciado e o interesse em entrevistar participantes da organização. Ela forneceu seu contato e entregou para nossa orientadora uma publicação realizada pelo movimento (MML, 2005).

Contávamos também com o contato de Eleuteria “Mary” Segovia, conhecida da família da pesquisadora, participante da *Corriente Clasista Combativa* (CCC, zona norte). Tínhamos conversado com ela a respeito dos objetivos da pesquisa e manifestou interesse em cooperar conosco.

O trabalho de campo desenvolvido na Argentina foi realizado em três fases: a primeira, de 4 de janeiro a 12 de fevereiro de 2007; a segunda, de 17 de setembro a 17 de outubro do mesmo ano e, a terceira, de 8 a 23 de dezembro de 2008. Em todas essas fases priorizamos a coleta de dados primários, aproveitamos para ampliar nossa pesquisa bibliográfica e coletar informações documentais. Cabe esclarecer que o trabalho de campo se desenvolveu em cidades de diferentes estados da Argentina, como pode ser visto no mapa abaixo. A seguir, apontamos, em linhas gerais, quais atividades de coleta de dados foram realizadas em cada cidade e com cada organização, durante as três fases do trabalho de campo.

Na primeira fase, estabelecendo a base em Buenos Aires, tentamos contatar o MML de Rosario. Porém, num primeiro momento, não foi possível combinar um encontro com as participantes dessa organização. Como contávamos com uma publicação realizada pelo movimento em que se explicitava a existência de outros grupos nas províncias de La Pampa, Santa Fe, Río Negro e Neuquén, tentamos novos contatos. Foi no site do jornal *Río Negro* que encontramos uma matéria a respeito de Norma Durante, pessoa de referência do MML em General Roca (Río Negro). O conteúdo da matéria jornalística e a descrição da atuação do grupo em outros textos despertaram nosso interesse em conhecê-lo.

Concomitante à pesquisa dos grupos do MML, vínhamos realizando o levantamento bibliográfico e a coleta de informações documentais sobre os primeiros piquetes em Cutral-Có e Plaza Huincul, acontecidos em junho de 1996. Assim, encontramos Laura Padilla, mulher que participou desses bloqueios e que é considerada como “*madre de los piqueteros*”. Desta maneira, a proximidade geográfica, pouco mais de 150 km, entre General Roca, cidade de funcionamento do MML, e Cutral-Có, o lugar de origem dos piqueteiros, determinou nossa decisão de contatar o primeiro. Pensávamos na possibilidade de aproveitar a viagem a General Roca e passar por Cutral-Có para encontrar Laura Padilla. Quando, conseguimos falar com Norma, ela mostrou-se disposta a participar da pesquisa. Comentamos-lhe nossa intenção de entrevistar Laura Padilla, e Norma disse que a conhecia e poderia nos apresentá-la, pois ela estava morando em General Roca.

Assim, nessa cidade, realizamos duas (2) entrevistas com Norma Durante; uma (1) com sua filha Rocío, uma (1) com sua mãe María Luisa, e uma (1) entrevista de grupo com integrantes do movimento. No sítio de Norma Durante e sua família, realizamos um percurso etnográfico que forneceu ricos materiais para a reconstrução de

sua trajetória. Também fizemos duas (2) observações participantes de atividades do grupo: uma reunião e uma das ações que as mulheres desenvolvem atualmente, que consiste na apresentação de *Recursos de Amparo*⁷ de pequenos e médios produtores e produtoras para evitar o corte do serviço de irrigação ou pedir seu restabelecimento. Ademais, foram realizadas duas (2) entrevistas com Laura Padilla.



⁷ O *Recurso de Amparo* é uma demanda jurídica que tutela os direitos constitucionais do cidadão e que se apresenta ao Tribunal Constitucional ou Corte Suprema, quando um direito ou garantia constitucional foi quebrado. Esta medida cumpre uma dupla função: proteger o cidadão em suas garantias fundamentais e garantir a inviolabilidade dos direitos constitucionais e de leis e tratados internacionais reconhecidos no país, exceto a liberdade física.

Figura I. Mapa de Argentina indicando as viagens realizadas durante a pesquisa: Garín (Buenos Aires), Capital Federal, General Roca (Río Negro), Rosario (Santa Fe), e Córdoba (Córdoba).
Fonte: <<http://www.surdelsur.com/argentinamapas/mapafisico.htm>>

Novamente em Buenos Aires, retomamos o contato com Eleutéria Segovia e conseguimos agendar uma entrevista para as semanas seguintes. Assim, partimos para Rosario (Santa Fe), a fim de contatar as participantes do MML, mas duas delas estavam viajando e a outra estava com problemas pessoais (marido doente). Durante os dias de espera, realizamos uma pesquisa de fontes documentais na *Hemeroteca de la Biblioteca Nacional de Rosario*, a respeito do movimento. Após uns dias, conseguimos contatar Emma Martín, indicada por Ana Galmarini, por ser integrante do grupo e membro fundadora, e lhe fizemos uma (1) entrevista.

Voltamos a Garín (Província de Buenos Aires), e entrevistamos Eleuteria Segovia, que há cinco anos militava na CCC. Com ela mantivemos várias conversas e fizemos uma (1) entrevista em que nos sugeriu que conhecêssemos o grupo do qual participava. Assim, após autorização do coordenador do grupo, realizamos observações dos ateliês que funcionam na organização (de costura, de artesanato) e de uma oficina de flores de açúcar que foi oferecida por Graciela Centurión ao grupo, e conversamos com várias participantes da organização, manifestando nosso interesse em entrevistá-las na segunda fase da pesquisa de campo.

Na Capital Federal, visitamos duas Assembleias de Bairro pesquisadas durante o mestrado, para avaliar sua inclusão neste estudo. As duas organizações continuavam funcionando, mas com um número bem reduzido de participantes. Tentamos acompanhar dois encontros da *Asamblea de Palermo Viejo*, mas não tivemos sucesso. Na primeira visita à sede, atualmente compartilhada com um grupo piqueteiro, encontramos três participantes do *Movimiento Tereza Rodríguez* (MTR). Eles afirmaram que os encontros dos/as *assembleístas* não estavam acontecendo com muita frequência. Na segunda oportunidade, duas participantes estavam realizando outra atividade e não houve reunião da assembleia. No caso da *Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego*, houve mudança do dia de reunião, portanto nossa primeira visita foi infrutífera. Em outra ocasião, participamos da reunião da assembleia e realizamos uma (1) observação participante. Havia ao todo dez pessoas no encontro, mas a discussão e a forma de funcionamento mantinham os princípios de horizontalidade e democracia direta, observados durante a pesquisa de mestrado.

Uma segunda fase do trabalho de campo foi desenvolvida junto ao grupo da CCC de Garín, previamente contatado. Restabelecemos o contato com o coordenador do *Centro de Jubilados Paz y Justicia*, solicitamos autorização para acompanhar as atividades do grupo que, em razão da proximidade das eleições presidenciais, estava numa mobilização quase cotidiana. Esse dado era relevante pela existência de um discurso sobre a desmobilização do movimento piqueteiro considerando uma série de fatores: a multiplicação dos subsídios e programas sociais, a recuperação da economia, a redução do desemprego e da pobreza e a criminalização do protesto (CANZIAN, 2007). Porém, a CCC era reconhecida como um dos movimentos que resistia e se arriscava a protestar (id. *ibid.*). Consideramos que era um contexto propício para a coleta de dados, manifestamos nosso interesse em acompanhar esse trabalho, pois era a oportunidade de conhecer atividades das quais apenas tínhamos ouvido falar. Assim, realizamos observações em: quatro (4) assembleias; três (3) marchas; um (1) ato pelo Dia do Aposentado; uma (1) marcha e acampamento na Praça de Maio; duas (2) observações do Ateliê de cortinas artesanais; diferentes atividades de organização, arrecadação de fundos e reivindicação de subsídios para a viagem ao *XXII Encuentro Nacional de Mujeres* (em Córdoba), viajamos e participamos do evento com as mulheres do movimento.

Novamente, cabe apontar que acompanhar as atividades da CCC implicou múltiplos deslocamentos: por cidades da Província de Buenos Aires (Garín, Campana, Escobar); da Província para a Capital Federal, e, também, a outro estado (Córdoba). Nos dias em que não havia mobilizações, as mulheres realizavam atividades no centro por pouco mais de duas horas. Nesses períodos, realizamos observações e aplicamos questionários biográficos. A quantidade de participantes variava de um dia para outro, mas contabilizamos por volta de trinta mulheres e pudemos aplicar o questionário em dezoito (18) delas. Realizamos uma (1) entrevista a Lorenza, participante do grupo de aposentados, e uma (1) entrevista de grupo com duas delegadas, a secretária e o coordenador da organização. Também, fruto do trabalho de campo foi um registro imagético que deu como fruto o trabalho fotográfico “Mulheres em movimento” (BOGADO, 2009).

Após o Exame de Qualificação em agosto de 2008, retornamos a campo com a ideia de entrevistar María Tereza Rosario, liderança sindical, militante da CCC e do PCR, contatada durante o *XXII Encuentro Nacional de Mujeres*. Nessa terceira fase, após algumas conversas, realizamos duas entrevistas com ela. Também, contatamos

Graciela Centurión que tínhamos conhecido em uma mobilização por justiça pelo assassinato da filha realizada junto à CCC. Fizemos um registro imagético de um mural construído por ela que tem por tema o protesto. Finalmente, apresentamos a Eleuteria os trechos selecionados de suas narrativas, que seriam utilizados na reconstrução de sua trajetória, e aproveitamos para preencher algumas lacunas no relato. Retomamos contato com o grupo da CCC, participamos da marcha de 19 de dezembro em comemoração ao aniversário dos painéis de 2001.

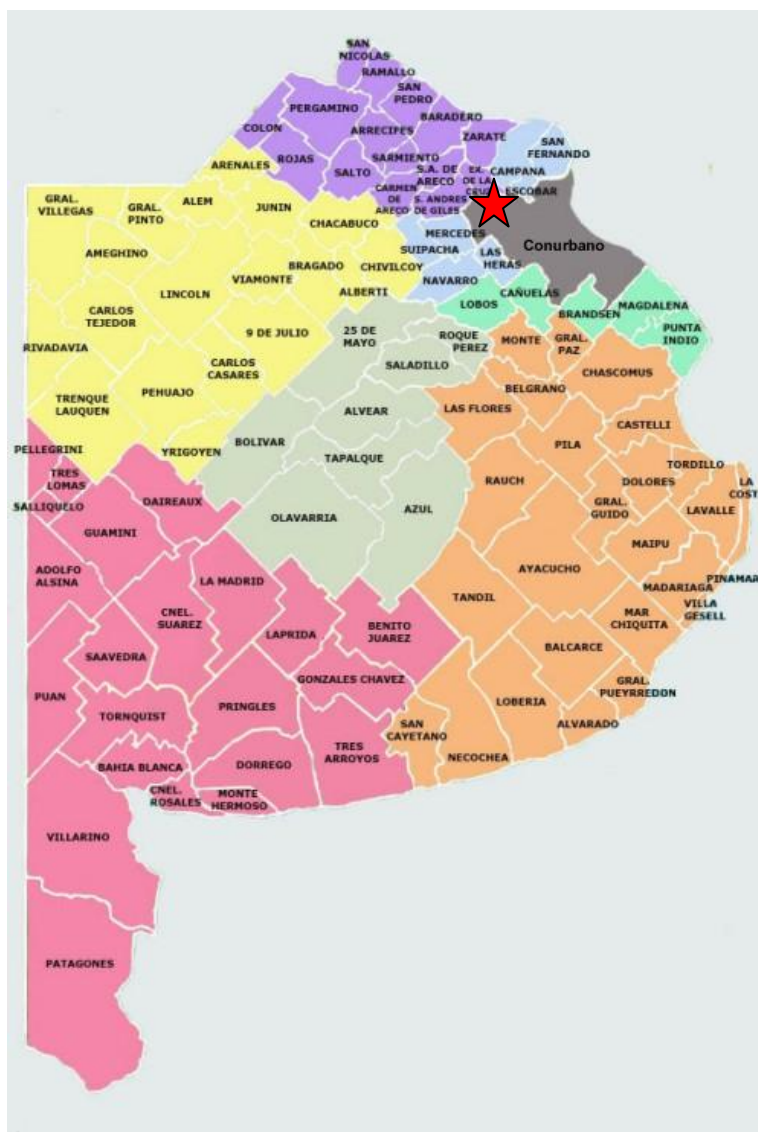


Figura II. Mapa dos municípios da Província de Buenos Aires. A estrela localiza em forma aproximada a cidade de Garín. Fonte: <http://209.15.138.224/argentina_mapas/m_municipiosBA.htm>.

Consideramos fundamental reconhecer o apoio dado por algumas pessoas durante o desenvolvimento da pesquisa. Em General Roca, contamos com a presença de Douglas Verrangia Correa da Silva, como auxiliar de pesquisa, acompanhando a pesquisadora durante a coleta de dados. Ele participou da entrevista realizada com

Norma, Laura e família, na apresentação do *Recurso de Amparo* realizada pelo MML, e realizou uma documentação imagética. Também, contamos com a colaboração de Rocío, filha de Norma Durante, a partir de nossa chegada à cidade. Com ela, mantivemos as primeiras conversas a respeito do engajamento de sua mãe e conhecemos parte da história familiar. Seu interesse pela pesquisa e os vários contatos que mantivemos foram revelando-a como *colaboradora da pesquisa* (WHYTE, 2005, p.302). Nesse sentido, durante uma conversa em que comentamos que havíamos marcado uma entrevista individual com sua mãe, Rocío, que já tinha estado numa das entrevistas de grupo, deu sugestões a respeito de como fazer as perguntas, o que apontar e outras orientações. Voltou a manifestar que acreditava que a pesquisa era muito importante e mencionou algumas experiências da mãe, que considerava motivadoras de sua atuação no movimento. Tratava-se, principalmente, de situações de injustiça vivenciadas na profissão de policial em um contexto, predominantemente, masculino.

No trabalho de campo com a CCC, Eleuteria Segovia também adquiriu esse papel de *colaboradora da pesquisa*, fornecendo informações que facilitaram o convívio com o grupo pesquisado. Por momentos, parecia-nos que pelo vínculo de amizade, ela assumia certa responsabilidade pela nossa segurança, principalmente, nos protestos. Mas também, percebemos que muitos desses “cuidados” e “conselhos” faziam parte da solidariedade de gênero, extensivos a outras companheiras do movimento, principalmente, as mais novas. Considerando a reflexão de Andriolli (2008, p.13) a respeito das situações criadas pelas diferenças de gênero na pesquisa de campo, contar com a solidariedade de Eleuteria facilitou nossa movimentação. Também, Àngela, participante da CCC, contribuiu com a pesquisa coletando material sobre os *Encuentros Nacionales de Mujeres*.

Reconstrução das trajetórias

Entendemos que abordar as trajetórias de mulheres desenvolvidas no marco destes movimentos dá visibilidade à sua participação política e permite compreender essas experiências de participação enquanto processo. Assim, poderemos identificar as dificuldades que vão sendo enfrentadas, as alternativas de participação criadas, as aprendizagens desenvolvidas, as contribuições e saberes elaborados.

As trajetórias das mulheres pesquisadas serão apresentadas na forma de retratos biográficos (*portraits*), descrevendo os tempos presente, passado e a projeção em relação ao futuro. Nesses retratos, priorizamos o itinerário de participação política,

assinalamos as possíveis articulações com as dimensões familiar, profissional e social, e identificamos os eventos marcantes que indicam pontos de inflexão e/ou momentos de recomposição da trajetória. Cabe apontar que a metodologia da História Oral e o trabalho com a memória permitiram reconstruir momentos desse processo de participação política a partir de uma multiplicidade de vozes. As entrevistadas constituem-se em narradoras e, de acordo com as situações rememoradas, as vozes de outras pessoas envolvidas vão sendo colocadas como discurso indireto. As primeiras reações da família diante da “saída” de casa; as interações com políticos, produtores, legisladores, juízes e policiais, marcaram suas trajetórias como hoje marcam seu discurso. Elas compartilham o relato de suas próprias experiências de vida, e são portadoras das trajetórias de outras pessoas que, em algumas situações, atuam norteando e dando sentido à própria ação.

Vale apontar que contamos com diferentes informações coletadas para cada uma das entrevistadas. Para a construção dos retratos biográficos utilizamos como base seus próprios depoimentos obtidos em entrevistas semiestruturadas individuais e de grupo, mais uma ampla gama de materiais constituída, principalmente, por textos produzidos pelos movimentos ou a respeito dele (matérias de jornais, documentários, artigos acadêmicos, livros), fotografias e registros no diário de campo. Para a reconstrução das trajetórias, transcrevemos as entrevistas. Em seguida, identificamos nelas os momentos em que as entrevistadas referiam-se a eventos de sua trajetória pessoal e familiar, a partir dos quais realizamos uma primeira recomposição e organização cronológica do material, distinguindo os acontecimentos marcantes e os efeitos destes sobre a trajetória. As narrativas das entrevistadas são tratadas como *representação* (BECKER, 1994) das trajetórias e nelas tentamos identificar, fundamentalmente, como se desenvolve o itinerário político nos seus respectivos percursos de vida e apontar os possíveis entrelaçamentos desse itinerário com os campos familiar, profissional e social.

Ao empreender a reconstrução das trajetórias de nossas entrevistadas, utilizando também suas memórias, partimos de algumas considerações iniciais. A primeira é que o ato de lembrar envolve o trabalho de reconstrução das experiências do passado a partir das imagens e ideias de hoje. Assim, como Ecléa Bosi afirma, as lembranças são imagens construídas “pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1979, p.17). Nossa segunda consideração diz respeito à colaboração, no sentido de trabalho conjunto da pesquisadora nesse processo de refazer experiências. Assim, julgamos oportuna a

reflexão de Alessandro Portelli a respeito da natureza dialógica da História Oral. Ele destaca que esse discurso dialógico é criado pelo que os entrevistados dizem, pela nossa presença em campo e a posterior apresentação do material (PORTELLI, 2001, p.10). Portanto, revela-se a natureza ambivalente da História Oral, que é dita para ser escrita. Dizer e escrever que começam a ser construídos simultaneamente no encontro da pesquisadora e os sujeitos de pesquisa, tendo em vista os propósitos do trabalho.

A reconstrução das trajetórias de participantes dos movimentos citados é realizada sob a ótica de suas experiências e memórias. São trajetórias marcadas pela condição de mulheres de suas protagonistas e, portanto, problematizam questões vinculadas ao gênero. Entendemos *trajetória* como o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social (BATTAGLIOLA et al., 1991). Assim, esta noção inclui, além da classe social, o gênero e a raça/etnia, que são diferentes modos classificatórios dos indivíduos no espaço social. Nos depoimentos de nossas entrevistadas explicita-se, em várias ocasiões, a relevância da família na construção de seus percursos de vida. Portanto, destaca-se que as trajetórias individuais estão indissociavelmente ligadas à trajetória familiar. Como Battagliola et al. (op. cit., p.144) assinalam, as características e sucessos sociais transmitidos de uma geração para outra, são objetos de práticas de apropriação e transformação pela geração seguinte, na construção da trajetória própria. No mesmo sentido, os efeitos dos acontecimentos familiares são diferentes, consoante uma trajetória feminina ou masculina.

A própria noção de trajetória implica deslocamentos em um espaço sujeito a múltiplas transformações. Portanto, é preciso apontar que, quando pensamos em trajetórias, não existe linha reta com tempos sucessivos nem predeterminados, senão que os indivíduos ocupam simultaneamente diferentes posições constituindo um conjunto de itinerários. Porém, há certos fatores com capacidade de impacto na produção de novos deslocamentos, influenciando, assim, na trajetória dos indivíduos. Segundo Bourdieu (1998, p.190), para compreender uma trajetória deve ser considerado o próprio campo social onde ela se desenvolve e o conjunto de relações objetivas que unem (e/ou confrontam) o agente com outros agentes nesse campo. No caso de nossa pesquisa, o contexto no qual se desenvolvem os itinerários políticos das mulheres pesquisadas é a Argentina da década de 1990, caracterizada pela intensa implementação do modelo neoliberal.

Portanto, Battagliola et al. (op. cit.) e Bourdieu (op. cit.) fornecem respectivamente elementos para considerar que a produção de uma trajetória diferenciada pelo gênero não pode ser abstraída daquela do grupo familiar no qual se inscreve e do contexto mais amplo (social, político, econômico e cultural) onde se desenvolve. Considerando estas questões, a trajetória mostra-se mais adequada que a história de vida, pelo fato de incluir o contexto familiar e social. Porém, outro conceito que vem ao nosso auxílio para compreender como se estabelece a relação entre essas condições objetivas e os sujeitos que não apenas as vivenciam, senão que também podem atuar sobre elas, é o conceito de *experiência*.

Em seu texto “A invisibilidade da experiência”, Joan Scott retoma os diferentes usos do termo na tradição anglo-americana apresentados por Raymond Williams. Segundo ele, “experiência” refere-se ao “conhecimento reunido de eventos passados, seja por observação consciente ou por consideração e reflexão; e um tipo particular de consciência, que pode em alguns contextos ser distinguida de ‘razão’ ou ‘conhecimento’” (SCOTT, 1998, p.306). No século XIX, o termo implicava uma percepção completa e ativa e incluía sentimentos e pensamentos. Já no século XX, adquiriu outra conotação, ao considerar influências externas aos indivíduos como condições sociais, institucionais, formas de crença ou de percepção às quais estes reagem. Para Thompson (1981, p.112), a experiência é um termo médio necessário entre a estrutura e a consciência social e remete à ação do sujeito:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (id. *ibid.*, p. 182)

Refletindo a respeito do conceito de experiência thompiano, Silva (2006) aponta que inseridos nessas relações sociais, os indivíduos “reelaboram sentimentos, maneiras de pensar, de ser, de agir, a partir do universo cultural ao qual pertencem” (id. *ibid.*, p. 41). Nesse sentido, as trajetórias das mulheres pesquisadas são reveladoras de processos de ressignificação e, também, de mudança em diferentes planos da vida. Porém, em virtude da ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004), na qual estão inseridas, o desenvolvimento dessas trajetórias implica processos de *empoderamento*.

Este conceito surge na década de 1960, nos Estados Unidos, vinculado às reivindicações do *American Blacks* por direitos civis, em pró do final do preconceito e das discriminações. Nos anos setenta, passa a ser usado pelo movimento feminista. Segundo Cecília Iorio,

É na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico como instrumento de intervenção da realidade. Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (IORIO, 2002:21)

A autora assinala a existência de duas abordagens do empoderamento no marco do movimento feminista: a instrumental e a processual ou generativa. A primeira esteve vinculada ao grupo *Women In Development* (WID), que se orientava na ideia de “poder sobre” e preconizava o empoderamento das mulheres para “conquistar espaço nas estruturas econômicas e políticas da sociedade e, dessa forma, vir a participar do processo de desenvolvimento” (id. *ibid.*, p.22). Essa perspectiva de um poder transferível, “tomável” e finito, implicou uma clara ameaça para os homens, sem propor mudanças estruturais nas relações de poder. A segunda abordagem, focalizada no processo, aponta as diferentes formas que o poder assume: *poder para* (“que cria possibilidades e ações sem dominação”), *poder com* (“envolve um sentido de que o todo é maior do que a soma das partes”) e *poder de dentro* (“base da autoaceitação e do autorrespeito”). O empoderamento, nesta perspectiva, não implica necessariamente a perda de poder de outros. Porém, implica mudanças nas estruturas que geram a situação de subordinação das mulheres. Iorio (op. cit., p.24) considera ambas as abordagens como complementárias, em virtude de que tanto o controle e poder sobre recursos externos quanto a transformação interna (*poder de dentro*) levam ao empoderamento e se reforçam mutuamente.

Definimos “empoderamento” como um processo em que pessoas ou grupos que possuem uma parcela pequena de poder e, portanto, veem limitadas e/ou anuladas suas possibilidades de escolha, decisão e ação, adquirem parcelas maiores de poder que lhes permitem o exercício de uma cidadania mais plena (id. *ibid.*). Quando utilizamos este conceito estamos reconhecendo a distribuição desigual de poder em nossa sociedade e, principalmente, a necessidade de desenvolver estratégias que possibilitem mudar essa situação. Alguns autores e autoras feministas consideram que o empoderamento, por transformar as relações de gênero, é uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Refletindo a respeito das relações de sexo/gênero, a autora citada salienta:

Quando uma mulher consegue estabelecer uma relação baseada no mútuo respeito e com responsabilidades compartilhadas, as melhoras atingem tanto a mulher quanto o homem. O marido perdeu o poder de impor sua vontade unilateralmente a sua mulher, mas aquele poder o tornava menos humano e diminuía suas próprias capacidades como resultado da sua relação violenta com sua mulher. Nesta mudança houve um ganho para ambos os lados. (id *ibid.*, p.25)

Contudo, é importante salientar que se trata de um processo não linear, com avanços e recuos, e que por ser “moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história” não implica em um final igual para todas as mulheres (DEERE & LEÓN, 2002, p.55). As trajetórias de nossas entrevistadas revelam, muitas vezes, processos de empoderamento a nível individual, mas que ao mesmo tempo se refletem no social.

Várias de nossas entrevistadas relataram que quando começaram a participar em movimentos enfrentaram discriminações e desqualificações por serem mulheres. Às vezes, esses tratamentos reforçavam a crença de que não estavam preparadas para a ação política, principalmente, no caso das mulheres que não tinham militância prévia. Sentiam que estavam onde não deviam e que careciam dos conhecimentos necessários para lidar com essa situação. Ouvir relatos de experiências de companheiras que conseguiram reverter essas crenças, compartilhar uma ação de luta, conseguir fazer cumprir seu direito etc., pouco a pouco as foi tornando conscientes de sua capacidade e de que o que não sabiam poderia ser aprendido coletivamente, na própria práxis.

Segundo Brumer & Anjos (2007, p.2), o empoderamento pode ser percebido em diferentes dimensões: econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica “consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade

nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho” (id. *ibid.*). Precisamente quando explorarmos essa dimensão econômica é possível identificar diferentes vias de empoderamento que as mulheres constroem, e as articulações entre as dimensões do empoderamento.

Ao refletirmos sobre as articulações entre as dimensões do empoderamento percebemos a possibilidade de que estas se reforcem mutuamente. Contudo, algumas pesquisas alertam-nos para o fato de que o empoderamento conseguido, por exemplo, na esfera pública nem sempre se traduz em empoderamento individual transferido à esfera privada (ANTUNES, 2006, p.147). A pesquisadora assinala que o processo deve ser percebido nas diferentes arenas de luta, nos diferentes papéis que as mulheres ocupam, pois cada uma se apropriará e utilizará o poder de forma diferenciada, segundo a situação de vulnerabilidade que vivencie em cada espaço, no intuito de lidar e transformar os desequilíbrios de poder.

Cecília Iorio assinala que o empoderamento “não pode ser feito em nome das pessoas que necessitam ser empoderadas”, mas que atores ou agentes são necessários nesses processos e funcionam como catalisadores (IORIO, 2002, p.26). Esses agentes podem ser externos (ONGs, agências de desenvolvimento, governos etc.) ou ser parte do próprio grupo, no caso dos movimentos sociais.

O conceito de empoderamento passou a ser muito utilizado pelas agências de financiamento internacionais como a panaceia para os problemas suscitados pelas desigualdades. Nesse sentido, Saffioti (2004) chama a atenção para os limites do empoderamento individual que transforma as mulheres *empoderadas* em mulheres-álibi no discurso neoliberal:

Se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil (SAFFIOTI, 2004, p.114).

A pensadora destaca a necessidade de *estudos sobre mulher (es)*, em virtude de que a atuação delas sempre foi pouco registrada. Considera que essa história precisa ser “descrita para que haja *empoderamento*, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída” (SAFFIOTI, 2004, p.103). Salienta que a consequência do desconhecimento por parte das mulheres da própria história e a história de suas lutas faz com que se considerem “incapazes de se mover no seio da macropolítica”. Porém, quando percebem:

que há uma profunda inter-relação entre a micropolítica e a macropolítica, elas podem penetrar nesta última com grande sucesso. Na verdade, trata-se de processos micro e processos macro atravessando a malha social (...) E as mulheres sabem como tecer a malha social, operando em processos macro e em processos micro. (id. *ibid.*, p.81)

María Del Carmen Feijoó assinala que “as lutas olvidadas pela historiografia oficial estão de alguma maneira presentes e operando na memória das mulheres, na determinação das ancoragens de sua identidade e no imaginário coletivo” (FEIJOÓ, 1994, p.321, TN). Assim, podemos compreender que essas lutas sejam retomadas com a presença e protagonismo feminino enfrentando e lidando nos processos de crise de diversa índole (econômico, bélico, social, político etc.). Contudo, a autora questiona a respeito da “posterior retração” dessa atuação, salientando que as características pendulares da participação feminina podem se dever aos regimes políticos, mas também ser “consequência do mesmo discurso das mulheres e da lógica e a legitimidade a partir da qual as mulheres constroem e argumentam sobre as modalidades de sua participação nos períodos de crise construindo uma lógica específica de gênero” (id *ibid.*, p.320, TN).

Nosso trabalho pretende se debruçar a respeito dessas questões a partir da abordagem de trajetórias femininas que refletem a história recente e as lutas que as mulheres empreendem ao percorrer um itinerário político, no marco do movimento social, num contexto caracterizado pelas consequências do sistema neoliberal implementado.

Contexto sócio-econômico

Cabe assinalar que a doutrina neoliberal surgiu como reação ao modelo keynesiano, que atribuía um papel preponderante ao Estado no desenvolvimento econômico. Segundo Rosenmann (2006) a primeira iniciativa neoliberal foi a criação, na França, do Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo, pouco antes da Segunda Guerra Mundial. Em 1944, um dos precursores da doutrina, Friedrich Hayek publicou “O Caminho da Servidão”, em que denunciava as limitações na dinâmica do mercado produzidas por um Estado Intervencionista e de Bem-Estar. Em 1947, Hayek, que participara da primeira associação neoliberal, formou a Sociedade de Mont-Pèlerin junto a renomados intelectuais, opositores ao *New Deal* norte-americano e ao Estado de Bem-Estar europeu, visando combater o keynesianismo e o solidarismo e preparar as bases de outro tipo de capitalismo (ANDERSON, 1995).

Num contexto de pós-guerra e de crescimento do capitalismo, as ideias neoliberais permaneceram num nível teórico frente à hegemonia keynesiana. Porém, com a crise do capitalismo na década de 1970 a doutrina neoliberal começou a ganhar terreno (id. *ibid.*). Hayek apontava que as raízes da crise estavam no poder adquirido pelos sindicatos e na tendência a aumentar o aparelho do Estado. Assim, o remédio seria manter um Estado forte para romper com os sindicatos e controlar o gasto social. A restauração de uma taxa “natural” de desemprego se apresentava como desejável, pois criaria um “exército de reserva”, diminuindo o poder do movimento operário, e assegurando a acumulação capitalista (id. *ibid.*). Essa acumulação também seria garantida pela redução de impostos sobre rendimentos altos. O ideário neoliberal incluía o anticomunismo, fazendo-se mais atraente ainda no contexto da Guerra Fria.

Um dado interessante apontado por Marcos R. Rosenmann (op. cit.) é que enquanto entre 1930 e 1970 “os centros de produção de conhecimento, os empresários e a elite se socializaram na linguagem keynesiana” (id. *ibid.*, p. 848), na década de setenta os centros acadêmicos redefiniram planos e programas de estudos e “a formação dos economistas assumiu um perfil crítico em relação às doutrinas intervencionistas do Estado de Bem-Estar” (id. *ibid.*, p. 850). Nessa década, a comunidade científica legitimou o discurso neoliberal, outorgando o Prêmio Nobel a seus principais representantes Friedrich Hayek e Milton Friedman, em 1974 e 1976, respectivamente.

Essa doutrina produzida para sociedades de capitalismo avançado encontrou na América Latina o território propício para sua implementação inicial. Assim, a experiência neoliberal pioneira se desenvolveu no Chile, orientada pelo documento *Bases de la política económica del gobierno militar chileno*, mais conhecido como “*El ladrillo*” (O tijolo), cuja autoria intelectual se adjudica a Sergio de Casto e Arturo Fontaine. Assim, no contexto latino-americano, a virada neoliberal esteve acompanhada pela quebra das ordens constitucionais e por uma involução política antidemocrática, como afirma Rosenmann (op. cit.),

as mudanças ocorreram sob os regimes militares, o assassinato, o cárcere, o desterro, o exílio e as demissões foram a resposta para eliminar os opositores. Seus próprios ideólogos não ocultaram esse princípio articulador do neoliberalismo na América Latina, interpretando-o como qualidade específica. Assim, apresentaram as Forças Armadas como instituições comprometidas com a modernização neoliberal, concebida como “projeto libertário” (id. *ibid.*, p. 851).

No caso argentino, com o golpe militar de 24 de março de 1976 iniciou-se o *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN), que teve como objetivos restaurar a

economia e lutar contra a subversão (DE RIZ, 1980, p.71). Vinculado ao primeiro objetivo, os militares optaram por um modelo de acumulação. Esta opção, segundo De Riz (1980), manifestou uma das especificidades do regime militar. A política implementada buscava produzir transformações profundas na estrutura econômica argentina, e respondia a um contexto de crise registrada nos países industrializados, criando as condições para uma nova divisão internacional do trabalho orientada pelo neoliberalismo (id. *ibid.*, p.73).

O plano econômico contou desde o começo com o apoio do governo dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que com empréstimos “ajudou” a recompor as reservas do país (AYERBE, 1998, p.44). Com José Martínez de Hoz como Ministro da Economia, mudou-se o padrão de acumulação, da industrialização substitutiva para a valorização financeira. O endividamento externo e fuga de capitais iniciaram um ciclo de “*rentismo financiero*”, que consistia na rotação dos capitais sobre si mesmos, criando interesses sem respaldo na produção real (RODRÍGUEZ, 2004). Os ganhos obtidos no mercado financeiro local eram remetidos ao exterior. Esta fuga de capitais representou 71,8% da dívida externa até 1982 (id. *ibid.*). Portanto, a situação caracterizou-se por processos inflacionários, desvalorizações sucessivas e/ou criação de nova moeda, incremento da dívida externa, aumento da especulação e um crescente déficit das empresas nacionais, orientando o caminho para a desnacionalização.

As políticas adotadas beneficiaram as grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, e eliminaram as empresas medianas e pequenas. Definindo, assim, um processo de “massiva mobilidade descendente” que, embora tenha raízes anteriores ao *Proceso* (termo com o qual costuma se referir à ditadura), acentua-se e aprofunda-se com as medidas executadas a partir da metade da década de 1970 (MINUJIN, 1992).

Segundo Beccaria (1992), a queda dos salários e a distribuição mais desigual acentuaram-se a partir de 1975, mas ganhariam força com as medidas repressivas implementadas pelo regime militar. A neutralização do movimento sindical realiza-se de diversas formas. Por um lado, a *Confederación General del Trabajo* (C.G.T.) e a *Confederación General de Empresarios* (C.G.E.) foram interditas e eliminaram-se as convenções coletivas. Por outro, aplicaram-se medidas de ajuste e de diminuição do salário real, que chegou a 50% (DE RIZ, 1980). As medidas econômicas são entendidas, pelos autores consultados, como forma de disciplinar a classe trabalhadora. Dessa maneira, os trabalhadores não somente viam anuladas as possibilidades de negociação

pelo poder sindical, senão que também se enfrentavam com um contexto que priorizava a especulação financeira e era incapaz de gerar novos empregos.

O retorno à democracia, em 10 de dezembro de 1983, esteve marcado pela chamada “crise da dívida externa”, a consolidação estrutural da valorização financeira e a condução do sistema econômico por setores em expansão (grupos econômicos locais, conglomerados estrangeiros e a Bolsa), com base na redistribuição dos salários dos trabalhadores (BASUALDO, 2002). Essa redistribuição realizou-se de maneira direta reduzindo os salários e, de maneira indireta, através dos impostos e das privatizações.

Perry Anderson assinala que nenhum dos governantes eleitos democraticamente mostrou sua cara “neoliberal”, muito pelo contrário “prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90” (ANDERSON, 1995).

Se em princípio, segundo os governantes, a venda ao setor privado das companhias estatais de eletricidade, água, telefone, aviação, minério e dos setores industrial e financeiro permitiu aos países contar com liquidez e passar a imagem de Estado eficiente, “saneado e sem déficit”, por meio de uma contabilidade de curto prazo, a idílica situação de superávit acabaria por entrar em colapso. (ROSENMAN, 2006, p.852)

Segundo o autor, a desarticulação e desmonte de estruturas produtivas fundadas no processo de industrialização das décadas de 1930 e 1940, geraram maior dependência industrial, tecnológica e financeira. As estruturas produtivas da região passaram a ser mais primário-exportadoras do que há meio século (id. ibid., p. 852). Considerando essa configuração, Silva (2008) denomina este novo processo de acumulação do capital global como “fase da refundação/reinvenção da colônia”.

Na década de 1990, Perry Anderson fez um balanço provisório do neoliberalismo nos países desenvolvidos, considerando que se tratava de um movimento ainda inacabado. Assim, afirmava:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (id. ibid.)

Rosenmann, avaliando indicadores sociais de 1980 a 1999, afirma que o neoliberalismo fracassou, pois trouxe maior desigualdade, miséria e exploração.

Aumentou a pobreza⁸ e o desemprego, caiu o salário real, nossas sociedades tornaram-se mais desiguais, o meio ambiente se deteriorou assim como “a qualidade de vida de mais de dois terços da população mundial” (id. *ibid.*, p.850). Contudo, no começo do século XXI, o autor observa uma tendência contrária a permanecer “na trilha neoliberal”, motivada pelas sucessivas crises e pelo aumento das lutas democráticas de diferentes movimentos sociais surgidos na década de 1990.

Precisamente, o itinerário político das mulheres pesquisadas se desenvolve nesse contexto criado pelas condições objetivas que o modelo neoliberal impõe e pelas possibilidades de resistência urdidas pela ação coletiva de diferentes sujeitos, em diferentes espaços. Giarracca (2003a) afirma que, pouco a pouco, todo o território nacional foi cenário do protesto social, motivado pela perda de direitos sociais, em virtude da implementação das políticas neoliberais. A autora aponta que se trata de lutas de “defesa” e “preservação” dos “direitos sociais adquiridos no século XX” (id. *ibid.*, p.195).

direitos sociais adquiridos no século XX, tais como: condições de trabalho, salários, educação pública; preservar pequenos patrimônios familiares, como no caso de pequenos e médios produtores agrários ou industriais ameaçados por dívidas), demandar um ingresso mínimo diante da perda do trabalho remunerado (a luta dos desocupados), etc. (GIARRACCA, 2003a, p.195, TN).

Nesse sentido, é pertinente pontuar que nenhum dos movimentos pesquisados surge a partir de reivindicações consideradas tradicionalmente “femininas” como, por exemplo, a reivindicação de creches, a igualdade salarial e outras levantadas pelo feminismo ao longo de sua história de lutas. As motivações são, inicialmente, outras que poderiam ser consideradas como “masculinas”, o sustento familiar, a defesa da propriedade familiar, a obtenção de justiça, entre outras. Quando começam a se mobilizar a questão de gênero fica evidente, na medida em que a mesma se espalha por todo o contexto social dessas mulheres: no espaço doméstico; na relação com o próprio marido e os filhos; no espaço público; na relação com as pessoas que estão no movimento (homens e mulheres) e também com as instituições.

Os próximos capítulos referem-se aos retratos biográficos de: Laura Padilla; Emma Martín; Norma Durante; Eleuteria Segovia; Graciela Centurión e María Tereza Rosario, frutos da reconstrução de suas trajetórias de vida. Nesses retratos damos

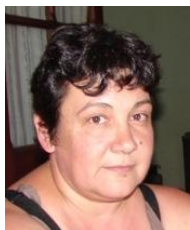
⁸ Até os anos 90, mais de 200 milhões de latino-americanos viviam em condições de pobreza e extrema pobreza, 70 milhões a mais do que em 1970, o que equivale a quase 47% de toda a população (id. *ibid.*, p.854)

visibilidade à participação política para o melhor entendimento de suas experiências de engajamento, identificando as dificuldades que vão sendo enfrentadas, as alternativas de participação criadas, as aprendizagens desenvolvidas, as contribuições e saberes elaborados. Também, levantamos alguns fatores e práticas que geram exclusão para a participação política das mulheres, assim como os que a favorecem, no contexto de suas trajetórias biográficas, tecendo algumas discussões vinculadas ao universo teórico-metodológico das questões de empoderamento e das relações de gênero.

As trajetórias destas seis mulheres, por momentos, se encontram. Por estarem inseridas em uma trama, fundamentalmente, dialogam entre si. Elas sentem-se parte dessa trama e dela se valem não apenas para “resistir”, senão também para “tecer política”. Assim, à guisa de síntese, compomos o mural “Fios de Ariadnes”, a partir de um mural criado por Graciela Centurión e nosso registro imagético. Recriando o mito de Ariadna, Laura, Emma, Norma, Eleuteria, Graciela e María Tereza tomaram em suas próprias mãos o novelo, às vezes, dissimulando, às vezes, convidando outras “a tecer”, e se adentraram nessa espécie de “labirinto” que a política representa para os/as que nela se iniciam. Seus itinerários, como os próprios fios de Ariadne, deixam patente que não é através de ações teleológicas que conseguem respostas às suas reivindicações, senão que é possível proceder de diversas maneiras, utilizar todos os meios disponíveis, recriar e criar novos repertórios de luta. A herança da luta, acreditamos, são seus itinerários de participação política que foram mapeando possibilidades e limites, procurando novas alternativas.

Antes de apresentar os retratos biográficos das participantes, apresentamos os perfis de cada uma delas.

PERFIS DAS ENTREVISTADAS



Laura Padilla – 49 anos, piqueteira, participou dos primeiros piquetes em Cutral-có e Plaza Huincul (Neuquén), e é conhecida como a “*madre de los piqueteros*”. Nasceu em *El Perdido* (Província de Buenos Aires). Quando tinha um ano, seu pai foi contratado pela empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) e a família se trasladou para General Roca. Sua mãe era dona de casa e também teve um pequeno comércio. Tem um irmão, jornalista, professor de História e ex-combatente da Guerra de Malvinas. A família morou, também, em Tostado (Santa Fe), em virtude do emprego do pai. Laura teve uma filha que criou sozinha. Casou-se em 1984 e teve mais dois filhos. Separou-se em duas ocasiões do marido por maus-tratos e, em julho de 1993, a separação deu-se de forma definitiva. Em 1994, começou a trabalhar como professora dando aulas de reforço. Após ter participado no levante em Cutral-có, estudou para Leiloeira e Corretora Pública (1997), para Oficial de Justiça (2000), e realizou vários cursos de Especialização em Violência Familiar, Maus-tratos e Abuso Infantil (2001 e 2002). Em 1999, fundou o grupo *Por tu familia*, que trabalha a questão da violência familiar e pensão alimentícia, e desde então, mantém uma importante luta contra o sistema judiciário argentino.



Emma Martín – 55 anos, participante e membro fundadora do *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), em Rosario (Santa Fe). É a filha caçula de uma família de seis irmãos. Seu pai começou trabalhando como boiadeiro e com o tempo conseguiu alugar 10 hectares e estabelecer seu próprio *tambo*⁹, que administrou de 1939 a 1955. Neste ano, junto a um sócio, comprou um campo em Roldán (Santa

⁹ Equivalente ao brasileiro de Rio Grande do Sul *tambo*, estábulo onde se ordenham as vacas para venda de leite.

Fe), onde estabeleceram um tambo e uma pequena produção agrícola. Posteriormente, o sócio vendeu-lhe sua parte da propriedade. Emma viveu toda sua vida no campo. Casou-se em 1974, com um produtor de hortaliças; tendo a opção de morar na cidade, escolheu permanecer no campo. Tiveram três filhos: dois homens e uma mulher. Sua filha mulher teve um filho. Emma mora desde seu casamento em uma propriedade de 20 hectares, em Rosario (Santa Fe). Em 1995, começou a participar do MML.



Norma Durante – 54 anos, participante e pessoa de referência do *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), em General Roca, Província de Río Negro. Sua mãe, María Luisa Del Hierro, e seu pai, José Durante, instalaram-se na cidade de Buenos Aires após o casamento. Porém, sua mãe quis voltar ao lar familiar. Assim, Norma e sua irmã foram criadas no sítio do seu avô Celestino Del Hierro, perto de General Roca. Norma estudou nessa cidade, casou-se e teve dois filhos, os quais, após seu divórcio, ficaram ao seu cuidado. Em uma segunda união, teve uma terceira filha. Trabalhou no *Hogar de Niños* de General Roca, posteriormente, no *Banco Los Andes* até o momento em que a instituição faliu e ficou desempregada. Em 1979, prestou concurso para entrar na Polícia Provincial e ingressou nessa Instituição, permanecendo até 1999, ano em que se aposentou. Com a morte do avô, assumiu simultaneamente o trabalho de produtora. Em 1998 começou a participar do MML regional.



Eleuteria “Mary” Segovia – 54 anos, participante da *Corriente Clasista Combativa* (CCC), em Garín, Província de Buenos Aires. Nasceu em Itá, Paraguai, em 20 de fevereiro de 1955. Seu pai trabalhava em uma olaria e sua mãe era dona de casa. Tiveram três filhos e se separaram quando ela tinha cinco anos. Sua mãe ficou responsável pelos filhos, mas decidiu ir para Buenos Aires à procura de emprego e deixou os filhos a cargo de terceiros. Mary, com sete anos de idade, foi encomendada à

família de um chefe da polícia. Começou a frequentar a escola, mas em virtude da ausência da mãe, a família retirou-a, obrigando-a a trabalhar como “serviente” das filhas. Aos 14 anos, fugiu da casa. Em seguida, a mãe tornou a procurá-la e a levou para Argentina. Trabalhou como empregada doméstica. Conheceu seu marido, pedreiro, também de origem paraguaio. Com quinze anos, decidem morar juntos. Aos 16, nasce a primeira de sete filhos. Em momento de dificuldade financeira trabalhou como empregada doméstica e produziu, também, pão para venda. Em 2002, começou a participar da CCC e, atualmente, se reconhece como *piquetera*.



Graciela Centurión – 47 anos, encabeça a reivindicação de justiça pela morte de sua filha Mariana Victoria Sánchez e participa de outras mobilizações vinculadas ao combate da impunidade. Seu pai trabalhava em uma madeireira e sua mãe aposentou-se como porteira de uma escola particular; separaram-se quando ela tinha dez anos. Graciela se casou com 17 anos e teve dois filhos: Pablo e Mariana. A família se estabeleceu em Garín (província de Buenos Aires). Realizou cursos de confeitaria e trabalhou nesse ofício durante vinte anos. Fez o colegial em uma escola noturna e deu continuidade a seus estudos no Professorado em Artes Visuais. Em 17 de agosto de 2006, sua filha morre vitimada por um tiro na cabeça. Estava no carro de seu namorado, o policial Gabriel Omar García, no estacionamento de Mc Donald’s de Campana (província de Buenos Aires). As investigações rapidamente levaram a crer que a jovem tinha se suicidado. Rejeitando essa hipótese, Graciela, com o incentivo e apoio de familiares, amigos, vizinhos e do grupo da CCC que funciona no bairro, iniciou uma série de mobilizações até conseguir o afastamento do cargo de Gabriel García e apontar sua responsabilidade como acusado do crime.



María Tereza Rosario – 38 anos, é liderança sindical da fábrica de alimentos Kraft Foods, ex-Terrabusi, há mais de dez anos. Nasceu na cidade de Florida, Província de Buenos Aires. Seu pai trabalhava como coletor de resíduos num clube e sua mãe como empregada doméstica e cozinheira. María tem quatro irmãos, um mais velho e três irmãs mais novas. Ao concluir o colegial, realizado no período noturno, começou o curso de Arquitetura na *Universidad de Buenos Aires* (UBA), mas pelas condições financeiras da família abandonou os estudos e decidiu trabalhar para contribuir com o orçamento familiar e ter autonomia. Trabalhou algum tempo como babá e como vendedora num pequeno comércio. Em 1990, foi contratada pela fábrica Terrabusi. Em 1994, concorreu como candidata a membro da Comissão Interna da fábrica e foi eleita. No ano seguinte, começou a militar na *Corriente Clasista Combativa* (CCC) do *Partido Comunista Revolucionario* (PCR). Sendo reeleita, desde então, é delegada, defendendo os direitos de trabalhadoras e trabalhadores nessa fábrica do setor da alimentação com 2.800 pessoas.

RETRATO DE LAURA

A trajetória de Laura tem como fundo o impacto das privatizações das empresas do estado nas economias do interior do país, principalmente a venda da empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF). Nossa entrevistada protagonizou os primeiros levantamentos que deram origem a uma nova forma de protesto: o piquete (bloqueio de rodovias), em torno da qual surgiu um novo ator social: o piqueteiro. Assim, passou a ser conhecida como “*madre de los piqueteros*”, e foi quem assinou o acordo com o governador do estado, Felipe Sapag, para levantar o piquete de seis dias, chamando a atenção do país para a crise que começava a se sentir nas economias do interior. Sua trajetória é diferenciada em relação às outras que serão apresentadas, pois há uma produção pessoal, jornalística e acadêmica em torno dela.

Origem, família e primeiras lutas

Laura Padilla nasceu em 24 de janeiro de 1960, em *El Perdido*, um povoado de menos de mil habitantes, pertencente ao município de Coronel Dorrego, na Província de Buenos Aires. Quando tinha um ano, seu pai foi contratado pela empresa YPF e a família se trasladou para General Roca. Nessa cidade, Laura foi criada. Sua mãe era dona de casa e também teve um pequeno comércio. Suas lembranças da infância se reportam à ausência do pai que, pelo tipo de serviço e, principalmente, por não se afiliar ao partido político local, era “penalizado” com traslados, devendo se afastar com frequência da família. Um depoimento, registrado no livro de Javier Auyero¹⁰, retrata as vivências dessa época:

“Yo viví toda mi niñez y mi adolescencia sin papá porque mi viejo se iba a trabajar al campo de obrero de sismográfica, y venía sólo los fines de semana. Mi papá nunca se afilió al MPN¹¹, ni al sindicato, y por eso padeció mucho con

¹⁰ Em 2001, Javier Auyero, sociólogo argentino, Professor de Sociologia da Universidade Estadual de Nova York, interessou-se pela história de Laura e sua participação nos piquetes de Cutral-có. Assim, desenvolveu um trabalho de campo orientado à reconstrução dos acontecimentos de junho de 1996, tomando como eixo a trajetória de Laura. A reconstrução do levante de Cutral-có foi publicada no livro “*Vidas Beligerantes. Dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento*”.

¹¹ O *Movimiento Popular Neuquino* (MPN) é um partido político provincial, fundado em 1961, em virtude da proscrição do Peronismo. Formou-se a partir da vertente política e da sindical e governa a província de Neuquén até a atualidade.

Sapag¹². Lo trasladaban todo el tiempo. Yo me crié en una familia en que la política era un tema que estaba prohibido. El político, en mi casa, era un tipo sucio. A mí no me gustaban los políticos.” (AUYERO, 2004, p.79)

Andrea Andújar assinala que essa dinâmica laboral imposta aos trabalhadores da YPF imprimia especificidade nas relações de gênero, pois estas não são moldadas apenas pelo sistema socioeconômico e político.

o fato de que a organização da produção provoque que o *ypefiano* permaneça fora de sua casa de 15 a 20 dias, gera um tipo de vínculo particular com seu âmbito doméstico e as pessoas que o constituem. Portanto, as mulheres destes trabalhadores dispunham de uma “autonomia” maior que outras mulheres a respeito do uso de “seus” tempos e a tomada de decisões. Enquanto a presença dessas mulheres no que corresponde à criação de seus filhos/as, também era muito maior. (ANDÚJAR, 2005, p.5, TN)

A autora destaca que pertencer ao mundo *ypefiano* trazia seus benefícios, ao ponto de despertar “um profundo sentimento de pertencimento e de identificação” dos/as trabalhadores/as com a empresa estatal. Esses benefícios envolviam as mulheres, pois a empresa fornecia serviços tais como: escolas, creches, centros esportivos, escolinhas etc., e, assegurava a seus filhos a futura inserção laboral.

Reportando-se às suas origens, nossa entrevistada conta que a casa familiar foi construída pelo pai e pela mãe. Enquanto sua mãe realizava os trabalhos de alvenaria para levantar a casa, Laura aprendeu a fazê-los “*porque desde chiquita que los vengo haciendo*”. Na sua narrativa, estabelece uma continuidade entre suas origens, seu trabalho e luta atual. Assim, o passado vai emergindo em fragmentos que saem à luz, justificando e dando sentido às ações do presente. Expostos aqui em forma cronológica para favorecer a leitura, suas memórias ganham força e sentido na vida atual da narradora. Assim, por exemplo, emerge a história da sua avó indígena:

“(…) yo tengo mi abuela que era india¹³ y durante años todos es como que hablábamos de la abuela india, la abuela que había abandonado a los hijos, porque mi abuelo, el papá de mi mamá, ellos son todos de ojos celestes. (...) Son más bien rubios de ojos celestes, ¿por qué? porque tienen una ascendencia alemana. Pero bueno el primer abuelo que vino con la Conquista¹⁴, cazó una

¹² Felipe Sapag, político e empresário, um dos fundadores do MPN. Em três oportunidades eleito governador 1962, 1963 e 1973 foi derrubado por golpes militares. Durante a ditadura do General Juan Carlos Onganía foi nomeado interventor de Neuquén e desempenhou-se de 1970 a 1972. No período democrático, governou de 1983 a 1987, e se reelegeu em 1995.

¹³ De origem *mapuche*, povo indígena da região centro-sul do Chile e da Argentina, conhecido como *araucanos*. Segundo a “*Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas*” (ECPI), de 2004-2005, realizada pelo *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos* (INDEC), 113.680 pessoas auto-reconheceram-se como *mapuches*, sendo maioria de primeira geração (pai ou mãe *mapuche*). Disponível em <http://www.indec.mecon.ar/webcenso/ECPI/index_ecpi.asp>, consultado em 02 abr. 2008.

¹⁴ A cidade de General Roca foi fundada em 1 de setembro de 19879 durante a *Conquista del Desierto* ou *Campaña Del Desierto*, campanha militar que objetivava o domínio territorial das regiões pampiana e

india, tuvo dos hijos, los soldados corrieron las tolderías y la abuela dejó esos hijos, porque esos hijos ni eran del grupo de los extranjeros, pero tampoco eran del grupo de los indios. **Entonces, viste como yo después hago todo un trabajo como el que hice con los indios mocovíes.** Con cuánto dolor se debe haber ido aquella mujer, porque sea como sea eran sus hijos, pero eran hijos despreciados en su propio país. Porque no eran de un grupo, ni del otro. (...)"

Segundo POLLAK (1992, p.201), os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva são: acontecimentos (Conquista, origem familiar), pessoas/personagens (avó indígena e avô alemão) e lugares (fronteira¹⁵). Estes podem ser vividos ou conhecidos pessoalmente; “vividos por tabela”, quer dizer, pelo grupo ou coletividade de pertencimento; ou situados fora do espaço-tempo de quem lembra. Para o autor, quando estes últimos adquirem tal força na memória da pessoa, havendo identificação ou projeção com esse passado não vivenciado, fala-se em “memória herdada” (id. ibid.). Fruto de um trabalho familiar com o passado, “*durante años todos es como que hablábamos de la abuela india*”, a lembrança de Laura nos remete a um capítulo da história argentina muitas vezes silenciado ou, no melhor dos casos, conhecido na versão escrita pela mão dos poderosos, dos vencedores.

Essa narrativa coletada merece que abramos uma pequena janela, pois arroja facho de luz sobre a situação de violência do processo de Conquista e Colonização e, principalmente, sobre a parcela dessa violência que vivenciaram as mulheres, neste caso, aborígenes. Costa (2000) refere que o tema da cativa esteve presente nos primórdios da literatura nacional, refletindo ideias e sentimentos em torno às relações entre os sexos.

Na confrontação de duas culturas, no âmbito instável da guerra de fronteiras entre espanhóis, *criollos*¹⁶ e indígenas, as diferenças e as relações entre os sexos se problematizaram, se observaram, se compararam. A questão de gênero teve um lugar inevitável nas reflexões e nas imagens criadas ao redor da longa guerra de fronteiras com os indígenas, conflito racial-econômico-político-militar, que gravitou enormemente na conformação de uma identidade subjetiva em termos de nacionalidade. (id. ibid., p.89, TN)

patagônica, pertencentes aos povos mapuche, *tehuelche* e *ranquel*, dirigida pelo Ministro de Guerra Julio Argentino Roca.

¹⁵ “A fronteira não é um limite e tampouco é somente lugar do conflito. Aparece como o espaço da indefinição, onde se desenvolve uma vida peculiar, marcada pelas contaminações, as misturas, as transformações. Ali podem ocorrer desgraças e perdas irreparáveis. Também encontros milagrosos, resgates incríveis. Em fim, é um mundo com leis próprias, onde se confrontam e estão em contato permanente os dois mundos em pugna” (COSTA, 2000, p.96).

¹⁶ Filho de pais europeus nascido em qualquer outra parte do mundo, ou hispano-americano descendente de pais europeus.

Segundo a autora, o rapto e cativo de mulheres indígenas, geralmente, passaram a serem práticas habituais e chegaram a ser consideradas “naturais” no território de fronteira. Estas cativas, maiores numericamente, tiveram diferente sorte às cativas brancas em poder dos índios, pois como no caso da avó de Laura nem ela, nem seus filhos pudera se inserir na sociedade dos brancos. Nesse sentido, Martins (1997) afirma:

O único grupo de raptos que não incorpora efetivamente o raptado, mantendo-o à margem, é o dos brancos. Mesmo quando submetem os índios raptados a até sofisticados processos de ressocialização (...). Especialmente as mulheres raptadas quando crianças, mesmo educadas como europeias, não chegaram a casar e constituir família. (...) sem efetivamente entrar no circuito dos relacionamentos que implicassem aceitação e integração, como ocorreria por meio do casamento. Ou então, como ocorreu na Amazônia, como concubinas e mães de filhos bastardos, esposas não reconhecidas de seus raptos. (id. *ibid.*, p.47-48)

A cativa índia foi rapidamente tirada da cena para priorizar a representação da cativa européia, invertendo “a situação de conquista e roubo: não era o homem branco quem despojava ao índio de suas terras, sua liberdade e sua vida, senão o índio quem roubava ao branco sua mais prezada pertença” (d. *ibid.*, p. 89). No último capítulo, a partir de outro relato coletado, retomaremos a questão da cativa europeia. Por enquanto, vale considerar que a presença dessas narrações de acontecimentos, à primeira vista, distantes, longínquos no tempo, evidencia uma História que não acabou de ser escrita.

Em 1974, o pai foi transferido para Tostado (província de Santa Fe), e a família foi para o “norte”. Lá, Laura concluiu o colegial, “*en aquel momento yo era una adolescente, nada más, vivía para el Sui Generis (banda de rock) y la Fiesta del Día del Estudiante*”. Disse ter vivenciado a época com medo, mas sem saber bem o que acontecia, pois ninguém explicava nada. Hoje, essas lembranças da adolescência apresentam-se perpassadas por uma memória política; eram os anos da ditadura militar, dos desaparecimentos de pessoas. Desta maneira, num texto escrito posteriormente, essas lembranças foram reelaboradas de forma crítica:

“allá en Tostado, en Santa Fe, aprendí lo que era el miedo, época de muertos y desaparecidos y la mentira del gobierno de ese momento. Le tenía más miedo a un universitario que a un milico. El daño hoy en día está en los que quedamos vivos y fuimos testigos del horror, de la muerte y de esa mentira. De no ser por las Madres de Plaza de Mayo y la prensa.”

Por essa época, Laura iniciou o namoro com um jovem, agente da polícia “*de esos morochos re bonitos*”, e ficou grávida. Na entrevista, explica:

“Este señor dice que se asustó, no sé qué. Las cosas no empiezan a andar bien, de hecho mi mamá me casaba porque eso (*ficar grávida*) era casarse. Y yo digo ‘No, yo no me voy a casar con un tipo por estar embarazada’. El quilombo (*confusão*) que se me arma en la familia eso de estar embarazada, soltera, es... Pero bueno, me la banqué (*agentei*) hasta donde pude, viste cuando vos decís...”

Teve sua filha Paula com dezoito anos e continuou morando com seus pais. Segundo ela, nunca foi perdoada por não ter se casado “*es como que quedó la mancha a la familia*” (AUYERO, 2004, p.79). Este episódio de sua trajetória revela uma ruptura com os padrões tradicionais. Ela assumiu ser mãe solteira arcando com as consequências que implicava na época, e que ainda hoje implica. Em 1978, quando sua filha tinha entre quatro e cinco meses, voltaram a General Roca e Laura começou a trabalhar na *Caja de Subsidios Familiares*. Conheceu Juan, seu ex-marido, que na época trabalhava numa empresa de construção e estudava na universidade para Contador Público. Esclarece que, antes de se casar com ele, namorou durante seis anos. Disse “*es como que pasa todo un tiempo*”. Os dois tinham bons salários e foram juntando o dinheiro para construir e mobiliar a casa.

Casaram-se em 6 de janeiro de 1984. Ela afirma que os problemas de relacionamento com o marido começaram já nos primeiros dias de casados. O primeiro motivo de conflito foi o fato da escritura do imóvel que ocupavam estar no nome dos dois “*eso porque, en su familia, la tradición es que la casa está siempre a nombre del hombre, no figura el nombre de la mujer en una escritura*” (AUYERO, 2004, p.80). Em seguida, começaram as recriminações e os episódios de violência, “*él le dio el apellido a mi hija (Paula). Es como que tenía que decir gracias todos los días*” (id. *ibid.*). Num dos episódios de agressão, foi expulsa da casa com sua filha, numa noite, enquanto nevava, por ter lhe “desobedecido”. Separou-se e deu início aos trâmites para o divórcio. Estava grávida de cinco meses. A ordem do juiz foi que o marido saísse da residência. Juan acatou-a, mas esvaziou a casa e quebrou tudo o que não conseguiu levar. Laura encarou novamente uma gravidez sozinha. O marido só reapareceu, pouco antes da primeira audiência, para pedir-lhe perdão. Nessa ocasião conheceu seu filho:

“lo abraza al nene, y yo super enamorada le digo que sí. Entonces fui a Tribunales y dije que no quería separarme. **Los testigos se fueron todos a su casa, todos creyendo que yo cometía el peor error de mi vida; pero estaba él, que era mi marido, el papá de mis hijos**” (AUYERO, 2004, p.81) Grifo nosso

Nossa entrevistada tinha um emprego estável que lhe proporcionava certa independência financeira, mas era frequentemente culpabilizada por não ser capaz de

manter o matrimônio que, pela situação financeira do marido, as pessoas avaliavam como “conveniente”. Neste sentido, Heleieth Saffioti atenta para um dos fatores dessa “ambiguidade” geralmente observada nos casos de violência doméstica: a pressão exercida não só pela família, pelos amigos, mas também pela Igreja “*íbamos todos los domingos a misa y yo al cura le confesaba que mi marido me mataba a palos. El cura me decía que lo perdonara y rezara por él*” (AUYERO, 2004, p.84). Segundo Saffioti (2004), preservar a “sagrada família” como instituição importa mais do que “o que se passa em seu seio” (SAFFIOTI, 2004, p.88-89).

Voltaram a conviver, segundo ela, numa relação boa que durou um ano aproximadamente. Ela mesma esclarece que, nesse tempo, não podia visitar os seus pais, nem frequentar a casa de amigos e, assim, foi se isolando. O marido quis ter outro filho. Em dezembro de 1986, estando grávida de poucos meses, a Juan “*le agarró otra vez el patatún (ataque de nervos), por cualquier cosa se molestaba*” (AUYERO, 2004, p.81). A pedido do marido, renunciou ao serviço, pois ele “*decía que con tres chicos yo no podía trabajar, de que iba a ser muy engorroso, de que no hacía falta porque estábamos bien*” (id. *ibid.*, p.81). Porém, numa de suas crises, Juan deixou de comprar os alimentos e quando ela num “*acto de coraje*” reclamou, ele foi embora da casa e não voltou mais. Assim, Laura passou os últimos meses da gravidez apenas com seus filhos. Esse tempo aparece no relato como o das “primeiras lutas” em que reivindicava a pensão alimentícia para os filhos.

Mesmo no processo de reivindicação do direito à pensão, começou a sofrer humilhações por parte do sistema judicial. As pessoas não acreditavam nela “*porque es como que creyeron más en esa imagen del coche, de la ropa buena, de todo eso, de lo que yo decía que me pasaba*”. “*En la primera audiencia del régimen de visitas, me trataron de todo, de inmadura, de todo, de lo que te podés imaginar*” (AUYERO, 2004, p.82). Heleieth Saffioti denuncia a complacência que a sociedade tem para com a violência doméstica, atitude esta tomada frequentemente por funcionários do sistema judicial, que carecem de qualificação em relações de gênero e que, quando implementam a lei, o fazem “com tal desprezo pelas vítimas, com tanto sexismo, que conseguem torná-la bem pior” (SAFFIOTI, 2004, p.93). Assim, a autora afirma que o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero atravessa todas as instituições.

Nessa audiência, o juiz decidiu que as visitas aos filhos deveriam ser realizadas no lar. Assim, Juan obteve permissão para entrar na casa novamente. Na entrevista, Laura refere-se à decisão do juiz e às consequências do reingresso do ex-marido no lar,

na seguinte frase: “*escucháme, en agosto del ochenta y siete yo fui una mujer violada por una orden judicial*”. Na primeira visita, ele ficou com seu filho na sala. Na segunda, foi armado e ameaçou Laura dizendo que ia matá-la e se matar depois. Ela o convenceu de que o amava. Juan ficou e, no dia seguinte, trouxe suas coisas e se instalou na casa novamente. O ato reflete o apontado por Saffioti que:

o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus maus-tratos. Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade. (SAFFIOTI, 2004, p.62)

O retorno do marido está marcado por um “voltar à normalidade”, no sentido de estar respondendo a uma norma. “*Cuando él volvió yo pasé a ser la señora bien vestida y callada la boca, muy bien vestida, y con una vida muy holgada, pero muy calladita la boca*” (AUYERO, 2004, p.83). Voltar a ser “senhora”, ser respeitada (abandonar o negativo de ser a *separada*, a mulher sozinha) e, também, ter bem-estar financeiro “*bien vestida*”. Porém, como ela mesma destaca, implicou a submissão “*muy calladita la boca*”, com que se deparou nessa situação. O dinheiro negado em outras oportunidades para comprar alimentos é repostado, quando ela voltou em troca de sua sujeição, demonstrando o avesso do uso do patrimônio como mecanismo de sujeição e/ou intimidação.

Essa submissão exigida implicava a reclusão no lar e a dedicação exclusiva às tarefas domésticas: “*Él ahí empezó a ser feliz*”. Porém, os episódios de violência doméstica continuaram. Saffioti (2004) distingue a rotinização como uma das características mais relevantes da violência doméstica e afirma:

Que contribui, tremendamente, para a co-dependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa-de-força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina. (id *ibid.*, p.85)

Essa co-dependência é possível porque a violência se intercala com momentos de demonstração de afeto, pedidos de perdão, justificativas, penalização e desculpas por parte do agressor. São relações afetivas, com múltiplas dependências recíprocas.

Em 1989, mudaram-se para Cutral-có em razão do trabalho de Juan; Laura esclarece que apenas acatou a decisão. Consideramos esse deslocamento relevante na construção de sua trajetória social, desde que os deslocamentos podem influir no sentido

da melhora das condições de vida ou podem também incrementar os riscos de precariedade (BATTAGLIOLA et al., 1991). As autoras também revelam que os efeitos desses deslocamentos afetam de maneira diferente as trajetórias dos cônjuges e patenteiam formas específicas da interação conjugal (id. ibid., p.191). Embora General Roca e Cutral-có sejam cidades muito próximas, a mudança implicou uma distância entre Laura, sua família e conhecidos. Em razão da violência sofrida, ela se tornou mais vulnerável ainda. Porém, o marido argumentou que longe das famílias estariam mais tranquilos.

Nessa cidade, ele também era conhecido e respeitado. Assim, embora Laura o tenha denunciado muitas vezes, as pessoas não acreditavam nela. O poder de influência do marido chegava até à polícia, em virtude disso “*A los quince minutos que anuncié que iba a ser una denuncia por golpes, él apareció en la comisaría. Los mismos policías le avisaron.*” (AUYERO, 2004, p.86-87).

Num desses episódios de violência, houve a intervenção de um médico. Após ser espancada, o marido a jogou contra a geladeira, o que a levou ao desmaio. As crianças consideraram-na morta e pediram ajuda aos vizinhos dizendo que sua mãe tinha caído. Juan e os vizinhos a levaram ao hospital. Durante a consulta com o médico, Laura destaca que quando ele lhe disse “*yo te creo, gorda*”, sentiu pela primeira vez que alguém acreditava nela. O médico exigiu do marido que ela retornasse num prazo de 48 horas, sob ameaça de denunciá-lo. Foi esse médico quem a orientou para frequentar um grupo de apoio para vítimas de violência familiar. No começo ela ia escondida, enquanto o marido trabalhava. Hoje, ao refletir a respeito de seu trabalho com pessoas que sofrem violência familiar e/ou institucional, afirma:

“Porque yo tengo presente esto ¿qué hubiera pasado si, en mi vida, no hubiera venido aquel médico aquella vez que me llevaron muy golpeada? Él me puso en contacto con Mujeres golpeadas, lo poquito que me enseñaron y lo que yo hice con ese capital, eso es mío, no es de nadie.”

O processo de superar essa situação de violência demoraria mais tempo. Em 1991, ficou doente, não conseguia caminhar e “*Juan me trataba de que era una vaga, una inútil, de que no servía para una mierda. Yo me empecé a quedar en cama, a veces perdía el conocimiento, me pasaba horas sin saber qué pasaba... Así pasaron dos años de mi vida.*” (AUYERO, 2004, p.84-85). Em junho de 1992, começou a recuperar-se submetendo a um tratamento de tiroide. Mas afirma que, nos grupos de mulheres, tinha aprendido que a “doença” que ela tinha era “violência familiar”. Melhorou e se propôs a recuperar esse tempo que ficou como “morta”. Assim, iniciou algumas ações

orientadas para mudar sua situação, como conversas com o marido a respeito da necessidade de mudanças no relacionamento. Sem obter sucesso, em 12 de julho de 1993, Laura fugiu com as crianças.

“Yo cuando me separé en el noventa y tres, viste que yo te dije que estuve dos años en cama, como que yo dije, ‘Bueno, este tiempo extra que me están regalando, lo primero que voy a hacer es no dejarme pisotear’. Entonces, yo ya sabía muchas cosas que me iban a pasar injusticias y estaba dispuesta a enfrentarlo, pero no sabía cómo, pero yo sabía, y es cómo, no sé llámalo venganza si querés ¿no?, pero yo les iba a devolver.”

É pertinente trazer para nossa discussão a análise que Silva (1999) fez de uma das trajetórias femininas, apresentadas na obra “Errantes do fim do século”. A pesquisadora salienta que as vivências de Dona Francisca¹⁷, em termos de violência, maus-tratos e fome, podê-la-iam levar ao modelo de mulher passiva, “No entanto, ao lado desta passividade e submissão, há todo um processo de recusa gestado no seu próprio imaginário. Trata-se de uma narrativa, em grande parte, guiada por uma espécie de destino interpretada pelo imaginário” (id. *ibid.*, p.286). No caso de Francisca, esse processo de recusa, de insubmissão materializa-se na frase “Ele não sabia a nega que tinha”, referida ao marido que a subjugou. Uma frase, cuja força simbólica traduz seu poder, transformado em contrapoder, e que funciona orientando sua prática:

Pode ser o elo do remembramento da vida marcada por um destino cruzado pela condição de mulher pobre e negra e é, talvez, o caminho pelo qual imaginário e real vão, autoplásticamente, conduzindo-a ao processo de des-re-construção de si mesma. É esta linguagem, carregada de significados da experiência de uma vida marcada de sentimentos recalçados, reprimidos, expulsos, mas que irrompem à superfície de maneira abrupta, deixando outras marcas, verdadeiras crateras de um vulcão inconformado, insubmisso, rebelde, que, ao lançar as lavras, encobriu para sempre aquele que a negou. “Ele não sabia a nega que ele tinha” não é apenas uma forma de se exprimir, mas de existir. (id. *ibid.*, p.291).

Considerando a narrativa de nossa entrevistada como um todo, identificamos uma frase que avaliamos semelhante à analisada por Silva (*op. cit.*), em termos simbólicos, como revolta contra uma situação de opressão, de violência, como diretriz para a construção de um contrapoder, como orientação da própria atuação da vida. Laura disse:

“(…) a quienes yo recurrí en busca de protección, fueron los que dieron esa orden para que él (*marido*) entrara, porque no me creyeron, (...) Creo que es eso lo que hace que yo por ejemplo diga, ‘**Se van a acordar de mí**’, y de hecho que se acuerdan. Te voy a mostrar las notas.” Grifo nosso

¹⁷ Mulher negra, de 75 anos, nascida na área rural de Minas Gerais, trabalhou desde os sete, sem nunca ter sido registrada. Casou-se aos 14 anos, com Everaldo, branco de 28 anos, alcoólatra e violento.

Esta frase “*se van a acordar de mí*” funciona como uma espécie de *leit-motiv* ao longo de sua história de vida, para “*no dejarme pisotear*”. Nesse sentido, Michael Pollak afirma que, mesmo havendo variações nas narrativas, é possível encontrar um fio condutor, *leit-motiv*, que se repete ao longo das histórias de vida. Assim, o autor aponta que estas “devem ser consideradas instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas relatos factuais.” (POLLAK, 1989, p.13). A frase “*se van a acordar de mí*” orienta seu processo de empoderamento, cujas dimensões iremos abordando ao longo da reconstrução de sua trajetória.

A separação deparou-a com uma situação de extrema precariedade. Battagliola et al. (1991) assinalam que o efeito de acontecimentos familiares, como separações e divórcios, podem se traduzir em mudanças nas condições sociais do grupo familiar, susceptíveis de modificar o universo dos possíveis e, portanto, inflectindo duramente os itinerários sociais (id ibid., p.155). Observamos que, em cada separação, Laura e seus filhos foram sistematicamente privados dos seus patrimônios e direitos. Esta vez, foram morar na periferia, num conjunto habitacional feito pelo governo, “*el último barrio que se había construido, allá vivía yo. Es una villa miseria (favela) sólo que está hecha con una casita de plan del gobierno*”. Um novo deslocamento, dentro da mesma cidade, porém envolve uma mudança de status, revelando que os espaços habitados não são neutros, mas sim constitutivos da posição social (BATTAGLIOLA, et al., 1991). Novamente, precisou desenvolver estratégias de *rattrapage* (recuperação dos danos, recobrimento), que envolveram também os filhos. Para se sustentar, começou a dar aulas de reforço aos alunos do secundário. Com o tempo, conseguiu abrir um pequeno instituto com um colega, professor de História. Também, continuou frequentando o grupo de violência familiar, concernente a esta experiência, manifesta seu aprendizado:

“aprendí sobre el círculo de la violencia, aprendí sobre el período de luna de miel que es cuando el golpeador se arrepiente y la mujer vuelve a tener esperanza, vuelve a creer que la historia va a cambiar, de que todo va a ser distinto, aprendí como va acumulando tensiones el golpeador que termina con una explosión... También me di cuenta que lo que pasó en una de las reconciliaciones, la vez que él puso la pistola en la mesita de luz, fue una violación. Tardé mucho tiempo en superarlo, me hizo un shock, fue como asumir ser mamá soltera, con toda la violencia que eso significa, mujer golpeada, con todas las humillaciones y encima una violación. Estuve mucho tiempo, yo cocinaba y lloraba, me iba a bañar y lloraba, o me iba a dormir y lloraba. Tuve que ir nuevamente a psicólogos, porque era algo que, luego de mucho tiempo de estar en grupos, me volví a preguntar: ¿Qué me pasó en mi vida? ¿Cómo caí tan bajo? ¿Cómo no pude defenderme? No me lo perdonaba. Hasta que de a poco fui, mediante las charlas, los grupos... sabiendo que había otras que habían pasado lo mismo.” (AUYERO, 2004, p.89)

Nessa época, Laura inicia suas primeiras ações contra o sistema judicial. Ela relata que, após ter tentado durante um mês ser recebida pelo Promotor Público de Cutral-có, decidiu denunciar à Promotoria Pública da cidade, lendo o documento:

“Denuncio sentirme damnificada en la faz personal, económica y laboral a raíz de un mal asesoramiento a su criterio por parte de la Defensoría oficial de esta ciudad, causa elevada al Juzgado Penal. [Comenta] Mirá yo denunciando al Defensor, a la Defensoría [rindo]. ¿Dónde está la fecha?... 20 de octubre del noventa y cuatro.”

A ideia de denunciar à Promotoria foi comentada no grupo de violência doméstica. Na época, a cidade possuía apenas uma Promotoria para atender causas civis e penais. A denúncia gerou conflitos no interior do sistema e motivou a separação das varas, criando a Defensoria Civil e a Defensoria Penal. Laura afirma que isso não implicou uma mudança no sistema, mas sim demonstrou que “*donde la gente reacciona seguramente que hay una respuesta desde el otro lugar*”. Essa ideia de reação-resposta foi contrastada em outras atuações no espaço público, no mesmo ano. As lembranças surgiram enquanto a pesquisadora lia, a pedido da entrevistada, uma carta do leitor de autoria desta, publicada no jornal local *La Comuna*¹⁸. Na rememoração empreendida no texto, é mencionada a ida do seu irmão Horacio para a Guerra de Malvinas em 1982¹⁹. O conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul estendeu-se entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982. Segundo Ayerbe (1998):

A ocupação das ilhas é concebida como uma ação sem grandes custos militares e de enormes ganhos políticos internos e externos. No plano interno, porque permite angariar o respaldo da opinião pública, fortalecendo o regime e a liderança de Galtieri. No plano externo, pelo efeito didático em relação ao Chile na disputa pelo canal de Beagle (id. *ibid.*, p. 49).

Esta situação gerou a reação de cidadãos e cidadãs, uma multidão congregou-se na *Plaza de Mayo* para apoiar o governo. O governo argentino, também, contava com o apoio do governo de Reagan. Mas, no momento das definições, a Inglaterra, respaldada pelos Estados Unidos, retoma o controle das Ilhas. Em 14 de junho, o General Benjamín

¹⁸ O texto foi publicado em 28 de julho de 2005, sob o título “*Libertad de prensa o seguir ocultando la verdad P*”. Trata-se do primeiro de uma série de cartas de leitores, em que Laura manifesta seu apoio ao jornal em virtude da Prefeitura de General Roca ter retirado a publicidade institucional.

¹⁹ Em 10 de junho de 1829 criou-se o primeiro governo argentino nas Islas Malvinas. Em 1833, os ingleses ocuparam-nas, embora direitos geográficos, históricos e jurídicos justifiquem seu pertencimento ao território nacional argentino. Ao longo da história, houve várias tentativas diplomáticas para recuperar a soberania sobre as ilhas. Mas, em 2 de abril de 1982, durante a ditadura militar, tropas argentinas desembarcaram nelas.

Menéndez, no comando das tropas, declarou rendição. Este fracasso marcou a derrota total da ditadura militar (AYERBE, 1998; LINZ & STEPAN, 1999 e outros). Nossa entrevistada disse saber pelas cartas do seu irmão da terrível situação dos soldados durante a guerra, enquanto em Buenos Aires, as autoridades ocultando a verdade, celebravam uma suposta vitória argentina.

“Qué cambió, cuándo cambió, en qué cambió y para qué cambió. Allá en Cutral-có, Neuquén, después de años de estar muerta emocionalmente me di cuenta del daño, mi hermano, a mi Horacio y la familia, la guerra de Malvinas me había robado a mi hermano”.

Em seguida, evoca a anulação do Serviço Militar Obrigatório dizendo: “*Nunca más el servicio militar obligatorio, los hombres no se hacen al dolor de los bailes²⁰ y las mentiras. En 1994 vivía en la calle Soldado Omar Carrasco número 60 de Cutral-có*”. A lembrança do irmão-soldado aparece entrelaçada à do soldado Omar Carrasco, jovem oriundo de Cutral-có, vítima da violência militar²¹. Na entrevista, esclarece que participou das marchas para eliminar o Serviço Militar Obrigatório, organizadas em razão da morte de Carrasco:

“(…) yo era de las madres que participaba en las marchas para que sacaran el Servicio Militar, **yo había jurado que mis hijos no iban a hacer el Servicio. No me preguntes cómo, porque eran chiquitos en esa época, pero viste cuando decís a mí no me llevan un hijo, pero ni... (morta)**. Por eso hago esa aclaración, de que yo vivía en esa calle, como el barrio mío era un barrio que inauguraron, la calle donde yo vivía llevaba ese nombre: Soldado Omar Carrasco (...)” Grifo nosso

Sua família tinha experimentado na própria carne esta situação. Seu irmão: “*hoy está perdido en el mundo cruel de los daños que recibió en esa época malvada, está bajo tratamiento mental y es la persona más linda que existe en el mundo*”. A guerra violentou seu irmão. A violência institucionalizada violentara sua família. Em virtude destas situações, ela manifestou: “*a mí no me llevan un hijo*”, e sentiu que o envolvimento nos protestos poderia ser o caminho para as mudanças. Durante a entrevista, foi possível identificar várias situações em que Laura refere-se à inter-relação entre os micro e macro processos que atravessam a malha social. Segundo Saffioti

²⁰ Termo utilizado para referir uma prática frequente no serviço militar, em que os novatos são submetidos a exercícios extenuantes e até maus-tratos.

²¹ Em 3 de marzo de 1994, Omar Carrasco ingressou no Serviço Militar Obrigatório, na base de Zapala, Neuquén. Três dias após, foi submetido aos “*bailes militares*” e a um espancamento que lhe provocou a morte. Os superiores encobriram o crime e disseram a sua família que ele tinha desertado, enquanto seu cadáver estava oculto num banheiro em desuso. Em 6 de abril desse ano, seu corpo foi encontrado numa serra dentro da área militar.

(2004): “A malha fina e a malha grossa não são instâncias isoladas, interpenetrando-se mutuamente, uma se nutrindo da outra” (id. ibid. p.13). O relato a respeito de suas experiências e memórias revela essas interpenetrações da malha social. Um acontecimento marcante nesse sentido é sua experiência no levante em Cutral-có, descrito a seguir.

“En mi vida la pueblada es un hecho más”

Em junho de 1996, Laura foi uma das protagonistas dos piquetes que levaram todo o país a olhar a situação de crise da região petroleira, após a privatização da empresa YPF. Plaza Huincul e Cutral-có fundadas em 1918 e 1933, respectivamente, são cidades nascidas a partir do descobrimento e, posterior, exploração do petróleo. Entre 1991 e 1993, durante a primeira presidência de Carlos Saúl Menem, o processo de privatização também se levou YPF. Segundo Andújar (2005), a privatização da empresa teve efeitos nas condições materiais assim como nas subjetividades, afetando de diferente maneira homens e mulheres, em virtude dos seus papéis de gênero.

Esses primeiros piquetes foram o germe de uma nova forma de ação coletiva, que se espalharia pelo resto do país, gerando um novo sujeito social: o piqueteiro. Lobato & Suriano (2003) mostram dados que revelam as dimensões crescentes da utilização do piquete como forma de confrontação:

(...) em 1997 realizaram-se 140 bloqueios de pistas; em 1998 foram 51 e 252 em 1999. O aprofundamento da crise econômica e, possivelmente também a consciência da impossibilidade de modificar a política econômica e social impulsionaram o notável incremento das interrupções de trânsito. Assim, os 514 bloqueios do ano 2000 passaram a 1.282 em 2001 e 2.334 em 2002. Entre 2001 e 2002, quase todas as províncias tiveram uma pista ou caminho bloqueado. (id. ibid., p. 146, TN).

Cabe assinalar que a realização de piquetes, muitas vezes, era motivada pela reivindicação de subsídios do Estado. Delineando uma cronologia dos bloqueios nas rodovias e *picadas* de Cutral-có e Plaza Huincul (Neuquén), de 20 a 26 de junho de 1996, Paula Klachko, explicita que essa forma de protesto tinha sido utilizada antes, em 1991, na cidade de Sierra Grande (Río Negro). Contudo, em Neuquén adquiriu uma significação distinta, pois os manifestantes conseguiram sobrepor à ação das forças de segurança e obter grande parte de suas reivindicações, porém não a fundamental, que era emprego. A pesquisadora afirma que, em maio de 1990, o desemprego atingia 6,6% da população ativa, enquanto em maio de 1996 era do 11,6%, tendo alcançado o 16,6%

em outubro de 1995. A partir dos acontecimentos de Cutral-có e Plaza Huincul, o piquete se estabeleceu como principal modalidade de protesto. Neste sentido, Svampa & Pereyra (2004) assinalam que esses piquetes constituíram uma nova experiência social comunitária que:

tornou visíveis reclamos e insatisfações diversos a partir de, por um lado, a criação de um espaço de encontro que progressivamente se constituiu numa caixa de ressonância das reivindicações e no cimento de uma experiência comum ou comunitária e, por outro, na rejeição ou numa certa desconfiança aos mecanismos tradicionais de mediação e canalização dos conflitos (id. *ibid.*, p.112, TN).

O relato da participação no levante de Cutral-có foi feito por Laura em diversas ocasiões e destinado para distintos ouvintes: jornalistas, imprensa, pesquisadores/as e também em cartas a amigos e registros no seu diário. Suas palavras aparecem em livros, páginas da Internet, artigos acadêmicos, matérias de jornais etc. Neste texto, interessamo-nos, no marco dos objetivos que orientam nossa pesquisa, na sua participação nos acontecimentos, entendida como o desenvolvimento de um itinerário político na sua trajetória. Trata-se de um conjunto de acontecimentos que têm uma influência sobre sua trajetória social ao ponto de reorientá-la. Ela é consciente da relevância de ter protagonizado um fato histórico, que a tornou “a primeira piqueteira”, “a mãe dos piqueteiros”. Entretanto esclarece, com a frase que intitula este item, que o levante é um ponto na sua trajetória: “*En mi vida la pueblada es un hecho más*”. Assim, também, o consideraremos neste texto que visa a reconstruir sua trajetória.

Vários detalhes de seu cotidiano podem ser consultados no livro de Javier Auyero, no qual foram transcritos diversos fragmentos do seu diário íntimo²², especialmente, os registros referentes ao primeiro dia do levante: 20 de junho de 1996. Era o Dia da Bandeira Nacional e, embora na época do levante não fosse feriado²³, atos comemorativos realizaram-se nessa data. Cabe lembrar a relevância das datas e aniversários como conjunturas em que são ativadas memórias, mediante diferentes manifestações e comemorações na esfera pública (JELIN, 2002, p.52). Assim,

²² Consideramos, inicialmente, que se trata de um registro posterior ao levante, em que se referem fatos de seu cotidiano, a situação de dificuldade econômica que vivenciava, etc. Talvez Laura tenha começado a escrevê-lo após o levante; o ponto de vista narrativo é como o de alguém que já tenha passado pelos fatos, ao tempo que as pessoas do seu cotidiano são apresentadas (recurso que não seria necessário se ela já levasse o diário há um tempo), como se ela estivesse construindo uma narração destinada a um leitor/a.

²³ O dia 20 de junho foi a data escolhida na Argentina para celebrar o Dia da Bandeira, segundo a Lei N°12.361, de 9 de junho de 1938, como comemoração da morte do General Belgrano, o criador do símbolo pátrio. Pelo artigo 4º, da Lei N° 24.445, promulgada em 11 de janeiro de 1995 pelo ex-presidente Carlos S. Menem, estabeleceu-se que os feriados de 20 de junho e 17 de agosto fossem cumpridos no terceiro domingo do mês. Esta medida visou à promoção do turismo interno e continua vigente na atualidade. Entretanto, houve um projeto de lei que tentou manter o feriado nessa data, mas sem sucesso.

entendemos que, nesse dia, a preocupação de Laura girava em torno dos preparativos para a participação de seus filhos nas comemorações da escola. O filho caçula de Laura iria fazer o juramento (costume quando as crianças estão na 4^o série) e o outro dançaria. No registro de seu diário, isso é colocado como o diferente, o especial:

“en otro momento, con otra situación económica, eran acontecimientos dignos de sentir orgullo, pero yo tengo que enfrentar todo esto que es maravilloso, con un peso grande encima. No tengo dinero para poder disfrutarlos, y hasta la cinta del brazo de mi niño, con los colores de la bandera, son sólo una preocupación. Pero son tantas cosas para hacer en el día, que se hacen y no se piensan y apenas se experimentan” (AUYERO, 2004, p.55-56)

Ao longo desse dia, outro assunto foi ganhando relevância: a convocatória feita à população para se manifestar bloqueando a rodovia, em virtude do cancelamento do contrato para a instalação de uma indústria de fertilizantes na cidade. Laura foi informada do conflito por uma vizinha que tinha ouvido a rádio local *Victoria*. Mais tarde conversou com Jorge, seu colega de trabalho, que lhe fez uma explanação da problemática. Segundo ele, os políticos que convocavam ao bloqueio tinham sido vencidos nas eleições internas do MPN por Felipe Sapag, e estavam fazendo uso político do cancelamento do acordo. No final da tarde, sua filha chegou ao instituto e comentou que seus colegas de turma tinham ido para a rodovia. A esse respeito, Paula Klachko registra que, nessa tarde, os primeiros a chegar ao bloqueio foram os estudantes e professores.

Auyero (op. cit.) destaca a função-chave que a rádio local teve no conflito, desde que fora utilizada para convocar a população para o bloqueio da rodovia e suas mensagens são centrais nas lembranças das pessoas entrevistadas. A rádio estimulou o protesto de diversas formas, principalmente, anunciando que o cancelamento do contrato para o estabelecimento da indústria de fertilizantes teria funestas consequências para ambas as comunidades (Cutral-có e Plaza Huincul). Considerando as dificuldades vivenciadas pela população na região, após a privatização de YPF, o projeto de instalação da empresa canadense Agrium (Cominco) era uma esperança de novos postos de trabalho e melhoria. Também a emissora deu espaço para que as pessoas expressassem seu desacordo com a situação. Como Laura, muitos dos/as ouvintes se sentiram identificados/as com os depoimentos, as reivindicações, a raiva, a falta de expectativas etc., e alguns se viram impelidos, diante das dificuldades e necessidades que enfrentavam, a ir à rodovia e se manifestar por uma causa que consideravam justa.

Alguns fragmentos transcritos do diário de Laura refletem seus sentimentos vinculados a essa primeira noite de piquetes em que permaneceu na sua casa:

Yo me acosté con la radio al lado²⁴, ya me había empezado a identificar con esa pobreza que existe en mi vida desde hace mucho, pero que no la había ni menos aun analizado y lloré después de tres años de soledad, de ponerle el lomo a la vida, de luchar por tres hijos que son motivo de mi seguir y seguir, y seguir, y nunca acabar, de luchar con una Justicia Injusta, humillante, que victimiza a quien no lo tiene que ser... Esa noche lloré [...] Estoy mal y ésa es la verdad, lloré y me reflejé en esos mensajes de toda una comunidad. No tenía teléfono y me dormí (...) Soy pobre, sin posibilidades, sin salida y con 36 años sólo, aguantando que se compadezcan de mí.” (id. *ibid.*, p.57)

No dia seguinte, conversou novamente a respeito dos acontecimentos com sua vizinha e decidiram ir juntas a um dos piquetes. Os políticos tinham disponibilizado taxis para fazer os traslados das pessoas até os diferentes piquetes. Neles, havia muita comida, pois a convocatória era feita sob a forma de convite a um churrasco. Esses detalhes têm relevância porque apontam para a situação de crise que se vivenciava: muitas pessoas desempregadas, sem renda, sem possibilidades de comprar produtos de primeira necessidade, sem gás, sem energia elétrica.

Nas entrevistas que nos concedeu, Laura repete, como outras vezes, que ela foi ao piquete para comer um churrasco. Dessa forma, salienta o papel do acaso na sua própria narrativa. Nesse sentido, Silva (2004, p.51-52) na reconstrução de trajetórias femininas no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), aponta o acaso como um dos fatores que levam mulheres a romper com sua situação de exploração incorporando-se ao movimento.

A respeito da conformação dos piquetes, Svampa e Pereyra (2004) esclarecem:

A fisionomia do bloqueio era então a de uma federação de piquetes (os testemunhos referem-se a um total de vinte um entre a rodovia principal e as secundárias) cujo eixo central era o piquete da Torre Uno, no qual convergiam claramente os dirigentes da política, da economia e profissionais da região. Na medida em que os piquetes se afastavam desse centro a presença tornava-se menos heterogênea. (id. *ibid.*, p.112, TN)

Laura escolheu o piquete em Añelo, a 20 quilômetros da sua casa, por estar mais distante dos políticos. Em alguns depoimentos, expressa certa desconfiança,

²⁴ Num fragmento da transcrição do diário de Laura aparece que ela não tinha uma rádio: “no tenemos radio” (AUYERO, 2004, p.56), e que as notícias dos acontecimentos na rodovia eram transmitidas por uma vizinha. Porém, em outros trechos, menciona-se que nessa primeira noite de piquetes dormiu ouvindo a rádio: “La radio era lo único que me conectaba con el mundo que me rodeaba” (id. *ibid.*, p.58). Essa aparente contradição nos leva considerar que a escritura do diário foi realizada com uma certa distância temporal dos acontecimentos e que nessa reconstrução influíram as lembranças de outras pessoas que tinham ouvido a rádio.

insegurança de ir ao piquete, questionando-se a respeito das possíveis opiniões de seus pais. Porém, levou seus dois filhos mais novos. Mesmo sabendo que se tratava de um protesto organizado por políticos, sua decisão de se aproximar do piquete apresenta-se como inofensiva e vinculada ao lazer: “*un día de campo a la ruta*”.

Uma vez no piquete, encontrou pessoas conhecidas que, por ser professora, lhes pediram que conversasse com um grupo de adolescentes que tinham bebido a noite toda. Nesses piquetes mais afastados, os jovens dos bairros pobres sustentavam os piquetes pela noite, suportando temperaturas abaixo de zero grau e mantendo as fogueiras. Para contar com sua permanência no bloqueio, os políticos lhes ofereciam vinho. Laura conversou com jovens e conseguiu convencê-los de que, se parassem de beber, levar-lhes-ia alguma coisa para comer. Em seguida, com um grupo de mulheres, começou a organizar a refeição, distribuiu a lenha e os alimentos para que os jovens e o restante das pessoas pudessem comer.

A presença deles é destacada por Laura. Quando os jovens se aproximaram do piquete principal para comer, “*empezó la fiesta. Trajeron música, radios, guitarras*” (AUYERO, 2004, p.97). Cantando *cumbias* (música popular) contribuíram para tornar agradável o bloqueio, “*Realmente te digo que estar en la ruta era algo placentero*” (DÁVILA, 2006, p.23). Aponta assim um aspecto relevante: o piquete é um espaço de socialização e é agradável. Essa percepção também foi destacada pela pesquisadora Ludmila Catela, que na etnografia de um piquete no noroeste argentino, descreve:

Al interior del piquete, o sea, entre los que están de ‘este lado’ de las llamas, la actividad es distendida y de intensa sociabilidad. Se toma mate y gaseosa. Las vecinas del barrio prosiguen sus charlas: los chicos juegan con palos y piedras al borde de la ruta; los bebés duermen en sus carritos o toman la teta o la mamadera. Tirados en el piso, recostados, sentados los jóvenes conversan en pequeños grupos, se ríen, cuentan chistes, hablan de política o simplemente de cosas personales. Con el pasar de las horas se distribuyen alimentos y bebidas. Bombos y redoblantes marcan un compás permanente. (CATELA, 2004)

Javier Auyero, a partir da leitura do diário de Laura, refere-se à sua atuação nos seguintes termos: “*A Laura se la percibe bastante como una especie de comodín para todo servicio, la típica y subestimada ama de casa*” (id. *ibid.*, p.111-112). Andújar (op. cit.), analisando a participação dela e de outras mulheres nos piquetes, destaca a multiplicidade das atividades que desenvolveram, misturando “ações vinculadas com a extensão amplificada à escala coletiva de seus ‘naturais’ papéis de cuidadoras do espaço doméstico”, com outras advindas de sua prática política/pública (id. *ibid.*, p.8, TN). Desta maneira, a autora, embora também destaque o caráter “doméstico” das atividades

das mulheres no espaço do piquete, reconhece que as mesmas aparecem entremeadas com conhecimentos e experiências adquiridas em uma prática política prévia. Salienta, assim, que estas mulheres não eram “novatas” na ação política, ou seja, traziam alguma experiência anterior na luta por direitos. No caso de Laura, a autora recupera um dado que ignorávamos. Ela tinha liderado a constituição de uma comissão de bairro para exigir da prefeitura a conexão dos serviços públicos e a regularização da posse de moradias. Andújar (op. cit.) também destaca que outras mulheres contavam com experiência sindical ou de participação nos *Encuentros Nacionales de Mujeres*.

Observamos que as descrições da atuação das mulheres no protesto remetem à atuação delas no espaço doméstico. É frequente a interpretação da participação feminina no espaço público e, principalmente, em ações políticas como extensão das atividades domésticas, em termos de *habitus* (BOURDIEU, 1999). Assim, desconsidera-se o contexto da ação, o discurso, que manifestam o posicionamento que sustenta essas ações, e as implicações que essa atuação tem para o protesto. As autoras feministas alegam a necessidade de reformular os parâmetros de interpretação da ação das mulheres, incluindo atitudes e pensamento envolvidos, assim como identificando o caráter relacional dessas ações.

A participação de Laura no piquete é interpretada por nós como ação política, conceito entendido de acordo com o pensamento de Arendt (2007). No livro “A Condição Humana”, a autora define labor, trabalho e ação como as três atividades humanas fundamentais.

(...) a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade (...). Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine que non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. (id. *ibid.*, p. 15)

Devido à pluralidade humana, ação e discurso são indispensáveis para que haja entendimento mútuo. Na ação e no discurso “os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano”. (id. *ibid.*, p.192). Porém, separar a ação do discurso implica destituir a primeira de seu caráter de revelação e, portanto, de seu sujeito.

Sem discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal,

só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. (id. *ibid.*, p.191)

Como veremos, a ação de nossa entrevistada esteve acompanhada de discurso; aconteceu no espaço público, num “estar entre os homens”, e possuía esse caráter de revelação, apontado por Hannah Arendt, pois na ação e no discurso Laura se revelou aos outros. Arendt aponta que a ação inicia “algo novo”, funda e preserva corpos políticos, criando a condição para a lembrança e a História. Assim, segundo a pensadora vida humana e História resultam da ação (id. *ibid.*, p.197).

Na ação de Laura, outros conhecimentos utilizados no protesto, com o intuito de evitar a manipulação política, estavam vinculados à sua trajetória pessoal, pontualmente à sua experiência de violência doméstica. Ela descreve:

“El alcohol era una de las primeras cosas que teníamos que combatir. Otra cosa, los violentos. ¿Cómo calmarlos? Al violento, cuando te acercás, y lo acariciás, le estás bajando los ánimos, los decibeles... yo eso lo había aprendido en los grupos de mujeres. Cuando una persona está ofuscada, hay que acercarse con la mayor ternura que puedas expresar, lo primero que tenés que decirle es ‘Te comprendo’. **Eso me lo dijeron en los grupos [contra violencia doméstica]. (...)** Eran las técnicas que nos enseñaban para aplacar a un marido golpeador. Jamás ir al choque (...) Eso es lo que hacíamos cuando te digo que cuidábamos gente en los piquetes. (AUYERO, 2004, p.119-120)
Grifo nosso

Esse intuito de evitar a manipulação fez, também, com que apenas fosse permitida a presença de políticos e funcionários “sem a investidura do cargo”, quer dizer, como cidadãos. Andújar (2005) expõe diferentes exemplos em que mulheres retiraram da cena políticos que tentavam aproveitar-se do levante para se autopromover, como quando o senador Daniel Baum “*se subió al improvisado estrado intentando, según comentara Arcelia ‘arengarnos y decirnos qué hacer, una mujer lo agarró del fundillo del culo, lo bajó y lo pateó*” (id. *ibid.*, p.9). Assim, os políticos apenas poderiam participar dos espaços de deliberação organizados como qualquer um e acatar as decisões da maioria. Esse é um dos exemplos de como, no espaço do piquete, as mulheres começaram a pôr em prática suas ideias organizativas, manifestando “uma leitura totalizadora e contra-hegemônica da realidade” (id. *ibid.*, p.8). Reportando-se à atuação de nossa entrevistada, a autora destaca:

“en su piquete ella dinamizó la formación de subpiquetes entre los que se contaban el de los jóvenes y el de los borrachos. A uno y otro les acercaba comida o bebida, según las necesidades, a cambio de la garantía del cuidado y de la permanencia de esa barricada. Estas acciones no solamente evitaron conflictos internos y cohesionaron al grupo. También **permitieron que Laura**

se tornara visible y fuera depositaria de la confianza y el respeto do grupo que la convirtieron en una de las líderes de la pueblada.”(id. ibid., p.10)
Grifo nosso.

Ela foi se aproximando dos diferentes grupos e, no momento em que pela rádio foram convocados representantes dos piquetes para uma assembleia na *Torre Uno*, um dos homens que estava organizando o piquete lhe sugeriu que, como sabia falar, os representasse. Disseram: “*Andá, Laurita, vos que sabés hablar un poco más*” (CARABAJAL, 2002); “*Andá y decíles que tenemos necesidades. Ninguno de nosotros sabe cómo hablar*”. O diferencial de Laura, nesse contexto, foi o domínio do discurso, ela sabia falar em público, pois era a professora.

Assim, participou da assembleia, mas se indignou ao descobrir que era um ato organizado pelos políticos, em que estes liam discursos e incentivavam os ouvintes a pedir a renúncia do governador Felipe Sapag. Ela afirma que, em nenhum momento, permitiram que os representantes dos piquetes falassem, nem perguntaram a respeito das necessidades que tinham em cada grupo. Por outro lado, ordenaram que os piquetes não obstaculizassem a passagem dos caminhões de gasolina. Essa ordem entrava em conflito com a determinação de que nos piquetes era proibida a entrada e saída de pessoas. Segundo Javier Auyero, Laura e os manifestantes, em geral, não queriam que Sapag renunciasse, mas sim ser ouvidos. O pesquisador registrou um depoimento que reflete a posição dela sobre essa situação “*No puedo soportar eso. Es demasiado, todo es política. Estoy enojada porque están jugando con las necesidades de la gente que se vienen al piquete para comer*” (AUYERO, 2004, p.99). Ela decidiu se retirar da assembleia e voltar ao seu piquete. A cada momento, ficava mais claro que estavam cometendo um ato de desobediência civil e que as autoridades poderiam enviar a *Gendarmeria* (polícia militar) para retirar as pessoas da rodovia.

No retorno ao piquete, Javier Auyero chama a atenção para um episódio que considera central para compreender o compromisso e a determinação de Laura no protesto. Precisamente, na segunda entrevista que nos concedeu, sabendo dos objetivos da pesquisa, ela nos apontou o mesmo episódio relatado no livro sob o título de “*Problemáticas de género en la ruta*”. Foi uma discussão entre ela e um dos piqueteiros, chamado Raúl, que questionou a nova determinação da assembleia em permitir a passagem dos caminhões de gasolina. Laura explicou-lhe que não conseguiram falar porque a assembleia era um ato político. Raúl comentou com os

outros homens que o problema era ter enviado uma mulher para que os representasse.

Auyero (2004, p.100) reconstrói o diálogo da seguinte maneira:

Laura: [enojada]: Pará... vos también tenías que venir y no quisiste. A mí me convenciste como boluda de que yo vaya, pero vos no quisiste venir... ¿Y ahora venís a decirme que una mujer no sirve para una mierda? ¡Menos servís vos que no quisiste ir!

Raúl (sin mirarla): Claro, es como toda mina, grita adentro de la casa...

Observamos como, diante do desacordo e do conflito, aflora o estereótipo de gênero para desqualificar a presença da mulher no espaço público e, particularmente, na ação política. A fala desse homem remete à segregação sexual do espaço e tem o intuito de remarcar as fronteiras do público e do privado, como domínios de atuação separados segundo o gênero. Michelle Perrot (1992) identifica esse processo de definição estrita do público e do privado na construção das democracias ocidentais.

A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. A burguesia daquela época exclui da política os operários e as mulheres. E os operários, quando reivindicam o acesso à esfera pública, reproduzem o modelo burguês, excluindo as mulheres (PERROT, 1992, p.218).

Perrot (op. cit.) salienta que as fronteiras entre público e privado nem sempre existiram, são variáveis, mudam com o tempo e estão atravessadas pelo micro-espaço doméstico. Saffioti (2004) afirma que mesmo existindo o predomínio de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, o público e o privado são “espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social” (id. idib., p.54).

Nossa entrevistada, indignada pelo tratamento recebido, decidiu demonstrar que tinha razão e convocou pela rádio um encontro de piqueteiros no piquete do Aeroporto, em que não poderia participar nenhum político. Essa reunião no piquete do Aeroporto é considerada a primeira organização piqueteira; nela os/as manifestantes assumem a condução do protesto, colocando-se como interlocutores diretos com o poder político do país. A partir desse momento, exigiram diretamente a presença do governador.

Auyero (op. cit.), destacando os pontos de encontro entre biografia e beligerância e a forma que o cotidiano assume no protesto, avalia que Laura se converteu em piqueteira pela discriminação de gênero sofrida. O pesquisador entende que o fato está vinculado à sua trajetória biográfica:

Ese sufrimiento se actualiza en la ruta y modela su experiencia de la protesta. Está en la ruta no sólo en busca de un respeto que ha perdido hace mucho tiempo sino también para hacer lo que le proporciona un sentido de su propia valía: proteger a la gente.

Mas, vamos arriscar aqui outra interpretação, considerando os depoimentos de nossa entrevistada. Sem dúvida, a interpretação do pesquisador influenciou no processo de reconstrução dos fatos e dos sentidos a eles vinculados que ela mesma faz. Trata-se de sujeitos, pesquisador e pesquisado, as influências não são apenas em uma direção, é uma relação de intersubjetividade. Consideramos que a questão de gênero está, certamente, não apenas no olhar a partir da perspectiva acadêmica, senão marcando as relações entre homens e mulheres, durante o piquete. Porém, em se tratando de reconstrução de eventos passados à luz do presente, a interpretação do próprio Auyero pode ter influenciado na construção de sentido, que a própria Laura faz de sua experiência. Ela, antes de aprofundar no relato dos acontecimentos de Cutral-có, compartilhou-nos de um sentimento em que os sentidos de sua atuação no protesto foram elaborados num processo que ainda constrói: *“Es como que primero hice cosas y después tuve que aprender qué fue lo que hice. Que son vivencias diferentes porque mucha gente se prepara para capaz que estar donde estuve yo. Yo no. O sea, yo caí ahí”*.

Auyero dá centralidade ao conflito, isto é, à discussão de Laura com Raúl, que aparecia como um incidente “escuro nesses relatos”, mas que se lhe revelou após muitas horas de conversação. Porém, chamou nossa atenção que ela nos apresentasse a interpretação do pesquisador, juntamente com sua própria leitura dos acontecimentos, na qual se destaca a possibilidade do acordo, do consenso como fator principal para o surgimento do movimento:

*“Ahí es cuando nos empezamos a poner de acuerdo y a ver cómo cuidamos la gente, porque en realidad esto fue, que después surgió todo lo otro fue, lo del trabajo, lo de, pero, o sea, **todas las consignas que se hablaban después vino a raíz de esto, de cómo cuidábamos gente. Pero en realidad el movimiento piquetero surge cuando me peleo con Raúl, porque ahí es cuando nos empezamos a poner de acuerdo y empezamos a decir nos están usando, nos va a pasar esto, nos va a pasar aquello.** Y viene por un problema, paráte, por acá que lo ves, que Javier lo pone [mostrando o livro]”*

De fato, no livro de Auyero há um depoimento dela a respeito de sua experiência nessa primeira assembleia piqueteira, que transcrevemos a seguir:

“(...) pude compartir mis pensamientos con el resto de los piqueteros. (...) acordamos lo siguiente: proteger a las mujeres y a los chicos en los piquetes,

cuidar la comida, pedir trabajo, proteger a los muchachos y a los borrachos y tener otra reunión al día siguiente. Primero nos organizamos en las cosas simples porque la gente común que no tiene intereses encontrados ni políticos ni económicos puede acordar fácilmente las cosas simples” (id. ibid., p.104)

O depoimento remete-nos à *ética crítica* proposta por Enrique Dussel, como ética universal da vida. Segundo o pensador, o primeiro princípio dessa ética é fazer com que a vida humana se reproduza e desenvolva, enquanto o segundo mostra que a maneira de fazê-lo é mediante a participação simétrica dos envolvidos (DUSSEL, 2001, p.5). Nessa instância, as “vítimas”, pessoas que sofrem os aspectos negativos do sistema, tomam consciência de sua situação “Somos vítimas por injustiça do sistema, agora começemos a debater democraticamente como sair daqui” (id. ibid., p.11, TN). O consenso assim estabelecido é um consenso crítico contra o anterior que é dominador. Segundo Dussel, assim surgem os novos movimentos sociais.

Alain Touraine comunga as mesmas ideias de Dussel, pois, como este concorda que as vítimas do sistema afirmam-se desde sua negatividade material, quer dizer, no sistema ético vigente não podem viver. Nos movimentos comunitários, a ação coletiva atinge seu nível mais alto “quando une, da melhor forma, motivações e objetivos, experiência e ação, cultura e política”. Neste sentido,

a defesa comunitária de grupos camponeses –indígenas ou não – ou dos pobres da cidade indica a ligação mais forte, que se pode observar no continente, entre o esforço para participar de um processo de modernização e a defesa de uma identidade ou de uma comunidade ameaçadas (TOURAINÉ, 1989, p.276)

A pobreza é um tema central para Touraine, desde que os atores do protesto posicionam-se, não pelo que fazem senão pelo que “sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados” (id. ibid., p.276). O autor também observa que, quando os problemas da vida privada e pública se unem, a resistência tem por objetivo a defesa da vida e destaca a aparição do:

personagem central dos movimentos comunitários é o que aparece, à primeira vista como mais afastado da ação política: a mãe – porque a capacidade de ação coletiva depende, antes de tudo, da vontade de defender a vida e, para a mãe, em primeiro lugar a vida dos seus filhos.(id ibid., p.277)

Considerando a dupla face que tem essa ideia, Laura é chamada de “*madre de los piqueteros*”, “*madre de los piquetes*”, como tentando justificar sua presença nesses espaços da política, da negociação no momento de assinar o acordo com o governador. Uma mulher poderia estar apenas nessas situações, como mãe, quer dizer, remetendo à

sua função biológica²⁵ e naturalizando suas funções sociais do cuidado da vida. Nesse sentido, Masson (2004) mostra como a “função biológica própria da condição feminina, a reprodução, é significada de formas totalmente diferentes dependendo das circunstâncias históricas e sociais” (id. *ibid.*, p.59, TN). Precisamente, Michelle Perrot destaca que a sociedade ocidental promove a assunção da maternidade, com a auréola do amor. A autora comenta o trabalho de Elisabeth Badinter, em que se afirma que o crescimento do sentimento maternal e o da figura da mãe se deram a partir do século XVII, tanto nas práticas (saúde, puericultura, educação na infância) quanto no aspecto simbólico. Contudo, a maternidade, assim como pode aludir ao cuidado dos filhos, do marido, à subordinação do interesse particular em prol dos outros, também é uma experiência pessoal muitas vezes politizada, por exemplo, no caso das *Madres de Plaza de Mayo*. Nesse sentido, para Perrot (2007, p.69), a politização da maternidade é um dos traços mais marcantes da época contemporânea.

Refletindo a respeito do novo itinerário que Laura começa a percorrer, identificamos que uma nova identidade começa a ser assumida, após essa primeira reunião dos piqueteiros. Assim, no terceiro dia de piquete, ela apareceu, pela primeira vez, na televisão, como porta-voz, lendo um comunicado da *Comisión de Representantes de los Piqueteros*. Quando lhe perguntamos a respeito do significado da palavra “*piquetero*”, explicou que foi porque eles estavam nas picadas, nas sendas de acesso. Ela esclareceu que fazia parte da linguagem usual da região e traçou um desenho:

“Mirá esta es la ruta 22, hace así, la ruta nacional, esta es la 22, nacional, la ruta. La gente estaba acá, la destilería, y esta es otra ruta provincial, la número 17. Esta se va a un pueblito que se llama Añelo, yo estaba en este piquete acá. Y vivía por acá, lejos, vivía como a 19 kilómetros, pero después acá hay caminos, laterales, caminos de tierra, ¿sí? por donde los primeros, la primera gente que vino a sacar petróleo hizo picadas. En realidad a esto no se le llama calles, se le llama, porque era como las picadas que se abrían en el desierto. Bien, ¿dónde estábamos nosotros?, en las picadas, ¿cómo nos vamos a llamar?”

Pouco depois, Laura apresentou-nos um texto, intitulado “*La nueva palabra*”

Pesquisadora: [lê] Nadie sabe cómo concretamente surgió, ni de dónde pero a las pocas horas de iniciada la manifestación ya había empezado a sonar. Primero entre un reducido grupo de los que estaban en el tema. Luego, a

²⁵ Durante a solenidade do ato de lançamento Plano Amazônia Sustentável (PAS), “o presidente Luis Inácio Lula da Silva anunciou que o ministro extraordinário do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), Roberto Mangabeira Unger, seria o coordenador do PAS, mas fez uma brincadeira com Marina: “Dilma, eu disse que você é a mãe do PAC. Ninguém como você, Marina, para ser a mãe do PAS. De mãe em mãe, vocês percebem que estou criando a nova China aqui.” Disponível em <http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac172067,0.htm>, consultado em 14 maio. 2008

medida que pasaban las horas y los días fue tomando fuerza, se fue generalizando, hasta que se instaló definitivamente. “¿Los piquetes qué?”, preguntaba el país, cuando los medios de comunicación nacionales comenzaron a mandar las primeras noticias de lo que aquí sucedía. Ya no hubo forma de designarlo de otra manera lo que sucedía “¿Lo viste a fulano?”, “Sí hace un rato estaba en el piquete de Añelo”

Laura: Y este es el que se hace famoso, porque es donde estaba yo [riso]

Pesquisadora: [continua lendo] “Che, ¿hay asamblea de piqueteros en la Torre?”, “Si vas a salir ponéte la campera piquetera”. Los piquetes, los piqueteros protagonistas indiscutibles de esta gesta. Y una nueva palabra que incorporamos a nuestro vocabulario cotidiano’.

Laura assume uma nova identidade: piqueteira. Novamente, o domínio do discurso legitimou sua liderança no contexto do piquete. Entretanto, como ela mesma afirma, é um tipo de liderança não convencional. Rememorando uma entrevista concedida à televisão, reproduz o diálogo que tivera com o jornalista, tentando explicar o caráter dessa liderança:

“Entonces me dice ‘Pero vos fuiste el líder de este movimiento’. Entonces yo le digo: ‘Dejáme que yo te cuente la clase de líder que fui. Me decían: Laura, andá a la radio y decí que acá necesitamos ambulancias’, Laura iba a la radio y tenían ambulancias. Bueno, ‘Laura, ahora tenés que convocar a una reunión en el piquete del aeropuerto’. Bueno, Laura iba y convocaba al piquete del aeropuerto. ‘Laura ahora tenés que ir y tratar de juntar que los concejales hablen con los representantes de los piquetes’. Entonces Laura iba. **Esa clase de líder fui yo, si ustedes dicen fui líder, sí bueno fui esa, pero yo sentí como que me usaron, como se les ocurrió [riso], como que te decían, pero no solamente (o ser usado) que aceptabas cumplir ese rol.** Como que la gente decía, bueno fulanito hace tal cosa, y el otro hace tal otra y como que lo aceptabas, pero lo aceptabas de una manera. Bueno, si eso es ser líder, sí, esa clase de líder fui yo. Que convencionalmente no es a lo que se está... (acostumbrado)”

Em suas análises de organizações piqueteiras, Andújar (2005, p.12) observa uma resistência geral em utilizar o termo “líder” para se referir à atuação dos representantes ou pessoas de referência do movimento. Particularmente, no caso das mulheres há, segundo a autora, uma contraposição entre o papel do líder e a motivação que elas têm para participar do movimento que é definida como: o amor à comunidade²⁶. Segundo a autora, os atributos que caracterizariam um líder, ou seja, coragem, convicção, experiência política, ousadia, entre outros, aludem geralmente aos homens; sendo assim, a liderança constitui um espaço masculino. Mesmo quando as mulheres visivelmente portam essas condições:

a preeminência que adquirem é frente a outras mulheres. Entretanto, não necessariamente alcança, por um lado, para se sentir em pé de igualdade com respeito aos líderes homens (ou que o reconhecimento das outras mulheres seja

²⁶ Nos discursos de participantes e lideranças do MML é frequente a referência a esse tipo de motivação. Esta afirmação foi encontrada nos discursos de Emma e Lucy de Cornelis.

nessa direção e não preferir a presença de um varão); por outro lado, para reclamar a liderança na organização, no caso de competir por ela, ou se sentir legitimada a se pensar como tal (id. *ibid.*, p.12, TN)

As mulheres não se assumem enquanto lideranças. A primeira hipótese a respeito é que elas consideram esse papel como masculino. Assim, ocupá-lo implica ter que disputá-lo com os homens e, por isso, ter que suportar a força do controle masculino. No estudo de Valdete Boni a respeito das relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó (SC), uma das dirigentes manifestava as dificuldades enfrentadas para conseguir preencher a cota de 30% das vagas estipuladas para mulheres. Para ela, essa dificuldade na participação radicava na própria mulher que “não desafia pra enfrentar uma liderança” (BONI, 2004, p.289). Entretanto, no caso argentino, observamos que o uso do argumento do “amor à comunidade” funciona como bilhete que possibilita acessar ao espaço do público/político e legitimar sua presença e atuação. Assim, conseguem, mesmo com dificuldades (porque são cobradas pela família, pessoas do bairro e por outras mulheres também), fazer suas reivindicações, encaminhar suas demandas, encontrar algumas alternativas de atuação e ter uma vida política.

Por outro lado, a história, em algumas ocasiões, fornece modelos, referências de “fazer política” para as mulheres. Nesse sentido, Masson (op. cit.) indica, no caso argentino, a existência de dois paradigmas de atuação das mulheres nesse campo, que correspondem a dois momentos históricos do país, em que as mulheres irromperam na cena pública com maior força e visibilidade: Eva Perón, esposa de Juan D. Perón, que com seu trabalho de assistência social deu apoio à presidência do marido e se converteu em um modelo político de referência para muitas mulheres; as *Madres de Plaza de Mayo* que se organizaram para reivindicar a aparição com vida de seus entes queridos sequestrados durante a ditadura militar (id. *ibid.*, p.29-30).

Michelle Perrot afirma que “Ser uma mulher na política, ou ainda ser uma ‘mulher política’, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela” (id. *ibid.*, p.153). A política “mancha”, como disse Laura “*El político, em mi casa, era um tipo sucio*” (AUYERO, 2004, p.79). Talvez, fundar sua atuação numa motivação mais elevada, mais positiva, pode ser interpretado como o intuito de despolarizar a ação ou, ao menos, contrapô-la à política, vista negativamente como interesseira, corrupta etc. Então, o caminho será explorar sua atuação partindo da nomeação que ela mesma lhe dá.

“Estamos cuidando gente”

Nos depoimentos em que Laura fala de sua atuação no marco do levante em Cutral-có, identificamos a escolha da palavra “cuidar” para dar nome ao tipo de atuação desenvolvida nesses dias, “*nosotros tratamos de cuidar gente y teníamos que salir de esa situación en donde todos estábamos corriendo riesgo*”. Assim, consideramos pertinente examinar um pouco essa questão, desde que, como afirma Joan Tronto, em nossas noções de cuidados é possível identificar algumas das dimensões mais profundas da diferenciação tradicional dos gêneros.

A autora, numa breve explanação, mostra as distintas abordagens do tema: o cuidado como um tipo de trabalho; dando atenção para as atitudes e pensamentos envolvidos no ato de cuidar; um fazer, que pela sua concretude, colocaria as mulheres “fora do mundo”, quer dizer, imunes a apelos abstratos e religiosos (TRONTO, 1997, p.187). No texto, a autora revela a existência de um roteiro tradicional sobre a atividade de cuidar de acordo com o gênero: os homens têm cuidado *com*, enquanto as mulheres cuidam *de*. Desta maneira, na tarefa de cuidar se demarca “a divisão do mundo masculino e feminino como sendo respectivamente público e privado” (id. *ibid.*, p.199).

A partir de uma abordagem feminina do cuidar, é possível entender que a atuação das mulheres no piquete seja interpretada como “extensão amplificada à escala coletiva de seus ‘naturais’ papéis de cuidadoras do espaço doméstico” (CARABAJAL, 2002), ou, no caso pontual de Laura, como uma espécie de “*comodín*” (coringa), desenvolvendo funções da “*típica y subestimada ama de casa*” (AUYERO, 2004). Porém, não podemos concordar com essa interpretação que, embora responda a esse “roteiro tradicional”, assinalado por Tronto (op. cit.), revela seus limites ao refletirmos sobre o ato de cuidar e suas implicações. Quem deve cuidar e de quem, como afirma a autora citada, está enraizado em valores, expectativas e instituições. O cuidar envolve assumir uma responsabilidade, um compromisso e tem um objeto, assim é sempre relacional. Geralmente, a família é o lócus por excelência dos cuidados e a mulher sua principal “cuidadora”. Contudo, isso não quer dizer que a família esteja isenta de outros tipos de relações: de poder, exploração, violência etc.

Em “Gênero, patriarcado, violência”, Heleieth Saffioti afirma “o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados”, desde que a mulher também possa exercer a função patriarcal. A autora

chama a atenção sobre uma imagem muito presente na nossa sociedade a de que na família impera necessariamente a harmonia, dizendo que nela podem estar presentes também “a competição, a trapaça, a violência” (SAFFIOTI, 2004, p.74)

Nancy Fraser, numa crítica à obra “Teoria da Ação Comunicativa”, de Jürgen Habermas, discute o contraste que o autor estabelece entre a família nuclear moderna como contexto de ação social integrada (em que predominam as práticas comunicativas na procura de consensos, utilizando como meio a solidariedade), e os contextos de ação sistêmica integrada regidos normativamente (em que predominam as estratégias e os meios são o poder e o dinheiro). Fraser (1998) aponta que nos trabalhos das feministas a respeito de processos de tomada de decisão, gerenciamento financeiro e maus-tratos de mulheres, ficou demonstrado que as famílias estão completamente permeadas pelo dinheiro e poder. “São lugares de egocentrismo, estratégia e cálculo instrumental assim como lugares de intercâmbios usualmente exploratórios de serviços, trabalho, dinheiro e sexo e, frequentemente, lugares de coerção y violência” (id. *ibid.*, p.119-120, TN).

Em relação a Laura, as pessoas lhe pediram que permanecesse no piquete. Contudo, é fundamental considerar que não existe, inicialmente, um vínculo que determina o dever dela assumir essa função, pois as pessoas que “cuidou” não eram membros de sua família. Como afirma Tronto (*op. cit.*):

A atribuição da responsabilidade de cuidar de alguém, alguma coisa ou alguns grupos pode então ser uma questão moral. O que faz “cuidar de” ser tipicamente percebido como moral não é a atividade em si, mas como essa atividade se reflete sobre as obrigações sociais atribuídas a quem cuida e sobre quem faz essa atribuição. (id. *ibid.*, p.189)

Joan Tronto verifica que o cuidar é uma atividade que desafia a teoria moral contemporânea e parece fundamentar uma concepção mais rica sobre a vida moral das pessoas. No entanto, afirma que o cuidar sofre uma “amputação moral fatal” quando se restringe às pessoas mais próximas de nós (id. *ibid.*, p.199). Assim, o compromisso que nossa entrevistada assume, quando cuida de pessoas além dos membros de sua família, questiona essa visão restrita dos cuidados, abrangendo uma comunidade mais ampla. É pertinente salientar que o contexto onde se estabelece a relação de cuidados não é o lar, o “espaço privado”. Assim, temos relações de cuidados que excedem o espaço familiar, sendo assumidas e desenvolvidas por pessoas que não têm essa obrigação, abrangendo o espaço público, durante o protesto. Portanto, chamamos a atenção para o fato de que a visão tradicional de gênero não é adequada para interpretar essa atuação.

Para perceber os aspectos verdadeiramente transformadores e feministas do cuidar, necessitamos reformular “nossa visão do contexto político em que eles se situam como um fenômeno moral” (id. *ibid.*, p. 187). A autora esclarece que a teoria moral contemporânea não ignora as necessidades dos outros, mas “elas são consideradas apenas como um reflexo de quem pensa, se ele ou ela estivesse na situação do outro. Em contraste, os cuidados fundamentam-se no conhecimento completamente peculiar da pessoa em particular que está sendo cuidada” (id. *ibid.*, p.191). Para isso é necessária a capacidade de atenção. Portanto, se a pessoa que decide fornecer cuidados está apenas preocupada consigo mesma, é reduzida sua possibilidade de sucesso.

Nos depoimentos de Laura a respeito de sua atuação vão-se desvendando as dimensões morais do cuidar como, por exemplo, essa capacidade de atenção. Ela menciona que estavam numa situação de risco e que, de fato, ela sentiu medo de serem reprimidos pela *Gendarmeria* por estarem cometendo um delito (bloquear uma rodovia provincial), mas também mostrou-se capaz de perceber a vulnerabilidade de um dos grupos presentes no piquete: os jovens, que provavelmente “*no tengan idea de lo que significan los gendarmes. No vivieron los años de la represión militar; nosotros, los más viejos, sí pasamos por eso.*” (AUYERO, 2004, p.121).

Tronto (op. cit.) aponta a existência de uma relação entre o que a pessoa que está sendo cuidada pensa desejar e seus verdadeiros interesses e necessidades, e que essa relação pode não ter uma correspondência perfeita. Por isso, afirma que “A genuína capacidade de atenção presumivelmente permitiria à pessoa que cuida ver através dessas pseudo-necessidades e chegar a compreender o que o outro realmente necessita” (id. *ibid.*, p.192). Foi isso que Laura fez com o grupo de jovens. Conversou com eles, percebeu que, por estarem bebendo, poderiam ser manipulados facilmente; identificou suas necessidades e fez um acordo.

Inicialmente, nossa entrevistada tentou convencer as pessoas de voltar para suas casas, mas lhe disseram que no piquete havia comida. Diante da impossibilidade de convencer a “massa” e do sentimento de perigo iminente, ela e outras pessoas com as quais foi dialogando definiram os destinatários do cuidado e as formas de “cuidar de”:

“No sé por qué me quedé; **teníamos que proteger a la gente.** Uno empieza a pensar en los otros, los que están indefensos. Cuando uno empieza a hablar con los otros, a conversar sobre cómo proteger a la gente que estaba en la ruta, uno se compromete. Mi intención era volverme pero me quedé. **Una vez que empecé tenía un compromiso.**” (AUYERO, 2004, p.103)

Assumir esse compromisso envolveu tempo e esforço: “*Fueron seis días en los que no dormí*”. Também, requereu autoconhecimento, ao ponto de ser capaz de eliminar as preocupações consigo mesma para atender aos outros. Este aspecto questiona a teoria moral, e acreditamos que nele radica uma das principais dificuldades de compreender o caso apresentado. Sendo parte de uma sociedade que é regida pelo paradigma das relações de troca do mercado e que põe os próprios interesses em primeiro plano, a ação destas mulheres poderia nos parecer como “irracional” (não racional, vinculada ao emocional e assim “natural”). Contudo, explorar a partir de uma abordagem feminista a atuação de Laura permite dimensioná-la em termos morais.

Na rememoração do levante, ela menciona que pediram a intervenção de um bispo que ministrou uma missa no piquete, para que intercedesse por eles diante do governador. Porém, não lhe esclareceram o porquê estavam na rodovia. Assim, começaram a pensar nas reivindicações que deveriam ser encaminhadas ao governador, “*es como que salimos a preguntar qué era lo que quería la gente. ¿La gente qué era lo que quería? Quería que le conectaran la luz, quería que el gas, querían fuentes de trabajo, o sea, surge una serie de puntos*”.

Os diferentes documentos consultados para esta breve explanação a respeito do levante e da participação de nossa entrevistada, mencionam a presença de diferentes funcionários, autoridades locais, deputados etc., nos piquetes. Assim, estar num dos vinte e um piquetes instalados nesses dias, possibilitou também que ela fizesse suas reivindicações particulares. Quando se aproximou um juiz do bloqueio, Laura, aproveitando a ocasião, apresentou-lhe um documento escrito pelo seu advogado, referente à demanda da pensão alimentícia e da restituição da casa de General Roca:

“Entonces cuando viene el juez, **yo me agrando, viste, como todo el mundo se agrandaba** y le decía cosas, ‘¿Si se lo doy en la mano va más rápido? Porque, le digo, cada vez que voy allá, a Tribunales, tengo que esperar dos o tres meses que usted resuelva.’ Y el tipo me echó a la mierda, pero yo me sentí, decirle en la ruta algo de lo mío, de mi juicio de alimentos, de que yo quería mi casa en Roca, fue todo un placer [*com ênfase*].”

O verbo utilizado por Laura “*agrandarse*”, de uso coloquial, pode ser relacionado com “empoderar-se”, no sentido de superar uma situação hierárquica existente, no caso, entre ela e o juiz. As pessoas do povo, só quando se “empoderam”, conseguem falar de igual a igual, conseguem expressar suas reivindicações. Esse lugar possibilita esta interação, o piquete, o protesto no espaço público, o lugar da “igualdade”, que é o lugar da cidadania, ao contrário do Tribunal, onde há uma

hierarquia, predomínio do burocrático, de um status, em detrimento do pessoal/humano. Nesse sentido, é pertinente mencionar uma reflexão das *Madres de Plaza de Mayo* a respeito da escolha da Praça como lugar de reunião e reivindicação. Elas explicaram que, na época em que surgiu o movimento, não pensaram o porquê da escolha da Praça, mas esclareceram que “*en los otros organismos no nos sentíamos bien cerca; había siempre un escritorio de por medio, había siempre una cosa más burocrática. Y en la Plaza éramos todas iguales.*” (AMPM, 1999, p.7).

Essa foi a percepção que muitos tiveram nos piquetes, ser todos iguais, como uma das testemunhas de Auyero manifesta: “*estaban los que necesitaban y los que no necesitaban. Estábamos todos allá. El diariero, el taxista, el colectivero, el empresario*” (AUYERO, 2004, p.124). A presença de “*todo el pueblo*” será palpável no momento mais forte do levante: a chegada da polícia militar.

“*Cuando vino Gendarmería fue tremendo, porque más allá de que bueno yo tenía muchísimo miedo, yo creí que iban a, reprimir, qué sé yo. O sea, veinte mil personas que es más o menos el cómputo que hay de la gente que estuvo significa que solamente faltaron en la ruta los bebitos y los abuelos. Eso quiere decir que estuvo todo el pueblo.*”

Esse sentimento, diante da possibilidade de enfrentamento com a *Gendarmería*, é semelhante a outros ouvidos em pesquisa com pessoas que participavam, pela primeira vez, em protestos ou retomavam uma militância que tinha sido abandonada durante a ditadura militar (BOGADO, 2006). Não se trata apenas do sentimento de perigo, de medo do enfrentamento com as forças policiais, também estão lidando com outros medos e lembranças da ditadura militar, mesmo sem ter vivenciado a repressão. Assim, no caso de Laura, embora não haja uma vivência direta da repressão durante a ditadura, a transmissão das memórias pelas organizações de direitos humanos e pela mídia fez com que ela ressignificasse sua memória individual, dando-lhe um olhar crítico e político.

As rádios e jornais locais anunciaram em diversas oportunidades a chegada iminente da *Gendarmería*, que concretizou finalmente na manhã de 25 de junho, quando a Juíza dirigiu-se a Cutral-có, acompanhada por várias efetivos da polícia federal e polícia militar. Na reconstrução dos fatos, nos foram sendo revelados, aos poucos, alguns episódios ou detalhes que, em outro momento, nossa entrevistada, pela proximidade dos acontecimentos, tinha preservado. Numa entrevista publicada em 2002, ela esclareceu que o prefeito em exercício promoveu o bloqueio da rodovia “*En otro tiempo me daba un poco de miedo decirlo*” (CARABAJAL, 2002). Por outra parte,

ela apontava a existência de um consenso a respeito de como lidar diante de uma ação repressiva:

“El consenso general es: no vamos a permitir que nos toquen. Apenas se vayan volvemos a la ruta. Pero no vamos a dejar que nos toquen. Queremos paz. No queremos violencia. Uno de los lemas es: ‘Todos tenemos que estar vivos cuando esto termine así podremos contarles lo que pasó a nuestros hijos, hijas, nietos, parientes y vecinos. Tenemos que cuidar nuestros cuerpos, protegernos nosotros mismos’ (AUYERO, 2004, p.116)

Porém, no seu livro, Auyero questionou essa ideia de consenso, revelando a existência de diferentes posturas a respeito do quê fazer diante da possibilidade de um enfrentamento: “*Mucha gente con la que conversé me habló de las bombas Molotov, piedras y palos que tenían preparados para enfrentar los gases lacrimógenos y las balas de goma*” (id. *ibid.*, p.116). Esta afirmação pode nos levar a pensar que havia pessoas armadas esperando pela *Gendarmeria*. A respeito disso, nossa entrevistada comenta:

“El día que vino Gendarmería, por ejemplo, yo lo niego a muerte y vos me decís ‘Laura, la gente estaba armada’, ‘No’. ¡Sí la gente estaba armada hasta los dientes!, porque por lo menos el setenta por ciento de la población de Cutral-có no se fue con las manos vacías a esperar a Gendarmería, porque sino [*não teriam nenhuma proteção, não poderiam se defender*]. Yo estaba hablando así con un papá y me dice ‘Laura, yo estaba en la ruta, pero yo no sabía mi hijo de diecisiete, dieciocho años con los otros compañeros de la escuela dónde se había metido y no iba a dejar que le pasara nada a mi hijo.’”

Assim, observamos que os depoimentos vão sendo modificados, que as lembranças vão sendo moldadas pelas conjunturas favoráveis ou desfavoráveis do tempo presente (POLLAK, 1989; PORTELLI, 1998). Silêncios e “não-ditos” não implicam esquecimento, desde que as fronteiras entre o dizível e o indizível podem ser deslocadas. Pollak (op. cit.) afirma que “Essa tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (id. *ibid.*, p.8).

Neste ponto, recorremos ao trabalho de Paula Klachko para a reconstrução de uma cena quase épica que ficou registrada na memória coletiva. Inicialmente, a Juíza dirigiu-se à multidão pedindo que se retirassem da rodovia. As forças repressivas avançaram sobre o primeiro piquete acionando o “*tanque hidrante*”. Em seguida, umas 20.000 pessoas impediram seu avanço:

havia homens, mulheres, jovens e anciãos. Nas primeiras fileiras discutia-se se enfrentar ou não à Gendarmería; alguns o fizeram com pedras e outros tentavam

detê-los. Pois cada pedrada trazia como resultado inevitável a réplica: gases lacrimogêneos, água gelada, balaços de borracha. Porém, a água e o gás movidos, por ação do vento, voltavam-se contra os policiais. (KLACHKO, 1999, p.13, TN).

As pessoas cantavam o Hino Nacional. Uma das entrevistadas de Auyero afirmou “*Cantar el Himno Nacional es como decir que estás defendiendo lo tuyo*”²⁷ (AUYERO, 2004, p.127). Recentemente, uma matéria, que rememorava o golpe militar de 24 de março de 1976, resgatou as histórias de pessoas que não militavam na época, mas que sofreram a repressão nos “anos de chumbo”. Uma das testemunhas, que morava numa favela, descreveu algumas das ações das mulheres para evitar que os militares levassem ou reprimissem pessoas no bairro. Ao invés de se trancarem nas casas, saíam fora, tentavam detê-los, e, num enfrentamento, uma tinha sugerido que cantassem o Hino Nacional, para que não fossem detidas (DANDAN, 2008). Cantar o Hino é como um divisor de águas, ser patriota ou não, assinalando de que lado está a pessoa.

A juíza subiu ao teto de um veículo e anunciou sua incompetência, ordenando a retirada da *Gendarmeria*. Os/as manifestantes aplaudiram a retirada. Contudo, alguns manifestantes começaram a atirar pedras nos policiais e estes revidaram com gases lacrimogêneos, balas de borracha, água gelada e cachorros (id. *ibid.*, p.14). Finalmente, foi anunciado aos/as manifestantes que o governador chegaria naquela noite a Cutral-có.

Após passar vários dias sem dormir no piquete, Laura foi levada ao hospital, “*me pusieron unos calmantes, no sé qué, porque es como que estaba pasada de rosca, no sé qué me pasaba*”, e voltou para sua casa para descansar, acreditando que tudo estava solucionado. Para ela, o povo tinha demonstrado seu poder e união, Sapag viria e tudo seria resolvido. De fato, naquela noite, Sapag chegou ao piquete principal da *Torre Uno*, felicitou as pessoas por chamar a atenção do país para as necessidades da província, mas não ofereceu nenhuma solução, por isso foi insultado e apedrejado.

Na manhã do dia seguinte, uns piqueteiros apareceram na casa de Laura dizendo que haveria uma reunião com o governador e os representantes dos piquetes e era preciso que ela fosse fazer as negociações na Prefeitura. Ela expressou assim o porquê da decisão e sua dificuldade em assumi-la:

“(…) la única que hablaba por radio y televisión era yo, era la que, yo tendría que hacer las negociaciones con él. Yo les decía, pero una cosa es pedir

²⁷ Assim, veremos que cantar o Hino Nacional Argentino é uma ação de resistência do MML para obstaculizar o desenvolvimento do leilão.

ambulancias, porque nos hacían falta ambulancias porque había gente que se ponía mal, y otra cosa es hacer una negociación, que yo no tengo ni la más pálida idea. Bueno dice ‘Pero eso es lo que la gente decidió’.”

Ficou surpresa ao descobrir que as pessoas ainda estavam na rodovia. Quando chegou à Prefeitura, segundo ela, havia mais de mil homens, supostamente todos representantes de piquetes. Diante dessa situação, um agente da polícia militar a reconheceu e lhe pediu que indicasse quem poderia entrar na reunião com o governador. Ela disse: “*Y viste cuando decís ‘¿Y yo, por qué?’ [risos] Y yo le decía a los otros ‘¡No!’ le digo a los otros, ‘a mí me van a meter en cana (encarcerar)’, porque yo hasta hacía poquito estaba en cana, negra.*”. Quando lhe perguntamos por que ela achava que seria encarcerada, esclareceu:

“Vos no te olvides que mientras la gente estuvo en la ruta, lo que estuvo cerrado fue la destilería, por día no sé la cantidad de millones de pesos que se perdían, entonces por eso era la que. Y vos sacá la cuenta que en cualquier manifestación si vos no le tocás algo económico no pasa nada. O sea, porque nosotros teníamos todo esto. Y entonces vinieron ahí dos o tres amigos y dicen ‘Laura, me dicen, sos la única que está identificada, sos la única que salía por televisión’.”

Rememora que o governador acreditava que o protesto era em razão da falta de empregos e, durante algumas horas, discutiu a respeito e levantou algumas propostas. Porém, o tempo passava e continuavam sem chegar a um acordo. Começara a nevar e ela decidiu intervir na discussão:

“Entonces me paré, yo tenía que hacer algo, pero no sabía qué. Sabía que tenía que ser algo por escrito, la gente no se iba a mover si no tenía algo por escrito. Entonces le digo, ‘Está nevando y hay gente en la ruta’ [*com voz lastimosa*], le digo [*exigindo*], ‘Haga algo’. Me mira el viejo así y me dice ‘No se van con nada’ [*gargalhada*].”

Então, sugeriu-lhe: “*Usted todo lo que está diciendo lo tiene que poner por escrito, sino la gente no se va a ir*”. De imediato, o Prefeito começou a escrever uma ata, mas os representantes de piquetes disseram que os políticos não podiam tocar em nada, “*Entonces ahí es cuando yo paso al frente y empiezo a redactar el acta y todo eso*”. A ata incluía uma série de medidas do governo para fornecer empregos (pontualmente, obras públicas tais como construção de jardim de infância, hospital, ampliação de escolas, pavimentação etc.); prestar assistência às famílias carentes (alimentos, roupas, medicamentos); restabelecer os serviços de energia elétrica e gás (cancelados por falta de pagamento); declarar o estado de emergência ocupacional nas duas cidades; fornecer créditos flexíveis para comerciantes, empresários e

empreendedores; reativar uma cooperativa local; abrir nova licitação para a construção da indústria de fertilizantes, e não punir os/as manifestantes. Nossa entrevistada disse ao Governador:

“Bueno esto lo tiene que firmar usted?’, y encima le digo ¿no trajo el sellito? [riso]. Le digo ‘Aclare la firma’ [riso]. Y entonces el viejo dice ‘Bueno pero son siempre dos partes’, me dice ‘Yo firmo’, dice ‘¿quién firma de la otra parte?’, porque la otra parte son ustedes. Entonces le digo ‘yo voy a firmar’. Y todos me dicen ‘No, no firmes!’, qué sé yo.”

Laura aponta que a vida foi o principal logro do levante, não houve mortos nem feridos. Ela percebeu o poder político da multidão, “*yo lo único que entendía... era esto: que el pueblo había ganado y que el pueblo había demostrado que era el soberano*” (PADILLA & DÁVILA, 2006, p.7). Lembrando a assinatura do documento, disse: “*fue el momento más importante de mi vida; en realidad el segundo: el primero fue ser madre*” (AUYERO, 2004, p.141-142). Consideramos fundamental essa afirmação que, por um lado, revela como a maternidade “é uma fonte de identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida” (PERROT, 2007, p.68), e, por outro, aponta que o engajamento político é tão valorizado como a maternidade, trazendo sentido na vida dela. Uma das mulheres entrevistadas por Javier Auyero, chamada Zulma, mostrando cartuchos de balas de borracha que guardara do protesto lhe disse:

“Guardo esas cosas porque la pueblada fue muy importante para mí. A lo mejor esas cosas sean basura para mis hijas pero tal vez las comprenderán en el futuro. **Siempre les digo que hay momentos importantes en la vida. Dicen que hay que plantar un árbol y tener un hijo. Yo pondría esa protesta en el mismo nivel: hay que vivir una pueblada. Esa protesta es parte de mi vida, es una de esas cosas que te dejan marca.** (AUYERO, 2004, p.122) Grifo nosso

Nas outras trajetórias, também, poderemos identificar essa criação de sentido a partir do desenvolvimento de um itinerário político. Logo após a assinatura do documento, quando o governador acreditava que estava tudo resolvido, Laura manteve seu papel de liderança “não convencional” e disse que o passo seguinte seria levar a ata para ser aprovada, em assembleia, pelas pessoas que estavam na rodovia. Ela comenta que o governador ficou furioso “*¡Uy!, el viejo se agarró una moto y me dice ‘Pero esto es un chiste, es una joda, esto no es así’*”. Ela esclarece:

“Escucháme, normalmente el que representa es el que dice qué se hace y qué no se hace, el que representa no va a consultar si le gusta o no lo que está haciendo. Esas son también las cosas que también después, es como que se implementaron en las que vos llamás ahora las asambleas.”

Antes de retirar-se da Prefeitura, um pequeno episódio revelou o desconforto que provocou sua atuação em algumas pessoas. Nesse sentido, referiu-se ao comentário de um agente da polícia militar, que lhe perguntou: “¿Dónde estabas vos cuando hicimos el raleo?”. Ela comenta que no momento não entendeu, mas um piqueteiro, que a acompanhava, ficou pasmo e lhe disse: “¿No te diste cuenta? Él te preguntó dónde estabas vos en la época que ralearon, supuestamente la época de los desaparecidos”.

A ata foi encaminhada a outros piquetes para aprovação. Uma frase contida nela enquadrou o protesto dentro da constitucionalidade: “*clara muestra del hambre que padecen estas dos ciudades*”. Numa entrevista, Laura afirmava: “*Me lo dictó Dios, no tengo dudas*”. Talvez, uma espécie de mística, aparentemente, estaria alimentando o papel que assumira naqueles dias, que não era o de encarnar um líder, mas sim ser um meio através do qual os/as piqueteiros/as pudessem se expressar. Esse foi o compromisso que ela tomou quando as pessoas do piquete lhe pediram que as representasse porque falava melhor. Ela reconheceu: “*Yo era el vehículo pero cualquier otro podía haber estado en mi lugar. Cutral-có precisaba una persona a través de la cual expresarse. Y esa persona fui yo.*” (AUYERO, 2004, p.47). Também: “*Yo era sólo un símbolo. No contaba mi opinión. No era decisión mía. Eran las opiniones y decisiones de los piqueteros las que se expresaban a través de mí*” (id. *ibid.*, p.44).

Consideramos que um fator fundamental para que ela pudesse assumir esse papel no protesto foi o reconhecimento do seu carisma. Ela mesma afirma que não foi preparada para ocupar esse lugar, não possuía “qualificação pessoal”, entendida como militância prévia, nem uma posição que a legitimasse. Assim, as reflexões de Max Weber a respeito da dominação carismática, como um tipo de relação social que se baseia no “reconhecimento” pessoal, contribuem para pensar no caráter da liderança de nossa entrevistada. Na dominação carismática, o decisivo é ser reconhecido pelo carisma (dotes sobrenaturais, faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória) e *atuar* segundo ele.

O pressuposto indispensável para isso é “fazer-se acreditar”: o senhor carismático tem de se fazer acreditar como senhor pela “graça de Deus”, por meio de milagres, êxitos e prosperidade do séquito e dos súditos. Se lhe falha o êxito, seu domínio oscila. (WEBER, 1979, p.137)

Também agrega que o princípio carismático de legitimidade, que em sentido puro tem caráter autoritário e dominador, pode ser interpretado de forma anti-autoritária quando:

baseia-se no reconhecimento da pessoa concreta como carismaticamente qualificada e acreditada por parte dos súditos. Conforme a concepção genuína do carisma, este reconhecimento é devido ao pretendente legítimo, enquanto qualificado (...) Nestas condições, o reconhecimento converte-se em “eleição”, e o senhor legitimado em virtude do próprio carisma, converte-se em detentor de poder por graça dos súditos e em virtude de mandato. (id. *ibid.*, p.140)

Após o protesto, várias situações revelam a situação de empoderamento de Laura. O próprio juiz que analisava o processo contra o marido chamou-a ao seu escritório para informar-lhe a respeito do andamento. Também o fiscal interessou-se em saber se estava recebendo a pensão alimentícia ou se tinha sido ameaçada²⁸: “*En el juzgado dejé de ser la quilombero [bagunceira] y pasé a ser ‘la señora’. Por favor, señora Padilla, venga. ¿Cómo podemos ayudarla?, me decían. Cambió totalmente el modo en que me trataban.*” (id. *ibid.*, p.140). Também seu ex-marido contactou-a para avisar-lhe que poderia voltar para sua casa. Assim, ela afirma que o levante trouxe-lhe benefícios econômicos de forma honesta:

“Yo siempre digo que la única que logró algo económicamente, con este tema de la pueblada, pero en forma lícita, ¿no?, después hubo mucha plata y todo. Pero en forma lícita fui yo, porque mi ex marido cuando me vio por televisión, a hacer quilombo y todo, él pensó que yo le estaba haciendo quilombo porque él no me pagaba la cuota de alimento y no me devolvía la casa [*María começa a rir, Laura también ri*]. Entonces me devolvió la casa en un mes.”

Nossa entrevistada permaneceu alguns meses mais em Cutral-có, em que participou da organização e distribuição das ajudas recebidas do governo, junto a funcionários da Secretaria de Ação Social. Eram soluções emergenciais, principalmente subsídios, comida, roupas etc., mas todos insuficientes para cobrir as necessidades da população. Esse tempo de muito envolvimento foi registrado por Auyero com um depoimento de sua filha:

“Yo soy testigo que en mi casa era un ir y venir de gente pidiendo a Laura de todo. Y eran las seis de la mañana y la gente seguía viniendo a pedir... Mucha gente de mi barrio que la conocía a Laura iba a pedirle que le consiguiera trabajo, como si Laura estuviera en representación de todos, porque supuestamente era la representante. Fue la cara, supuestamente tenía que ayudar al pueblo...” (AUYERO, 2004, p.133)

²⁸ Numa entrevista com o fiscal local, o pesquisador foi informado de um suposto plano para matar Laura, “*era una verdadera figura pública en ese momento y estaba golpeando con sus palabras, con las cosas que decía en radio y televisión*” (AUYERO, 2004, p.48). “*La mayoría de los piqueteros recuerda que luego de la semana en la ruta, las amenazas y las persecuciones fueron parte de sus vidas cotidianas. Algunos de ellos tuvieron experiencias desagradables con la policía local y otros tienen historias para contar sobre la gente que participó activamente en la protesta y después “tuvo que dejar el pueblo”*”. (id. *ibid.*, p. 139)

Foi um tempo, também, em que os políticos “compraram” o silêncio e/ou a retirada de vários piqueteiros (id. *ibid.*, p.134). Svampa & Pereyra (2004) reconhecem que o compromisso, a legitimidade e a representatividade dos piqueteiros eram limitados para constituir novos espaços que garantissem acordos a médio e longo prazo. Apontam três traços característicos do levante: a tensão criada nas instâncias de representação e mediação a partir da dinâmica de assembleia permanente; o surgimento de novas lideranças, possibilitada pela dinâmica (porém, a extinção das assembleias “extingue” as lideranças); reabsorção das lideranças pelos políticos locais (id. *ibid.*, p.114). Assim, o líder carismático, seguido e obedecido enquanto suas qualidades “excepcionais” persistem, é “abandonado” quando suas qualidades carismáticas desaparecem ou deixam de ser-lhes atribuídas.

Em dezembro de 1996, tendo recuperado sua casa em General Roca, Laura decidiu retornar para lá com seus filhos. Ela pensava que seria melhor, pois poderiam estudar na universidade. Porém, seu retorno levantou a suspeita de que também ela tinha sido “comprada”. Assim, disse “*yo estoy considerada una traidora en Cutral-có, porque a parte me fui*”. O seguinte depoimento coletado por Auyero reflete a indignação de sua filha pela situação:

“Hubieras [a Laura] hecho como hicieron los otros, te hubieses llenado los bolsillos, y listo, pero no lo hizo. Y ésa es la bronca que a mí me da. Porque todo el mundo viene y me echa en cara cosas que no son ciertas... Ella fue la cara visible, pero fue una de las que no se vendió. ¿Pero a quién se lo hacés creer? A la gente que la conoce, nada más, y que sabe cómo vivimos allá. Los demás no.” (AUYERO, 2004, p.134)

Visibilizando a experiência

Como vimos acima, a depoente dizia que, primeiro fez coisas, e depois, precisou aprender o quê fez, pois, para ela, eram vivências diferentes. Reflete, assim, o turbilhão de acontecimentos que lhe sucederam e como foi reelaborando esse processo no tempo e os convertendo em experiência, em saber. Neste sentido, o conceito de Thompson de experiência é pertinente, pois vincula as influências externas experimentadas pelos sujeitos e o tratamento dessa experiência em sua *consciência e cultura* (THOMPSON, 1981, p.182). Como destaca Scott (1998, p.309), para Thompson os sujeitos tratam suas experiências no âmbito do pensamento (como ideias), mas também como sentimentos (valores, crenças).

As reflexões de Joan Scott também contribuem para pensar a forma em que nossa entrevistada trata suas experiências, principalmente, quando pensarmos na relação

entre experiência e linguagem. Para Scott, a experiência é um acontecimento linguístico, pois remete a determinados significados. Portanto, escrever revela-se como uma forma de materialização, de processamento, de apropriação da experiência. As experiências podem confirmar o já conhecido, assim como também:

perturbar o que parecia óbvio (quando sentidos diferentes estão em conflito nós reajustamos nossa visão para tomar consciência do conflito ou resolvê-lo – isto é, o que significa “aprender com a experiência”, muito embora nem todos aprendam a mesma lição, ou aprendam da mesma forma, ou ao mesmo tempo). Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui. (id. *ibid.*, p.320)

A autora diz: “Olhar é a origem do saber. Escrever é reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento adquirido através da experiência (visual, visceral).” (id. *ibid.*, p.300). Salientamos também a relação entre memória e experiência, em virtude da “permanente interação entre vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p.9). Assim, percebemos que os escritos de Laura refletem um processo de trabalho com memória e experiências, revelando as imbricações entre o privado e o público, o individual e o coletivo, o pessoal e o social, a memória e a história. Seus escritos, hoje utilizados como documentos de pesquisa, tiveram também seu protagonismo nos dias do levante, quando ela sempre levava consigo um caderno de anotações, o diário descrito por Auyero (op. cit.). A existência desse diário sugere que ela era ciente da relevância de sua atuação no protesto e, portanto, tinha a intenção de que sua visão fosse registrada para o futuro. Ademais, a relevância desses escritos se baseia na articulação entre os acontecimentos “macros” e aqueles da vida cotidiana, os micros. Como afirma Saffioti (op. cit.), “Trata-se de microprocessos, assim como de macroprocessos, operando nas malhas fina e grossa, ‘uma sendo o avesso da outra, não níveis distintos’” (id *ibid.*, p.13).

Em 28 de julho de 2005, apareceu uma carta do leitor, publicada no jornal local *La Comuna*, sob o título “*Libertad de prensa o seguir ocultando la verdad I*”. Neste texto, registram-se reflexões a respeito do levante, quase dez anos depois dos acontecimentos:

Cuando vendieron YPF era para que entráramos al primer mundo. No me olvido de la década del noventa, otra mentira y **me convertí en piquetera, jamás creerle a un político**. Hicieron que el pueblo se hundiera en la peor de las pobrezas, no sólo la desocupación nos afecta, la falta de educación, la que hace que te des cuenta, de salud y de justicia. No se cumplieron las actas que firmé cuando nacieron los piqueteros, los verdaderos. Y un día después desaparecí de los diarios regionales y junto conmigo los verdaderos piqueteros, entre ellos el pueblo que triunfó con la corrupción política un veintiséis de junio

del 96. Los diarios regionales pusieron motivos, nombres y fotos de gente que jamás estuvo apoyando al pueblo. Mintieron y aún mienten y ocultan información, será porque no tengo ni tiene plata el pueblo, o será porque el poder no está en el pueblo como se dijo el día que cambió.

A partir da vivência do levante, Laura assumiu uma nova identidade: piqueteira, que se soma às outras que a definem. Assim, frequentemente isso será mencionado nos textos que escreve, aparecendo como assinatura após o nome “*Laura, piquetera*”, ou no corpo do texto e definindo aspectos/dimensões dessa identidade, no sentido do que seria ser piqueteira. No destaque do fragmento citado, aparece uma dessas condições: jamais acreditar num político. Em outro depoimento publicado, dizia que o ex-marido forçara-lhe a ser piqueteira: “*No porque haya algo feo en serlo, sino porque me llevó a ese extremo*” (CARABAJAL, 2002). Podemos destacar dois aspectos do ser piqueteira: é uma identidade assumida diante de uma situação limite, e, por outro lado, não é negativa.

Num contexto marcado pela flexibilização laboral e as políticas neoliberais, que deixaram um contingente de desempregados e marginalizados, procuram-se outros caminhos para ter dignidade. Muitos piqueteiros são desempregados, mas também há muitos jovens que nunca conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Porém, ser desempregado não é suficiente para ser piqueteiro. No discurso de nossa entrevistada, ser piqueteira e estar desempregada aparecem como dois aspectos separados: “*hoy soy piquetera especializada en violencia y desocupada y a mucha honra*”. Também é salientado o valor de ser piqueteiro, pois para ela “*significa dignidad, así lo siento. Significa la verdadera soberanía del pueblo*” (PADILLA & DÁVILA, 2006, p.7).

“Viste cuando vos decís, creo que muy pocas personas han tenido esto no, el honor de, escucháme negra, de ser piquetera, viste cuando vos decís de ser piquetera. Incluso a mí, viste cuando vos todavía estás. Yo todavía estoy feliz, es cómo me situé, como que yo estoy mirando la película ¿no? y yo estoy ahí, viste cuando todavía no lo podés creer, seguí pellizcándome no lo puedo creer [fala com um sorriso]”

Cabem ainda outras observações sobre o levante de Cutral-có. Pode parecer contraditório o fato de considerar esses eventos um ponto na sua trajetória e ocupar várias páginas neste trabalho. Entretanto, quisemos dedicar-lhe esse espaço por vários motivos. O primeiro é que a própria metodologia trouxe a temática, sem dúvida pela importância que tem para nossa entrevistada, ao mesmo tempo em que nos revela vários aspectos da dimensão de gênero e participação política, temáticas centrais deste trabalho. Considerando a questão metodológica, percebemos que as últimas palavras

relacionadas ao levante de Cutral-có ainda não foram ditas; há muitas reconstruções e estudos a respeito desses acontecimentos, a proximidade temporal fornece uma quantidade e diversidade enormes de recursos documentais. Mas, acima de tudo, como afirma Roger Chartier nas suas reflexões a respeito da história do tempo presente, contamos com a possibilidade de encontrarmos “com seres de carne e osso” que vivenciaram os fatos e são nossos contemporâneos. Assim, ele afirma:

O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. (CHARTIER, 1998, p.216)

Trata-se da história recente que fornece os fatos para a construção da História, assim salientamos como fundamental nossa função nessa construção. Abrir um espaço para que nossa entrevistada pudesse fazer a narração de suas experiências era uma forma de registrar um ponto de vista dessa história, que nos parece estar sendo posta de lado, apagada. Nesse sentido, Chartier (op. cit.) valoriza os trabalhos que estudam a construção, institucionalização e expressão das memórias contemporâneas, desde que revelam “as formas múltiplas e possivelmente conflitantes de rememoração e utilização do passado” (id. ibid., p.216). Nesse processo, a mídia está desenvolvendo um papel importante, pois seleciona quem fala e, portanto, o que se fala. Assim, Laura manifesta que escreveu a história que nos foi relatada para uma jornalista, mas esta a jogou fora, “*la versión mía de lo que pasó no la aceptó*”.

Por outro lado, ela assinala que, ultimamente, quando se rememoram os acontecimentos de Cutral-có e Plaza Huincul, as pessoas que são chamadas pela mídia para contar sua versão da história são, geralmente, os políticos. Todavia, questiona que algumas pessoas se adjudiquem um lugar de protagonismo no levante, pois para ela foram:

“(…) un ingrediente más, un ingrediente más de los veinte mil ingredientes que hicieron la pueblada. O sea, acá nadie se puede decir que fue más que el otro, que tuvo más cabeza que el otro porque vos podés ser muy inteligente, pero si no teníamos las veinte mil personas no existís. (...) ponéle que diez mil estaban fijas, ponéle, ¿no? Pero a esas diez mil alguien les dio de comer. ¿Quién les dio de comer? El abuelito que preparó un guiso en su casa y que cuando pasó un jeep lo llevó a la ruta. Entonces ese abuelito, que no fue a la ruta, es fundamental, porque si durante seis días en pleno invierno no tenemos comida, ¿cómo hacemos para estar ahí? Entonces acá nadie puede decir que fue más importante que el otro.”

Nos casos em que esse protagonismo é “legitimado” com o argumento de uma trajetória de militância política anterior, nossa entrevistada os remete em questão a partir de sua própria experiência, salientando que ela, mesmo sem militância, teve um papel importante. O depoimento a seguir, explicita essa ligação entre memória e experiência.

“Bueno, pero vos fijáte que yo fui a comer un asado. Entonces esto que yo hice, de irme a comer un asado, enojarme y pelearme con un tipo porque me trató de inútil tiene tanta importancia como todo tu aprendizaje que has hecho durante años de militancia y qué sé yo cuántas mierdas más. Porque todos tus años de militancia sin esta pelea de mierda, no hubiera existido [*riso*]”

No retorno a General Roca, Laura enfrentou novamente dificuldades, implicando desenvolver estratégias de *rattrapage*, como em outras oportunidades em razão da separação conjugal. Ela estava sem emprego, recebia ajuda da mãe e seus filhos comiam no refeitório da escola. Apesar de vivenciar essa precária situação, em março de 1997, começou o curso de direito, na universidade, pois estudar para ela tornou-se uma via de empoderamento:

“Yo estaba segura que de mí no se podían burlar como se burlaron aquella vez. Todo lo que hice a lo largo de los años fue esto. Ahora como vos decís, yo estaba segura de esto, sin conocimiento, sin educación, sin las herramientas que te permite esto no podés salir a enfrentar nada.”

Rememora que gostava de acotovelar-se com alguns advogados, que conheceu durante sua demanda, “*era como una manera de decir yo estoy acá*”. Porém, não conseguiu continuar os estudos de direito e, assim, decidiu fazer o curso de leiloeira:

“(…) fue tremendo para mí, pero fui me metí y me puse a estudiar de martillera, y me recibí de martillera para meterme dentro del sistema judicial. (...) yo quería putearlos, no sabía cuándo, pero con un título de ellos, o sea a yo quería algo judicial

Norma: Putearlos de igual a igual

Laura: Y sí.”

O deslocamento geográfico, segundo Battagliola et al. (1991), impacta sobre as trajetórias sociais. No caso da mudança da nossa entrevistada, é possível perceber o impacto que tem no sentido de se deparar novamente com uma situação que parecia superada. A separação conjugal e suas consequências vis-à-vis o nível de vida voltam a ser tematizadas a partir das interações com as pessoas que ela conhecia. Nessas interações, novamente se sente “*la que se separó y quedó pobre*”. Pessoas que tinham escritório e a conheciam, sabendo que estava começando a carreira, chamavam-na para

realizar pequenos trâmites burocráticos, pelos quais recebia um pagamento inferior à média destinada a outros. Rememora: “*Entonces yo hacía una notificación y a un oficial cualquiera, o a un martillero capaz que le pagaban, no sé, trescientos pesos y a mí me pagaban veinte porque sabían de mis necesidades y yo les decía: Se van a acordar de mí*”. Novamente, aparece o *leit-motiv* mencionado na sua narrativa, orientando seu processo de empoderamento. Uma dimensão central para conseguir se empoderar foi adquirir uma série de recursos que ela chama de “ferramentas”, para poder enfrentar o sistema judiciário.

Em 1998, foi vencedora na ação judicial contra o ex-marido, que foi condenado a dois anos e dois meses de prisão por ter declarado uma falência fraudulenta para evitar o pagamento da pensão alimentícia. Ela destaca a importância da sentença:

“Eso era un delito y no es lo mismo, porque parece que no pero después de esa sentencia penal, viste cuando te dicen él era un delincuente, y sí. Pero no es lo mismo el hecho de que lo digamos entre casa a que haya un sentencia por una autoridad.”

No ano de 2000, com um caderno, dirigiu-se a um bairro próximo da sua casa. Era um bairro muito precário, “favela”, e foi casa por casa perguntando às mulheres que a recebiam, se moravam sozinhas ou não; no caso de estarem separadas se o marido pagava a pensão alimentícia dos filhos etc. Assim, começou a organização do grupo “*Por tu familia*”, que se dedica a conter e dar assessoramento a mães e filhos vítimas de violência doméstica, auxiliando na realização de trâmites e gestões jurídicas e outras, destinadas à obtenção da pensão alimentícia.

Este tema, somado ao abandono dos filhos, chamou muito a atenção, pois existiam grupos que trabalhavam a questão da violência familiar, mas poucos que se dedicavam a lutar pela pensão alimentícia que é violência econômica. Mostrando o logotipo do grupo, descrevia: “*es la mujer con la carga de los [filhos], me la hizo una chica, como la carga de la mujer sola con los hijos que forma parte de creo que no acá en la Argentina, a nivel mundial es la pobreza de las mujeres*”. A partir de suas atividades no grupo e das denúncias que começaram a ser encaminhadas, ela ganhou visibilidade novamente e terminou sendo convocada para trabalhar na Secretaria de Ação Social do Governo da Província de Río Negro. O vínculo, comenta, durou seis meses, pois ela mesma divulgou em cartazes as falhas do sistema de atenção às vítimas:

“(…) le puse ‘la policía no cumple con... las instituciones no cumplen con su función y entré a detallar todo lo malo que hace la policía y el juzgado, ¿no? Me sacaron a los dos o tres meses cuando se dieron cuenta de que les había empapelado Roca con eso, me llamaron y me dijeron ‘Sacá esos carteles, por

favor, las instituciones somos nosotras’, ‘Yo no saco un solo cartel’, ‘Pero no podés. O sea, eso lo tenés que hacer fuera del gobierno, no lo podés hacer dentro del gobierno’. Y viste cuando vos decís, me abrieron la puerta, yo ya pasé [*gesto de dar um beijo*], les agradezco que me odien y me echaron.”

O grupo “*Por tu familia*” continuou funcionando. Por um tempo, reuniram-se aos sábados à tarde, numa escola do bairro, perto de sua casa. Ela explica que no começo não havia conhecimentos legais “*nada no sabía nada, sabía que tenía derechos no sabía a qué*”. Nesse sentido, Evelina Dagnino (1994) identifica um processo de “redefinição da ideia de *derechos*, cujo ponto de partida é a concepção de um *dereito a ter derechos*”, que não se limita a direitos existentes senão que também inclui a possibilidade de invenção/criação de novos direitos a partir das demandas e lutas (id. *ibid.*, p.107-108). Essa nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos nos processos de reivindicação, definição e reconhecimento de direitos. Desta maneira, trata-se de “uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘de baixo para cima’” (id. *ibid.*, p.108).

Laura explica que “*Se empezaron a interesar otras mujeres periodistas y qué sé yo, y empezamos a trabajar acá en la escuela, viste esa escuelita que veníamos ayer*”. Assim, foram conseguindo a participação e assessoramento de profissionais de diferentes áreas: psicólogas, advogadas, nutricionistas etc. Para essas profissionais era uma oportunidade de adquirir experiência e vincular seu nome às atividades do grupo (programas de rádio, publicações nos jornais locais, entrevistas, participação em eventos etc.). Porém, no momento de patrocinar as mulheres, as advogadas não o faziam.

“Acá vos querés trabajar para el grupo, sí, bueno muy bien, acá tenés cinco mujeres, las patrocinás y les hacés la demanda de alimentos si no no venís. Y te dicen ‘Y no pero nosotras le podemos dar la información legal’, con esa información legal no alcanza, porque gente asesorando por derechos debe haber millones, gente comprometida con hacer que esos derechos se puedan gozar, no hay nadie.”

Os encontros, aos sábados, deixaram de ser realizados, porém ela manteve o contato com as mulheres do grupo, que continua funcionando atualmente. A rede já foi estabelecida, ela explica “*cuando surge un caso, entonces ahí nos llamamos por teléfono, nos, pero esa cosa de juntarnos todos los sábados no, no. A veces capaz que andamos mucho más en la calle, que antes ¿no?*”. Todos os anos, de novembro a fevereiro, Laura trabalha intensamente dando aulas de reforço, assim fica mais dedicada ao trabalho. Contudo, sem estar com um caso específico, as mulheres a contatam por

diferentes motivos: trazem roupas para doar, informam-lhe casos de violência, e às vezes, vêm à procura de conselhos.

“Esto ya habla del grupo, ¿no? de lo que estamos haciendo [lê] ‘y que permanentemente la herramienta de estas mujeres es la valentía y el amparo de un amplio marco legal que la mayoría desconoce y que paradójicamente las mismas instituciones que deberían reconocerlas no las llevan a la práctica’. O sea, en definitiva esto es lo que estoy haciendo hoy.”

Destaca ainda que no processo de reivindicação, a pessoa pode transformar sua vida. Nessa luta por direitos, a pessoa se afirma. Na reivindicação, na luta por justiça, no reconhecimento dos direitos, as pessoas se empoderam. Desta maneira, ela salienta esse processo a partir de sua própria experiência:

“Yo cuando trabajaba con las mujeres, ‘Mirá la ley dice tal cosa, yo ya llevo veintidós años reclamando la ley y no me han dado bola. En ese reclamar dejé de ser mujer golpeada, pasé a ser una mujer, creo que libre, estudié, me capacité, me doy de comer sola, mis hijos han estudiado, tienen una calidad de vida a la que ellos están deseando llegar, ¿no? Si me vas a preguntar si yo logré del sistema judicial algo: No. Pero eso no quiere decir que yo tenga, insista en lo que a mí me corresponda. Ahora no me quedo de brazos cruzados con eso, porque yo estuve años sin cobrar una cuota de alimento por parte del padre, pero mis chicos estudiaron, yo también estudié, comimos es como que sobrevivimos. Ahora lo que a mí me corresponde, eso sí lo reclamé.’”

Em 2001, Javier Auyero, interessado pela história de Laura e sua participação nos piquetes de Cutral-có, contatou-a para reconstruir os acontecimentos de junho de 1996. O pesquisador menciona no livro “*Vidas beligerantes. Dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento*” que morou por várias semanas na casa de Laura, fizeram uma viagem a Cutral-có e tornou-se amigo dela e de sua família. Na leitura do livro evidencia-se que ela rememorou e narrou acontecimentos, mas também teve a oportunidade de voltar a Cutral-có, transitar pelos lugares do levante, reencontrar-se com pessoas que participaram dos piquetes e até contrastar suas lembranças com elas.

Nas entrevistas que nos concedeu, ela fez referência à visita do pesquisador revelando-a como um ponto importante na sua trajetória e apresentou-nos o livro de Auyero. Muitas vezes, seu relato iniciava com frases como “*Cuando vino Auyero...*”; “*Bueno, después que vino Auyero*”, entre outras. É pertinente, nesse sentido, destacar o reconhecimento recebido a partir do interesse acadêmico, mais ainda quando, segundo ela, o pesquisador veio “*mientras nadie me daba bola*”. Nessa época ninguém falava em piqueteiros, “*Porque nosotros estábamos desaparecidos desde el noventa y seis hasta el dos mil uno que viene Auyero y que se hace toda esta alharaca y que el libro se publica en Estados Unidos, piqueteros no existíamos en la Argentina, entendés*”.

Entendemos que ela compreende sua participação na pesquisa de Auyero como um momento de reconstrução da identidade, "*Yo le decía a Auyero, vos estás haciendo un trabajo, yo estoy recuperando mi vida. Que no es poca cosa*". A visita do pesquisador foi vinculada também a nossa presença, assim ela disse: "*Cuando vino Auyero, él vino en enero como venís vos, volvió otro mes, en marzo y en abril*". Também, algumas interações mantidas durante as entrevistas que nos concedeu revelaram que a metodologia da História Oral forneceu condições favoráveis para o trabalho de reconstrução de si mesma. Um exemplo foi quando nos foi solicitado ler em voz alta um texto escrito por ela. Por um lado, percebemos que a entrevistada ficava entusiasmada e, por outro, avaliamos conveniente fazê-lo, pois ficaria registrado no gravador. Mas, quando ela, apresentando outro texto, fez novamente o mesmo pedido, perguntamos-lhe o motivo; ela respondeu: "*porque me causa emoción, vos no sabés las cosas que me pasaron después. Vos estás haciendo un trabajo, sí. Yo estoy recuperando energías. Vos no te hagás drama. [gargalhadas das duas]*".

Durante sua pesquisa, Auyero conheceu as atividades e o trabalho do grupo "*Por tu familia*", e deu-lhe uma carta de recomendação que lhe foi útil no diálogo com as instituições judiciais. Outro historiador e pesquisador argentino, Dr. Raúl Dargoltz, forneceu-lhe também uma carta de recomendação:

"Él me, me hace formar parte del grupo que trabaja historia social y regional de Santiago del Estero y me da esto como para que yo me pueda meter, como que soy investigadora del grupo de él. Entonces es como que con esto me empiezo a meter en los expedientes. Entonces muchas mujeres venían y, qué sé yo, presentaban más que nada la denuncia penal cuando no le pagaban la cuota de alimentos. Entonces nos presentábamos con esto y parece que no, pero bueno, acá que nadie se mete, donde nada, es como que causaba mucho impacto. Entonces es como que le empezaron a dar mayor agilidad a las causas, algunas, casi todas las mujeres que venían con la denuncia y con esto, o lo metían en cana o les empezaban a pagar, viste esas cosas así."

É evidente que o apoio e a amizade destes pesquisadores, com um forte compromisso social, fortalece nossa entrevistada. Ela escreveu-lhes comentando sobre minha presença: "*Entonces, bueno ellos me contestaron y para mí es como que no sé, como que yo no voy sola (...) Trato normalmente de frecuentar gente que viene ya con recomendaciones de otro y qué sé yo. Pero te podés cuidar hasta ahí, somos tremendamente frágiles*". Antes de enfrentar situações difíceis, costuma lhes escrever e "*ellos me contestan y yo ya voy fuerte, como si yo fuera como armada*". Também, os colegas do colegial, através de palavras, dão-lhe um apoio que a fortalece. Nesse sentido, rememora a problemática de uma das mulheres do grupo que estava por ser desalojada e

com dificuldade de conseguir o apoio de outros movimentos para impedir a execução judicial. Sentindo-se muito abatida pela situação, as palavras de um amigo lhe devolveram a força:

“(…) viste esas cosas que no te levanta ni Dios. Entonces me llama, justo me llama él [*o amigo Tati*] y me dice ‘Es que vos donde caminás, camina muy poca gente, no es que vayas en contramano’. Porque yo le decía: ¡Voy en contramano! [*riso da Pesquisadora*] No entiendo viste, o estaré tan loca que voy en contramano. ‘No’, me dice, “Vos no te darás cuenta o no mirarás bien”, me dice. ‘Vos tenés mucho aire, mucho camino, vos podés elegir para donde vas, porque va muy poca gente’. Y yo me sentí [*risos das duas*]. (...) Es como que me sentí bárbaro [*com ênfase*]. Le digo, no sé si la verdad estará ahí, porque en realidad cuesta saber dónde está la verdad, ¿no?, pero el hecho de cómo te sentís vos anímicamente. Entonces, yo es como que los llamo, como que son mis muletas, mis muletas, mi bastón.”

Assumir a própria vida

Em 2001, Laura vivenciou um período de crise descrita da seguinte maneira:

“(…) yo, me tildé²⁹, estuve casi todo el 2001 tildada. No sabía si lloraba por alegría, o sea, yo lloraba por alegrías y tristezas, no sabía que ojo me lloraba qué. Es como que me di cuenta que había sido muy bueno esto, pero también me di cuenta de una vida de mierda, es como que no la quería asumir, yo no quería asumir mi historia. La frené a la vida.”

Decidiu assumir sua própria vida, sua história. Uma das ações nesse sentido foi a realização do primeiro curso de Especialização sobre Violência Familiar. Para conseguir cobrir os gastos de passagem e comida, pois o curso era numa cidade próxima (Cipolletti, na Província de Neuquén), fez e vendeu macarrão e pão caseiros e, também, costurou para fora. Realizar esse curso permitiu que adquirisse os conhecimentos que hoje lhe permitem enfrentar o sistema judicial. Esses conhecimentos e o título recebido possibilitaram seu empoderamento. Conversando a respeito da participação das mulheres, ela destaca a importância da formação, do conhecimento na temática, não apenas para se posicionar diante do outro, senão também para conseguir mudanças:

“(…) me parece maravilloso que las mujeres salgan y la peleen y todo lo demás, pero si no tenés conocimiento de qué es lo que estás haciendo y por qué estás viviendo esa situación lo único que estás haciendo es fuerza y corriendo riesgos, no hay cambios, no hay absolutamente nada.”

Outro episódio relevante de sua trajetória, na verdade um encadeamento de fatos, foi introduzido quase no final da entrevista: “*me falta esta historia*”, disse. Este relato, como outros iguais aos apresentados, foi construído com lembranças e diversos

²⁹ O verbo *tildar*, neste caso, faz alusão à falha no sistema operativo do computador, que provoca uma espécie de congelamento do funcionamento normal da máquina.

materiais que ela foi expondo (textos, fotografias, matérias de jornal etc.). Começou em 2002, quando recebeu um convite para celebrar o 25º aniversário da formatura de sua turma de colegial. Nessa viagem para Tostado (Santa Fe), retomou o contato com colegas e amigos da juventude, e se inteirou da situação dos indígenas que habitam a região, os *mocovíes*³⁰. Ao visitar a uma comunidade de *mocovíes* com outras ex-colegas, ficou chocada com a situação de precariedade em que os indígenas estavam vivendo. Os colegas perceberam seu mal-estar e perguntaram-lhe a respeito:

“(…) les digo ‘¿A qué van a misa?, ¿a pedir por quién?, **tienen a los mocovíes ahí y no son capaces de ayudarlos**’, viste. **Entonces les hago toda una historia de mi vida, de que yo también vengo de descendientes de indígenas**, y qué sé yo, por eso me involucro en este trabajo.” Grifo nosso

Um amigo seu, apelidado de Tati, funcionário público da área de saúde, vinha trabalhando para a comunidade *mocoví*, havia apresentado projetos ao *Instituto Nacional de Asuntos Indígenas* (INAI³¹), reivindicando terras, mas sem sucesso, “*viste que siempre todo el mundo manda proyectos y todo lo demás pero no le daban ni cinco de pelotas*”. Outra pessoa conhecida durante sua visita foi o historiador Aldo Toledo, que promoveu um trabalho de pesquisa com alunos e alunas do colegial, refletindo a situação de marginalização que vivenciam os *mocovíes* da região e a indiferença da população. Tati e Aldo têm um programa de rádio em que trabalham a autoestima das pessoas e, aproveitando a presença de Laura, convidaram-na para participar de um programa. Ela escreveu um texto que foi, posteriormente, transcrito e inserido como prólogo dos resultados da pesquisa desenvolvida por Aldo e seus alunos/as.

Após a viagem, ela recebeu o dossiê e guardou-o. Quase um ano depois, quando foi convidada para um evento em Buenos Aires, junto a autoridades públicas, aproveitou a oportunidade e encaminhou o dossiê com uma carta dirigida ao Diretor do INAI.

“(…) yo me voy a Buenos Aires cuando me llaman para un [evento], esto de los 25 de noviembre, me voy a Desarrollo Social, al Ministerio y los lleno por todos lados. Y lo escribo, viste ‘Laura Padilla especializada en violencia [*fala muito rápido*] los hechos existen no es para que se los pasen por el culo algunos funcionarios que sólo duran un tiempo pero que se llevan la plata’ [*riso*]. Vos no sabés, y les puse comunicarse con Tostado, con el doctor Ricardo Aldo

³⁰ Segundo a enciclopédia Wikipédia, no século XV, os *mocovíes* ocupavam territórios correspondentes às atuais províncias argentinas de Chaco e Santiago del Estero. Após a conquista, foram destinados às reduções indígenas dos jesuítas. Quando estas foram diluídas pela expulsão da ordem religiosa, os *mocovíes* foram relegados ao sul do Chaco e ao norte da província de Santa Fe.

³¹ Este instituto foi criado pela Lei 23.302, em setembro de 1985, como entidade descentralizada com participação indígena e regulamentada pelo Decreto N° 155, em fevereiro de 1989.

Genero, Secretaría de Salud, qué sé yo, o con el historiador Aldo, ¡No, [grita] con el intendente de Tostado ni nada con los políticos! y que sé sé yo [risos].

Algum tempo depois recebeu uma ligação telefônica de seu amigo Tati. Uma equipe do INAI tinha chegado à cidade de Tostado para comprovar a veracidade do dossiê e avaliar a situação dos indígenas. A repercussão da denúncia foi bem-sucedida, em pouco mais de um ano foram outorgadas terras cultiváveis para os mocovíes. Laura foi convidada pelo INAI para participar do ato de entrega das terras. Recentemente, inteirou-se, por meio de Tati, que começaram a surgir conflitos entre os mocovíes a respeito do destino de suas terras: construir suas casas, cultivar soja etc.

“Le digo ‘No importa, porque los aprendizajes son lentos (...) yo después te voy a mostrar el diario. Ahora, de acá a lo que ellos van a hacer, escucháme, vienen hace años mal, tampoco podemos pedir que vayan y que tengan excelentes ideas. La mayoría, no hablan el castellano, hablan el mocoví, así que de ahí a que pidan un tractor van a pasar todo un... Y le digo, porque yo estoy convencida de eso, es despacito.’”

Escrever para reivindicar direitos constituiu-se numa prática frequente, a partir de 2005. Nesse ano, recebeu uma notificação de que lhe tinham iniciado um juízo de execução de sua casa, por falta de pagamento do imposto imobiliário. Laura disse que não podia pagar os impostos e por isso sua casa seria leiloada. Assim, decidiu escrever uma carta do leitor ao jornal:

“(...) ya salí a decirles, por ejemplo, pero porque se cruzó, o sea un día lo escucho al del Alto Tribunal que dice que es una falta de ética llegar tarde, no cumplir los horarios y qué sé yo. Entonces, le escribo ‘Yo sé cosas que realmente se justifican como falta de ética’, y le empecé a enumerar cosas que yo iba acumulando, porque a parte esto de trabajar con las mujeres y todo, me permitía ver cómo actuaban abogados, como actuaba todos, y me pararon el juicio.”

O sucesso da denúncia fez com que ela adotasse essa nova ferramenta. A mídia é recurso para estabelecer-se como interlocutora com o sistema judicial e seus/suas atores/as, com o objetivo de denunciá-los. Explica: “*yo no les dirijo la palabra a los tipos estos, ¿no? Así, como estoy charlando con vos, amablemente. Pero lo hago así [escrevendo carta do leitor]*”. Um exemplo, é a carta do leitor publicada no jornal *La Comuna*, em 4 de abril de 2005, intitulada “*Pido un monumento a la soberbia humana*”, da qual apresentamos uns fragmentos a seguir:

“Soy Laura Padilla, piquetera de Cutral-có. (...) Con horror y con el ‘no me extraña’ en estos momentos en que la corrupción ha ganado las batallas y también la guerra contra los honestos, me enteré de que el Dr. Roberto Joison estará al frente de la Escuela Judicial del Comahue. Me pregunto si este cargo es el premio por haber sido denunciado por mí por falta de ética y de

responsabilidad en el cumplimiento de su labor de abogado y por delincuente. (...) De nada sirve reclamar a la Cámara de Apelaciones, porque allí está el ‘papi’ juez custodiando los intereses familiares. (...) No sé cuánta plata se pagó para que pararan mi juicio por daños y perjuicios en violencia familiar, pero de que mi ex pagó no caben dudas. (...) este doctor está el negociado de mi pobreza y la de mis hijos, la que no perdono y por la que seguiré luchando. (...) Especializada en violencia familiar, maltrato y abuso sexual infantil, en la raíz de la violencia familiar e institucional, desocupada – el Dr Joison se ha encargado que así lo sea –, martillera y oficial de Justicia ad hoc. Y con el mayor orgullo que la vida me ha premiado, piquetera.” (p.6)

Por ocasião de uma entrevista televisiva, Laura foi questionada por um jornalista pelo fato de não participar dos atos em memória por María Teresa Rodríguez³² (professora assassinada durante a repressão nos piquetes realizados em abril de 1997, em Cutral-có). Diante desse questionamento, ela respondeu: “*yo ya no corro riesgos, pero yo escribo y escribo muchísimo, porque yo siempre digo ella fue la muerta pero pude haber sido yo*”, fazendo referência às ameaças recebidas. Embora ela sinta que utilizando essa forma de expressão não corre mais riscos, suas amigas lhe fazem algumas advertências:

Muchos me aconsejan no exponerme tanto cuando hablo, pero si no hablo no existo, dejo de ser Laura Padilla, la madre de los piquetes. Y La Comuna me permite seguir siéndolo, es una manera de estar viva, una manera de existir, una manera sólo de ser madre y mujer, con qué orgullo, con qué honra en tiempos de corrupción.

Como mencionamos acima, os efeitos se fizeram sentir a partir das cartas que nossa entrevistada escreveu. Às vezes, as autoridades “*escrachadas*”³³ reagiram e a contataram. Nessas ocasiões, confirmou-se seu *leit-motiv*: “*se van a acordar de mí*”. Outro impacto foi a “censura” indireta, pois numa época o jornal deixou de receber publicidade institucional (da Prefeitura). Houve também repercussão na comunidade, pois costuma ocorrer que, nos dias seguintes à publicação de suas cartas, outras pessoas começam a escrever imitando seu estilo, no “*estilo Laura Padilla*”, isto é, “*con la misma dureza hacia el sistema judicial, hacia los políticos. O sea, como que la gente se anima a expresar lo que siente*”. Esses escritos também deram visibilidade ao seu trabalho no grupo “*Por tu familia*”, e assim ela foi convidada para participar de outras

³² Entre 9 e 18 de abril de 1997, houve um segundo levante em Cutral-có e Plaza Huincul,, iniciado por uma greve de professores/as e outros grupos que se uniram ao protesto. A repressão foi implacável e a professora Teresa Rodríguez foi assassinada.

³³ De *escrache*, forma de protesto criada em dezembro de 1996, pela organização *Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S.). Constitui uma ação simbólica, não violenta, de reivindicação por justiça e reflete a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar.

organizações sociais, como a agrupação *Sectores en Lucha*, “*es como que no podía traer a las mujeres de mi grupo para la pelea mía, porque no todas están preparadas para enfrentar al sistema judicial así como lo estoy haciendo. Viste, cuando vas, o sea, empezás y después no la podés parar*”.

Esse sentimento de “não poder parar” foi expresso também por outras entrevistadas, revelando como o engajamento, às vezes, se transforma numa carga difícil de conduzir. As atividades desenvolvidas e as responsabilidades assumidas com o movimento somam-se a uma dupla jornada (trabalho e tarefas no lar). Aos poucos, foi definindo novas formas de fazer, focalizando as reivindicações ao sistema judicial, “*Un país que no tiene justicia, un país que no tiene un sistema judicial que nos ampare nuestros derechos y que nos permita vivir en un goce de derechos es un país corrupto*”.

Porém, quando é contatada por grupos ou pessoas com outras reivindicações, ela os assessora, fornece algumas ferramentas para que eles consigam veicular suas demandas (geralmente, escreve *Recursos de Amparo*), e deixa que o próprio grupo se organize. Esse procedimento pode ser observado no seguinte caso: em setembro de 2006, Laura foi contatada por pessoas do assentamento *La Frontera*, que precisavam de energia elétrica. Cabe esclarecer que esse assentamento formou-se, há mais de vinte anos, a partir da tomada de terras de um canto da estrada que separa os municípios de General Roca e Allen. A ocupação foi realizada por trabalhadores rurais e suas famílias e uma das razões aduzidas para realizá-la nesse local foi a proximidade com as propriedades agrícolas, nas quais trabalhavam como peões.

Quando nossa entrevistada visitou o assentamento, lá moravam vinte famílias que não contavam com os serviços básicos (água potável, saneamento, energia elétrica etc.). Tinha sido contatada por um senhor do bairro, “*Él tiene un bolichito, tiene un almacencito ahí en ese asentamiento, entonces él necesita la luz, porque él quiere vender cerveza fresca*”. No assentamento, ela conversou com os moradores e, ao percorrê-lo, percebeu que a situação não era apenas uma demanda individual.

“Convengamos, la gente a veces se mueve porque tiene un interés atrás, y que pobrecitos los utilizan y todo lo demás. **En base a ese reclamo de ese tipo, yo hago todo esto del pedido este de la tierra y de que pidan mejor calidad de vida, proyectos productivos. O sea, no sólo la luz, sino como que se amplíe. Y eso es lo que uno le puede asesorar al grupo general, como que tiene derechos.** Tiene derecho a pedir esto, tiene derecho a exigir aquello.” Grifo nosso

Após inteirar-se da situação daquelas pessoas, ela redigiu um *Recurso de Amparo*, que nos foi lido durante a entrevista. Nesse texto, inicialmente, é definido um *nosotros*, como sujeito da enunciação, apresentando as razões do assentamento:

Somos vecinos del barrio La Frontera (...) somos los trabajadores rurales, los que cobramos miseria por nuestro trabajo. Hemos ocupado esta tierra por razones de trabajo y de carencia económica, de hecho somos personas de trabajo rural, somos los peones que realizamos todo tipo de tareas en las chacras.”

Em seguida, aparecem explicitadas as manobras de políticos locais que até incentivaram a mudança de domicílio de moradores e moradoras, de Allen para General Roca, com o intuito de atrair seus votos. Denuncia também a indiferença, a invisibilidade social que vivenciam, embora eles também sejam a força de trabalho do sistema: “*No existimos. Y eso es también lo que queremos, nos corresponde, somos parte integrante de la familia rural*”.

Apela-se ao juiz, receptor do texto, utilizando imagens do cotidiano no intuito de refletir uma situação que, muito provavelmente, é inimaginável para o funcionário “*lo que es en verano, sin agua fresca, no podemos conservar nada, además en la noche nuestra seguridad está en peligro*”, “*no estamos viviendo dignamente, al contrario, estamos viviendo mal y corriendo riesgo de vida a todo momento*”. Estão em risco pela falta de assistência. Assim, reclama-se ao juiz o cumprimento da lei:

“Esas leyes que usted conoce obligan a nuestras autoridades a mejorar nuestra calidad de vida. Le pedimos las haga cumplir y nos informe cuáles son, le pedimos que nos informe todas, nos entregue una copia de ellas, de a poco iremos aprendiéndolas, especialmente las de ayuda, **para salir de la crisis que en nuestro caso viene repitiéndose de generación en generación, desde la conquista al Desierto.**” Grifo nosso

O fragmento destacado é um dos principais argumentos que fundamentam a reivindicação: a identidade étnica dos/as demandantes, pois são descendentes de *mapuches*, “[lendo] *A nosotros, a los dueños de las tierras, porque si vamos a ser claros las tierras eran de nuestros antepasados y nos las han robado y no recibimos herencia, que según la ley es intocable* [Pausa. riso]”. A alusão a essa identidade étnica não “apaga” a identidade nacional, de fato, o ser argentino manifesta-se no pedido de aplicação da lei em seu favor, pois “*somos argentinos con derechos que nos niegan*”. Assim, como afirma Stuart Hall “as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente em relação aos direitos legais e à cidadania, mas as identidades locais regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes” (HALL, 2006, p.73).

Porém, observamos que a identidade étnica continua sendo “solapada”, concretamente, quando o jornal local *La Comuna* informa a respeito da problemática dos moradores/as do bairro *La Frontera*. De fato, na primeira matéria publicada em 18 de setembro de 2006, é interessante constatar que uma frase da metade do texto foi suprimida. Significativamente, trata-se de um dos principais argumentos a respeito do dever das instituições em dar uma solução aos/as moradores/as, isto é, sua identidade étnica, expressa na frase: “*A nosotros, a los dueños de la tierra*”.

Essa identidade étnica omitida, apagada na matéria do jornal, evidencia-se nos sobrenomes de alguns dos assinantes como Caifual, Huilipan, e, como Laura mesma disse, poderia ser reconhecido ao olhar uma fotografia ampliada e a cores: “*¿No ves? son todos mapuchitos, son todos gente descendiente de mapuches.*”



Fotografia 02. Moradoras e moradores do assentamento *La Frontera* e Laura Padilla. General Roca, Setembro de 2006. Fonte: www.periodicolacomuna.com.ar.

Laura afirma que para ela a questão étnica é um sentimento. Assim, sua intervenção também se dá nesses termos, “*yo lo siento así. Y como soy yo la que les redacto los Recursos de Amparo*”. Por outro lado, ela considera que o contexto atual possibilita veicular esse tipo de demanda desde que “*tenemos nuevos derechos con los indígenas y todo los demás, empezemos a asesorarlos por lo que ellos tienen derecho a exigir*”³⁴. Assim, uma vez feito o *Recurso de Amparo* entregou-o às pessoas para que

³⁴ Na Reforma da Constituição Nacional de 1994, inclui-se o artigo 75, Inc. 17, constituindo um avanço na política de reconhecimento da diversidade étnica e cultural da nação argentina. Porém, a lei é pouco conhecida e implementada. Seu texto regulamenta: “Reconhecer a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas argentinos. Garantir o respeito à sua identidade e a uma educação bilíngue e intercultural, reconhecer a pessoa jurídica de suas comunidades, e a possessão e propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam e regular a entrega de outras aptas e suficientes para o desenvolvimento humano, nenhuma delas será inalienável, transmissível ou susceptível de impostos ou embargos, assegurar sua participação na gestão referida aos recursos naturais e aos demais interesses que os afetam. As províncias podem exercer concorrentemente estas atribuições.” Disponível em:

lessem e decidissem se fariam a apresentação ao juiz, “*Ustedes tienen derechos, ustedes tienen que pedir, no les quieren conectar la luz porque viven en una calle pública ¡qué les den tierras!*”.

Em dezembro do mesmo ano, trezentas famílias de diferentes assentamentos se juntaram para reivindicar terras. Ela reconhece “*A mí me da gusto que la gente reclame derechos, será porque yo siento placer, eso no quiere decir que lo logre, pero esa cosa de estar ahí, de sentirse parte de todo esto*”.

Aqui é importante explorar esta prática à luz da ética crítica de Dussel, discutida mais acima. Consideramos que é possível identificar na sua atuação alguns aspectos dessa ética geradora da mobilização posterior dos grupos. O primeiro passo, especificado por Dussel para o funcionamento dessa ética crítica, é que a vítima tome consciência de sua situação. No relato a respeito do procedimento desenvolvido, observamos a assunção da “negatividade material” apontada por Dussel:

“(…) sacá la cuenta la zona rural, la zona de chacras es muy amplia, entonces la gente es como que se va asentando en donde puede. Tienen trabajo, entonces por ahí tienen trabajo medio fijo en una chacra y como que empiezan a hacer el ranchito, viste una cosa así, después bueno, un ladrillito, otro ladrillito hasta que termina construyendo la casa en la vera de un camino, pero por estar ahí, por ejemplo ahora pasa el gas, pasa la luz en la zona rural, pero ellos no porque están en la calle. Así que **ellos no tienen derecho a luz, no tienen derecho a agua, no tienen derecho a nada, y de hecho están corriendo el riesgo de que permanentemente los saquen porque están viviendo en una calle.**”

O pensador salienta: é necessário viver, mas não podemos pela ordem ética vigente que “na sua injustiça, nos fez vítimas. Em outras palavras, sou vítima por uma situação de injustiça do sistema. Portanto, a tomada de consciência significa se voltar sobre o sistema e encontrar sua causa.” (DUSSEL, 2001, p.10, TN). Nesse sentido, Laura assessora, informa a respeito do que conhece da legislação. Consequentemente, explicita o que, provavelmente, muitas vezes é silenciado ou utilizado apenas para discriminar ou marginalizar essas pessoas, isto é, a identidade étnica: “*Ustedes son los dueños de la tierra. A ustedes se la quitaron, se la quitaron en la Conquista*”.

Dussel mostra que essa negatividade da vítima precisa ser afirmada como positividade. Nesse sentido, nossa entrevistada salienta a importância de trabalhar com a autoestima, aplicando conhecimentos adquiridos nos grupos de combate à violência doméstica e nos diferentes cursos de formação que realizou. Explica: “*Ustedes están marginados porque bueno tenemos un sistema que nos margina (...) Lo importante,*

<<http://www.desarrollosocial.gov.ar/INAI/site/institucional/institucional.asp>>, consultado em 03 abr. 2008.

pero esto es muy mío, ¿no?, que en algún momento escuchen que ellos son seres humanos y que tienen derechos”.

No segundo princípio apontado por Dussel, a comunidade de excluídos reúne-se e chega dialogicamente a um consenso crítico, pois é contra o consenso anterior (que os fez vítimas, que os excluiu). Assim, começam a debater democraticamente:

“Entonces, son ellos los que, es como que comienzan a hablar entre ellos...
O sea, estos cambios no se van a dar de un día para el otro, no porque yo haga esto les van a dar esto y ni porque vas a otro le van a dar aquello. Sacá la cuenta que esta gente tiene todo negado, todo, todo, todo.”

A conversa mantida com as pessoas do assentamento mobilizou-os:

“Es como que abre la cabeza de muchos. De hecho sino no hubiera seguido toda esta historia de los sin tierra, que hasta acá no se estaba. A nadie se le ocurría que los peones rurales o que los [*descendientes de indígenas*], salieran a reclamar tierras, jamás. Jamás de los jamases.”

Laura, refletindo a respeito de sua própria experiência, afirma que no processo de reivindicação "*el aprendizaje cada uno lo va a hacer en la medida que quiera y tome consciencia*". O conceito thompiano de experiência possui uma influência mediadora entre estrutura social e consciência social. Joan Scott (1998) identifica certo essencialismo nessa visão, pois “a experiência é o início de um processo que culmina na realização da consciência social, nesse caso uma identidade comum de classe” (id. *ibid.*, p.310). Contudo, acreditamos na pertinência do uso deste conceito porque se reporta a indivíduo e estrutura e recupera a possibilidade de ação do sujeito. Esse momento corresponde, na ética crítica de Dussel, à *práxis* de liberação da condição de vítimas, em prol da construção de uma nova ordem ao nível da família, bairro, cidade, país etc. Esse processo implica a transformação do sistema:

das vítimas como objeto às vítimas como sujeito, ou nas palavras de Alain Touraine, como subjetivação, que significa o objeto devém sujeito. Para isso, porém, é necessário que as vítimas sejam conscientes de qual sistema os excluiu e negou. A partir daí podem estabelecer uma estratégia para sair da situação. (DUSSEL, 2001, p.12, TN)

Cabe destacar que mais duas vias de atuação são exploradas pela nossa entrevistada: a mídia e a política. Assim, como mencionamos, foi encaminhado material para o jornal local *La Comuna* e, posteriormente, enviada uma cópia do *Recurso de Amparo* para um político da região. Avaliando o impacto da ação, ela disse:

“Y [*riso*] y es como que después, boom, se hizo... Y me parece maravilloso, los políticos de por sí no van a ir a buscarle a ver cómo le mejoran la calidad de vida a esta gente (...) Porque aparte es como que con el tiempo aprendés cómo se mueven, [*imitando o funcionário com voz brava mas baixa*] ‘Che,

escucháme si la Laura se meté acá, ustedes qué carajo están haciendo, que yo les estoy pagando.”

No relato de sua atuação podem ser observadas articulações com sua própria trajetória de vida, salientada por ela mesma: “*Bueno después yo te voy a pasar mi historia también*”; “*Entonces les hago toda una historia de mi vida, de que yo también vengo de descendientes de indígenas y qué sé yo, por eso me involucro en este trabajo*”. Assumir sua ascendência indígena foi parte de um processo de apropriação de sua história. Em outro tempo, manifesta “*me decían que yo era india y a mí me ofendían*”. Hoje, entende a dupla violência que sua avó vivenciou como mulher e como índia.

Essa história é muito recente. Aníbal Quijano faz uma explanação a respeito da situação dos indígenas nos países do Cone Sul, durante a conquista e colonização:

os índios, na sua maioria, não foram integrados à sociedade colonial, na medida em que eram povos que possuíam mais ou menos a mesma estrutura dos da América do Norte, sem disponibilidade para se converter em trabalhadores explorados, não condenáveis a trabalhar à força e de maneira disciplinada para os colonos. (QUIJANO, 2005, p.76)

Outros grupos, como mestiços e negros, também foram eliminados massivamente “como forma de homogeneizar a população nacional e, desse modo, facilitar o processo de constituição de um Estado-nação moderno, à moda européia.” (id. *ibid.*, p.76). No livro “Argentinos”, Jorge Lanata apresenta dados do censo de 1.778, segundo o qual 30% da população de Buenos Aires era de origem africana. Os dados são semelhantes aos apresentados no censo de 1.810, caem para 25% em 1.838, e representam apenas 2% em 1.887. Em outros estados argentinos, também houve uma significativa presença africana como no caso de Santa Fe, Córdoba e Santiago del Estero³⁵. Porém, as migrações, as guerras da independência, as epidemias e as políticas de branqueamento contribuíram para o “desaparecimento” dessa população. Precisamente, as políticas para atrair imigrantes europeus foram promovidas nas duas últimas décadas do século XIX. Estavam orientadas para consolidar “**em aparência** a

³⁵ O trabalho das organizações africanas e de afrodescendentes na Argentina tenta romper o mito da inexistência de negros no país. Entre 2001 e 2002 desenvolveram um censo com o apoio do INDEC, que estimou a população afrodescendentes da Argentina em 2 milhões de pessoas aproximadamente. Na matéria de Fedysak (2007), intitulada “*Un viaje al origen*”, destaca-se que as organizações estão encabeçadas por mulheres: “*Las mujeres nos hemos animado más que los hombres a enfrentar determinadas realidades, no nos acomodamos a las imposiciones de la sociedad, lo hemos hecho por nosotras y por nuestros hijos y no estamos ajenas a las problemáticas de género, estamos atravesadas por las mismas variables que el resto de la población y además somos negras, que es la otra cuestión*” *sostiene Miriam*”. Disponível em <www.pagina12.com.ar>, consultado em 03 de agosto de 2007.

‘branquidade’ das sociedades da Argentina³⁶, Chile e Uruguai. Em certo sentido, isso também consolidou **na aparência** o processo de homogeneização nesses países.” (QUIJANO, 2005, p.76, grifo nosso). O autor assinala que:

No final do século XIX, mais de 80% da população de Buenos Aires era constituída por imigrantes de origem europeia. Provavelmente por isso, demoraram a se considerar como identidade nacional e cultural própria diferente da europeia, enquanto rejeitavam explicitamente a identidade associada à herança histórica latino-americana e, particularmente, qualquer parentesco com a população indígena. (id. *ibid.*, p.77)

Essa representação da identidade nacional, do ser argentino, invisibiliza qualquer outra raça/etnia que não a europeia. Nesse sentido, Raúl Montenegro afirma: ¿Assumiremos alguma vez que somos um país interétnico e que todos temos os mesmos direitos? (MONTENEGRO, 2008).

No contexto atual, Hall (op. cit.) observa um processo de enfraquecimento das formas nacionais da identidade cultural, como resultado do processo de globalização, enquanto se reforçam outros laços e lealdades culturais “acima” e “abaixo” do nível do estado-nação (id. *ibid.*, p.73). A globalização, tal como Hall afirma, tem efeitos sobre o surgimento dessas identidades e, mais especificamente, se considerarmos que ela é imposta sob a forma de políticas neoliberais nos países de América Latina. Assim, as identidades que aparecem na cena, como opções cada vez mais reais de escolha, são as abafadas pela identidade nacional que assumiu um caráter eurocêntrico irreal (nos exemplos citados, a identidade étnica), e, também, há outras novas como forma de defesa e resistência aos aspectos negativos da globalização.

O autor destaca que atualmente nos vemos compelidos à possibilidade de escolha entre múltiplas identidades, desvinculadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicas. Porém, na reflexão de Laura, assumir sua identidade étnica, manifesta-se como o recuperar algo que já trazia consigo. Não como essência, senão como processo e produto histórico. Como afirma Scott (op. cit.):

o surgimento de uma nova identidade não é inevitável ou determinado, não é algo que sempre existiu aguardando para ser expresso, não é algo que sempre existirá na forma em que foi dada em um determinado movimento político ou em um momento histórico específico (id. *ibid.*, p.319).

³⁶ Miriam Gómez, professora da *Universidad Nacional de Tres de Febrero* e vice-presidente da *Sociedad Caboverdeana de Dock Sud* (Buenos Aires), afirma: “Una dinámica bien estructurada desde el Estado argentino cuando se constituye como tal y cuando adopta su proyecto, sobre todo con la generación del ’80 en el siglo XIX con una idea muy clara y firme de emblanquecer la población. El proyecto era crear una Argentina genéticamente blanca y culturalmente europea” (FEDYSZAK, 2007)

A autora propõe o desafio de “tornar visíveis” as posições do sujeito para “tentar compreender as operações dos processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais identidades são afirmadas, resistidas ou acatadas” (id. *ibid.*, p.318-319). Nesses processos identitários e de politização de identidades, a memória funciona como amálgama, constituindo um elemento central para sua compreensão. De fato, nossa entrevistada assinala o processo de sociabilização na Argentina como produtor da rejeição das raízes e origens indígenas, e questiona a respeito: “*Ahora esta cuestión de la socialización cómo hizo despreciar a esa abuela india*”. Michael Pollak salienta a estreita relação existente entre memória e sentimento de identidade:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremadamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

O autor mostra que em contextos de crise é preciso realizar um trabalho de reorganização da memória individual e grupal e, portanto, da identidade. A referência ao passado pode, por um lado, definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre grupos, e, por outro, manter a coesão do próprio grupo e seu respectivo lugar (POLLAK, 1989, p.9). Às vezes, trabalhamos com um passado que não foi vivenciado pessoalmente, com uma memória herdada. Mesmo assim, esta memória também pode fornecer os materiais necessários aos processos identitários:

O sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p.204-205)

Portanto, a escolha da identidade, assumir uma nova identidade não é uma escolha tão aberta assim. Consideramos que faz parte de um processo de reconstrução de si mesmo e implica se apropriar de memórias e experiências, envolvendo acontecimentos, pessoas, lugares, identidades valorizados no passado, mas também que puderam ser negados, abafados, marginalizados, num contexto determinado. Ao assumir esta identidade, Laura sente-se empoderada: “*hoy yo creo que uno de mis mayores orgullos: tener sangre india. Y eso es lo que también me lleva a enfrentarlos*”. Esse processo de apropriação política pode ser entendido a partir da positividade da negatividade, apontada por Dussel; ela pergunta a si mesma:

“(…) ¿qué elementos yo traía en mi vida que me hicieron cambiar? Por ejemplo a mí antes me decían que yo era india y a mí me ofendían y hoy vos me decís

‘india’ y a mí me llena de placer, de, porque es como que me adueñé, **me adueñé de mi vida, de mi historia, del lugar en dónde vivo (...)**” Grifo nosso

O trabalho com a memória é empreendido para compreender o presente, a situação que atualmente se vivencia. Quando Laura escreve a carta para os *mocovíes* revela:

Pesquisadora: [*Lendo*] La historia se repite y ahora somos esta generación la que está perdiendo. Primero las tierras, y ya nos están haciendo creer que somos los malos y los vagos. Si pudiéramos frenarlo, hacer silencio y mirar lo que hacemos con los aborígenes. Y si fuéramos capaces de hacer la comparación, nos veríamos reflejados, nos están haciendo lo mismo. Qué gracioso las cadenas del poder. Para salvarnos creo que tendríamos que aprender, aprender a ayudarlos, aprender a reconocerlos. Ellos son víctimas de un abuso de poder que en otro tiempo los ubicó en el dolor. Aprender a respetarlos en su cultura, aprender a sacarlos de esta indiferencia, aprender a no ser soberbios cuando los miramos.

É preciso ter consciência do passado que produziu as circunstâncias do presente e do passado que retorna em novas vítimas. Assim, a memória revela seu caráter prospectivo, pois é necessária para projetar o futuro, dando consistência ao projeto, definido por Gilberto Velho como:

instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim, ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo. (VELHO, 1994, p.103)

É importante destacar que se trata de um passado re-apropriado e, portanto, ressignificado. Isso possibilita articulações entre grupos, mesmo a partir de identidades que poderiam se considerar contrapostas, por exemplo, descendentes de indígenas e de imigrantes europeus. São articulações onde o conflito está presente em diversos graus, mas onde podem ser realçadas outras identidades que viabilizem a ação coletiva em pós de objetivos comuns.

Ao longo da trajetória de Laura, podemos observar sua vinculação com diferentes organizações como *Sectores en Lucha*, *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), entre outros. De fato, como mencionamos na apresentação, foi a partir do vínculo com o MML de General Roca que a contatamos. Mesmo sendo compartilhadas diferentes ações de reivindicação, há diferenças de orientação que são explicitamente assumidas, mas podem ser mantidas à margem em situações pontuais: "*yo tengo otra visión de la que ella tiene de las luchas. (...) Norma defiende al productor, al productor familiar que tiene pocas hectáreas y está ahí en su campo*", enquanto ela, como foi

apresentado, deu apoio aos trabalhadores rurais assentados que, geralmente, trabalham para esses produtores. Essas articulações estão presentes também no discurso das lideranças do MML e no interior do movimento, desde que há duas integrantes mapuches. Nesse caso, a identidade que ganha relevância para participar do movimento é a de mulher e produtora agropecuária, no entanto, a questão étnica fica num segundo plano.

Ilse Scherer-Warren refere-se a essa realidade dinâmica dos movimentos sociais, sua diversificação e complexidade. A autora destaca a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento através de articulações em rede e a participação política das organizações em rede (SCHERER-WARREN, 2006, p.109). Como atores da sociedade civil, os movimentos sociais estabelecem um “diálogo” mais ou menos explícito com outras organizações que os antecederam ou com as quais coexistem, possibilitando a criação de novas estratégias de ação e a recriação de experiências anteriores. No que tange à trajetória de Laura percebemos diferentes pontos dessa rede (o grupo “*Por tu familia*”; algumas pessoas vinculadas à imprensa; pesquisadores, entre outros), um desses pontos de conexão é Norma, liderança do MML, que, por sua vez, tem sua própria rede. Ao longo da entrevista conjunta, evidenciaram algumas das articulações possíveis e aspectos vinculados à participação das mulheres em ações coletivas.

Segundo Laura:

“Norma y yo seguimos y no es casual que seamos mujeres. O sea, como que yo noto que la mujer tiene más continuidad, una vez que se mete en serio en una lucha social como que se mantiene en el tiempo. A ver, se retirará porque bueno hay millones de dificultades, vivimos en una sociedad tremendamente machista, un montón de cosas. Pero, como que, el saldo positivo por ejemplo, para mí es un placer. Más allá de que estén ustedes, me parece bárbaro. Pero qué sé yo, y es así, como que nos encontrábamos, hace un año y medio hará, por ahí, allá en el Huemul, cuando hacíamos la reunión. Y hoy que estén ustedes estudiando esto, pero que seamos nosotras dos nada más, está bien, hay otras, ¿no? Pero de los grupos que participamos, ¿quedaron las mujeres nada más, Norma?

María: Las luchadoras.

Podemos observar a existência de uma sociabilidade feminina que articula essas atuações, com formas específicas de comunicação. Michele Perrot assinala a existência de uma esfera, de um “mundo das mulheres” caracterizado pela sua sociabilidade, suas formas próprias de expressão, sua cultura (PERROT,1992, p. 112).

Laura: (...) hay historias que no se cuentan porque está medio como, todavía, esto de las cosas familiares son nuestras, que hace que en las miradas, en los

gestos, como que nos vayamos comunicando y nos sentimos unidos, no importa que hagamos cosas diferentes.

Sobre a presença cada vez maior de mulheres nos movimentos sociais, ela afirmava: “*Es que somos el motor, somos las que generamos vida. Las mujeres somos las que generamos la vida y la cuidamos. De hecho que tenemos toda esta, como re diría, dominación del hombre*”. Por fim, Laura faz um balanço de sua trajetória durante 20 anos, iniciado em 1987.

Laura (...) escucháme, en agosto del ochenta y siete yo fui una mujer violada por una orden judicial. Estamos en... enero del 2007, hoy me están publicitando a mí como especialista en violencia, hoy soy la voz que reconocen socialmente para hablar sobre este tema. ¿Vos me ves a mí como una mujer enojada, dolida, de estas mujeres resentidas en la vida?, ¿vos me ves así?

Pesquisadora: No.

Laura: Bien. Entonces algo le pasó a la vida de Laura, como que se fue modificando, como que se fue cambiando. Por ahí te tendría que interesar es ¿qué cosas le sucedieron a Laura, qué conocimientos adquirió que Laura pudo superarlos, no? y a su vez hacer todos este tipo de trabajos.

No fragmento citado, é significativo o uso da terceira pessoa, no lugar da primeira. Kerbrat-Orecchioni (1993) considera a troca da primeira pessoa pela terceira uma espécie de enálage utilizada, por exemplo, nos textos de César e Cícero como mecanismo de identificação e distanciamento. A autora retoma, também, a discussão de Roland Barthes a respeito. Para Barthes, o “eu” é o pronome do imaginário, enquanto “ele” seria o pronome da distância. O uso do “ele” no lugar do “eu” para se referir a si mesmo poderia ser interpretado de diversas maneiras, dependendo do/a leitor/a. Mesmo assim, afirma que seu uso pode implicar uma espécie de ênfase do enunciador, de se dar importância, mas também de se distanciar ou de criar o “ele” épico ao estilo brechtiano. No cotidiano, há situações em que personagens públicas referem-se a si mesmas criando um discurso indireto. Também, essa troca de enunciador é utilizada como mecanismo de distanciamento no relato de eventos traumáticos. Há outra perspectiva de interpretação, que para o depoimento apresentado talvez seja a mais adequada: a referência a si mesmo como uma terceira pessoa refletiria a projeção imaginária que esse sujeito faz do lugar social no qual está inscrito (CAZARIN, 2007, p.17).

Nesse balanço, a depoente retoma o objetivo fixado e materializado na frase “*se van a acordar de mí*” para avaliar sua situação atual, revelando algumas dimensões do processo de seu empoderamento:

“Creo que te quedó claro, yo tengo un solo, en mi vida me puse un objetivo que era **se iban a acordar de mí**. Nada más que eso. Ahora en ese se van a acordar

de mí yo quería superarme yo. Yo no quería vivir toda una vida recordando y llorando historias que me pasaron. Creo que he logrado, viste cuando vos decís, yo siento como que me han elegido.”

“Y yo creo como que me gané un lugar en la sociedad ¿no? Y ese objetivo de ‘se van a acordar de mí’, era un sueño, pero se está cumpliendo. Cuando vienen y me dicen ‘Pero Laura, vos tenés’. Viste esas cosas que te dicen ‘Vos tenés utopías en la cabeza’. No sé, son sueños y son deseos, o sea, yo estaba segura que de mí no se podían burlar como se burlaron aquella vez.”

Vale a pena destacar o registro documental desse processo de construção de si. Os primeiros expedientes, documentos, cartas apresentadas, diplomas dos cursos de formação e especialização, as notícias sobre ela publicadas em diferentes jornais, as cartas do leitor etc. Esses materiais apresentados mais do que “muletas da memória” (SIMSON, 1992) foram documentos, provas dos fatos relatados. Também serviram para estruturar a agenda da entrevista que precisou ser renegociada, por momentos, de forma muito evidente, na interação com a pesquisadora. O valor da entrevista, como ela manifestou, era a possibilidade de carregar energias, recuperando, trazendo ao presente momentos marcantes de sua vida. Mostrando as pastas de arquivo que foram se acumulando na mesa, ela disse: “*Todo lo que hice a lo largo de los años fue esto*”.

No momento da escrita deste texto, ela nos enviou uma mensagem eletrônica. Trata-se de uma carta do leitor a ser publicada no jornal *Clarín*, dirigida à Presidenta da Nação Cristina Kirchner. Nossa entrevistada escreve sob a identidade de piqueteira e mulher, põe-se em situação de igualdade com a Presidenta, e reitera seu pedido de justiça tomando como princípio os Direitos Humanos.

señora presidenta, en su país, no en el mio, vivo en la provincia de Rio Negro, los Derechos Humanos no pueden gozarse.

Ud. me conoce, soy la Madre de los Piquetes, así me llaman Su esposo estaba almorzando con Menen un 25 de Junio de 1996, inaugurando el casino de La Pampa, junto con Felipe Sapag, mientras a mí me reprimia la gendarmeria en Cutral Co Neuquen, un día despues firme el acta que dio origen a los piqueteros, no de la calaña de D Elia, sino a los verdaderos, los que luchamos por la dignidad, no solo por el desempleo, sino tambien contra la corrupcion, ademas, el año pasado la llame y Ud. me dijo soy Senadora, no puedo hacer nada por vos y tus hijos.

mi caso: denuncie a varios jueces en General Roca, el auditor Judicial me dio la Razon por una cuota de alimento, a mí ex lo condenaron a dos años por insolvencia fraudulenta alimentaria, inice los daños en 2/2001 por 1.142.000³⁷ y el juez me los paro hace ya seis años- coima de por medio viò-nunca pude

³⁷ Em 2002 foi publicada uma matéria no jornal *Página 12* intitulada “*La batalla de Laura. Demanda inédita: pide que su ex marido la indemnice por maltratarla*”. Laura reivindica uma indenização de 1.144.132 pesos pelos gastos de terapia familiar e individual para ela e cada um dos três filhos do casal para tratar as sequelas dos maus-tratos que sofreram; dano moral que implicou a violência dos quatro e perda de patrimônio (CARABAJAL, 2002).

notificar la demanda. violencia familiar y maltrato infantil. me condenaron a las mas cochina miseria y no tengo abogado.
en su pais, los Derechos Humanos son, segun Ud. el disfrute de todos, en mi pais, vivo en rio Negro, no se gozan. ahora de primer piquetera a primer mandataria, de mujer a mujer, ¿la Ley Nacional 24.632³⁸ existe? ahora Ud, ¿podra hacer algo por mi?. uno de mis hijos no pudo estudiar Ingenieria en Computacion, la plata era para eso. Somos Victimas de la corrupción judicial.
laura padilla

³⁸ Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará (1994). Aprovada, na Argentina, em 13 de março de 1996, e promulgada em 1 de abril do mesmo ano.

RETRATO DE EMMA

Mais de uma década de políticas neoliberais para a economia geral do país e específicas para o âmbito agrário provocaram “o final de um modelo de desenvolvimento agrário no qual tinham coexistido a grande propriedade dos latifundiários com a pequena e média agricultura de caráter familiar.” (GIARRACCA, 2003b, p.256, TN). Assim, observam-se: a redução das propriedades junto a um fenômeno de concentração agrária; desaparecimento de pequenos e médios produtores, sua expulsão por dívidas e/ou uso da violência, e o aumento da produção da soja transgênica em detrimento de outros cultivos agropecuários. A crise do modelo de produção agropecuária gerou uma acelerada pauperização de amplos setores rurais da região da pampa, em virtude de que:

O desaparecimento de pequenos e médios produtores provocou a deterioração econômico-social de povoados e pequenas cidades que viviam de atividades derivadas da exploração agropecuária (oficinas mecânicas, comércios de insumos agropecuários, cooperativas, seguradoras etc.). (id. *ibid.*, p.258, TN)

GIARRACCA (*op. cit.*) afirma que, na Argentina, o protesto historicamente caracterizado pelas lutas operárias urbanas, na década de noventa “desterritorializou-se” e começou a se desenvolver nos espaços rurais e de baixa urbanização (*rururbanos*). Esses protestos foram protagonizados por atores de baixa visibilidade política pública nas lutas sociais: desempregados, indígenas, camponeses, mulheres agricultoras etc. Nesse contexto, surge o *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), para impedir que propriedades de pequenos e médios produtores e produtoras rurais fossem leiloadas pela impossibilidade de pagar empréstimos hipotecários assumidos, frente ao desafio da modernização produtiva. Emma não tinha dívidas, mas era ciente das dificuldades criadas pelas novas condições de produção e, de fato, sua família vinha sofrendo os efeitos do modelo implantado. Para esta filha e neta de arrendatários, a memória teve um papel central para desenvolver um itinerário político, mudando sua trajetória de vida.

Memórias da infância, memórias da luta

Emma inicia o relato de sua chegada ao movimento com a história de Lucy de Cornelis e o surgimento do MML, em La Pampa, estado vizinho de Santa Fe. Em 28 de maio de 1995, Lucy recebeu a cédula de aviso de leilão da propriedade familiar e no dia seguinte foi à rádio FM local para relatar o que lhe estava acontecendo, “*En un pueblo es difícil superar la verguenza, sin embargo me animé y ahí aparecieron más mujeres*” (MONJE, 1999). Emma conta que, no dia 5 de junho de 1995, apareceu no jornal *La Capital* do domingo que:

“(…) **una mujer** de La Pampa en vísperas a su remate... que va a los medios y cuenta lo que le pasa, de junio, **cuenta lo que le pasa, se va a una FM** de Santa Rosa, no **de Winifreda** y cuenta lo que le pasa, **grande fue su sorpresa cuando sale de la radio y había un montón de gente esperándola con idéntica situación**. Entonces bueno **empiezan a reunirse con esta gente, a los pocos días hacen una asamblea** donde van setecientas personas³⁹, y **ahí el movimiento, ahí surge**. Yo no sé si esto fue posterior a la asamblea o antes de la asamblea cuando yo leo la noticia.” Grifo nosso

Seu depoimento a respeito do surgimento do movimento é semelhante a outros lidos e ouvidos de outras participantes. Porém, considerando o impacto que o fato tem na sua vida, podemos considerá-lo um acontecimento *vivido por tabela*, quer dizer, “pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p.201) e, portanto, com capacidade para inflectir sua trajetória. Afirma que a notícia repercutiu especialmente nela, pois sua mãe era oriunda da Província de La Pampa e costumava lhe contar as vicissitudes de ser arrendatária nos latifúndios. Esclarece:

“Para mí La Pampa tiene un sentimiento especial porque mi mamá era de La Pampa, mi mamá nos contaba lo de los latifundios, ella vivió en un latifundio, vivió en los latifundios de Aramburu⁴⁰ del que tenía el abuelo o el padre del que fue el presidente de Argentina. Fue presidente de facto, no.”

Seu pai começou trabalhando como boiadeiro e com o tempo conseguiu alugar 10 hectares e estabelecer seu próprio tambo⁴¹, que administrou de 1939 a 1955. Nesse ano, junto a um sócio, comprou um campo em Roldán (Santa Fe), onde estabeleceram um tambo e uma pequena produção agrícola. Posteriormente, o sócio vendeu-lhe sua parte da propriedade. Emma foi criada e viveu toda sua vida no campo, é a filha caçula de uma família de seis irmãos. Casou-se em 1974, com um produtor de hortaliças, que

³⁹ Trata-se da primeira assembleia organizada pelo movimento, contando com a participação de trezentas mulheres e, segundo GIARRACCA (2001:135), com a simpatia da imprensa e da população em geral.

⁴⁰ Pedro Eugenio Aramburu Cilveti, militar (general), foi o presidente de Argentina entre 1955 e 1958.

⁴¹ Equivalente ao brasileiro de Rio Grande do Sul *tambo*, estábulo onde se ordenham as vacas para venda de leite.

também vinha de uma família de produtores agropecuários, “*La familia vivía muy humildemente, hasta que mi esposo fue adolescente, y pasó de ser un pequeño productor que trabajaba para sustentarse, a un empresario que formó capitales y compró sus propios campos en el año 1958*” (STRINGARO, 2001).

Tiveram três filhos, dois homens e uma mulher. Sua filha mulher teve um filho. Emma mora desde seu casamento em uma propriedade de 20 hectares, em Rosario⁴² (Santa Fe). Porém, manifesta que, a partir da década de 1980, começaram a ter problemas de rentabilidade.

Pouco tempo depois de conhecer o caso de Lucy, ouviu pela rádio que um grupo de mulheres de San Jorge (Santa Fe) tinha contatado Lucy de Cornelis e se reuniriam na sede da *Federación Agraria Argentina* (FAA) de Rosario, para discutirem a respeito das dívidas dos produtores da região. Assim, o potencial das rádios locais para veicular discursos de mobilização pode ser observado, também, nos origens do MML. Emma não tinha dívidas com os bancos, mas seus irmãos enfrentavam essa problemática. Assim, decidiu participar imediatamente:

“Yo tengo un hermano que perdió todo, pero todo todo. Todo de quedarse sin nada, sin casa, lo único que tiene ahora es la jubilación, y bueno, y así hemos visto caer gente que nunca, nunca uno hubiera pensado que iban a perder todo porque era gente cuidadosa en sus gastos, no era gente que tiraba manteca al techo.”

Nessa primeira assembleia em que se fundaria o movimento em Rosario, Emma conheceu Ana María Riveiro, “*ahí sellamos vínculos con Ana María*”. Através dela conheceria, pouco depois, Ana Galmarini, “*Ana en lo gremial, del campo, se mueve como pez en el agua, porque conoce a toda la gente, conoce más la idiosincrasia de la gente, conoce todo*”. A quarta integrante, Sara Coll, chega ao movimento um pouco mais tarde, rememora:

“Nosotros estábamos en un piquete, cortamos la autopista a Buenos Aires y ahí fue Sara a conocernos, que tenía graves problemas con los bancos y todo. Y ella siempre dice que lo que más le agradece al movimiento, en su llegada al movimiento es que ella iba a vender la casa, tiene una casa hermosísima, acá cerca, en estos barrios parques, uno de los lugares más caros de Rosario. Estaba dispuesta a venderla para salvar el campo, dice ‘Yo no perdí la casa, por haberme metido en el movimiento’. No porque le dimos plata, eh, porque la animamos a que no la venda.”

⁴² Fundada a meados do século XVIII. Com 1.161.188 habitantes constitui o terceiro conglomerado urbano do país.

As primeiras participantes de San Jorge, que convocaram Lucy de Cornelis para fundar uma regional do movimento em Rosario, não permaneceram por muito tempo. Nossa entrevistada aponta dois motivos que explicam o abandono: o fato destas mulheres pertencerem à classe média alta e ter como motivação o uso do movimento para benefício próprio:

“Viste que a veces la clase media alta como cree que se puede llevar todo por delante, tiene otra idiosincrasia, la de media baja también a veces es soberbia. Cuando vos tenés la soberbia acá adentro y te corre por las venas, se nota. Ellas entraron en el movimiento pensando qué, nosotras hacemos un poco de bochinche, nuestros gobernantes nos dan un puestito, nos arreglan nuestro problema y después, chau movimiento, viste.”

O outro motivo apontado por ela é que o movimento foi assumindo a problemática dos pequenos e médios produtores, maioria na região, cujas reivindicações eram: fim das execuções e leilões de forma imediata; nova análise da legitimidade das dívidas; refinanciamento dos valores resultantes a prazos não inferiores de 10 anos, com taxas de juros internacionais, considerando o tipo de produção e a capacidade de pagamento em cada caso, e instrumentação de ajuda financeira para promover a produção (ISLA, 2004, p.23). Desta maneira, os grandes produtores não se identificaram com tais reivindicações, pois não tinham esses problemas e, em consequência, não se somaram à luta.

É pertinente esclarecer que o mapa rural argentino caracteriza-se por uma grande diversidade: latifundiários; pequenos e médios produtores; agricultores de subsistência. Contudo, como Azcuy Ameghino afirma, geralmente, tenta-se impor uma visão indiferenciada do mundo agrário. A respeito disso, esclarece:

os latifundiários atuais, que já não são tanto as famílias tradicionais, senão grupos estrangeiros, como Adecoagro (entre cujos sócios figura George Soros) e Benetton; arrendatários argentinos, como Gustavo Grobocopatel, ou ex-firmas industriais nacionais, como Fortabat e Bemberg. Há 24.800 grandes produtores com entre 1.000 e 7.000 hectares cada um e 61,8 milhões em total. Os 21.500 médios produtores – entre 500 e 1.000 hectares – somam 15,2 milhões (REBOSSIO, 2008, TN)

A diversidade caracteriza o conjunto dos pequenos produtores, 80% do total, que apenas possuem os 20% dos cultivos e 6% da terra, entre eles estão:

pequenos produtores com poucos hectares até os que possuem 100 ou 300 hectares. Os que podem cultivar soja e os que não; os que estão perto e longe de portos e mercados, os que fazem *tambo*, os que criam gado, os que semeiam

trigo, os que cultivando soja têm rendimento de 38 quintais e os que conseguem apenas 20 ou 25. (AZCUY AMEGHINO, 2008, TN)

O pesquisador também observa que, a partir da década de 1990, o processo de concentração agrária se intensificou, de tal modo que, entre 1988 e 2002 desapareceram 100.000 pequenos produtores, conhecidos geralmente como *chacareros* (ÁLVAREZ, 2008). Grandes arrendatários e *terratenedores*-capitalistas compõem a cúpula agrária, concentrando recursos, produção e ingressos. Mas, estão também os agricultores “pobres”, situados fora da região da Pampa que possuem até 20 hectares ou cultivam em terras públicas, produzindo em forma individual ou comunitária para se auto-abastecer e atender ao mercado local, “costumam se enfrentar com os grandes proprietários ou funcionários pela posse da terra ou o acesso à água” (REBOSSIO, 2008, TN).

Nossa entrevistada é filha e neta de arrendatários. Assim, sua chegada ao movimento está fortemente ligada a uma memória herdada, no sentido de projeção ou identificação com um passado não vivenciado diretamente, mas apropriado através da socialização política ou histórica (POLLAK, 1992, p.201). Neste caso, essa memória foi transmitida através dos relatos da mãe, como ela explica na entrevista. Sua mãe, como filha de arrendatários, tinha vivenciado “*cómo se despojaba, cómo se exproliaba a la gente*”. Assim, quando tomou conhecimento da história de Lucy de Cornelis, “*Yo sentí algo especial porque mi mamá era de La Pampa y desde ese mismo lugar estaba naciendo el movimiento, hacía falta alguien que dé un puntapié inicial en defensa de nuestros derechos*” (STRINGARO, 2003).

Essas experiências passadas por uma pessoa tão próxima e, como destaca Emma, com uma capacidade de narrar que “*te contaba las cosas pero vos cerrabas los ojos y veías lo que ella te contaba*”, atuaram como motivação para o engajamento no movimento. O acontecimento em Winifreda faz com que esses relatos voltem a sua memória e sente-se parte do que está acontecendo, diz: “*cuando sale eso en La Pampa, yo, a mí se me hizo carne*”. Suas lembranças se referem à situação de exploração nos grandes latifúndios da região e sua memória interpela:

“Vos habrás escuchado hablar de eso, cómo en los latifundios el arrendatario tenía la obligación de vender su cereal o su gallina y todo en el almacén de ramos generales que generalmente era de uno de los latifundista. Vos lo habrás escuchado eso⁴³. ”

⁴³ Outras exigências colocadas aos arrendatários: entregar até o 54 % da colheita ao dono; trilhar com as máquinas do patrão; vender-lhe sua produção e não fazê-lo até não ter pagado a renda; entregar a terça parte dos porcos e galinhas de criação (UNIÓN DE MUJERES DE LA ARGENTINA, 1982, TN).

Ao relacionar esse passado com a principal problemática enfrentada pelo movimento, a realização de leilões de propriedades de pequenos e médios produtores e produtoras agropecuários/as endividados/as, ela explica que na época da sua mãe não existia a instância do leilão,

“(…) cuando al dueño del campo se le ocurría sacarte del campo, te sacaba, venía con la policía y te sacaba. Entonces mi mamá contaba que cargaban en un carro ruso, le decían ellos, carro tirado por caballos, cargaban sus muebles, los hijos, las gallinas. Y mi abuela tuvo nueve hijos, murió después del último parto, mi mamá quedó con nueve años huérfana.”

No relato de Emma podemos observar que entrelaçada às lembranças da exploração, há também uma memória herdada da luta pela terra, constituindo um passado com o qual ela se identifica fortemente. No seu depoimento, distingue-se um acontecimento emblemático dessa luta, ao que a narradora pontualmente se reporta: o *Grito de Alcorta*, uma grande revolta agrária acontecida em 1912, em Alcorta (Província de Santa Fe).

Um material produzido pela *Unión de Mujeres de la Argentina* (1982), em homenagem ao 70º aniversário da revolta, descreve a difícil situação dos agricultores, na época. A carga que os arrendatários suportavam se tornava cada vez mais pesada pelos elevados preços de locação que estabeleciam os latifundiários; pelas imposições dos convênios de arrendamento e subarrendamento; pelas limitações para a comercialização da produção; pela arbitrariedade no estabelecimento dos preços não apenas da produção, senão principalmente, dos produtos de uso e consumo do agricultor e assim por diante (UNIÓN DE MUJERES DE LA ARGENTINA, 1982). Diante dessa situação, a queda do preço do milho, principal cultivo da região, atuou como detonante da greve (LOBATO & SURIANO, 2003, p.40). Os autores apontam a existência e mobilização de associações de pequenos produtores, como a *Sociedad Cosmopolita de Agricultores* fundada em 1912 (id. *ibid.*, p.41). Em seguida, os agricultores passaram a se reunir informalmente nos sítios e na paróquia de Alcorta e decidiram organizar uma assembleia pública, em 25 de junho de 1912, para tratar da baixa nos arrendamentos e parcerias e da formalização e extensão dos contratos. Dessa assembleia participaram 2.000 produtores que decidiram o cessar das atividades de lavoura por tempo indeterminado.

A greve, que abrangeu o sul de Santa Fe, Córdoba e Buenos Aires, somou 120.000 trabalhadores⁴⁴. Porém, a negativa dos latifundiários em atender às reivindicações dos grevistas fez com que a medida se estendesse por meses e motivasse a união de diversos comitês e sociedades de *chacareros*, que formaram a FAA. Após resistências, perseguição e mortes de grevistas por parte dos latifundiários, as reivindicações, finalmente, foram obtidas e a greve suspensa. Emma se refere ao acontecimento destacando os personagens dessa luta, no depoimento a seguir:

“(…) nuestros abuelos o bisabuelos lucharon por tener la tierra, la posesión de la tierra porque el Grito de Alcorta surge de una gran lucha porque la gente era trabajadora pero no era estúpida, entonces llegó el momento en que se gestó esa gran huelga agraria que dio origen a la Federación Agraria que fue en mil novecientos doce, donde van todos los chacareros, que **en esa película que tiene Federación Agraria se ve, todos los chacareros a Buenos Aires con una gran bandera, es emocionante ver eso, todos unidos con una gran bandera argentina que van al Congreso a manifestarse en contra del latifundio.**” Grifo nosso

A lembrança dessa greve de agricultores é resultado de um trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1989). A memória revela seu caráter seletivo, pois retém alguns acontecimentos e descarta outros, e constitui-se como um fenômeno construído individual e socialmente. No caso da memória coletiva, essa construção torna-se mais evidente, logo que a referência a acontecimentos e interpretações a respeito do passado tem o intuito de definir e reforçar o sentimento de pertencimento e as fronteiras sociais do grupo; manter sua coesão; definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (id. *ibid.*, p.9). Assim, mediante o trabalho de enquadramento, os grupos podem criar um quadro de referências comuns e amarrar sua memória. POLLAK (op. cit.) explica que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (id. *ibid.*, p.9-10)

⁴⁴ O documento citado homenageia as mulheres da época “que com sua combatividade e participação têm se somado à protesta do campo, ao grito do campo traduzido no histórico Grito de Alcorta, são elas: María de Gilarducci, María de Caporalini, Cecilia Bó, María Rosa Ghio de Fontana, Palmira Menna de Debiasse, Jacinta de Menna y María Rubotti de Bulzani. Esta última foi a escolhida como símbolo da luta camponesa, mãe de onze filhos, María “arrojando o avental sobre a mesa dos homens disse: ‘Para morir de fome trabalhando morro de fome sem trabalhar’” (UNIÓN DE MUJERES DE LA ARGENTINA, 1982).

Quando há um trabalho de enquadramento, ademais dos discursos organizados em torno de acontecimentos e de personagens, é possível encontrar rastros desse trabalho em objetos materiais, no caso, o filme da FAA. O filme é um claro exemplo de como essa instituição desenvolveu um trabalho de enquadramento, reconstruindo politicamente sua origem vinculada a essa grande revolta camponesa e criando uma imagem de si mesma que pode gerar sentimento de pertencimento. Neste sentido, POLLAK (1989, p.11) destaca que o filme é o melhor suporte para captar as lembranças e materializá-las em objetos de memória, pois não apenas se dirige às capacidades cognitivas senão também às emotivas.

Outro filme lembrado pela entrevistada revela a capacidade desse suporte para despertar lembranças e emotividade. Trata-se de um curta-metragem realizado pelo filho de uma amiga de Ana Galmarini, a partir de antigas filmagens. Emma comenta que o rapaz tinha contatado Ana Galmarini pedindo-lhe orientações para a produção do curta-metragem e, quando este ficou pronto, convidou as mulheres do movimento para assistirem-no. O curta-metragem representa o ato de desapropriação nos latifúndios:

“Que muestra todo eso, que durante quince minutos lo que es un desalojo, bueno, **cuando yo vi eso, lo mirábamos y las tres llorábamos** [Emma, Ana e Ana María] **porque yo, era eso lo que mi mamá contaba, el acto del desalojo** y era lo que ese chico focalizó todo en eso (...)” Grifo nosso

As lembranças da opressão e as da luta, embora surjam de fontes diferentes, são indissociáveis para a narradora. É através dessas memórias que ela faz sua leitura do presente, da situação atualmente vivenciada por membros do seu grupo de pertencimento. A emoção expressada pela narradora nos depoimentos citados revela o sentimento de identidade vinculado a essa memória. Salienta que o *Grito de Alcorta* deu origem a uma das primeiras organizações gremiais do setor agropecuário: a FAA. Assim, aparece também o terceiro elemento constituinte da memória: os lugares ligados à lembrança (POLLAK, 1992, p.202). Emma comenta que esta instituição também é muito significativa para ela e está vinculada às memórias da infância:

“Yo me recuerdo, mi padre era arrendatario y venía siempre a Federación Agraria y yo tengo la imagen no sé de qué, de cinco años, el recuerdo de la primera vez, el recuerdo más chiquito, de cuando vos sos más chiquito de ver, de entrar a una gran ciudad, de venir del campo y un edificio grande es el recuerdo de la Federación Agraria, de la sede que tenían acá en la calle Mitre que la fundieron (...). **Es el recuerdo que vivo de mi llegada a la ciudad**, que no sé cuántos años habré tenido, **con mi papá que me llevaba a todas partes y él también tenía un relato que vos cerrabas los ojos y veías lo que te**

contaba y bueno, entonces uno tiene un sentimiento a todo lo que es el gremialismo y a todo lo que es el lugar.” Grifo nosso

A narradora destaca em sua primeira vivência da cidade, compartilhada com o pai, a imagem do prédio da instituição que representava os arrendatários. A lembrança ganha significado sob o prisma do presente, em que ela participa de um movimento que defende pequenos e médios produtores/as. Por outro lado, como aponta Maria da Glória Gohn, sua participação no movimento não se reporta a um passado “congelado”, senão a uma experiência que “se recria cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam” (GOHN, 2003, p.14). Assim, em 30 de março de 2008, durante o conflito pela aplicação de retenções às exportações, as lideranças do movimento se manifestaram “herdeiras” do *Grito de Alcorta*, mas autônomas da FAA. Ana Galmarini, a presidenta do MML, disse:

"Somos antiterratenientes, antilatfundistas, no tenemos nada que ver con los pools de siembras, no hicimos un acuerdo con la Sociedad Rural ni vamos a la cola de lo que disponga. Somos un movimiento independiente y autónomo, aún de la Federación Agraria Argentina. Queremos que se nos escuche y que, en este caso, la presidenta entienda que debe haber retenciones, o imposiciones diferenciadas para quienes somos de verdad las personas herederas de El Grito de Alcorta y trabajamos de sol a sol". (SIMEONI, 2008)



Fotografia 03. À direita, Ana Galmarini, Emma Martín, atrás, Sara Coll e Ana María Riveiro.
Fonte: Alberto Gentilcore, Página 12.

Trabalhamos a memória dando sentido às escolhas atuais e, nesse processo, afirmamos nossa identidade. Esse sentimento de continuidade reforça-se, também, pelo *lugar* ocupado. Esse lugar é o campo. A terra que foi conseguida através da luta dos antepassados, onde a narradora nasceu, foi criada e, quando se casou, escolheu para viver e criar os filhos. Assim, é introduzido outro aspecto a ser considerado, quando estudamos a mobilização de atores e seus processos de resistência e luta para conservar

e/ou recuperar a terra. Como aponta SILVA (2006), é importante analisar qual a concepção que essas pessoas têm da terra, pois esta “não é vista apenas como fator de produção, como preço de mercado, como valor de troca” (id. ibid., p.42). Nesse sentido, Emma salienta:

“Cuando vos sos feliz en un lugar y tenés una infancia linda, para mí mi infancia fue hermosa en el campo, entonces eso se te hace carne. A mí me encanta vivir en el campo.

Pesquisadora: Y en el lugar que estás viviendo, hace mucho...

Emma: Desde que me casé, en un determinado pude elegir venirme a vivir a la ciudad y elegí hacerme la casa en el campo y quedarme en el campo.”

GIARRACCA (2003a), analisando as reivindicações pela terra que atravessaram toda a década de noventa, expõe que na Argentina a terra tem um sentido polissêmico, seus significados variam de um grupo para outro. Os aborígenes, *mapuches*⁴⁵ e *kollas*⁴⁶ sentem-se pertencentes à terra e pedem a reparação histórica; para os camponeses a terra é parte de suas ferramentas de trabalho e lutam para aceder a ela, enquanto para as “*Mujeres Agropecuarias en Lucha*, que acederam à terra por herança de seus padres ou avôs, geralmente colonos europeus, seus campos significam patrimônios familiares, e lutam por não perdê-los” (id. ibid., p.204, TN).

Os perigos do presente convocam a memória, trazendo o passado “como relâmpago, como iluminação fugaz no instante do perigo atual” (CALVEIRO, 2006, p.378). As preocupações do presente orientam o processo seletivo da memória, trazendo à tona outro acontecimento histórico. A narradora refere-se ao governo peronista como o momento em que os arrendatários se tornam proprietários das terras que cultivam, mudando sua situação de precariedade⁴⁷. É a memória política que aflora, fruto de um trabalho de enquadramento (POLLAK, 1992, p.206). A memória política manifesta-se por meio da expressão de juízos de valor e, para abordá-la, precisamos conhecer a situação concreta do sujeito que lembra, como localização de classe e profissão, para compreender melhor seu ponto de vista (BOSI, 1979, p.372). Nossa entrevistada por vir

⁴⁵ Povo indígena da região centro-sul do Chile e da Argentina, conhecido como *araucanos*.

⁴⁶ Descendentes de vários grupos étnicos como *omaguacas*, *atacameños* e *diaguitas* que habitam o noroeste de Argentina e vales da cordilheira do norte do Chile.

⁴⁷ O general Juan Domingo Perón ocupou o cargo de presidente por dois períodos consecutivos. Foi eleito em 1946, reeleito em 1951, e derrocado em 1955. A entrevistada refere-se a um fato correspondente à primeira presidência, em que se reformou a Constituição Nacional (1949). Nessa reforma incluiu-se o artigo 38 que destacava a função social da propriedade privada e a tarefa do Estado de fiscalizar “*la distribución y la utilización del campo o intervenir con el objeto de desarrollar e incrementar su rendimiento en interés de la comunidad, y procurar a cada labriego o familia labriega la posibilidad de convertirse en propietario de la tierra que cultiva.*”

de família de arrendatários que, após ter trabalhado por décadas nos latifúndios, acedem à terra, avalia positivamente o governo peronista. Como podemos apreciar no depoimento a seguir:

“Fue Perón el que tomó la decisión de dividir los latifundios, y de darle créditos a los arrendatarios para que compren el lugar donde están viviendo. Así, te diría que el noventa por ciento de los chacareros de entonces se hicieron dueños de la tierra, porque Perón les dio esos créditos, a veinticinco años con un interés muy bajo para que compren el lugar donde están viviendo. Por eso, eran todas parcelas, depende del lugar de cien hectáreas, acá en la Provincia de Santa Fé, en toda la Pampa húmeda eran de entre sesenta y ciento diez, ciento diez hectáreas que se dividían las parcelas, y le daban esos créditos (...)”

Ela considera que as lutas e reformas políticas baseadas em critérios de justiça social e igualdade para todos foram melhorando a situação dos trabalhadores rurais, mas afirma que essas mesmas terras conseguidas pelos arrendatários, durante o governo peronista, são perdidas pelos netos destes durante outro governo peronista, o do ex-presidente Carlos S. Menem. Observamos o caráter seletivo da memória, que explorando nesse passado, busca compreender a situação presente:

“Porque nos trataron de deficientes cuando nos endeudamos, Menem nos llevó al endeudamiento a través de la revolución productiva, tocándole el amor propio a la gente, de que le iba mal porque era deficiente, porque no tenía herramientas de última generación. Los productores agropecuarios [*si se endeudaron*] no fue porque compraron campo y se fueron al extranjero, fue porque compraron un tractor, una máquina de siembra directa, (...)”

Esse depoimento que questiona a origem da dívida envolve uma crítica à classe média que, na época da Convertibilidade, “aproveitou” o dólar baixo para viajar ao estrangeiro. Em outro momento da entrevista essa crítica fica mais explícita ainda: “*Acá nadie se fundió en la época de Menem por irse a Europa o a Estados Unidos a dilapidar la plata, ni en ningún lugar del mundo, los que se fundieron, se fundieron realmente trabajando y esa es la defensa nuestra*”. Emma destaca que a situação de crise foi geral, não afetou apenas a produção rural, e que em Rosario se viu refletida no fechamento massivo de indústrias.

“Entonces así como le fue mal al campo, en realidad le fue mal a gente que tenía un trabajo digno, vivía dignamente, tenía su casa, se iba de vacaciones, su auto, hacía estudiar a sus hijos, perdió el trabajo y se fue todo al diablo. El obrero perdió la casa, la mayoría, muchos se murieron de un ataque, porque el que tuvo suerte que le pagaron la indemnización, la puso en el banco y la perdió, la puso en el banco hipotecario y la perdió.”

Assinala ainda que as consequências da crise não apenas foram econômicas. Nesse sentido, é importante reconhecer que o impacto e as respostas à crise, pelo sistema de sexo/gênero vigente, foram diferenciados segundo se tratasse de homens ou de mulheres. Andréa Andújar (2005), discutindo as consequências da privatização de YPF, revela que “Para os ex-operários *ypefeanos* a expulsão do aparato produtivo alterou rotundamente não apenas sua situação econômica senão também sua posição em tanto ‘provedores’ da subsistência e reprodução familiar” (id. *ibid.*, p.4-5, TN).

Os homens ficaram depressivos, alcoólatras; abandonaram o lar ou foram mandados embora; outros se suicidaram, outros morreram em razão de parada cardíaca, outros ficaram hemiplégicos etc. No entanto, as mulheres tiveram que se tornar mais fortes; procurar emprego para assegurar a manutenção dos filhos; muitas ficaram como chefes do lar. No caso dos pequenos e médios produtores rurais, não poder sair da situação de endividamento gerava vergonha. Lucy de Cornelis descreve sua percepção da situação:

“todos los hombres estaban pasando una situación de brazos caídos. Que no tenían ganas más de luchar, porque al contrario cuando más trabajaban, cuando más luchaban, más se endeudaban por esto fue que las mujeres tuvimos que salir. Los hombres les causaba una vergüenza profunda decir que no podían llevar más sus pequeñas empresas” (FERNÁNDEZ, 2004)

Herdar a terra, herdar a luta

O perigo de perder injustamente a terra pela qual seus antepassados lutaram constitui, como afirma GIARRACCA (2001), uma motivação para a ação coletiva. No discurso geral do movimento, expresso em diferentes documentos, a defesa da terra manifesta-se como a defesa da soberania (BIDASECA; MARIOTTI, 2001), diante de um processo de concentração de terras monopolizado por empresas multinacionais. No depoimento de Emma destaca-se sua motivação pessoal:

“(...) el testimonio nuestro a lo mejor te aporta a qué nos lleva a nosotros [*a se engajar*] el amor por la tierra, el amor por defender el patrimonio, que yo creo que es la lucha más digna, la defensa del patrimonio familiar (...) Yo creo que estar segura de lo que querés, segura de lo que vas a perder, seguro de que ese modelo económico te lleva a la crisis, a perder todo (...)”

Desta maneira, observaremos que os depoimentos das entrevistadas revelam o vínculo afetivo e identitário com a terra⁴⁸, no qual a memória individual e coletiva opera

⁴⁸ Lucy de Cornelis, expressava esse sentimento em uma entrevista “*A veces me preguntan por qué no vendo el campo, pero para mí sería como arrancarme el corazón. Nuestra lucha está ligada al amor por*

como nexos entre as lutas do passado e as do presente. Neste ponto é importante considerar, como explicita SILVA (2006) que, em nível das representações, a terra possui uma materialidade física e uma simbólica, sendo esta última “preenche de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro” (id. ibid., p.54). A memória individual e coletiva amalgama esses tempos, sendo o passado recuperado como projeto no presente e envolvendo, também, as próximas gerações. Desta forma, com seu engajamento no movimento, Emma revela o desejo de deixar a seus descendentes não apenas a herança da terra senão também sua defesa:

“Aunque le dejes un pequeño patrimonio a tus hijos y a tus nietos no le dejaste lo otro, que es la lucha por el patrimonio, por mantenerlo, por cuidarlo, por tenerlo, por mantener tu existencia, porque acá no estamos luchando por cinco mil hectáreas en la pampa húmeda, estamos luchando por el pan de todos los días, por el trabajo.”

Essa compreensão norteará uma das principais mudanças na sua trajetória: o desenvolvimento de um itinerário político, a partir do seu engajamento no MML. Nesse sentido, Silva (2006) aponta que “o passado não faz parte de um tempo acabado”, senão que reavivado pelas lembranças constitui um ingrediente de um devir. O trabalho com a memória tem a potencialidade de transformar o presente. É, na reinterpretação do passado, que “a memória é libertadora, na medida em que ela escreve a história que vem de baixo, do subterrâneo” (SILVA, 2004, p.46).

Emma expressa, em diferentes momentos, que nunca imaginou muitas das coisas que aconteceram a partir de seu engajamento, usando frases como “*todo eso son cosas que nunca imaginamos para nosotras*”, por exemplo. A mesma projeção internacional do movimento que possibilitou que Ana fosse convidada para dar uma palestra em um congresso no Equador, e o próprio fato de estar sendo entrevistada para uma pesquisa de doutoramento:

“Una cuando empieza algo así que está con gente seria, no medita hasta dónde puede llegar. Yo era una mujer que viví toda mi vida en el campo, eh, nunca pensé, en esto por ejemplo, en esta charla con vos, una persona como vos abocada a esto, que tiene interés por lo que hacen mujeres del campo, me entendés. Eso es algo que no estaba en mis cálculos, no estaba ni pensado siquiera, son cosas en las que vos entrás si tenés la suerte de estar con gente seria no medís. [pausa]”

la familia, nuestra tierra es para nuestros hijos, es el lugar que te ganaste en el mundo.”(MONJE, 1999:2).

Os primeiros tempos do engajamento têm o sabor das lembranças das lutas de avôs e bisavôs unidos contra o latifúndio, das visitas à FAA junto ao pai, e dos relatos vívidos da vida como arrendatários. Porém, quando ela começou a participar do movimento, e da interdição dos leilões de propriedades de pequenos e médios produtores e produtoras rurais endividados, seu marido e filhos “*no entendían bien*” o que ela fazia e a questionavam. Desta forma, observamos que sua trajetória revela diferentes articulações das dimensões familiar e política no curso do seu itinerário biográfico. Essas articulações são colocadas a partir não somente do relato de situações do cotidiano, mas também de acontecimentos marcantes, pontualmente destacados pela narradora, pondo em evidência eventos que assinalam pontos de inflexão e momentos de recomposição da trajetória (BATTAGLIOLA et al., 1991, p.36).

Na televisão, apareciam imagens de Emma ao lado de outras companheiras do movimento cantando o Hino para impedir o leilão, e nas ocasiões em que fornecia um depoimento, aparecia seu sobrenome de casada. O filho, que na época estava no colegial, ficava bravo com ela porque seus colegas de escola zombavam dele dizendo: “*Qué es tu mamá que canta y canta el himno, ¿patriota?*”. Para evitar a situação de constrangimento do filho caçula, ela decidiu começar a usar seu sobrenome de solteira. Explica que esse problema deve-se ao fato de que na Argentina, quando as mulheres se casam passam a ser “*fulana de*”, fazendo alusão ao costume de deixar o sobrenome próprio e, ao nome de solteira, agregar a preposição “de” para incorporar o sobrenome do marido.

Em “Minha história das mulheres”, Michele Perrot refletindo a respeito da invisibilidade das mulheres diz: “As mulheres não têm sobrenome, têm apenas um nome” (PERROT, 2007, p. 17). No caso argentino, tem o sobrenome do marido. Essa identidade subsumida, que reflete o termo “fulana”, se recupera a partir do engajamento tendo consequências sobre a identidade. Atualmente, com o reconhecimento obtido pelo movimento, o filho e a família em geral se orgulham da atividade da mãe e reclamam que ela não utiliza o sobrenome familiar.

Nossa entrevistada também rememora a preocupação de sua mãe quando ia impedir um leilão, e comenta que, muitas vezes, optava por não lhe revelar nada sobre o assunto. Porém, o leilão em Rosario era televisado por isso sua mãe ficava sabendo. Ela relaciona essa preocupação da mãe com o medo de qualquer tipo de atividade de denúncia ou reivindicação manifesto por outras pessoas, e os interpreta, inicialmente, como resultado da experiência de repressão vivenciada durante a última ditadura militar.

“Lamentablemente, yo no sé si el proceso que se vivió en la década del setenta [a ditadura militar] que obnubiló a la gente, en cuanto que lucha no, que entonces la gente tiene miedo. Mi mamá cuando yo empecé en el movimiento vivía mi mamá, murió en el noventa y siete, en el noventa y ocho falleció mi mamá. Ella tenía miedo cada vez que yo iba a un remate (...)”

Neste sentido, Calderón & Jelin (1987) observam que nos países em que viveram ditaduras militares, os processos de transição democrática operaram em um contexto marcado por um recolhimento para a vida privada e caracterizado por “uma incomunicabilidade no interior da trama das relações sociais e entre a sociedade e os partidos políticos que, por motivos repressivos ou outros, foram-se distanciando da vida cotidiana” (id. ibid., p.82). Nesse sentido, Araújo (2001) assinala que a “exceção” é um fator que agrava ainda mais as possibilidades de visibilidade política para grupos ou setores que foram excluídos da política. Porém, o contexto democrático também apresenta riscos para o desenvolvimento da atividade política, mais ainda quando se veicula uma denúncia. Emma diz: *“Porque acá al que hablan lo bajan”*. Assim, refere-se aos crimes impunes⁴⁹ acontecidos durante os regimes democráticos, *“Entonces no es fácil eso, viste tenés que tener coraje y un compromiso, primero para con uno, después para con tu familia y para con la sociedad, porque vos no solo ponés el cuerpo, ponés el rostro”*.

Neste contexto, a presença da imprensa imprime maior segurança às participantes do movimento, pois a polícia evita reprimir quando sua atuação está sendo registrada e pode ser transmitida pela televisão. Por outro lado, no depoimento a seguir, a presença de um jornalista evitou que o leiloeiro saísse do procedimento legal:

“(...) empieza el remate, entra uno de los periodistas, viste la carita visible del periodismo en los noticieros, el chico que dirige el noticiero de Canal Cinco, que es fan nuestro, nos aprecia mucho. Como no había lugar para entrar, pone el micrófono por la ventana, había una ventana con rejas, pasa el micrófono por la reja. Cuando el martillero ve el micrófono de Canal Cinco, se puso blanco y eso es lo que ayudó también en el remate. Si no están los medios la pasamos muy mal, porque como los medios graban y después muestran eso es lo que a

⁴⁹ Na década de noventa, três crimes canalizaram, na forma de protestos, a indignação popular e exigência de justiça. Em 8 de setembro de 1990, María Soledad foi assassinada por filhos de funcionários do governo provincial. Sua morte despertou o pedido de justiça da comunidade de Catamarca, que iniciou as *“marchas del silencio”*. Finalmente, os assassinos foram presos e uma coalizão opositora continuou ganhando as eleições, acabando com um caudilho regional. O segundo crime foi o do jovem soldado Carrasco do Regimento de Zapala, encontrado morto em 6 de abril de 1994, na Província de Neuquén. Sua morte, além do pedido de justiça, influenciou para que, oito meses mais tarde, fosse eliminado o serviço militar obrigatório. Em 31 de janeiro de 1996, foram julgados e condenados pelo crime, um subtenente e dois soldados. O terceiro crime, que ainda motiva protestos, foi o de José Luis Cabezas, fotógrafo da revista *Noticias*, em 25 de janeiro de 1997. Na reconstrução dos fatos, o tribunal e o fiscal coincidiram em que Cabezas foi assassinado por seu empenho em fotografar o empresário Alfredo Yabrán, acusado de ser o “chefe de uma máfia incrustada no poder”.

ellos [*lhes incomoda*], si a vos te maltratan y lo pasan, viste, es una mala prensa para el gobierno (...)"

Retomando as dificuldades que enfrentavam no lar, cada vez que deviam impedir um leilão, Emma explica que tudo era feito às pressas. Mesmo com a notificação judicial de leilão, os produtores sempre acreditavam que iam conseguir pagar a dívida e tinham dificuldade de reconhecer o problema e pedir ajuda. Assim, muitas vezes recorriam ao movimento na véspera do leilão; telefonavam pedindo sua intervenção, a altas horas da noite. Comenta que impedir um leilão, às vezes numa cidade vizinha, implicava reorganizar as tarefas domésticas, negociar algumas delas e até cozinhar às 5 h da madrugada para deixar o almoço feito.

“Entonces es todo un contratiempo, a mí por el hecho de vivir en el campo se me complicaba mucho, porque yo mientras mis hijos iban al colegio los tenía que llevar e ir a buscarlos en auto. Entonces cuando yo no lo podía hacer le complicaba la vida a mi marido, que tenía que ir mi marido. En lo personal eso es lo más importante, porque la familia también te cuestiona, a veces en la semana tenés que salir dos veces y te dice ‘Escucháme, yo tengo mi trabajo’, el otro también tiene razón, me entendés. Pero bueno cuando es algo que a vos te desarma y que lo sentís con pasión, te cuesta porque te sentís que te dividen en dos aguas, viste. Eso a nivel personal (...)"

Assim, ela manifesta que, com seu ingresso no movimento, começa a ter uma dupla batalha “*una adentro para poder irnos y otra afuera contra el sistema*” (MONJE, 1999, p.2). Considera que todas as mulheres têm uma luta forte com seus maridos para poder sair da casa e que “*si vas a parar un remate, ese día tenés que portarte como una mujer 10 para que te reprochen un poco menos.*” (id. *ibid.*). Boni (2004) também salienta as dificuldades de conciliar a militância com as atribuições do espaço privado “em que as mulheres são mais cobradas, pois tradicionalmente foram considerados seus papéis a educação dos filhos, os afazeres domésticos, a lida com as pequenas criações e também o trabalho na lavoura” (id *ibid.*, p.296).

Experiência semelhante é encontrada nas trajetórias de vida de outras mulheres que decidem desenvolver a participação política como, por exemplo, no estudo de Antunes (2006) a respeito das quebradeiras de coco babaçu⁵⁰. São mulheres que também tiveram que “travar uma luta dentro de sua casa para que sua escolha de participar no movimento pudesse ser efetivada” (id. *ibid.*, p.142). Os depoimentos de

⁵⁰ A relação entre as participantes do MML e as do MIQCB foi abordada em um trabalho de Karina Bidaseca intitulado “*Un estudio acerca de las luchas de las mujeres rurales en Argentina y Brasil desde la perspectiva de género*”, e apresentado nas *Primeras Jornadas de Jóvenes Investigadores*, na *Universidad de Buenos Aires* (UBA), em 29 de novembro de 2001.

duas lideranças do “Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu” (MIQCB) e do MML revelam conquistas semelhantes na superação dessas dificuldades:

“Esses empecilhos que tudo o que fizeram pra atrapalhar a minha participação não conseguiram, eu venci todas. (...) E hoje eu tenho minha autonomia. Se eu disser ao meu marido ‘hoje vou para Pedreiras’, ele só diz ‘quando voltas?’” Dada, 2002 (ANTUNES, 2006, p.143)

“A mi casa llamaban en forma anónima para decirle a mi marido que yo estaba en otra parte, te imaginás adónde, y muchas veces cuando volvía de parar algún remate o de visitar algún funcionario me encontraba la puerta cerrada con llave desde adentro. Me dejaban afuera, bah. (...) Hoy, cuando salgo, solo me preguntan cuando vuelvo (...)” Lucy de Cornelis (MONJE, 1999, p.2)

Outro estudo, que analisa a participação de trabalhadoras rurais nas greves, identificou que as mulheres casadas eram impedidas de comparecer pelos maridos, com a justificativa de preservar a moral delas, devido à visão de que “a mulher que participa de greve é porque quer estar no meio dos homens” (SILVA, 1999, p.296). À oposição do marido somava-se a reprovação moral dos vizinhos. Também, Valdete Boni explora essa questão na experiência de lideranças sindicais e cita um depoimento de uma das dirigentes:

“Eu me sinto muito discriminada. Uma por sair de casa, a dificuldade de sair de casa, deixar a família. As pessoas falam por você ser mulher, por você estar saindo de casa. Eles acham que você não vai trabalhar, que você não tem capacidade de construir alguma coisa e sim de só ser mulher de programa. É isso que os homens pensam né?” (BONI, 2004, p.296)

A interdição da participação da mulher no espaço público/político explicita o controle de sua sexualidade, em nome da moral, da preservação da honra, da honestidade. Estas proibições são frutos da dominação de gênero (SILVA, 1999). Assim, conquistar um espaço de participação implica confrontar os homens que exercem seu domínio nesse espaço, mas também com companheiros, pais, maridos e até com outras mulheres do entorno próximo. Desta maneira, Silva (op. cit.) afirma que:

A consciência de gênero e identidade de gênero femininas são processos históricos, produzidos pelas práticas sociais de homens e mulheres de uma determinada realidade social. Em se tratando de processo, é algo que se faz no bojo de contradições, de ambiguidades coletivas e individuais (id. *ibid.*, p.299)

Antunes (op.cit.) avalia que o que levou as mulheres do MQCB a enfrentar seus maridos e lutar pela sua participação foi o fortalecimento adquirido durante os conflitos de luta pela terra. Afirma que durante esse período as mulheres saíram para a esfera pública e essa experiência mostrou-lhes suas habilidades e capacidades, aumentando sua

autoestima e estimulando sua organização (id. *ibid.*, p.143). Porém, destaca que o caminho do empoderamento é progressivo, e cheio de altos e baixos, “cada mulher se apropriou e utilizou de forma diferenciada o poder alcançado na esfera pública, para lidar com e transformar os desequilíbrios de poder dentro de suas casas” (id. *ibid.*, p.147).

Quando avalia as dificuldades enfrentadas para a participação, Emma diferencia entre as participantes que moram no campo e as que moram na cidade, porque as primeiras sempre estão diretamente envolvidas na atividade produtiva, como no seu caso.

“Yo no trabajo en el campo pero toda esa cosa de ir al banco, de mandados, que por ahí se le pincha una goma y bueno ‘Lleváme la goma a la gomería y esperála’ o ‘Andá al taller y traéme tal cosa’. Digamos, no vas a trabajar al campo pero estás involucrada en la actividad.”

Refletindo a respeito da experiência de outras companheiras do movimento, destaca que o fato de ter uma trajetória familiar vinculada ao gremialismo, como no caso da atual presidenta do movimento, Ana Galmarini, facilita a situação no sentido que a família compreende o compromisso e até pode acompanhar. Outra situação favorável seria o caso das mulheres solteiras ou as mulheres que têm “*los hijos ya criados*”, como comentava outra entrevistada. Consideramos que estas últimas, potencialmente, são as que teriam mais chances de desenvolver seu itinerário político no contexto em questão, pois respondem a um modelo de participação política legitimado da mulher: a mãe que já cumpriu seu papel social. Essas duas condições apontam uma faixa etária favorável para a militância, que começaria na casa dos quarenta anos.

No caso do MML, Norma Giarracca que entrevistou dez das principais lideranças assinala que as mais novas tinham por volta de quarenta anos, enquanto as mais velhas, sessenta e cinco anos (GIARRACCA, 2001, p.141). Durante o trabalho de campo que realizamos, todas as mulheres do MML contatadas estavam pouco mais de um lustro acima dessa faixa etária demarcada pela pesquisadora, numa média de cinquenta anos, coerente com o passo do tempo em relação ao ano de produção do seu texto.

Quando nossa entrevistada começou a participar do MML, seus filhos eram adolescentes e frequentavam o colegial. Portanto, o fato de morar no campo era uma dificuldade para ela, pois tinha que levá-los todos os dias para a escola. Assim, nos dias que tinha que interditar leilões o traslado dos filhos era uma tarefa renegociada com o

marido. O depoimento a seguir, expõe suas estratégias de reordenação das tarefas, as alternativas geradas e, também, as resistências encontradas na família:

“Por ejemplo me pongo a cocinar a las once de la noche para dejarle la comida lista a mi marido, porque mi marido puede dejar (*de trabajar*) para ir a buscar a los chicos al colegio, pero tampoco puedo darle la tarea de que haga la comida para él y para los chicos. Después, desde que tengo el freezer me solucionó un montón de cosas, aunque a él no le gusta la comida de freezer, pero bueno. Yo por ejemplo suelo tener salsa, entonces un arroz yo lo dejo preparado, vos solamente tenés que prender la cocina, les enseño a los chicos a hacer arroz. A eso se niegan, los varones, se niegan a (*cocinar*). Y bueno, en eso te complica un montón, en la vida cotidiana, tenés que salir así de improviso. Ahora no sabemos, me parece que el veintitrés de marzo tenemos que ir a Mercedes, entonces ahí ya dejo todo preparado, organizado a parte que ahora mi hija no trabaja, entonces se puede ir a mi casa. Ya deja organizado, como te dije yo tengo salsa preparada, hervís unos fideos, le ponés un arroz y ya está, una milanesa (...)”

Em Bogado (2008), percebemos algumas mudanças na prática social de cozinhar no espaço privado decorrentes do desenvolvimento da militância política. Desenvolver uma militância soma mais uma jornada para as mulheres, trabalhem fora ou não, implicando na sobreposição de funções e tarefas. Inicialmente, elas se valem de diversas estratégias e rearranjos para conseguir militar, reorganizando as tarefas domésticas, administrando o tempo⁵¹ de novas formas, mas também renegociando funções com outros membros da família. Esses rearranjos, quando diferenciados pelo gênero, podem reproduzir a divisão de tarefas tradicional.

Essa necessidade de reordenação das rotinas e de maior participação do marido e dos filhos para possibilitar que as mulheres desenvolvam um itinerário político é observada por Valdete Boni, no seu estudo a respeito das sindicalistas rurais de Chapecó (2004, p.298). Porém, a pesquisadora assinala que existem diferenças quando é o homem que decide se engajar, pois “automaticamente” a mulher fica como responsável das tarefas dele, que geralmente serão desenvolvidas com ajuda dos filhos. Para as mulheres com filhos pequenos, não contar com uma filha mais velha para assumir o papel de mãe é um obstáculo muitas vezes intransponível.

Encontramos experiências em que os rearranjos, promovidos pelas mulheres a partir da necessidade de tempo para militar, geram pequenas transformações na dinâmica e nas relações de gênero no lar. Inicialmente, os maridos tentam impedir a

⁵¹ Percebemos que o tempo é uma questão a ser abordada no estudo da militância feminina, pois consideramos que o tempo cronológico, em sua concretude, é uma das dimensões que primeiro vai ser trabalhada pelas mulheres na procura de alternativas para o desenvolvimento de um itinerário político. Por outro lado, o tempo pode mascarar a sujeição cultural.

militância da mulher apontando para o cumprimento de suas funções “tradicionais” (id. ibid., 296). Neste sentido, os relatos salientam as dificuldades de conciliar a militância com as atribuições do espaço privado. Acontece que com sua saída, as mulheres desafiam a ordem patriarcal e os homens (maridos, parceiros, filhos) percebem a possível perda de privilégios.

No caso de Emma, o apoio das integrantes do movimento em um dos momentos mais difíceis de sua vida revelou a dialética dos itinerários que estava percorrendo e fez com que a batalha de “dentro” fosse ganhando sentido. O acidente ocorrido com seus filhos é o tipo de acontecimento marcante numa trajetória. Ela esclarece que, embora esse fato seja uma vivência pessoal, está relacionado ao movimento “*porque el hecho de que vos te estés en algo solidario hace a que se mancomune todo*”.

“Que ahí también el Movimiento estuvo presente pero de una manera que me llena de orgullo, viste. Hay cosas que ellas, el accidente fue acá, yo vivo acá cerca, acá en Rosario tenemos quinta nosotros. Y bueno ellos [*o filho e a filha*] dieron contra una columna de media tensión, se chocaron dos cables, bajó una bola de fuego, el auto se prendió fuego.”

Os filhos foram a um hospital em Buenos Aires, e Emma permaneceu com eles durante os 102 dias de internação. Ana Galmarini tinha acompanhado os primeiros momentos e, através dela, algumas companheiras ficaram sabendo da situação. Nossa entrevistada foi uma das primeiras a participar do movimento e muitas pessoas a conheciam, assim a notícia e o pedido de fazer orações por seus filhos foram circulando entre as participantes do movimento em distintas partes do país. Até que um dia a recepcionista do hospital animou-se a manifestar:

“Señora, le voy a hacer un preguntita ¿tiene una familia tan grande?”, me dice ‘¿Por qué?’, le digo. ‘Porque mire acá llama (...) tanta gente y hay una cosa que me llama la atención, que hay gente que pregunta cómo se llaman los chicos para ponerlos en cadena de oración, me pregunta por Emma Martín y me preguntan el nombre de sus hijos (...) Mire gente de Formosa, de Córdoba, de Santa Fe, de Buenos Aires, de Neuquén’, qué sé yo, todos los lugares de gente que había llamado. Le digo ‘No, lo que pasa es que yo soy de un movimiento solidario (...) le conté de qué se trataba. Y siento una mano en el hombro, viste esas manos calentitas, viste ese calorcito especial que te contiene y que te dice todo sin decir nada. Y me doy vuelta y era ese médico, y me dice, ‘La felicito señora, dice, porque yo las sigo a ustedes desde el primer día’(...)”

Destacamos dois aspectos nessa vivência relatada por Emma que, como ela diz, “*me llena de orgullo*”. Em primeiro lugar, é um momento em que recebe a solidariedade do grupo. Põe-se em evidência a efetividade dessa ampla rede que as integrantes do movimento formam e que se estende por diferentes estados do país. Mas, também,

comprova-se que essa rede não é ativada apenas para as questões da militância, senão para ativar a solidariedade entre as mulheres do movimento. Neste ponto, o privado e o público apresentam-se entrelaçados, fortalecendo-se mutuamente. O segundo aspecto, que merece destaque e reflexão são as palavras de reconhecimento do médico:

“(…) ustedes son el mismo movimiento que nace en La Pampa, que cantan el Himno, que antes rezaban. (...) A mí me dio tanto orgullo, tanto eso como la solidaridad. Sabés la cantidad de gente que fue a donar sangre para mi hijo de acá de Rosario.”

Analisando as trajetórias de vida de trabalhadoras rurais na luta pela terra, Silva (1999), destaca que:

a valorização advinda de pessoas pertencentes a outro espaço social (...), produz o reconhecimento e a afirmação de sua identidade no espaço público, identidade esta negada no espaço privado (doméstico) e pelos seus iguais. É este sentimento afirmador que subjaz à alegria de participar das lutas, greves e piquetes e à esperança de uma vitória dos trabalhadores (id. *ibid.*, p.274)

Outra lembrança aparece no relato da permanência no hospital e reflete o sentimento de identificação com o movimento, o sentir-se parte do grupo e o compartilhar uma luta:

“Me acuerdo cuando yo estaba en Buenos Aires con mi hijo, que él estaba allá en cuidados intermedios, ahí ya teníamos televisión, entonces poníamos la televisión y la vemos a Andrea [*coordenadora do MML em Cipolletti*]. Ella es toda así con ímpetu, con ganas, con el cuerpo, le pone todo, le pone toda la pila. Y tenía una mesa de esas viste con tablón y ahí estaba pintando una bandera con ‘Movimiento de Mujeres en Lucha’. Mirá yo no te puedo explicar la emoción que me dio verla, pero estaba todo el resto, pero ella es como que la que va al frente.”

Segundo Portelli (2001, p.15), na clássica entrevista de História Oral é comum encontrar motivos e temas que refletem o relacionamento do indivíduo com a esfera pública. O autor cita os relatos de guerra como o gênero temático por excelência. Porém, na sua experiência com a metodologia de História Oral encontrou outras narrativas, geralmente, pouco reconhecidas que também revelam essa forma de tratar a esfera pública. Assim, destaca que os relatos hospitalares constituem um gênero de narrativa mais próximo das mulheres do que dos homens (que relatam os fatos de guerra). No caso das participantes do MML, os relatos de impedimentos de leilões constituirão o tema narrativo predominante. É neles que se confrontam com um mundo, predominantemente, masculino formado por leiloeiros, advogados, juízes, policiais e outras figuras de autoridade institucional. Contudo, consideramos relevante abordar essa

narrativa hospitalar porque ela constitui outro tipo de experiência na esfera pública, não marcada pelo confronto, violência e injustiça.

“Me di cuenta que era a fuerza de tractor y corazón de madre”

Quando Emma começa a batalha contra o sistema, como ela diz, acredita que a solução deve vir dos políticos, que são eles os que devem legislar e resolver a problemática dos pequenos e médios produtores e produtoras. Então, inicialmente, sua atuação no movimento reflete a insistência em que sejam apresentadas as reivindicações aos políticos e solicitada sua intervenção. Esta atitude conduziu as primeiras ações do movimento, segundo aponta Giarracca (2001), as mulheres:

Propunham-se [*conseguir*] o apoio das autoridades provinciais para lograr que se parassem as ameaças de leilões. Confiavam em que poderiam dar conta de suas razões, em que suas reivindicações seriam logicamente escutadas e seus problemas solucionados. Ainda não pensavam em um confronto com as autoridades políticas. Portanto, o movimento houvesse podido ter uma vida conjuntural e ser meramente reivindicativo. (id. *ibid.*, p.136, TN)

Nossa entrevistada, valendo-se da publicação do décimo aniversário do movimento, recordou que no começo insistia muito em fazer cartas e pedir a deputados e senadores que interviessem na problemática dos leilões. Explica:

“(...) esto mirá, acá tenemos esto es una cosas en la que yo insistí [*lee*] ‘Pasamos horas en antesalas de quienes decían: Es verdad, tienen razón, vamos a resolver, pero el tiempo pasaba, los remates se sucedían y nadie solucionaba nada’. Yo al principio, cuando la conocí a Ana, decía ‘Nosotras tenemos que escribirles cartas a los diputados y a los senadores, porque ellos nos tienen que ayudar a resolver esto [*golpea la mesa con el dedo indicador*]. Ellos tienen que legislar para que esto cambie’. Y bueno, me dieron el gusto, o sea aceptaba que era así, realmente yo no estaba equivocada pero parecíamos idiotas, por eso pone ‘antesalas’ de los despachos de diputados y senadores, escribimos millones de cartas y nunca nadie nos respondió nada, ni nos dio nada.”

Como Giarracca (op. cit.) registra, para a primeira assembleia nacional do movimento, realizada em 21 de setembro de 1995, foram convidadas diversas autoridades, mas ninguém compareceu. Esse fracasso nos intuídos de se estabelecer como interlocutor válido com o poder político e as primeiras execuções de bens de pequenos produtores reverteram numa mudança de atitude e numa nova orientação que o movimento toma. Na percepção de Emma:

“Entonces ahí me di cuenta que era a fuerza de tractor y corazón de madre, porque no hay otra. Es a fuerza de lucha y lucha y lucha, porque **cuando hay un modelo empecinado, que parte de afuera, ni siquiera lo crearon ellos, que nos quiere sacar del lugar donde estamos porque le molestamos,**

porque acá viene gente con grandes cantidades de dinero a lavar plata. Argentina es el mejor lugar para lavar gaita, por los gobernantes corruptos que tenemos y porque son capaz de todo. (...) Es ilimitado acá, acá el que viene con plata, compra voluntades y hace lo que quiere.”

Em 8 de março de 1996, a poucos meses do surgimento do movimento, participantes de diferentes estados marcharam e ocuparam a Praça de Maio, no Dia Internacional da Mulher. A marcha foi encabeçada por um trator. As “herdeiras” do Grito de Alcorta marchavam como seus bisavôs e se inscreviam na história. Essa imagem passou a ser o logotipo do movimento.



Figura III. Logotipo do MML.

Em diferentes discursos, as lideranças do MML questionam o modelo que está levando ao desaparecimento do pequeno e médio produtor. Lucy de Cornelis comentava que, nos primeiros encontros de mulheres que estavam em perigo de perder suas propriedades, conversavam a respeito dessa situação de crise que vivenciavam. Cada uma contava sua experiência de como tinha chegado à situação de endividamento, assim foram identificando as causas desta situação. É a ética crítica de Enrique Dussel, a tomada de consciência de que o sistema não deixa viver e a volta sobre o sistema para encontrar sua causa. As mulheres criam um consenso crítico. Um discurso de Ana Galmarini vincula as influências externas experimentadas pelos sujeitos e o tratamento dessa experiência em sua *consciência e cultura* (THOMPSON, 1981, p.182):

Un periodista una vez le pregunta a una compañera del MML de La Pampa, la compañera Joaquina, que se dedica a la ganadería, cómo definiría ella a este modelo económico. Y ella como todo lo relaciona con las vacas, dijo: ‘-yo le voy a graficar lo que es este modelo de la siguiente manera. Imagínense, nos dice ella, imagínense 100 vacas encerradas en una hectárea de campo, en un potrero muy chico, con una inmensa tranquera y un inmenso alambrado, las vacas ahí encerradas, almacenadas y hambrientas ven frente a ellas una gran pradera, un gran campo verde lleno de pasturas, y dice - la vaca es un ser irracional y no se da cuenta que empujando todas juntas esa tranquera y ese alambrado pueden salir de ese encierro. Nosotras compañeras, somos seres

racionales, tenemos que animarnos y tenemos que tumbar ese alambrado. Y eso es lo que tenemos que hacer hoy nosotros, compañeros, tenemos que juntarnos todos, salir todos los que estamos siendo castigados por esta política del menemismo y decir como dijo acá el compañero, Basta ya! (BIDASECA & MARIOTTI, 2001, p.172-173)

Nos movimientos pesquisados, torna-se explícito o desprezo pela política convencional (DOIMO, 1995, p. 44), mas recorrem a esses canais normatizados para fazer ouvir suas reivindicações. Quando estas se encontram com a indiferença, o desrespeito, a ineficiência dos políticos de plantão, os movimentos empreendem seus planos de luta. Dessa batalha com o sistema, nossa entrevistada rememora que no momento da apresentação das reivindicações do movimento para o Diretor do *Banco de la Nación Argentina*, em Buenos Aires, foram tratadas com descaso. Assim, vivencia que a participação política das mulheres é desqualificada:

“Síiii, no te digo este tipo nos mandó a hacer circo a la plaza. Así nos dijo, **‘Vayan a hacer circo a la plaza’**, y era el director del Banco Nación [*pausa corta*]. Molestamos, acá por ejemplo, ningún gobernador nos atendió a nosotras y los intendentes de Rosario tampoco (...)” Grifo nosso⁵²

Avaliando sua participação no movimento, Emma reconhece que não foram preparadas para a atuação política, mas manifesta que pela sua experiência “*aún sin conocimiento, si querés podés aprender*”. Os relatos das experiências de engajamento de participantes do MML expõem diferentes situações em que precisaram enfrentar discriminações e desqualificações por serem mulheres, e também são reveladores do descobrimento das capacidades de atuação que, coletivamente, tinham. Neste sentido, Rosa, participante do MML de General Roca (Río Negro), reconhece:

“(...) luchamos todo lo posible y **aprendí muchas cosas que teníamos que hacerlas nosotras y no dárselas a nadie porque cuando les dábamos a otro a hacer, por ahí nos salían al revés. Porque decían que nosotras no éramos capaces, que no podíamos hacer, que éramos unas mujeres que no teníamos nada que hacer pero salíamos a la calle.** Y nosotras vimos que no era así, porque cuando íbamos a parar un remate la mayoría lo parábamos, esa gente se pudo defender (...)” Grifo nosso

Na pesquisa que desenvolvemos no mestrado com as Assembleias de Bairro, também a questão das aprendizagens era salientada pelos/as *assembleístas*. As práticas desenvolvidas no movimento geravam a necessidade de aprendizagens e, ao mesmo tempo, estas eram consideradas fundamentais para pensar na possibilidade da

⁵² O comentário citado parece conter uma alusão pejorativa a respeito das manifestações políticas das mulheres na Praça de Maio.

transformação social. Neste sentido, os dois depoimentos a seguir apontam a importância de dizer a própria palavra, de comunicação, de dominar o discurso e a possibilidade de aprendê-lo na práxis e com o apoio dos companheiros/as:

“(...) **todos los que no teníamos una práctica política** o, el discurso tiene un valor muy fuerte, digo, la, el valor de la palabra en estos ámbitos es terrible. Entonces quién habla bien y quién habla mal anula la posibilidad de que el otro se exprese. Entonces, un poco era, bueno, **vamos tratando de practicar el discurso y no importa que esté bien o que esté mal**, pero si formamos parte de este espacio no puteémos (*xingar*) por el costado, hagamos, algo (...)” Paula, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. Grifo nosso

“**Aprendí a... qué sé yo, a tener más comunicación** porque yo antes no [*ri*], **con la gente, con la ayuda de todas las compañeras**. Porque yo soy madre soltera, yo, Martín (*o filho*), murió el papá cuando tenía un año. Y gracias a ellos (*participantes da assembleia*) **yo me fui desenvolviento** (...)” Gabriela, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. Grifo nosso

Segundo assinala Maria da Glória Gohn (2001), da ampliação do conceito de Educação, antes restrito apenas aos processos de ensino-aprendizagem no âmbito escolar, decorre um novo campo de investigação: a educação não-formal, motivando o interesse nas aprendizagens suscitadas em espaços não escolares como, por exemplo, os movimentos sociais. Consequentemente, a autora utiliza o conceito de educação não-formal para englobar os processos de ensino-aprendizagem que acontecem nesses espaços, que estão fora do âmbito escolar:

... em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc. (id. *ibid*, p.7)

Considerando seu âmbito de atuação, seria possível abordar os movimentos sociais como espaços de educação não-formal. De forma complementar, concordamos com a visão de Silva (2009), que retoma o conceito freiriano de educação como prática de libertação, e as reflexões de Fiori sobre conscientização para afirmar que “É nas práticas sociais que as pessoas convivem e abrem-se para o mundo, e nelas são produzidos processos educativos⁵³, pois, na intersubjetividade, os sujeitos atribuem significados ao ambiente em que vivem” e suas experiências (id. *ibid.*). Assim, a educação dá-se na intersubjetividade, em encontros nos quais as pessoas conversam,

⁵³ O estudo das práticas sociais e os processos educativos em ambientes não-escolares e escolares é uma contribuição da linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos (DME/UFSCar/Diretório CNPq).

refletem, propõem e fazem coisas, pois nessas ações há convivência, isto é, vivência compartilhada que permite o encontro de subjetividades.

Nesse sentido, quando possíveis, as reuniões entre participantes de diferentes regiões são importantes espaços de sociabilização, de fortalecimento do grupo. Um dos espaços de participação de mulheres do MML são os *Encuentros Nacionales de Mujeres* que ocorrem a cada ano no mês de outubro, tendo sido iniciados em 1986. Geralmente, as participantes do movimento organizam-se para arrecadar fundos para custear a viagem. Do encontro participam mulheres de todo o país e de países vizinhos, “*desocupadas, feministas, sindicalistas, amas de casa, trabajadoras sexuales, lesbianas, bisexuales, universitarias, adolescentes, piqueteras, mujeres autoconvocadas*” (DILLON, 2003, p.19). É um evento autoconvocado, pluralista, sem exclusões nem censuras, mas se proíbe a representação política oficial e institucional. A dinâmica das discussões nos grupos de trabalho, que funcionam ao longo dos três dias, prioriza a horizontalidade e o consenso na tomada de decisões. No caso de não atingir o consenso, as diferentes posições são registradas nas atas. No segundo dia, realiza-se uma passeata percorrendo as principais ruas da cidade que sedia o evento. No último dia, são lidas as conclusões e há uma votação para escolher a cidade que sediará o encontro no próximo ano.

Por ocasião do *XVI Encuentro Nacional de Mujeres*, em Rosario (Santa Fe), Ana Galmarini comentava:

“El encuentro es una buena oportunidad para debatir el rol de la mujer en la crisis económica y en la búsqueda de una salida a ella. Sobre todo de la mujer de campo, ligada al pequeño y al mediano productor, que actualmente lucha para evitar los remates”

Emma destaca a importância desses momentos para compartilhar experiências e trocar conselhos. Porém, nessas interações, às vezes estão presentes os conflitos e as contradições. Como afirma Joffily (2005), “as mulheres, como categoria de gênero, apresentam, no todo, marcadas diferenças de classe, raça/etnia e outras, de natureza distinta, como geração, além das posições ideológicas e políticas diferenciadas” (id. *ibid.*, p.17). Nossa entrevistada refere-se, principalmente, à personalidade que é revelada no convívio, principalmente, quando realizam essas viagens:

“(…) nosotras por ejemplo nos subimos a un colectivo nos vamos a una asamblea a La Pampa, por ejemplo. En esos viajes, toda asamblea es casi permanente, hay momentos de joda (*diversão*), momentos de trato, con la que te contás tus cosas con la que tenés al lado, cómo está compuesta tu familia y demás. Pero vos en ese trato te das cuenta cómo es la otra persona, ¿me

entendés? Si es soberbia, si es sensible a determinadas cosas, que vos le digas, hay gente que es figureti (*gosta de aparecer*), viste. Entonces no le tenés que alimentar eso de que sea figureti, mas bien decírselo, diplomáticamente, para que no se ofenda, porque tampoco, tenés que ser cuidadosa con respecto a no molestar o ofender a tu compañera. Por muchas razones, primero porque no está bien ofender a nadie, mucho menos estando en un movimiento solidario. Y bueno, vos reafirmás lo que es la solidaridad.”

Essa solidariedade evidencia-se na cumplicidade de gênero (id. *ibid.*, p.17). Consideramos que, mesmo com as diferenças, a identidade de gênero dá coesão ao movimento, como salienta Andrea Lúpori, uma das lideranças do MML de Río Negro,

“Yo creo que el hecho de ser mujer es importante. Indudablemente es algo que nos ha unido mucho y que nos entendemos. Porque siempre decimos cada vez que llegamos a juntarnos tenemos tantas dificultades. Como ser **ir a frenar un remate no es fácil porque es un momento tenso por ahí violento**, pero antes de llegar a eso tuvimos toda la dificultad de tener que ver qué hacés con la hija, el marido, la casa, el perro... el trabajo. Pero siempre tratamos de resolver y llegamos (...)” (FERNÁNDEZ, 2004) Grifo nosso

Vários leilões foram relatados durante a entrevista com o objetivo de nos fazer conhecer a atuação do grupo. Os relatos, também, expuseram as situações de violência simbólica e/ou física que estas mulheres muitas vezes enfrentaram. Um dos leilões rememorados foi registrado no documentário: “*Los gritos del silencio*”, de Norma Fernández que apresenta depoimentos de participantes do MML e fragmentos da interdição de um leilão em Chivilcoy (Buenos Aires), em 13 de setembro de 2003. Gostaríamos de salientar a importância do documentário como materialização da memória, que poderá ser utilizado nos diferentes trabalhos com o passado recente: transmissão, enquadramentos da memória⁵⁴ e, como afirma Pollak (1989), “instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva” (id. *ibid.*, p.11). Como afirmam os versos de Carlos Alberto Massento, dedicado às participantes do MML:

“Cuando el tiempo ponga fin
A esta parte de la historia
De estas mujeres valientes
Siempre quedará memoria.”

Emma esclarece que foram contatadas pelo produtor e sua família com antecedência, o que possibilitou informar à cineasta que tinha manifestado interesse em filmar uma interdição. Tratava-se do leilão de uma propriedade familiar, de aproximadamente trinta hectares, mas situada num lugar estratégico e cobiçada pelos

⁵⁴ Outro cineasta argentino, Pino Solanas, abordou a atuação do MML no documentário “*La dignidad de los nadie*”.

grandes produtores dos arredores. Na chegada ao local (*Centro Comercial e Industrial de Chivilcoy*), nossa entrevistada e suas companheiras foram recebidas por homens pertencentes às chamadas “*ligas de compradores*” ou “*la mafia de los remates*”, que as cumprimentaram com muita amabilidade enquanto “*con una impunidad impresionante, se abren las camperas y te muestran las armas*”. Na pesquisa de fontes documentais que fizemos na Hemeroteca da *Biblioteca Nacional de Rosario*, encontramos várias matérias de jornais locais que descreviam a presença e o acionar destas “*ligas*” nos leilões: impedem a livre oferta dos potenciais compradores e fazem com que a propriedade seja leiloada com um valor inferior, às vezes, irrisório. Eles compram para depois vender a preços muito mais elevados. Segundo nossa entrevistada, a ganância é dupla quando envolve lavagem de dinheiro. Ela esclarece a posição do movimento a respeito do acionar e da corrupção relacionada a essas *ligas*:

“(…) es otra de las cosas que nosotras denunciemos, las mafias y las componendas que hay en todo esto. Donde están metidos martilleros, jueces, síndicos, abogados, todo lo que tiene que ver con la deuda, si la deuda es con el Banco Nación: hubo gerentes involucrados en el Banco Nación, hubo síndicos, hubo abogados de los bancos, en componendas con los martilleros (…)”

No depoimento a seguir, Emma descreve como se realizou a interdição do leilão:

“(…) el martillero empieza a leer el edicto y cuando él empieza a leer el edicto nosotras nos paramos, nos tomamos del brazo y cantamos el Himno Nacional. Entonces ellos la primera que hacen es cantar también el Himno Nacional, porque es el Himno Nacional. Y después ya no se la bancan (*aguentam*) más. Entonces después la policía empieza. Habla, en esa oportunidad habla el Comisario: ‘Miren, nosotros los respetamos, les pedimos orden’ y qué sé yo. Nosotras mudas, empieza a leer el edicto y nosotras otra vez empezamos. No le discutimos, o sea le vamos haciendo hervir la sangre de abajo para arriba, ¿viste? Entonces nosotras empezamos a cantar el Himno otra vez, dicen ‘Bueno, basta’ [*com voz forte*]. Paran el remate y dicen ‘Vamos a llamar al juez’. A todo esto el remate tenía que empezar como a las diez, empezó como a las once, once y media ya no se la bancaron más dicen: ‘Vamos a pasar a un cuarto intermedio hasta que venga el juez’. (…) Eran las dos y media de la tarde vuelve el juez. Cuando llega el juez se abraza con los tipos de la liga.

Pesquisadora: Dios (*surpresa*).

Emma: ¿Es mafioso o no es mafioso? Ahora no hay que, no me acuerdo cómo se llama, que actúe por su cuenta, que diga bueno si hay tanta gente que está denunciando que es una mafia yo voy a investigar, cualquier juez lo puede hacer (…). Bueno viene el juez, se paró adelante, dijo, después de que se abrazó con todos los mafiosos ‘El primero que provoque desorden, iba a ser invitado a salir de la sala’. Nosotros lo escuchamos, todo, no volaba una mosca. Entonces el martillero empieza a leer el edicto y nosotras otra vez (*começaram a cantar o Hino*). Entonces manda a la policía a reprimir, no a invitarnos a salir (…)”

A saída do recinto registrou imagens da agressão dos policiais, em parte “contida” pela presença das câmeras, enquanto na viatura, iniciou-se a ação intimidante, como revela no depoimento a seguir:

“Nos invitaron agarrándonos de los pelos. Inclusive al sobrino del dueño del campo lo lasti (*magoaram*), le hicieron una úlcera en el ojo casi pierde el ojo. Nosotras por eso estamos procesadas ahora. (...) a Sara la agarraron por los pelos, sabés acá tiene, Sara tiene rulitos le tiraron tan fuerte de los cabellos, porque cuando nos subían Sara fue a defendernos [*ri*]. ‘Y usted qué quiere’, dice, ‘No porque esto es injusto’ y qué sé yo, la cazaron de los pelos y la tiraron dentro de la metieron atrás también, íbamos cuatro atrás y fuimos todo el camino en contramano. **Daban vueltas, viste esa camioneta doble cabina [pesquisadora ‘Sí’] en contramano daban vueltas en dos ruedas, nosotras nos sentíamos protagonistas de esas películas yanquis, viste como va la policía, nos sentíamos protagonistas de eso. Bueno todo eso son cosas que nunca imaginamos para nosotras, ¿me entendés?**” Grifo nosso

A narradora afirma que na delegacia continuaram as intimidações, desta vez, por parte do Comissário “*Ustedes la pueden pasar mal*”. Ela lembra que na época seu filho estava se recuperando e fazia-lhe os curativos. Percebendo que o tempo ia passando e que Emma não conseguiria retornar a tempo para fazê-los, Ana interveio explicando a situação e pedindo que as deixassem ir. O comissário dirigindo-se a Emma lhe disse:

“**Dígame, me dijo, si usted tiene su hijo en esas condiciones ¿a qué viene a hacer lío acá? (ríe) A qué viene a la Provincia de Buenos Aires a provocar disturbios.** ‘Mire, primero y principal yo soy argentina y yo puedo circular libremente, como dice la Constitución por todo el país, ni usted por más que sea comisario, fiscal, no sé qué es, me lo puede impedir. Y segundo que yo no vine a provocar, en todo caso los disturbios los provocó la mafia que estaba ahí’. ¿Sabés el tipo cómo se puso? Nos aconsejó buenamente, que no contestemos mal, porque ‘Ustedes saben, ustedes pueden ser sobreseídas’. Una cosa. Y después nos enteramos que uno de ellos, comisarios, fue uno de los cincuenta y pico comisarios que fueron sacados de la fuerza por mafiosos, por delincuente.” Grifo nosso

Uma das mulheres entrevistadas por Joffily (2005) aponta a existência de uma visão reacionária de mulher e de mãe, segundo a qual “quem participa de política é uma mãe desnaturada. Ela não pode participar de política, porque pode prejudicar o filho” (id. *ibid.*, p.135). Essa visão é utilizada, no caso de Emma, pelo Comissário para culpabilizá-la pela sua atuação política, acusando-a de mãe “desnaturada”.

Enquanto esperavam numa sala da delegacia, começaram a ligar para todas as pessoas que conheciam e poderiam intervir por elas. Lucy de Cornelis, a fundadora do movimento, entrou em contato com Eduardo Luis Duhalde, Secretário de Direitos Humanos. Também, conseguiram mobilizar vários deputados nacionais e provinciais, distintas organizações e a imprensa:

“Todos se movilizaron, los del partido radical, los peronistas, todos se movilizaron para que no nos maltraten, porque vos imagináte que nos hubieran maltratado, y a Felipe Solá otro quilombo no le (*gostaria*). Nos hubieran maltratado y se hubieran movilizado todos, viste. La gente de Federación (*Federación Agraria Argentina*), el esposo de Ana que es director se hubiera movilizado. Hubieran ido gente, si cuando se enteraron querían inmediatamente llevar unos autos con gente, para hacernos el aguante y para hacer gestiones y movilizar todo, viste. Movilizar los medios, que los medios digan, el Movimiento de Mujeres en Lucha están presas, los medios para nosotras es la otra pata de la mesa. Y por suerte los tenemos siempre de nuestro lado (...)”

Nossa entrevistada manifesta que sentiu muita satisfação por conseguir o apoio de diferentes organizações e personalidades. Nessa noite, dormiram na delegacia e, no dia seguinte, foram levadas ao Tribunal e acusadas de resistência à autoridade. Emma disse “*En definitiva terminamos saliendo de ahí el sábado a las dos y media de la tarde, del viernes que habíamos ido a parar un remate. Y son cosas que también la familia tiene que, viste (aguentar)*”.

Nas entrevistas de História Oral, Portelli (2001) refere-se à presença de motivos e temas que insistem no relacionamento do individual e do público, tais como o gosto dos narradores de relatar anedotas teatrais, o confronto com figuras de autoridade institucional que revelam a coragem pessoal etc. Notamos que as formas de enfrentar essa autoridade são diferenciadas no caso das mulheres; elas conseguem utilizar a condição de gênero ao seu favor. Também são capazes de colocar humor nessas situações, se divertem contando essas histórias e atravessando essas barreiras, por exemplo, do pudor.

Edward P. Thompson em “Costumes em comum”, ao abordar os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, se detém na atuação das mulheres nessas ações populares coletivas. Ele afirma que os motins, longe de serem reações “espasmódicas”, constituíam ações complexas, disciplinadas e com objetivos claros e legitimados pelo consenso da comunidade, possibilitando superar o medo ou a apatia. Frequentemente, eram iniciados pelas mulheres e os homens lhes davam apoio, descreve:

Em dúzias de casos, a história é sempre a mesma – as mulheres atacando um negociante impopular com suas próprias batatas, ou combinando astuciosamente a fúria com o cálculo de que eram um pouco mais imunes do que os homens à retaliação das autoridades (THOMPSON, 1998, p.183).

Também, em situações adversas para o desenvolvimento de uma atuação política, as mulheres costumam fazer uso da imunidade de gênero, como exemplificam algumas das trajetórias apresentadas por Olivia Joffily, no seu estudo da participação

feminina na resistência ao regime militar no Brasil (1964-1985). A pesquisadora afirma que:

No embate concreto com o poder instituído, as militantes de esquerda defrontaram-se com as representações sociais dominantes mais arraigadas das diferenças entre os sexos, reproduzidas, na grande maioria das vezes, pelo discurso e pela prática masculina dos agentes de segurança em termos de desigualdades. As relações de dominação política, nesse caso, eram potencializadas pelo universo simbólico, mas também concreto, da desigualdade entre os sexos. (JOFFILY, 2005, p.46)

Também, a experiência das *Madres de Plaza de Mayo* expõe ações de resistência, por exemplo, contra as intimidações de policiais. Por ocasião das primeiras marchas, quando um policial pedia o documento para uma delas, todas lhe entregavam o seu. Assim, o policial ficava com muitos documentos sem saber o quê fazer. Elas conseguiam nessa ação espontânea se unir e quebrar a ação intimidante da autoridade. Outro relato se reporta a uma circunstância em que foram detidas, mas esclarecem que na delegacia não ficaram paradas:

A medida que nos identificaban y nos preguntaban quiénes éramos y nos mandaban a un lugar, decidimos rezar también en ese lugar. Pero rezábamos pidiendo para que no fueran tan asesinos los de esa comisaría; o sea que mientras tanto aprovechábamos el rezo para decirles asesinos y torturadores a los que teníamos ahí adelante. Y era una acción muy fuerte, muy fuerte, pero como era dentro del rezo, del Ave María y del Padre Nuestro, como hay tanto respeto, y los milicos se la pasan haciéndose la señal de la cruz cuando entran y salen de las comisarías, no podían decirnos nada, porque entre Padre Nuestro y Ave María los acusábamos de asesino. (AMPM, 1999, p.12).

São formas de resistência à dominação, que se dão muitas vezes de forma sutil, mas utilizando o mesmo sistema de sexo/gênero. Por isso, não poderíamos afirmar diretamente que estejam “desafiando a ordem”, porém estão apontando as brechas, os interstícios que essa mesma ordem deixa como margem de ação. Esses aspectos remetem-nos às *formas de resistência camponesa*, estudadas por James Scott (2002), com uma transcrição pública que legitima a atuação a partir de um estereótipo de gênero, “protegendo” a agente que a executou. Porém, como toda forma de resistência, há também uma transcrição oculta que poderia ser obtida “fora do palco” (MENEZES, 2002, p.35), longe da observação de quem possui, nessa interação, uma parcela maior de poder. Nesses casos, a metodologia da História Oral revela sua potencialidade para o trabalho com a história recente, permitindo recuperar essa transcrição oculta em outro momento, desde que as fronteiras entre o dizível e o indizível possam ser deslocadas.

Algumas características fundamentais diferenciam as ações de resistência destas mulheres das estudadas por James Scott, como seu caráter coletivo, a distribuição comunitária do benefício e o fato de ocorrer no espaço público. Contudo, consideramos pertinente sua visão porque permite evidenciar a luta como eclosão de um longo processo de resistência.

Apontamos que uma análise da atuação das mulheres a partir do modelo tradicional colocava disjuntivas que, desconsiderando o contexto da ação, o discurso que a acompanha e as implicações da mesma, neutralizam o caráter político da ação e reforçam o estereótipo da incapacidade ou da apatia feminina para a ação política. É preciso evidenciar as estruturas objetivas, mas também os caminhos que estão sendo construídos para sua transformação. Bourdieu afirma que

por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma *luta cognitiva* a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito da imposição simbólica. (BOURDIEU, 1999, p. 22)

O espaço da luta cognitiva se constrói na reflexão sobre a experiência. Assim, as formulações de Bourdieu, a respeito do conhecimento praxiológico, contribuem para o entendimento de algumas formas de ação política das mulheres em movimentos sociais. Em lugar de focalizar no *habitus*, e entender diretamente as práticas como reprodução desse *habitus* e do modelo, tentaremos centrar nossa análise nas práticas. Não entender apenas um ato como produto da interiorização da exterioridade, senão conseguir enxergá-lo como exteriorização de uma interioridade que toma corpo, se concretiza como relação dialética do *habitus* e uma conjuntura determinada. As práticas reproduzem regularidades imanentes às condições objetivas, mas ajustando-se às exigências inscritas a título de potencialidades objetivas na situação diretamente afrontada. Focalizando na prática, é possível trazer à luz a dimensão conjuntural, que entendemos como o contexto pragmático em que a prática acontece. Bourdieu afirma:

só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições de exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura. (BOURDIEU, 1983, p.65)

Para Bourdieu, o *habitus* está no princípio de encadeamento dessas ações, organizadas como estratégias “sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira

intenção estratégica” (id *ibid.*, p.61). Contudo, o autor não exclui que as práticas, enquanto respostas do *habitus* possam se acompanhar de um cálculo estratégico e até serem apreendidas como estratégias, entre outras possíveis. No relato do início do movimento *Madres de Plaza de Mayo*, são apresentadas muitas ações não planejadas, espontâneas que na medida em que tinham “sucesso”, por conseguir quebrar com a violência simbólica e também física, ganharam novos sentidos e foram reconhecidas como estratégias de ação. No livro, “*Historia de las Madres de Plaza de Mayo*”, reconhecem que a marcha realizada às quintas-feiras, desde 1977, não foi projetada como forma de protesto, senão que surgiu:

“Cuando la policía vio que éramos muchas, que éramos 60 o 70, en esos medios bancos que hay en la Plaza, dijo ‘bueno, acá no se puede, hay estado de sitio, no pueden estar acá sentadas, esto ya es una reunión, marchen, caminen’, y empezó a golpear con las manos y con los palos... y la policía nos hizo caminar, nosotros no pensábamos marchar” (AMPM, 1999, p.8)

Outro episódio da história das *Madres* revela que mesmo quando as práticas são determinadas pela antecipação das consequências, tendendo a reproduzir as estruturas objetivas, há possibilidades de subverter essa dinâmica. Portanto, as práticas não podem ser deduzidas diretamente nem das condições objetivas dessa conjuntura nem das que produziram o *habitus*. De fato, igual prática pode assumir sentidos diferentes. Refletindo a partir da experiência das mulheres do *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), na obstrução de leilões e no seu caráter político, a narração de Emma fornece-nos duas imagens. A primeira remete-nos ao início do movimento em que começaram a impedir os leilões rezando, mas em virtude de interpretações, segundo ela, “distorcidas” (algumas pessoas consideravam que não era correto usar uma oração com finalidade econômica), passaram a cantar o Hino. A segunda imagem é a chegada de Emma e suas companheiras a um leilão, numa cidade próxima de Rosario. Ela comenta que se tratava de:

“(…) gente muy querida, también nos hablamos y fuimos. Era un recinto, habrá sido así y así, chiquitito, tres por tres habrá tenido, nos pidieron documentos. Cuando nosotras llegamos, después los contamos, había sesenta y tres policías. No nos tocaron nada pero había todo un marco viste también, una puesta en escena digamos. **Cuando nosotras llegamos había un grupo de como quince mujeres tomadas de la mano, mirando hacia la calle, rezando el rosario.** Nosotras llegamos, bueno nos pidieron documentos, entramos, estábamos apiñados así estábamos, no queríamos dejar de entrar, no nos podían negar la entrada, porque nosotras no provocamos ningún disturbio, no nos podían negar la entrada (...)” Grifo nosso

A qualidade da narradora permitiu que conseguíssemos enxergar a cena, o grupo de quinze mulheres rezando, o número de policiais que intimidava. O ato de rezar, do lado de fora, inofensivo, desprovido de poder. A narradora e suas companheiras ingressando ao recinto, com a certeza de que não seriam proibidas de ingressar. Elas que rezaram e pararam leilões, agora empoderadas, com novas práticas.

Bourdieu afirma que os agentes antecipam as consequências da ação a partir das condições passadas de produção. Assim, em determinada conjuntura “tudo se passa como se” as ações de um grupo se organizassem em relação às reações que as primeiras geraram. Essas práticas são aprendidas nos espaços de sociabilidade como estratégias possíveis quando as outras formas de ação não permitem efetivar os resultados esperados.

Diferentemente do cálculo das probabilidades que a ciência constrói metodicamente, com base em experiências controladas e a partir de dados estabelecidos segundo regras precisas, **a avaliação subjetiva das chances de sucesso de uma ação determinada numa situação determinada faz intervir todo um corpo de sabedoria semiformal, ditados, lugares-comuns, preceitos ético (“não é para nós”)** e, mais profundamente, princípios inconscientes do *ethos*, disposição geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas ‘razoáveis’ ou ‘absurdas’ (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades. (BOURDIEU, 1983, p. 62-63) Grifo nosso

É assim que são postas em ação práticas “mascaradas” de *habitus* feminino, pois apenas na aparência estariam orientadas reproduzir o sistema de sexo-gênero. Nos espaços de sociabilidade feminina, surgem relatos a respeito das atividades compartilhadas; práticas são transmitidas e festejadas pelas ouvintes, que trocam de informações de eventos de interesse e espaços de participação; ações em que uma apoia a outra etc. A seguir, transcrevemos um fragmento extenso do diálogo, que mantivemos com Norma e Laura, salientando tanto o relato como as interações que este suscita entre as interlocutoras:

Norma: Entramos por ahí, había un milico gordo y otros dos más. Entonces las chicas se pararon contra la puerta así, le pusieron la bandera y Olga ahí en el medio. Olga se para en la puerta y queda así nomás de lugar [*mostra que fica um espaço pequeno com as mãos*]. No pasás. Yo tenía un gordito, un principal, y yo les digo, ‘**chicas a este gordito lo vamos a cercar**’. Nos metía el codo, por todos lados y una que estaba al lado mío le dice ‘No te muevas mucho porque te podés pinchar’. **Tenían acá, viste las almohaditas esas de costura pero con los alfileres al revés** [*risos*]. Entonces cuando el gordo cuando se acercaba estas lo pinchaban. Yo lo tenía acá un dolor de riñones.

Rocío: ¡Pero es un arma! [*quase rindo*] son unas delincuentes, ella [*a pesquisadora*] marca eso.

Norma: El gordo arriba de mis riñones era de terror, me doy vuelta y le digo ‘Oiga’, me miró el gordo. **‘Oiga, Principal, usted sí que nunca se soñó estar tan pero tan, tan lleno de mujeres’**. Era mujeres por todos lados, ehhhh [onomatopeya de lugar cheio]. Y me miró, porque **yo le conocía la jerarquía**, viste, otros no, no conocen la jerarquía. Así que se fue todo pinchado, viste que lo pincharon por todos lados. Pero, claro, porque, yo nunca había llevado, **ellas le ponen la mano** [com a almofadinha de agulhas] **así y golpean así a veces le agarran las piernas y a veces no justamente las piernas**

Rocío: ¡Las bolas! [rimos]

Laura: ¡Y no vas a decir que no está bueno!

Norma: No [gritos, risos]

Laura: Yo en el video que te refería, que me causó mucha gracia, pero no recuerdo bien la anécdota que en uno que no lo podían parar [ao leilão] y **una de ustedes salió diciendo que le habían tocado el culo**. Y se armó un quilombo, porque le habían tocado el culo.” Grifos nossos

Usar agulhas para evitar os empurrões dos agentes policiais; fingir desmaios; chilikues; etc. são ações aprendidas como formas de usar o gênero ao seu favor, conscientes de que essas “disposições próprias das mulheres” geram reações bem estereotipadas nos homens. Nesse sentido, a pesquisa de Olivia Joffily, a respeito da resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil, apresenta diversos exemplos de como suas entrevistadas fizeram uso do gênero ao seu favor. Um dos casos era o fingimento do desmaio:

“Era uma senhora muito esperta e toda vez que alguém a contrariava, ela tinha um chilikue e desmaiava. Tem uma coisa importante nessa questão do gênero, porque gênero tem dois lados; tem que usar o lado como sua arma. Eu vi que da mulher se espera que ela não seja violenta, não se tem medo de mulher, a mulher passa, transita, se ela reivindicar para si o que é a atribuição feminina tem uma força grande para conseguir as coisas ” (JOFFILY, 2005, p.121)

Durante a narração de uma das participantes do MML, aparecia a lembrança de uma participante e suas manobras obstrucionistas nos leilões:

“Ella iba a los remates con una aguja larga y se pone así atrás y le pincha el traste a los tipos (...) **Ella ha llegado a hacerse la desmayada para parar un remate. Entonces llaman la ambulancia y ella [representa, abre um olho. Rimos]**. Te cuenta y te matás de risa. (...) Si vos viste, sino sacás de lo malo lo bueno, si a eso malo no le ponés una dosis de humor te tenés que pegar un tiro.”

Consideramos que essas práticas são verdadeiras ações coletivas, mais do que formas de resistência, tomando como argumento as centenas de leilões obstruídos. Segundo Bourdieu, “É na relação dialética entre as disposições e o acontecimento que se constitui a conjuntura capaz de transformar em *ação coletiva* as práticas objetivamente coordenadas, porque ordenadas a necessidades objetivas parcial ou totalmente idênticas.” (id ibid., p.76). Essas mediações entre disposições e acontecimento, entre conjunturas e práticas, para Miceli (2007),

acabam por conferir à *práxis* social um espaço de liberdade que, embora restrito e mensurável porque obedece aos limites impostos pelas condições objetivas a partir das quais se constitui e se expressa, encerra as potencialidade objetivas de inovação e de transformações sociais” (id *ibid.*, p. XLI).

Por enquanto é possível assinalar alguns sentidos criados a partir da reflexão sobre essas práticas, que revelam novas formas de entendimento da própria participação política. O balanço que Emma realiza é positivo, como se tivesse saído vitoriosa das duas batalhas com o reconhecimento da família e o respeito das pessoas em geral. Esse reconhecimento a empodera e, por isso, as experiências pessoais estão vinculadas no seu relato ao engajamento no movimento.

“Claro no fuimos preparadas, capacitadas gremialmente, entonces una hace las cosas como puede, como cree que está bien, como creemos que es mejor. Entonces en este camino a lo mejor nos equivocamos, pero bueno en once años, yo creo que lo más rescatable en todo esto, lo más lindo es el respeto que nos tiene la gente (...)”

Ela também destaca a construção de vínculos de amizade com as companheiras a partir do engajamento, assinalando o desenvolvimento de novas redes de caráter pessoal e afetivo, assim como o caso de algumas pessoas que o movimento apoiou e que, posteriormente, se somaram à luta, vinculando essas redes com a solidariedade. Por outro lado, refletia a respeito de outras experiências decorrentes das ações de luta, como o caso de pessoas que se vincularam ao MML e conseguiram solucionar seus problemas, renegociar e pagar dívidas, mas se esqueceram do movimento. A respeito de suas experiências reflete:

“Y bueno, vos reafirmás lo que es la solidaridad. Así como vemos que hay gente que está sumamente agradecida, hay gente que una vez que arregló su problema no le importa más nada. Y bueno, **eso también lo aprendí**, que aquel al que no le importa más nada, **vos te hacés un callito (calo) para que no te duela, que no sea una herida que te va a doler todas las veces**. Porque hay gente que realmente vos has ido de corazón a ayudarla, solucionó todos sus problemas y si te he visto no me acuerdo (...) **Y esas cosas si bien las tenés que reconocer no te tienen que lastimar**. ¿No sé si me entendés?” Grifo nosso

“Porque vos tenés que ver que si vos no estás en problemas, en algún momento vas a estar porque con el modelo económico que tuvimos y tenemos [*remarca*] porque este gobierno es anticampo, en algún momento nos va a pasar.”

O depoimento aponta para aprendizagens que operam em um nível diferente do cognitivo-racional, mas que nem por isso devem ser consideradas irracionais. Como afirma Melucci (1994), as “experiências corporais, emocionais e afetivas”, que fazem parte da experiência humana, foram completamente removidas do paradigma ocidental

dominante (id. *ibid.*, p.153). A presença de outros atores sociais, como movimentos de mulheres e jovens, por exemplo, colocam a necessidade de incorporar essa dimensão nas nossas análises, possibilitando que se recupere essa parte da experiência humana.

Com a luta, as mulheres do MML conseguiram se estabelecer como um interlocutor válido na arena política, que obviamente é muito desigual na capacidade de negociação e no próprio poder. Contudo, o contato com políticos e autoridades, como Emma afirma, não permite enxergar que as problemáticas dos pequenos e médios produtores e produtoras encontrem um encaminhamento favorável.

“Nosotras la vez pasada nos llama la Ministro de Economía a la reunión, que por un lado, bueno es la primera vez que un ministro de economía te llame. Entonces a mí hay algo, porque ella es soberbia, ella es muy soberbia, en determinado momento dice ‘Bueno, la reunión se terminó’, y no podés más hablar, viste. En determinado momento dijo bueno después enseguida terminó la reunión y dijo, **‘Bueno lo que la gente va a tener que aprender, que todas aquellas explotaciones, toda aquella actividad en el campo que no sea rentable se va a tener que dejar de hacer’**, y yo viste, se me paraban los pelos.” Grifo nosso

Curiosamente, o comentário da Ministra de Economia parece compartilhar da visão do ex-secretário de Economia de Cavallo, Ingaramo, quando em 1992, anunciou que nas condições em que se iam definindo a produção agropecuária, inevitavelmente, desapareceriam por volta de 200 mil produtores.

Na época da entrevista, embora os leilões estivessem suspensos pela *Ley de emergencia económica*, Emma estava lidando com várias questões. Levava um litígio contra a *Empresa Provincial de Electricidad* (EPE), que instalou uma torre de alta tensão que atravessa sua propriedade, desvalorizando-a e pondo em risco a permanência da família no campo. Também, reivindicava, junto a outros produtores de Rosario, a isenção do pagamento de impostos para os produtores e produtoras que perderam suas sementeiras e colheitas com o granizo de novembro de 2006. Por outro lado, em março de 2007, enfrentaria um juízo oral e público junto a Ana María, Sara e Ana, por resistência à autoridade, quando tentaram impedir o leilão em Chivilcoy⁵⁵. Finalmente, afirma que o movimento estava atento à situação dos produtores de Villa Ocampo (cidade da Província de Santa Fe), pois os mesmos receberam cartas de intimação para o

⁵⁵ Cabe apontar que o produtor e sua família também estavam sendo julgados. O juízo realizou-se no Fórum de Mercedes (Buenos Aires), nos dias 23 e 26 de março de 2007. Segundo registrou a imprensa, muitas organizações agrárias e, entre elas, delegações do MML e da FAA de diferentes províncias do país, organizações populares, grêmios docentes, centros de estudantes, donas de casa, desempregados, sindicatos etc., realizaram um ato de solidariedade com as lideranças do MML e exigiram sua absolvição. Em 29 de março, o Juiz comunicou sua decisão de absolver todos os acusados da causa.

pagamento da dívida bancária. Afirma: *“habrá que apoyar a las mujeres de Villa Ocampo, si vienen remates, habrá que ir a parar remates a Villa Ocampo.”*

RETRATO DE NORMA

A região do *Alto Valle del Río Negro*, ao norte da Patagônia, se estende pelas Províncias de Río Negro e Neuquén, e constitui uma zona de agricultura irrigada de 150 km de comprimento e 3 a 19 km de largura (BENDINI & PESCIO, 1998 e BENDINI & TSAKOUMAGKOS, 2003). A principal produção é a frutícola, representando 70% do produto setorial e os cultivos mais importantes são de peras e maçãs e, em menor medida, pêssegos, *pelones* (pêssegos de casca lisa) e uva. A produção está atualmente destinada à exportação de fruta fresca e produtos industrializados (sucos concentrados), principalmente, para Europa e Brasil. A estrutura agrária da região é resultado de um processo histórico em que se destacam duas etapas: a colonização no começo do século XX, com a subdivisão da terra em pequenas parcelas, e, nas últimas décadas do século, a concentração do capital, integração e controle das parcelas (BENDINI & PESCIO, 1998, p.32). Na primeira etapa, o sujeito social histórico era o produtor familiar, conhecido como *chacarero*, geralmente, imigrante italiano ou espanhol que adquiriu uma parcela de terra para cultivo. Foram esses produtores que promoveram o desenvolvimento da atividade frutícola na região. Porém, na segunda etapa, com o avanço do processo de modernização produtiva e de integração vertical das grandes empresas (centralizando produção, industrialização e comercialização), esses pequenos e médios produtores se encontram em uma situação de subordinação diferencial (BENDINI & TSAKOUMAGKOS, 2003, p.45).

Estes autores identificam um processo de reestruturação gerado pelas transformações agroindustriais, que se caracteriza pela globalização do consumo, que requer reconversão produtiva e modernização tecnológica; pela presença de capitais internacionais associados com as empresas integradas, e pela redefinição das posições produtivas dos distintos atores sociais da cadeia, em detrimento dos produtores familiares. Explicam:

As empresas integradas incrementam a porcentagem de produção própria, debilitando o poder de negociação dos *chacareros* que ficam obrigados a comercializar suas colheitas em um mercado de primeira venda oligopsônico obtendo preços residuais e efetivados através de formas de pagamento desvantajosas. (id. *ibid.*, p.45, TN)

Dessa configuração, também fazem parte as situações criadas a partir da implementação de políticas neoliberais como, por exemplo, a abertura ao mercado externo, a desregulação produtiva e a privatização dos serviços de irrigação em 1993. Nesse contexto, os pequenos e médios produtores e produtoras desenvolvem diferentes estratégias para contornar as dificuldades: arrendamento de terras, venda de fruta de *descarte*⁵⁶ para indústria, diversificação com agricultura de contrato, empréstimos em bancos estatais e particulares, venda direta em feiras. Também, empreendem ações de resistência em organizações gremiais e movimentos sociais (id. *ibid.*, p.41). Assim, Norma começa a participar do MML em caráter de produtora agropecuária.

Trajetória de uma família chacarera

Norma é participante e pessoa de referência do *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), em General Roca. Ela mora com dois de seus filhos e sua mãe, María Luisa, em uma pequena propriedade rural. Quando ingressou ao MML seu objetivo era defender o/a agricultor/a familiar, setor que ela considera não reconhecido pelos grandes produtores e pelas políticas agrárias implementadas no país, nas últimas décadas.

“Es una concepción [*agricultura familiar*], a lo que es el Mercosur sí se trabaja y hace todo una alharaca, que sí. Pero en la realidad eso no se ve, entonces cuando vos vas y hablás, ‘No porque el hombre de campo que tiene toda una trayectoria de vida, que su padre compró esa chacra, cuando vino de Italia, España o de donde haya venido de Europa o de otro lugar y ahí se criaron sus hijos, ahí él trabajó, cultivó y todo lo demás y hoy lo tiene su familia. Y están mal porque no han logrado, qué sé yo, por la crisis no han podido reconvertir o por enfermedad o por lo que sea. En este sistema capitalista y puramente neoliberal, lo que sucedió fue, y si no pudiste, jodete.”

No depoimento de nossa entrevistada, predomina uma memória recente que remonta, aproximadamente, desde os finais da década de noventa até a atualidade. Esse período corresponde aos últimos anos em que ela era policial e ao início de seu engajamento no movimento até o momento atual, como pessoa de referência local. Acreditamos que a narradora referiu-se, principalmente, a esse período de sua vida respondendo à nossa agenda e objetivos de pesquisa. Neste sentido, Campos (s.d.) observa que a forma com que a/o pesquisador/a apresenta sua pesquisa ao entrevistado fornece orientações para a produção dos relatos orais. Portanto, uma vez conduzidos em

⁵⁶ Refere-se à fruta que por não reunir as características requeridas para sua comercialização, por exemplo: tamanho, cor, aparência etc., é destinada à produção de sucos concentrados.

função de determinados interesses de pesquisa, nem sempre poderão ser reutilizados em trabalhos que visam outros objetivos.

Certamente a forma como o entrevistado compreende o que o pesquisador gostaria que ele relatasse fá-lo-á dar uma determinada linha ao relato, procurando em sua memória aquilo de que se lembra sobre o que está em questão na pesquisa deixando de lado o que acha que não interessa ao trabalho (id. *ibid.*, p.3)

No caso de Norma, apenas algumas lembranças mais antigas perpassam seu relato, principalmente, quando discorre a respeito da família e da história da propriedade familiar, em relação à situação atual. Porém, na entrevista com sua mãe e sua filha e no percurso feito pela propriedade familiar, observamos o forte vínculo estabelecido entre a trajetória familiar e a história da propriedade. Assim, torna-se relevante apresentar essa história da propriedade porque fornece aspectos para a compreensão da trajetória desta família, do processo de engajamento de nossa entrevistada e do contexto no qual sua trajetória se desenvolve.

Conhecemos o sítio e a história familiar realizando, inicialmente, quatro percursos: primeiro por meio da trajetória de Norma, como liderança do MML, depois por meio de um percurso pelo sítio na companhia de seus filhos, Rocío e Omar, e seus dois netos, Alejandro e Nicolás. No trajeto, Rocío e Omar nos foram apresentando parte da história da família, a partir de diversos objetos, maquinários, cultivos e construções do lugar. Assim, foram lembrados diferentes momentos: a chegada do avô adolescente e seu irmão da Espanha no começo do século XX; a aquisição das terras; os primeiros empreendimentos produtivos da família; o cultivo de videiras; a bodega de vinhos; o secadouro de frutas etc. As explicações de Rocío entrelaçavam lembranças herdadas de relatos ouvidos no seio familiar, enquanto sua fala apoiava-se nas “muletas da memória” (SIMSON, 1992) que o próprio espaço ia lhe oferecendo ao caminhar: a casa dos peões, o depósito de ferramentas, o galpão da bomba de água, as acéquias, a vinícola. Prédios construídos no tempo de seus avós e que ainda permaneciam como “símbolo de um espaço-tempo passado, mas não acabado, não finito” (SILVA, 2006, p.51). Cabe apontar que, durante o percurso, fomos registrando o cenário com fotografias.

Ecléa Bosi afirma que, a casa familiar habitada por anos, pode nos dizer “algo do que foram essas pessoas. Porque as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos” (BOSI, 1979, p.362). Mas, para auxiliar esse processo de tentar entender “algo” da trajetória das pessoas a partir do

lugar que habitaram, os/as portadores da memória do lugar constituem uma ferramenta fundamental, tal como mostra Halbwachs (1990) em suas reflexões a respeito do lugar ocupado e a memória coletiva:

cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. (id. *ibid.*, p.133)

Nosso caminhar também incluiu o setor produtivo neste momento: quatro (4) hectares cultivados com maçãs e peras para exportação; uma pequena criação de galinhas e gado para consumo familiar; cultivo de alfafa que projetavam comercializar, mas que, devido aos custos de aluguel da máquina de enfardar, tornou-se inviável e destinado à alimentação do gado. Observamos que há uma diversificação de atividades produtivas que funciona como estratégia para se manter como agricultores familiares. Desta maneira, experimentam novas atividades, mas também são mantidas as que tradicionalmente serviram para o consumo familiar.

Esse percurso etnográfico pelo sítio compensou as dificuldades que poderiam surgir no intuito de reconstruir a memória familiar desconhecendo o ambiente no qual essas trajetórias se desenrolaram. Nesse sentido, Carmem Andriolli salienta a importância do conhecimento do espaço físico e social, além da literatura sobre o objeto de pesquisa para o trabalho de reconstrução de memórias coletivas. Na sua pesquisa com colonos e colonas de uma antiga fazenda cafeeira do interior de São Paulo, os trajetos realizados pelas colônias da fazenda junto a um antigo morador, lhe forneceram a experiência necessária para esse processo de reconstrução.

À medida que eram percorridas as antigas colônias, casa, caminhos, córregos que existiam e que secaram, fato que, de acordo com seu José e com outros narradores e narradoras, ocorreu devido ao cultivo de eucalipto, lembranças afloraram e teceram vagarosamente uma narrativa biográfica. O espaço social foi reconstruído. (ANDRIOLLI, 2008, p.5) Grifo nosso

Essa experiência, descrita em termos de “ser afetado” (FAVRET-SAADA, 2005), facilitou a construção do vínculo de confiança com as pessoas entrevistadas e possibilitou a compreensão de suas narrativas. Assim, a pesquisadora afirma que:

não há etnografia sem biografia, assim como biografia sem etnografia, na medida em que só é possível obter a biografia se houver um conhecimento da realidade de quem se biografava, e esse conhecimento só é incorporado se permitir “ser afetado” pelo elementos determinadores do grupo social estudado (id. *ibid.*, p.5).

Consideramos que vivenciamos uma experiência semelhante durante o percurso pelo sítio da família Del Hierro. Os membros da família, que nos guiavam no intuito de tornar o lugar inteligível para nós, estavam se biografando. Foi um momento também de transmissão da memória familiar, em que as crianças, embora imbuídas em suas brincadeiras, acompanhavam o relato. Elas iam à nossa frente, mas detinham-se nos lugares que motivavam narrativas. Cabe destacar que, para a reconstrução da trajetória familiar, foram também fundamentais as entrevistas concedidas por Rocío, portadora de uma memória herdada, e por María Luisa, que vivenciou grande parte dos fatos. Contamos, também, com matérias publicadas em jornais da região, fotografias tiradas durante o percurso, e cópias de fotografias cedidas por María Luisa e Susana, participante do MML de General Roca. A conversa com María Luisa não tinha sido planejada, mas sua participação nas entrevistas feitas com Norma e o fato dela ser parte dessa história familiar foram essenciais para a pesquisa. Foi a oportunidade de nos aproximar de outra memória individual, que faz parte dessa memória familiar, mas que se expressa com outras características e matizes próprios. Sua própria presença é um elo entre os tempos.

Antes de iniciar a entrevista, María Luisa pediu à sua neta que trouxesse fotografias, matérias publicadas no jornal regional e seus óculos. Enquanto lamentava-se pela sua falta de preparo com a situação, pois a pesquisadora não tinha avisado com antecedência que iria entrevistá-la, algumas fotografias e folhas de jornal chegavam à mesa. Estávamos na galeria da entrada da casa. Ela mantinha perto de si uma lata com milho para alimentar os pintinhos que, já acostumados, se aproximavam dela a todo instante. Iniciou seu relato a partir de sua chegada ao sítio:

“Cuando yo vine acá, yo tenía nueve años, yo era chica. Por ejemplo todo, había partes donde todavía había montes, o sea esto era una chacra de montes vírgen, no era una chacra trabajada. O sea la trabajaron los míos, mi padre y mi tío, la trabajaron ellos.”

Seu pai, Celestino Del Hierro, chegara com quinze anos à Argentina, no começo do século XX. Primeiro, trabalhou na Província de Buenos Aires e, mais tarde, foi para a Patagônia com dezessete anos. Na região, Celestino trabalhou principalmente no setor comercial, como administrador, gerente e, às vezes, por conta própria. Em 1915 fundou seu próprio negócio *Del Hierro Hermanos*, junto a um irmão, Anacleto Del Hierro. Em uma entrevista dada ao jornal Río Negro, Norma comentava que seu avô e tio avô

“*tenían estudios y eso en aquel tiempo marcaba diferencias. Consiguieron buenos empleos y se independizaron rápidamente*” (YAPPERT, 2006).



Fotografia 04. Irmãos Del Hierro. Fonte: Jornal Río Negro.

A chegada dos avós, além de outros acontecimentos da história familiar, é registrada de forma diferente na memória herdada de seus descendentes. Pontualmente, na geração mais distante, é possível identificar um fenômeno de transferência na memória individual (POLLAK, 1992, p.202-203), a respeito da data de chegada dos avós. Desta maneira, María Luisa e Norma datam o acontecimento em 1905. Porém, Rocío, bisneta de Celestino, situa a chegada dos avós na década de 1930, quando diz: “*Vinieron escapando de la Guerra Civil Española y vinieron con nada*”. Quando se trata da memória, a transferência é um fenômeno corrente, em razão de que as lembranças transmitidas são reelaboradas pelo sujeito que as recebe. Presumimos que, neste caso, a transferência de datas pode ter sido influenciada por duas circunstâncias. Primeiro, o fato da Guerra Civil Espanhola ter gerado uma nova onda migratória para Argentina⁵⁷. Assim, é comum ouvir que os espanhóis chegaram fugindo da guerra. Por outro lado, é, na década de trinta, que a família fixa sua residência definitiva no sítio que atualmente ocupam, outorgando coerência a essa data.

⁵⁷ A primeira onda migratória teria acontecido ao final do século XIX, favorecida por políticas do governo. Romero (1987) explica que as políticas de imigração mudaram a partir de 1862. Até esse ano, o governo tinha recebido colonos com o compromisso de outorgar-lhes terras. Porém, nos anos seguintes apenas se oferecia a incorporação no país, sem garantir a posse de terras. Segundo o autor, na lei de colonização de 1876, expunha-se a nova política do estado de entregar a terra pública aos grandes latifundiários (id. *ibid.*, p.126-127). A consequência foi que os imigrantes, italianos e espanhóis, com poucas possibilidades de transformar-se em proprietários, constituíram a mão-de-obra dos grandes latifúndios. Estabeleceram-se, preferentemente, na zona do litoral e nas grandes cidades. Apenas pequenos grupos aventuraram-se para o centro e oeste do país e menos, ainda, para a Patagônia.

Celestino teve uma filha, María Luisa, que nasceu e viveu seus primeiros anos junto à mãe, em Jacobacci, onde seu pai tinha um armazém. Dessa época ela lembra:

“Mi papá tenía ramos generales. Recuerdo que venían los indios (*mapuches*) a comprar. Llevaban esas galletitas que tienen formas de animalitos y huevitos de colores, las comían con gran gusto, al igual que las latas de sardinas. También recuerdo el frío, nos calefaccionábamos con leña y cuando se terminaba, la gente iba a buscarla al ferrocarril. Luego nos mudamos a Roca.” (YAPPERT, 2006)

Ao mostrar a fotografia, María Luisa explica que, em General Roca, seu pai abriu um novo comércio, chamado “*Los Vascos*” e que funcionou entre 1924 e 1927, “*Esta era la casa de negocios de ellos, antes de ser chacareros, acá en Roca. Esto es cuando ellos ya tenía su negocio, dejaron de ser, de andar trabajando ahí*”.



Fotografia 05. Celestino Del Hierro no armazém, em General Roca.
Gentilmente cedida por: María Luisa Del Hierro.

Nesse período, segundo Yappert (2006), Celestino solicitou terras para cultivar ao *Ministerio da Agricultura*, as quais lhe foram cedidas em 1928. Porém, na entrevista, María Luisa afirma que a propriedade foi comprada, entre os anos 1924 e 1925. De qualquer forma, em 1928, os irmãos Del Hierro começam os trabalhos de desmatamento nos 60 hectares de terra, que passaram a possuir. Construíram a casa e, em 1930, María Luisa, com nove anos de idade, foi morar com seu pai. Lembrando sua chegada à propriedade familiar, disse:

“(…) hicieron mucho estos viej [*viejos*], abuelos, porque imaginate que todo esto era un monte, monte, monte, jarillales, pampas, de todo y después ya, no, ya empezaron a trabajar. Yo tengo fotos donde están trabajando con el rastrón, donde la bomba ésta recién está puesta, donde va la cañería por allá arriba, que ahora no están los caños sino que está tapada con un terraplén. Ha cambiado, ¿no?, y bueno... después es eso. [*À pesquisadora*] Al principio querés que te hable, ¿no? Esto, todo esto era monte y pasaron el rastrón, rastrón es donde

arreglan la tierra, sacan, limpian y emparejan la tierra. Pero para eso, esa parte, esos perales que están ahí, esos que vos pasás por la tranquera y los ves, esos grandes. Esos tienen como ochenta años, eran así chiquititos. Y todo ese monte que había ahí, entre medio de fila y fila sembraban lentejas, garbanzos, maníes. Los maníes, las plantas de maníes, que vos, cómo creés que es el maní, las viste alguna vez?”

Algumas das lembranças da infância de María Luisa se reportam ao momento em que descobriu que a planta de amendoim dava frutos subterrâneos ou aos contratempos que sofria com seus colegas nas idas de charrete para a escola. Sua neta Ariadna ouvia por alguns instantes o relato, pois ainda não tinha encontrado os óculos. Sem eles nos primeiros momentos da entrevista, a narradora, com muito esforço, tentava enxergar as fotografias. Às vezes, pedia à pesquisadora que as descrevesse e, a partir dessas descrições, principalmente de objetos ou maquinários agrícolas, explicava seus usos, onde estavam colocadas, como funcionavam e assim por diante, evidenciando seu envolvimento na produção familiar. Enquanto a neta procurava os óculos, o próprio registro da pesquisadora no percurso prévio pelo sítio foi requerido em diferentes momentos do relato. María Luisa parecia enxergar com a memória. Também, partes de antigos maquinários espalhadas pelo jardim foram utilizados como “muletas da memória” (SIMSON, 1992), tal como revela seu depoimento a seguir:

Pesquisadora: [*Explica o que viu no recorrido com Rocío*]

María: Claro. No sé lo que habrá, ni sé cómo está todo eso ya hace años que no ando por ahí, pero viste alguna tipo como piletas como piecitas, ¿así?

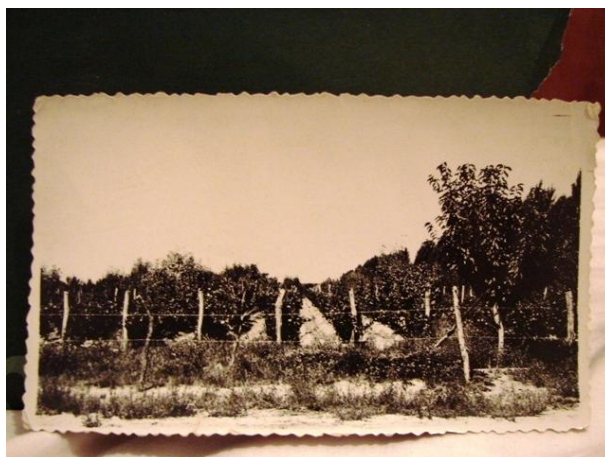
Pesquisadora: Sí que tenían como un agujero arriba y otro abajo

María: Sí, por acá están las puertas, por acá es donde se sacaban también los corujos, mirá esa máquina, esa bomba es de allá de la bodega [*assinala uma máquina próxima, no jardim*], ese aparato que está detrás allí con agujeros [*assinalando uma outra estrutura de metal*], es de la bodega, ese era parte de la moledora.”



Fotografia 06. Parte da estrutura da moedora de uvas utilizada na vinícola, hoje destinada a outros usos. Fotografia produzida pela pesquisadora, janeiro/2007.

Todos esses suportes materiais e os comentários ocasionais da filha, da neta e da pesquisadora foram alimentando a memória, imprimindo-nos uma atmosfera de fazer parte da história. Assim, no depoimento mais acima, as pereiras octogenárias permanecem cercando o caminho de quem chega ao sítio, tal como as encontrou María Luisa, há mais de setenta anos. Nesse tempo, também, tinham iniciado o cultivo de videiras e macieiras no mesmo setor. Segundo comenta Norma, intercalavam oito fileiras de vinhas e duas de macieiras. María Luisa enfatiza: “*yo vi crecer todas esas plantas, [enfática] yo, ¿me entendés? Y la viña igual. La viña tenía unas hojitas, y acá atrás otro poco. Pero fue creciendo de a poco*”.



Fotografia 07. A vinha trabalhada pelos irmãos Del Hierro. Gentilmente cedida por: María Luisa Del Hierro.



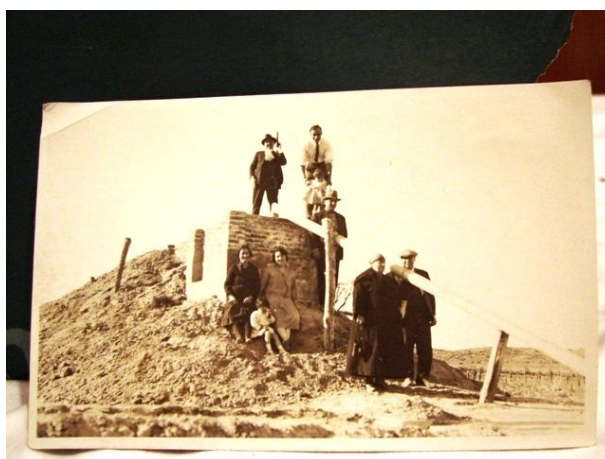
Fotografia 08. Cruzamento de acéquijs em pedra, construído na década de 1930. Fotografia produzida pela pesquisadora, janeiro/2007.

Quando os Del Hierro adquiriram a terra, não havia irrigação. Eles construíram um sistema que funcionava por bombeio, fizeram pequenas acéguas e plantaram em terraços. María Luisa mostra uma das fotografias onde aparece a bomba do sistema de irrigação, que foi instalada em um depósito destinado para esta finalidade. Na fotografia do depósito, observa-se, à direita, a construção antiga, junto a outra precária construída mais recentemente, pelos descendentes de Celestino.



Fotografia 09. Depósito da bomba de água.
Fotografia produzida pela pesquisadora, janeiro/2007.

Na propriedade, também foi construída uma vinícola, encravada na serra, tal como Celestino tinha visto na sua terra natal. María Luisa comenta que “*Unos vascos estuvieron casi dos años sacando tierra con sus carretillas para enclavar la bodega en la loma.*” (YAPPERT, 2006). Rocío explica que seu bisavô estudava um livro de enologia, que ela ainda conserva. Destaca que Celestino era “*era muy estudiado (...) Él se leyó un libro de enología y por eso llegó a tener una bodega de vinos*”.



Fotografia 10. Membros da família, amigos e padre durante a construção da vinícola encravada na serra.
Gentilmente cedida por: María Luisa Del Hierro.

Como observam Bendini & Pescio (1998), a expansão da fruticultura na década de 1930, devido ao aumento da procura nos mercados interno e externo, fortaleceu os produtores da região – geralmente, migrantes transoceânicos, como o avô de Norma. Por essa época, os irmãos Del Hierro também fizeram um secadouro de frutas e exportavam frutas secas para os Estados Unidos. No depoimento a seguir, María Luisa lembra como surgiu o secadouro de frutas “*Acá corría mucho viento y no había sidrera ni nada, la tierra tragaba todo, de modo que la fruta que no se vendía quedaba debajo de la planta. Por eso papá decidió poner el secadero*”.



Fotografia 11. María Luisa na juventude, no secadouro de frutas. À esquerda o galpão das ferramentas. Gentilmente cedida por María Luisa Del Hierro.

Utilizando essa fotografia como muleta da memória, relata o trabalho no secadouro:

“Este es el secadero, la parte que yo te decía, estas se llaman bandejas y ahí son duraznos, los que hay ahí. Son duraznos que vos agarrás los sacás, los limpian, ahí van al agua, le ponen soda cáustica, dentro de unos baldes, hechos de alambre de tejido y con una lija, los meten adentro, les hacen así, así, así [*movimientos circulares*] hasta que le sacan la piel, la piel solamente. Entonces después eso lo agarra la gente con una cucharita, especial, le mete por la parte de arriba y se saca el carozo. Entonces después se ponen en esas bandejas y esas bandejas después van, como yo te dije, a una casilla, que se azufraban. Entonces, después, se ponen al sol y se van secando. Y los días que llueve o que está mal, se agarra y se amontan todas ahí, ves como están amontonadas. Así se seca la ciruela, la pera y el durazno.”

A narradora explica que o enxofre era colocado para que o pêssigo e a pêra ficassem com melhor apresentação, de cor amarela. Lembra também que eram muitas pessoas trabalhando nas diferentes tarefas.

María: Entonces había gente, hacían eso, la sacaban al sol, por allá, **ese camino que vos pasaste por ahí** [*grifo nosso*] se llenaba todo de bandejas y había porque ahora está todo abandonado, y había un galpón muy grande, que ahora está caído, era ahí que trabajaba la gente.

Pesquisadora: Que ahora hay un resto de pared.

María: Claro, ahí trabajaba la gente

Na fotografia a seguir, observam-se restos da parede de adobe do secadouro.



Fotografia 12. Restos da construção onde funcionava o secadouro de frutas. Fotografia produzida pela pesquisadora, janeiro/2007.

A depoente afirma que era a encarregada de controlar o trabalho do pessoal. Geralmente, seu pai e tio trabalhavam na vinícola e ela ficava no secadouro:

“(…) acá había que estar con el personal y era un montón de gente. Gente adentro, gente afuera y gente que llegaba con fruta que había que pesar y atenderla. No, si este era un gran establecimiento, de mucho furor, pero todo se pasa en la vida, porque es así.”

Onde a memória se ancora

Para continuar apresentando a história do sítio e ter uma ideia de como era a vinícola e o trabalho lá realizado, utilizaremos os depoimentos das entrevistadas e um mural construído numa parede lateral do prédio da ex-Cooperativa Valle Fértil, em General Roca. O mural pode ser considerado como uma espécie de homenagem às famílias vinícolas da região. Cabe explicitar que, como no caso da família pesquisada, a maioria delas já não possui vinícola e algumas nem sequer a terra que, em outra época, ocuparam.

Inicialmente, o mural foi considerado por nós como “lugar de memória” (NORA, 1993). Pierre Nora esclarece que estes lugares são espaços de materialização das lembranças, motivados pela vontade de memória, com a função de “parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte,

materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (id. *ibid.*, p. 22). Trata-se de uma marca territorial num espaço que já era significativo, embora o prédio sedie atualmente um centro de eventos; no local funcionou uma das primeiras cooperativas de produtores da região. Desta maneira, o próprio espaço escolhido para a construção do mural, hoje vivido e transitado cotidianamente, carrega um valor simbólico e é *lugar de memória*. A obra pode ser apreciada em duas partes: a primeira é uma representação dos diferentes momentos do trabalho tradicional de produção familiar vinícola, remetendo à sua época de auge (década de 1950), enquanto a segunda, opera como homenagem, citando por extenso os sobrenomes de trinta e seis famílias vinícolas. Numa primeira apreciação, poderíamos destacar a estética do mural e certa beleza nessa representação do passado.



Fotografia 13 e 14. Mural. Fotografia produzida por Douglas Verrangia Correa da Silva, General Roca, janeiro/2007.

Porém, fruto de um trabalho de enquadramento, na sua referência ao passado, o mural tem a função de definir e reforçar o pertencimento, a identidade e as fronteiras sociais de um grupo, isto é, famílias vinícolas. Segundo Pollak (1989) “as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas de uma sociedade” (id. *ibid.*, p.10). Nesses processos, o passado é reinterpretado e reelaborado a partir do contexto presente e das expectativas de futuro do grupo.

O autor também afirma que na veiculação do próprio passado e da imagem de si, geralmente por grupos e instituições, podem estar envolvidos atores profissionais e testemunhas autorizadas para produzir e veicular esses discursos (id. *ibid.*, p.10). No mesmo sentido, Jelin (2002) chama nossa atenção para os “empreendedores” da memória, ou seja, agentes que assumem o trabalho de elaboração e reelaboração do

passado em função de um projeto ou empreendimento. Segundo a autora, o envolvimento pessoal deles no trabalho *sobre e com* as memórias pode tomar a forma de uma tarefa coletiva e gerar participação no processo de reconstrução das lembranças de um grupo. Porém, não está isento de “envolver hierarquias sociais, mecanismos de controle e de divisão do trabalho sob o mando destes empreendedores” (id. *ibid.*, p.48, TN).

A opção de apresentar o mural foi marcada, também, pelo fato de que a narração de María Luisa se aproxima mais dessas imagens do que as fotografias atuais tiradas pela pesquisadora. Quando percorremos a propriedade familiar, sentimos, como no momento de escrever este texto, que estávamos fazendo uma espécie de trabalho arqueológico. Reconstruir, pensar como era o lugar, a partir de restos, de fragmentos. Ao longo do relato, fomos percebendo que o próprio sítio era um *lugar de memória*. María Luisa, que há anos não visita toda a extensão da propriedade, quando se refere à antiga vinícola, diz na entrevista “*vos todo esto lo viste hecho pedazos ahora, ¿no?*”. Assim, a narradora tem consciência de que o sítio mudou muito. Mas isso, em nenhum momento obscureceu suas lembranças apoiadas nos suportes materiais, que ainda permanecem. A entrevista de História Oral oferece a oportunidade aos narradores para que compartilhem desses sentidos. Seu esforço foi conduzido para que víssemos além dos pedaços; sua memória viva gerou verdadeiros fochos para que tivéssemos uma aproximação do lugar de antes.



Fotografia 15. Primeira imagem do mural. Douglas Verrangia Corrêa da Silva, Gral Roca, janeiro/2007.

“Había bodega, había secadero y se trabajaba la chacra. Así que era cosechar la fruta, si había que entregarla al galpón se entregaba al galpón, a la cooperativa la buena, la que no quedaba acá para el secadero. En el secadero tenía gente, en la bodega tenía gente y en la chacra tenía gente para acarrear y para cosechar.

(...) Había como setenta personas o más, entre familias más. Algunas vivían acá otras no, venían en estación. Algunas se venían de Río Colorado a trabajar y acá venían con sus familias (...)" María Luisa



Fotografia 16. Segunda imagem do mural. Douglas Verrangia Corrêa da Silva, Gral Roca, janeiro/2007.

“Acá había que estar con el personal y era un montón de gente. Gente adentro, gente afuera y gente que llegaba con fruta que había que pesar y atenderla. **No, si este era un gran establecimiento, de mucho furor, pero todo se pasa en la vida, porque es así (...)**” María Luisa. Grifo nosso



Fotografia 17. Terceira imagem do mural. Douglas Verrangia Corrêa da Silva, Gral Roca, janeiro/2007.

“Esta es la parte donde estaba la pileta grandota, por donde entraban los camiones, las chatas, todo eso, y caminando para acá, así, no, está la barda, cortada a pique, donde se programaba hacer toda la bodega. **Pero viste, se llegó hasta donde se pudo. Porque es así, a veces te vienen bien las cosechas, otras veces no te vienen bien.**” María Luisa. Grifo nosso



Fotografia 18. Quarta imagem do mural. Douglas Verrangia Corrêa da Silva, Gral Roca, janeiro/2007.

“(...) acá está el lagar, le dicen el lagar, como una pileta bajita, así como esta altura donde vienen los camiones y te descargan toda la uva, entonces ahí trabajan la gente con las horquillas trabajando para llenar esta, cómo se dice, la moledora (...)”

“Este es un galpón grande donde se guardaban todas las cosas, y había bordaletas, sabés qué son, pipones, no sé cómo le llamarán ustedes (...)”. Grifo nosso



Fotografia 19. Quinta imagem do mural. Douglas Verrangia Corrêa da Silva, Gral Roca, janeiro/2007.

“Y este es el rótulo de las bordalezas de vino que se ponía cuando **se envasaba para vender, que iba a la provincia de Buenos Aires por ahí se vendía, había muchos clientes que pedían el vino de acá.** Si habré pegado de esos yo, hacía el engrudo y los pegaba en las... en las

Pesquisadora: ¿En las botellas?

María: No, no, bordalezas. En los pipones.

Ariadna: Viste donde vive el Chavo.

“Ellos vendían el vino a Buenos Aires, a la Provincia de Buenos Aires, y bueno anduvieron muy bien, no quiero decir que no han trabajado, habrán trabajado como, como locos (...)” Norma



Fotografia 20. Sexta imagem do mural. Douglas Verrangia Corrêa da Silva, Gral Roca, janeiro/2007.

“Después de Canale⁵⁸ éramos nosotros, los más grande que había en la zona.”

“Hicimos un vino de muy buena calidad (...)”María Luisa. Grifo nosso

O contraponto realizado, na apresentação conjunta do mural e nos depoimentos orais, revela a proximidade entre as imagens do passado veiculadas nesse lugar de memória e as lembranças da entrevistada. Porém, seus depoimentos evidenciam os limites do trabalho de enquadramento, já que a leitura do passado é sempre feita através do tempo presente (BOGADO, 2008). Desta maneira, os fragmentos destacados acima outorgam um sentido diferente às imagens representadas no mural. Embora as lembranças possam ser compartilhadas, nos destaques pode ser apreciada a *névoa do presente*, as dificuldades da situação atual contrastando-as com um passado de trabalho, sucesso e bem-estar. Foram seus depoimentos que nos permitiram ir no sentido contrário desse trabalho de enquadramento, e enxergar além da imagem veiculada no mural.

Assim, descobrimos que o mural foi realizado em 2005 por dois artistas plásticos: Chelo Candia e Facu Rosales, que tomaram como base para essa representação outros lugares de memória: fotografias do acervo particular da família Canale, uma das homenageadas no mural. De fato, a data de realização do mural é concomitante com a data da construção do site da Vinícola Humberto Canale, no qual são veiculadas as mesmas imagens. Segundo as informações do site, esta vinícola foi fundada em 1909, pelo Engenheiro Humberto Canale, sendo administrada atualmente pela quarta geração de seus descendentes.

⁵⁸ Disponível em <<http://www.bodegahcanale.com>>.

Em se tratando da memória coletiva de um grupo, ou seja, as “famílias vinícolas”, a utilização das fotografias de apenas uma delas denota a passagem de uma memória do espaço pessoal e privado para o espaço público, implicando na construção de uma memória exemplar. Segundo Jelin, “a partir da analogia e generalização, *a lembrança converte-se em um exemplo* que permite aprendizagens e o passado converte-se em um princípio de ação para o presente” (id. *ibid.*, p.50, TN, grifo nosso). No site atenta-se o papel de H. Canale para o desenvolvimento da vitivinicultura na região, sua profissionalização, a mudança da situação precária, a promoção de estudos e o “dissipar das confusões”. Além dos méritos do fundador, o sucesso atual da empresa pode ser justificado pela capacidade de combinar sabedoria artesanal e modernização.

Considerando as problemáticas enfrentadas na atualidade pela ampla maioria de produtores/as familiares na região, diante dos novos arranjos do modelo frutícola e, principalmente, pelo fato de muitas famílias homenageadas já não possuírem vinícolas, o discurso que subjaz é o dominante. Quem não se moderniza, fica no “passado”. Assim, não é questionado o modelo vigente, mas sim a capacidade de adaptação ao mesmo.

Bendini & Tsakoumagkos (2003) observando as expressões sindicais do conjunto dos produtores, identificam duas categorias: os fruticultores, representados pela *Cámara Argentina de Fruticultores Integrados* (CAFI); e os *chacareros*, nucleados em câmaras de produtores locais e na *Federación de Productores de Fruta de Río Negro y Neuquén*. Porém, é possível assinalar outra diferenciação interna dentro dos produtores familiares: os *chacareros* que se manifestam “como produtores viáveis no modelo econômico da reestruturação e da reconversão produtiva”; e os que eles próprios denominam *pobladores* (povoadores), com uma produção de subsistência. Cabe destacar que estes produtores familiares constituem uma categoria significativa para a produção agropecuária argentina, que “só pode ser insignificante o transicional dentro do marco conceitual do *ótimo competitivo* próprio do paradigma neoliberal contemporâneo” (BENDINI & TSAKOUMAGKOS, 2003, p.48-55). Os autores assinalam que em meados da década de 1990, os censos apontavam a existência de 8.700 unidades agrárias na bacia do Río Negro, sendo 23% delas com menos de cinco hectares. Porém, salientavam que:

essa quantidade não podia ser associada a um número semelhante de produtores em virtude da existência de uma significativa proporção de estabelecimentos que tinham abandonado a produção frutícola por razões de rentabilidade, de

marginalidade da terra, diversificação de cultivos ou mudança pela atividade pecuária (id. *ibid.*, p.47, TN)

Assim, o número aproximado de produtores era de 6.000, 73% independentes e 27% apresentavam diversos graus de integração e/ou vinculação com grandes empresas. Nesse contexto, é interessante explorar como se está trabalhando a memória coletiva, desde que, como afirma Michel Pollak, as crises constituem momentos de revisão do passado, de possíveis reinterpretações das lembranças, como também de afirmações e redefinições identitárias. Considerando que a memória “emerge de um grupo que ela une”, “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p.9), os lugares de memória constituem ferramentas valiosas para a análise desses processos de enquadramento.

Ecléa Bosi afirma que quando existe identificação entre seus membros, o grupo é suporte da memória. Portanto, no ponto em que o mural como produto de um trabalho de enquadramento da memória veicula no espaço público, a imagem de um grupo específico cria a possibilidade de contrastar as lembranças que estão sendo transmitidas através de outros lugares de memória, como forma de resistência no espaço privado. Assim, revela-se a complementaridade de ambas as práticas nos processos de transmissão e re-apropriação das memórias pelas novas gerações, e na recuperação da memória como projeto.

María Luisa afirma que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, conseguiram manter a propriedade. Neste fato radica o orgulho familiar: dos descendentes pela trajetória dos antepassados e destes pela continuidade nos seus descendentes. Porém, ao falar da participação de Norma no movimento constata-se que as experiências para lidar com as dificuldades parecem ser distintas na atualidade.

“Podemos decir, mirar, aquel lugar era así, aquel lugar era lo otro, y eso es una gran satisfacción y felicidad para mí y para los míos también. Para mí deben sentirse orgullosos de lo que dejaron, los que se fueron, para mí es muy grande para ellos. Me parece a mí, que es importante.”

“Vivir donde los mayores hicieron el sacrificio de su vida. Yo espero que mi hija con sus hijos salgan adelante, lo que pasa es que hay que luchar mucho porque las situaciones no vienen bien. Muchas heladas, muchas piedras, muchas cosas que no se da esa situación de buenas cosechas. Entonces tenés que luchar, luchar y luchar... y las Mujeres en Lucha adelante [*ri*].”

Manter a propriedade é também manter viva a memória familiar, pois, como afirma Maurice Halbwachs, esta tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Nesse sentido, o autor assinala que nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa

marca e a dos outros (HALBWACHS, 1990, p.131). Assim, compreendemos a resistência da narradora em perder os suportes materiais que sustentam sua memória. Ao mostrar duas construções próximas da casa, explica:

“(...) esa casa se hizo para el obrero, y esa que se está cayendo y la quieren tirar y yo no quiero, por eso está así. Así está. Viste, da mucho dolor, da mucha tristeza. Cuando me sacaron toda la viña de acá atrás, por ahí, te juro me costó llanto. Pero por qué, porque uno se ha criado con todo esto y es una parte de uno, porque es así. Algún día te va a pasar a vos lo mismo. Bueno yo he vivido toda una vida acá, es muy distinto, así que cuántos años. Ponéle diez, hace sesenta y siete años, sesenta y ocho que estoy acá. La vida me la hice acá.”



Fotografia 21. Antiga casa dos trabalhadores. Fotografia produzida pela pesquisadora, janeiro/2007.

Nas sociedades antigas, a memória se apoiava na estabilidade espacial e na permanência dos seres do convívio. Em torno dessa visão, valores vinculados à coletividade eram construídos (BOSI, 1979, p.366). Na fala da depoente é possível perceber uma resistência explícita em perder os suportes materiais da memória do lar, revelando valores, como o apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (*versus* objetos de consumo). Ao refletir a respeito dos espaços da memória, Ecléa Bosi se reporta aos objetos biográficos de uso cotidiano que registram nas suas formas o contato com o dono e, ao mesmo tempo, dão sinais do *status* deste (id. *ibid.*, p.360-362). Os objetos biográficos “envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida”, dando a impressão de continuidade, como o estojo dos óculos de María Luisa “*los segundos Ray-Ban vendidos en General Roca*”.

Retomando o relato da história do sítio, os depoimentos de Norma revelam que a década de 1950 opera como um verdadeiro marco de uma memória política, como no caso de Emma. Porém, ao invés dela, a família de Norma vivenciou tempos difíceis durante o governo peronista. Aflora assim, uma memória herdada de caráter político,

que revela a situação da família. Menciona que, na década de cinquenta, tiveram conflitos com os empregados:

“Y tal vez la gente lo comprendió mal, yo no creo que haya sido malo. Es decir ellos te pagaban a todos el mismo precio pero si trabajaba más, le pagaba más. No sé, si vos estás cortando manzanas para orejones y todo el mundo hace diez y vos hacés quince. Yo como patrón, yo soy dueña de pagarte a vos más plata, no hay nadie que a vos pueda, yo te pago el precio justo, el que marca la ley pero si yo te doy más plata, te puedo dar todo lo que quiera. Bueno no, allá había que pagarle a todo el mundo lo mismo entonces eran dos hermanos, entonces uno estaba preso en la comisaría y el otro estaba acá, porque lo denunciaban, lo cansaron, bah.”

As décadas de 1960 e 1970 são lembradas como uma “*época esplendorosa*”, com “*muy buena producción, estaba todo bien*”. Segundo apontam Bendini & Pescio (1998, p.32), na década de sessenta, o modelo de produção cristaliza e aumenta a demanda da mão de obra temporária, observando-se periódicas migrações de trabalhadores rurais do interior do país e do sul do Chile. Essas migrações são mencionadas por María Luisa: “*Algunas [famílias] vivían acá otras no, venían en estación. Algunas se venían de Río Colorado a trabajar y acá venían con sus familias*”. A partir da década de setenta, as pesquisadoras citadas identificam um processo crescente de incorporação de tecnologia à estrutura produtiva e uma gradual concentração de investimentos em serviços de embalagem e esfriamento, e na indústria de sucos concentrados. Assinalam que as empresas “começam a integrar verticalmente sua produção desde o controle da colheita e/ou a venda em planta, a compra de parcelas o arrendamento até o acondicionamento, conservação e transporte” (id *ibid.*, p.32, TN).

Norma rememora que os anos oitenta marcam o início das dificuldades, a idade avançada e problemas de saúde do avô não permitem acompanhar a incorporação das novas tecnologias na produção⁵⁹, quer dizer, passar de um cultivo tradicional a um cultivo *reconvertido*. Sua vivência expõe como as mudanças introduzidas no agro

⁵⁹ A entrevistada explicava que nos cultivos tradicionais, as plantas de maçãs ou peras eram colocadas em fileiras, com uma distância de 4 a 5 metros entre planta e de 5 a 6 metros entre uma fileira e outra. No cultivo reconvertido, diminuiu-se a distância entre plantas, colocam-se a 0,80 ou 1 metro uma da outra, por sua vez, as fileiras, a cada três metros. Considerando que cada quadro equivale a um hectare, no monte tradicional é possível ter trezentas plantas, enquanto no monte reconvertido a cifra chega a mil e duzentas plantas por hectare. Portanto, a capacidade de produção varia significativamente de um monte para outro. No tradicional, é possível obter de vinte mil a vinte e cinco mil quilogramas de fruta, enquanto no reconvertido, a quantidade oscila entre cinquenta mil e cinquenta e cinco mil quilogramas. O monte reconvertido não apenas envolve outra estruturação do quadro e a colocação de tutores e “espaldares”, senão também requer maior controle de pragas e maior uso de agroquímicos e fertilizantes. Portanto, os custos de produção de um monte para outro também se incrementam em razão de novas variedades cultivadas. Das tradicionais *Red Delicius* e *Grand Smith*, seguindo as preferências do mercado europeu, passaram a plantar clones que, por estarem patenteados, são mais caros.

repercutiram sobre a produção familiar. Novas formas de produção minaram não apenas a competitividade do pequeno e médio produtor senão sua capacidade de subsistência.

“El asunto es que el que quedó acá [*monte tradicional*], viste, está hecho pelota, el que se reconvirtió, ese está bien, me entendés. Encima esto al ser monte viejo los costos de producción son mayores aquí que acá, pero la calidad de la fruta [*é melhor no monte tradicional*]. Lo que pasa es que bueno, convengamos que vos esta planta [*do monte tradicional*] vos la podés tener treinta años y esta planta [*monte reconvertido*] a los quince años la tenés que sacar porque está gastada (...)”

“Yo era de los que tenían que ir a defender el remate, pero del lado del rematador”

Como manifestamos acima, a maior parte do depoimento de Norma corresponde a uma memória recente e se refere ao começo de seu engajamento no movimento nos finais da década de 1990 até os dias atuais. Porém, alguns eventos marcantes, anteriores a esse período, são apontados pela entrevistada. No relato, identificamos seu divórcio como um evento marcante, em virtude da inflexão que este acontecimento provoca na sua trajetória. Os filhos ficam sob sua responsabilidade, voltam todos ao sítio, e ela avaliou ser necessário procurar emprego na cidade. Assim, inicia-se a saída para o mercado de trabalho, embora ela quisesse ficar trabalhando no sítio.

“Y bueno, a mí me gustaba la chacra pero yo estaba sola, tenía que darle de comer a los pibes y si bien mi madre y mi padre nos ayudaron y mi abuelo también a criar mis hijos yo tenía que salir a laburar. (...) Por más que ganara cinco mangos, me entendés, no está bien que a alguien le mantengan los hijos (...)”

Seu primeiro trabalho foi no *Hogar de Niños* de General Roca, e, posteriormente, no *Banco Los Andes* até que a instituição faliu. Em 1979, prestou concurso para entrar na *Policía Provincial de Río Negro*, onde trabalhou até se aposentar em 1999.

“No fue fácil – dice ella- pero era un trabajo y tenía tres hijos a cargo. En medio, empecé la carrera de Derecho, pero la cosa se complicó. Mi abuelo murió, quedé a cargo de la chacra y en la policía me decían que bajaba mi desempeño porque estudiaba.” (YAPPERT, 2006)

Com a morte do avô, ela assume a administração do sítio, marcando um novo ponto de inflexão na sua trajetória. No seguinte depoimento de sua filha Rocío, esse ponto é mostrado:

“(...) al fallecer mi abuelo y quedar todas mujeres solas. Te digo, mi hermano con catorce, quince años, no te queda otra que agarrar las riendas, si no querés

perder lo que es tuyo agarrás las riendas y como puedas seguir adelante (...) **yo a mi mamá pasé a verla, en un momento vestida de policía a verla manejando un tractor y con la máscara antigás para curar, ella manejando el tractor y mi hermano curando. Y a veces yo también manejaba y mi hermano curaba.** (...)Y bueno, de verla vestida de policía pasé a verla, bueno es tu mamá, porque ella sigue siendo madre, atiende a sus hijos, los que viven en la chacra, atendiendo a su madre que está anciana y seguía trabajando.” Grifo noosso

Trabalhando como policial e em casa como produtora agropecuária, Norma teve conhecimento, pela rádio local, sobre o grupo de mulheres preocupadas com a questão das dívidas no campo. Assim, decidiu participar do movimento. Ela esclarece que não tinha dívidas com o banco, mas que a situação no sítio não estava bem. Foram sete anos de produção quase perdida em razão de fatores climáticos (pedra, granizo e geadas) deviam impostos e alguns serviços.

“Entonces era como no nos podíamos recuperar, me entendés. Entonces lo que primero que dejás de pagar son los servicios. Habíamos dejado de pagar vialidad rural, que es lo que arreglan las calles, que como vos verás el charco que hay, lo arreglan poco y mal. Y, teníamos que pagar Rentas, que es un impuesto que hay a la tierra y después el servicio de agua, porque viste que es un sistema de riego donde, es un valle irrigado.”

Ela tinha feito um convênio para pagar os impostos, mas, como funcionária estadual, ficou sem receber salário por três meses. Assim, foi intimada a pagar sob ameaça de ter a dívida executada em juízo. Esse sentimento de estar vivenciando uma situação injusta somou-se a uma antiga expropriação do governo provincial que continuava sem resolução. Nossa entrevistada explica que tinham perdido três hectares expropriados pelo governo para a construção de um sistema de controle de aluviões que passa pela propriedade.

“(…) yo tenía una gran bronca porque a nosotros nos habían estropeado tres hectáreas, no nos habían pagado (...) Esas tres hectáreas nos las expropiaron en el año ochenta y tres, y bueno era el año noventa y nueve y hasta esa fecha no nos habían, o sea nos habían entregado una miseria espantosa, nos produjeron un daño suficiente que hasta hoy no está solucionado porque, esa expropiación que hace el Gobierno no consta en nuestro título de propiedad, nos la divide en dos. O sea, nos hizo un daño bastante importante, entonces no podíamos, no podíamos salir de eso.”

Em virtude desses problemas, participou de um encontro do MML, mas o clima que havia no grupo a fez desistir:

“Bueno, el asunto es que esta señora estaba muy mal, porque ella tiene una gran deuda con el Banco Nación y encima había quedado viuda y le habían empezado a llover acreedores de todos lados. Entonces estaba sentada y fumaba como si fuese una chimenea y eran todas las cosas tan trágicas, tan negras, tan

horribles, tan téticas que, yo no soy una persona de amedrentarme la primera vez... Bueno, pero me corrió. Y yo se lo dije a ella, ‘Me corriste, la primera vez me corriste’”

Após três meses, ela voltou a participar do movimento. Relata que, no início, o grupo não gostava muito de sua presença nas reuniões. O fato de ser policial a impedia de participar na principal atividade do movimento: impedir os leilões. Ela explica:

Yo era de los que tenía que ir a defender el remate pero del lado del rematador, no en contra del rematador, ¿está? Entonces yo no podía

Javier: Esta es como el Cruz del Martín Fierro⁶⁰, viste, se dio vuelta

Pesquisadora: Ahh, sí.

Javier: Se dio vuelta y se puso a pelear con el Martín Fierro. Bueno, así hizo Norma.

Norma: Ellas iban al remate, yo participaba en las reuniones, todas las cosas, pero en el momento del remate no podía ir. Porque, bueno me comía un sumario, me iba... me iban (*demitiam*). Entonces yo lamentablemente no podía y ellas lo entendieron, (...)”

Assim, os primeiros tempos de sua vinculação ao movimento foram difíceis. Não era apenas por pertencer ao outro “bando”, mas também por questionar o fato de que “*el grupo se manejaba con la opinión de los maridos, ¿entendés?*”. Ao contemplar uma fotografia em que estão algumas das participantes do movimento em uma grande mesa preparando *empanadas*⁶¹, Norma disse:

“Lo que pasa es que como verás, cuando yo te hablaba que hay una diferencia entre ellas y yo, viste que ellas hacen de comer. Ves, las, son todas señoras casadas, formalmente casadas, no casadas a medias como yo. Entonces ellas son más cuidadosas, o sea, yo también ayudé pero no era que me dedicaba a eso. Se preparó la comida para los hombres (...)”

O depoimento reflete o cozinhar vinculado a valores, particularmente, a uma imagem de mulher “certa”. Trata-se do olhar de uma observadora que, mesmo sendo companheira de militância, se diferencia por quebrar duplamente com o papel de gênero

⁶⁰ Javier compara Norma ao personagem de Cruz, da obra “*El gaucho Martín Fierro*” de José Hernández. No poema, o sargento Cruz é enviado para deter o gaúcho Martín Fierro que em uma rixa tinha assassinado um homem. Uma noite, Cruz e seus homens conseguem cercar Martín Fierro e começa o enfrentamento. O gaúcho defende-se com bravura e coragem, em um combate que se estende por horas. Pouco antes de amanhecer, Cruz troca de lado no combate e se junta ao gaúcho desertor. O poeta diz: “*Tal vez en el corazón/le tocó un Santo bendito/a un gaucho, que pegó el grito/y dijo: -¡Cruz no consiente/que se cometa el delito/de matar a un valiente!*”. Cem anos depois, Jorge Luis Borges retoma a história de Cruz, no conto “*Biografía de Tadeo Isidoro Cruz*”. Borges refere-se à mudança de Cruz da seguinte forma: “*Comprendió que un destino no es mejor que otro, pero que todo hombre debe acatar el que lleva adentro. Comprendió que las jinetas y el uniforme ya le estorbaban. Comprendió su íntimo destino de lobo, no de perro gregario; comprendió que el otro era él. Amanecía en la desafortada llanura; Cruz arrojó por tierra el quepis, gritó que no iba a consentir el delito de que se matara a un valiente y se puso a pelear contra los soldados, junto al desertor Martín Fierro.*” (BORGES, 1998, p.67).

⁶¹ Comida semelhante ao pastel, massa com recheio de carne, verduras etc., cozida ao forno ou frita.

estabelecido, sendo uma mulher que não cozinha e que é “*casada a medias*”. Seu questionamento, embora expondo ambiguidades e ambivalências do vínculo entre o cozinhar e a política, revela os limites de uma análise a partir do roteiro tradicional. Se o cozinhar expressa identidades e relações sociais, estas não se reduzem a uma divisão de sexo-gênero fixa e cristalizada, senão a um processo em que “masculinidades e feminilidades são produzidas, reproduzidas, atualizadas” (ABDALA; MENASCHE & ASSUNÇÃO, 2008), mas, também, no qual a feminilidade precisa ser renegociada entre as mulheres.



Fotografia 22. Participantes do *Movimiento de Mujeres en Lucha*, durante a realização de *empanadas* para arrecadar fundos para a organização. Gentilmente cedida por: Susana García.

Ela considera que o grupo demorou em aceitá-la e que foi uma dura aprendizagem para ambas as partes, até se acostumarem. A situação atravessada pela organização tampouco era fácil. Os leilões sucediam-se durante todas as semanas e os produtores e suas famílias perdiam suas propriedades. Cabe apontar, como destacaram as entrevistadas, que as mulheres que participavam do movimento não eram apenas esposas ou familiares de pequenos e médios produtores rurais e/ou produtoras, senão também outras mulheres que se solidarizaram com a causa.

“Había, en aquel momento había una muchacha que era peluquera, había otra que era empleada de la Municipalidad y viste, pero creo que nos unía la injusticia, el ver de qué manera se entregaban las chacras, se vendían, y los remates seguían venían una semana, otra semana los remates. Y vos veías la problemática de la gente y bueno y uno se compromete y es como que te va gustando.”

Rocío explicita a sobreposição de funções e tarefas com a qual sua mãe teve que lidar nesse tempo. Por um lado, como policial não lhe era permitido se envolver em atos que atentassem contra a ordem, então ela era obrigada a participar às escondidas. Por outro, participar do movimento não a eximia das tarefas produtivas que deviam ser

realizadas no sítio, inclusive no inverno. Essas tarefas costumam aumentar, segundo comenta Rocío, quando não contavam com recursos econômicos para contratar mão-de-obra externa. Ademais, devem se somar às tarefas domésticas:

“Y ella no dejaba de lado el trabajo, de la época de la cosecha. En invierno también hay trabajo, tenés que limpiar acequias, tenés que podar, tenés que levantar los podos, y preparar las acequias para cuando después larguen el agua, abonar, injertar, volver a plantar plantas nuevas. Un montón de cosas que en el momento que había poca plata, la cosa estaba tan mal, y bueno, ella hacía desde, la abuela cada vez estaba más viejita, la abuela le daba una mano, ella seguía haciendo todas las cosas de la casa, limpiando, cocinando, tenía una mujer que le lavaba, yo estaba, lavaba yo la ropa.”

Na entrevista de grupo, junto a participantes do MML de General Roca, foram lembradas diferentes atividades a partir da apresentação do acervo de fotografias de Susana García. Assim, contemplando as fotografias de um protesto sobre a venda de frutas no posto de pedágio, ao preço reivindicado pelos/as produtores/as, Ñeca lembra:

“(…) la gente se moría de calor. Vendíamos manzana en la ruta. Hacía treinta y cinco grados de calor, vendíamos manzana en la ruta, se nos pelaban los pies con el calor que hacía. Para sacar plata para el Movimiento. Sufrimos. Y después en los piquetes cuando se hicieron para el tractorazo para defender la fruta estuvimos como quince días, ¿no Susana?

Susana: Quince días

Ñeca: De noche nos quedábamos, todo el grupo haciendo comida, empanadas, tallarines. Todo, toda comida para toda la gente que venía, capaz que eran cuarenta, cincuenta, cien personas. Vos sabés lo que trabajamos.

Norma: [*Mirando as fotografias encontra imagens das confraternizações do grupo e comenta*] ¿Te das cuenta de este, vez cómo trabajamos? [*Riem*]



Fotografia 23. À esquerda, participantes do MML durante o piquete realizado junto aos produtores da região. Gentilmente cedida por: Susana García.

Na entrevista individual, a fotografia acima apresentada pela pesquisadora fez com que Norma rememorasse o piquete organizado pelos produtores e apoiado pelo MML. Eram tempos em que o vínculo entre o movimento e Câmara de Produtores, da qual faziam parte os maridos, irmãos ou pais de várias participantes, eram mais estreitos. Explica que, inicialmente, estava tudo certo até o momento em que elas começaram a questionar algumas decisões. Foi assim que eles decidiram incluir uma delas na Câmara de Produtores:

“Y acá vino todo el lío, entonces dijeron, vamos a integrar a alguna del grupo de las loquitas estas, además no teníamos nada que hacer, viste, entonces como no teníamos nada que hacer nos dedicábamos a eso. Como a mí no me gusta cocinar, la verdad es esa, y menos nos dedicábamos a hacer empanadas y había que freir, entonces yo lo único que hacía era el repulgue. Y si no salía a vender. Entonces, [*eles dizem*] ‘vamos a buscar a Norma para que integre la Cámara de Productores’, y Susana, la flaquita, les dijo ‘Usted se piensa que se llevó la mejor y se llevó la peor del grupo’, entonces se pensó que les estaba haciendo un chiste.”

Assim, seu nome foi incorporado na lista de eleição de representantes para a Câmara de Produtores. Ela afirma que nunca esquecerá a experiência, era uma única lista e ganhou com uma maioria de votos. Os novos representantes organizaram um churrasco para celebrar:

“(…) en ese momento me enteré de que: ‘Ahora vamos a empezar a trabajar para nosotros’ dijeron y yo le abrí los ojos como el dos de oro, porque yo quería trabajar para los demás, no para los socios. Obviamente que si yo trabajo para los demás, trabajo para mí también, pero una cosa es trabajar para mí sin importarme los demás. Bueno, dije yo, veremos qué pasa. Terminamos muy mal.”

Nossa entrevistada afirma que nunca faltava às reuniões e sempre questionava aquilo com o qual não concordava. Essa situação era nova para os membros da Câmara que estavam acostumados a aprovar as propostas por unanimidade. Porém, suas intervenções faziam com que as pessoas tivessem que argumentar as posições, que as propostas fossem discutidas até chegar a um consenso. Dois fatos vinculados às dificuldades enfrentadas, durante sua participação nesse espaço, são mencionados. Numa das reuniões na Câmara, um membro, dono da empresa *San Formerio*⁶², propôs a criação de um consórcio para a manutenção das estradas rurais. A proposta implicava na criação de um novo imposto que, no parecer de Norma, dificilmente poderia ser

⁶² As maçãs desta empresa são exportadas para o Brasil, podendo ser encontradas em supermercados da região de São Paulo.

assumido pelos produtores. Por outro lado, quem fez a proposta vinha se beneficiando da situação de agricultores menores para comprar suas terras a baixo preço.

“Entonces, él quería hacer eso y íbamos a quedar todos presos dentro de eso y nos iban a entrar a rematar chacras a montones. Entonces empezó a decir, hablando de la Fiesta de la Manzana⁶³ y eso, ‘Sí porque yo hice esto y esto, sí porque le di esto’, y no sé cuántas cosas. Y a mí ya me había cansado, entonces le dije yo, ‘Oiga, por qué no la terminamos, porque sabe que yo no soy devota ni de San b..., no de San no sé qué (...) Así que hagamos una cosa, ¿qué es lo que usted pretende?, porque con lo que usted pretende, lo que quiere es quedarse con lo que todos nosotros tenemos, este es su camino (...) Se para el viejo mal llevado y me dice ‘Mire señora, (...) Yo tengo mil quinientas hectáreas –ahora tiene mil ochocientas – ¡yo tengo mil quinientas hectáreas porque tengo huevos para tenerlas!. Ah, le digo yo ‘Qué bien, yo tengo cincuenta y siete hectáreas y me alcanza con un solo ovario’.”

Na reunião seguinte, Norma lembra que:

“(...) estaba lleno de tipos y yo era la única mujer. Entonces me siento, viste, ellos vieron que yo ya venía, mal acomodada [*faz o gesto de não conseguir se acomodar bem na cadeira*], le digo ‘Che, lo felicito’. ‘¿Por qué?’, me dice uno. ‘Porque ustedes son una manga de eunucos todos, porque no hablemos, huevos ustedes no tienen ninguno’. ‘Ahh’, me dice ‘Norma, ¿cómo decís eso?’. Y, no, le digo, no escuchame, ¿por qué le tienen tanto miedo un hombre? Un hombre realmente, que otro venga a decirle que tiene mil quinientas hectáreas porque tiene huevos, vos que tenés treinta hectáreas no tenés huevo para tener eso, entonces sos un eunuco. [*rimos todos*] ¡Uy!, que se enojaron conmigo. Bueno, que se enojen porque es la verdad.”

Em outra oportunidade, o Presidente da Câmara agrediu Norma publicamente, quando ela lhe fez uma pergunta durante a assembleia, disse: “*Vos, cerrá la trompa (tromba)*”. Assim, observamos as reações que gera a presença da mulher num espaço construído como “masculino”. Nesse sentido, Fraser (1998, p.126) assinala que as capacidades de acordo e discurso para participar em condição de igualdade com os outros no debate político e em processos de formação da opinião pública (apontadas por Habermas como centrais no papel de cidadão), estão conectadas à masculinidade e são negadas às mulheres e estimadas como contrárias à feminilidade. Assim, são frequentes as situações em que as mulheres veem seus “atos de fala” invalidados.

Nessa ocasião, foram os homens que reagiram e manifestaram que a resposta do Presidente era uma falta de respeito. A narradora refletiu que acreditava possível um trabalho conjunto da Câmara e o MML, mas que a experiência revelou que a visão deles

⁶³ Esta festa, uma das celebrações típicas da região, se realiza todos os anos, nos finais de fevereiro e começo de março e homenageia os produtores. Após terem superado com sucesso a produção da maçã, combatido as pragas, as doenças, as geadas tardias e outras inclemências do tempo, os *chacareros* compartilham com o povo o logro conseguido.

não contemplava os interesses dos agricultores familiares. As mulheres foram conhecendo como se manejava a Câmara e essas experiências de luta comum as fizeram crescer como organização e deixar de participar no principal órgão de representação local dos produtores familiares. Contudo, cabe salientar que a relação com os membros da Câmara perpassa o espaço doméstico, pois geralmente, se trata de maridos, irmãos e pais das mulheres do movimento.

Consideramos que o uso das fotografias permitiu que aflorassem reflexões profundas sobre as escolhas que foram fazendo como organização. Principalmente no que respeita à ruptura que tiveram com a Câmara de Productores, e à situação que atualmente enfrentam como movimento, isto é, a defesa de produtores e produtoras que, por inadimplência no serviço de irrigação, ficaram sem abastecimento de água ou em risco de perdê-lo. Essa ruptura foi expressa na entrevista grupal, quando as mulheres nos mostravam as fotografias, e apontada por Norma ao afirmar *“hoy por hoy estas mismas mujeres que fueron, cocinaron, viste que Susana te dijo ‘Nunca más le cocino, nunca más’”*. Sendo que alguns produtores da Câmara são membros da família das participantes do MML, a decisão de não cozinhar era muito significativa, pois muitas delas de fato continuariam realizando essa tarefa no lar. A posição assumida por estas mulheres reflete que são conscientes de que cozinhar no lar não é a mesma coisa que cozinhar em um protesto, pois neste espaço a prática se politiza (BOGADO, 2008). E, também, enquanto ação política tem caráter de revelação (ARENDDT, 2007, p.191), quer dizer, mostra o posicionamento político daquele que a realiza.

Observamos que a comida, seu preparo e fornecimento, mesmo sendo atividades consideradas afazeres femininas, assumiram e assumem em determinados contextos um caráter político. Michele Perrot, numa revisão da presença das mulheres em diferentes formas de ação coletiva, refere-se à participação delas nas greves *“célebres nos anais do movimento operário por sua tenacidade, elas organizam cozinhas coletivas, ponto forte da solidariedade operária”* (PERROT, 2007, p.148). Há relatos de mulheres em que o fornecimento de comida era uma forma de dar apoio aos companheiros de militância sem se colocar em risco. Armonía, participante da *Asamblea de Palermo Viejo*, lembra seus primeiros passos como militante anarquista, na Argentina, na década de 1930, em que ela e outras mulheres visitavam a cadeia todas as semanas, levando comida e notícias aos companheiros presos políticos da época. Num contexto mais próximo, Joffily (2005) revela o cozinhar como uma forma de engajamento das mulheres, mas

que por estar “amparada” no espaço doméstico permaneceu como uma resistência invisível à ditadura no Brasil.

Um número incontável de mulheres, talvez milhares, participou de forma ainda mais invisível da resistência, apoiando filhos, pais, irmãos, netos e amigos, oferecendo suas casas como “aparelho”, trabalhando na infra-estrutura, cozinhando, lavando e passando, operando como estafetas, doando dinheiro e bens e, sobretudo, oferecendo abrigo e alento aos que viviam na clandestinidade (id. *ibid.*, p.10)

Com a crescente presença de mulheres em movimentos sociais na Argentina, nas últimas décadas, e também pelas novas formas que o protesto vem assumindo⁶⁴, percebemos que o cozinhar também passou a ocupar o espaço público. Essa passagem do espaço privado para o público implica na sua ressignificação, em múltiplos sentidos, transitando por momentos na ambiguidade e na ambivalência. É frequente interpretá-lo apenas como extensão das atividades domésticas ou simples repetição de um *habitus* (BOURDIEU, 1999), apagando seu caráter político e, conseqüentemente, invisibilizando a ação das mulheres sob uma perspectiva de gênero. Porém, quando consideramos o contexto da ação e o discurso que a fundamenta, recuperamos as implicações que esse fazer tem para o protesto e o dimensionamos como ação política (ARENDRT, 2007).

Na pesquisa de mestrado, constatamos que uma das atividades centrais da *Asamblea de San Telmo – Plaza Dorrego* era a realização da *olla popular*, que consiste na organização de uma refeição coletiva. As pessoas coletam alimentos, cozinham-nos em grandes panelas e compartilham a comida. Realiza-se, geralmente, em um espaço público (ruas, praças, calçadas etc.). Trata-se de uma forma de protesto que surgiu nos últimos anos da ditadura militar, no início de 1982, ante o desemprego e a baixa dos salários (LOBATO & SURIANO, 2003). As *ollas* começaram a ser organizadas por grupos de moradores/as, em bairros populares da zona Sul da Província de Buenos Aires. Em pouco tempo, esta forma de protesto converte-se em uma ação que acompanha diferentes reivindicações gerando, como apontam os autores citados, um forte sentimento de solidariedade entre as pessoas participantes. A *Asamblea Popular*

⁶⁴ As/os manifestantes para conseguir se manter em piquetes e acampamentos precisam de comida, porque implicam a permanência por muitas horas e até vários dias, por exemplo em rodovias, geralmente, sem recursos e submetidos à inclemência do clima. Nesse sentido, Laura Padilla afirma que o sucesso dos piquetes de Cutral-có e Plaza Huinul foi conseguido pelo apoio das pessoas que forneceram comida para os/as manifestantes que estavam no piquete: “*a esas diez mil alguien les dio de comer. ¿Quién les dio de comer? El abuelito que preparó un guiso en su casa y que cuando pasó un jeep lo llevó a la ruta. Entonces ese abuelito, que no fue a la ruta, es fundamental, porque si durante seis días en pleno invierno no tenemos comida, ¿cómo hacemos para estar ahí?*” Grifo nosso

de San Telmo-Plaza Dorrego, realiza *ollas* desde 2002. A atividade começou a ser desenvolvida por um grupo de mulheres e, no momento da pesquisa, era realizada conjuntamente por homens e mulheres.

"(...) empezamos a hacer las ollas populares en la calle, a cocinar en la calle. Cocinar para los cartoneros⁶⁵ se juntaban cientos de cartoneros que comían en la calle, nosotros teníamos vajilla que colectábamos, llegábamos, armábamos el guiso a veces nos salía más rico, a veces peor, a veces nos salía la papa cruda, a veces no (...)"

Fazer *ollas* implicava diariamente franquear as fronteiras que separam o público do privado, demonstrando a flexibilidade das mesmas. Às vezes, por causa da chuva, tinham que cozinhar os alimentos separadamente, cada uma das participantes na sua casa, juntando mais tarde tudo em uma única panela. Cabe destacar que, durante uma das entrevistas, uma das participantes explicava que a *olla popular* não podia ser resumida ao fornecimento de comida. Para ela, é importante que as pessoas saibam como surgiu essa assembleia, o trabalho que desenvolve e porque a *olla* é realizada. Esclarece:

"(...) es hacer política todo el tiempo, porque cuando nosotros estamos en la olla, se lo decimos claramente que lo que estamos haciendo es política. Nosotros no somos caritativos, no somos nada buenos, nosotros lo que queremos es organizar el campo popular que está desorganizado. O por lo menos ayudar a que empecemos a organizar algo que estaba hecho pedazos."

A comida, sua preparação, fornecimento e consumo são práticas muito presentes e, em certas ocasiões, inseparáveis da ação política. Dominar esse saber pode se constituir em "porta de entrada" para a política; ser uma forma de engajamento; compartilhar de um espaço de sociabilidade feminina, e ainda, em contextos adversos, "amparar" a militância num estereótipo de gênero que neutraliza o caráter político da ação (BOGADO, 2008). No caso de Norma, sendo policial, era a desculpa que dava para justificar sua presença nos protestos. Ela conta que nos piquetes, costuma haver um posto policial de vigilância e controle. Desta maneira, cada vez que ela ia ao piquete era indagada sobre sua presença ali, pelos próprios colegas de trabalho. Respondia-lhes que ia levar comida para o filho que estava no piquete.

María: Escondiéndose por todos lados, escondiéndose por todos lados para que no la vieran los jefes [*ri e faz comentário a respeito da atuação da filha*]

Pesquisadora: Sí, me contaba que hasta usaba sombrero.

Norma: Uy, era comiquísimo, yo te cuento. Yo salía de la Comisaría a las dos de la tarde, viste. Acá en Stefanelli había un ómnibus interurbano así que yo me

⁶⁵ Catadores de lixo.

subía acá y me bajaba en plena ruta. (...) Obviamente que bajaba donde estaban los policías [*reproduz o diálogo*] ‘Hola, Sargento, ¿cómo le va?’, ‘Bien’, ‘Oh, ¿qué anda haciendo?’, ‘Le traigo comida a mi nene’, ‘¿Y dónde está su nene?’, ‘Acá en el piquete’. Y como yo no iba uniformada sino con una chaqueta, con la jerarquía acá [*assinala o peito e o ombro*] agarraba y me sacaba la chaqueta, la metía dentro del bolso y me escondía por allá al fondo (...) cuando venían los patrulleros o pasaban los jefes mirando qué pasaba, yo me escondía. Y los chacareros y mi amiga sabían y me avisaban. Mientras tanto no venían, mientras tanto la policía no estaba, yo me paraba en el medio de la ruta a repartir con mis amigas a repartir volantes y manzanas [*rié*] y después claro me volvía con mi hijo en el tractor. Viste ya no me podían decir nada porque yo volvía con mi hijo, [*reforça*] mi hijo era el que iba a cortar la ruta o a hacer todas esas cosas, yo no. Yo lo iba a acompañar o a llevarle comida, cualquier cosa, era la disculpa. Pero bueno, de alguna manera me las arreglaba, siempre me entendieron [*suas companheiras*] la situación.”



Fotografía 24. Norma e participantes do MML de General Roca e família durante um piquete. Gentilmente cedida por: Susana García.

Tratava-se de uma forma de resistência, como dissemos, com uma transcrição pública (SCOTT, 2002) que remete a um papel feminino, o dever de mãe, que a “protege” nessa situação “fora da ordem”. O fato de aceder à transcrição oculta revela a dimensão política da ação. Cabe esclarecer que não são apenas as mulheres que utilizam as “armas” de gênero, segundo os relatos das entrevistadas, os homens muitas vezes se valem da “sedução” para tentar impedir a ação delas. Como quando estavam fazendo o piquete e

“(...) el hombre este que es un empresario de acá, iba y nos llevaba empanadas para que nosotras nos quedáramos en el piquete y mientras sacaba los camiones por la picada. Y venía y comía empanadas y traía vinos buenos y caros, y qué sé yo, y nos halagaba con un montón de cosas y resulta de ser de que después nos enteramos que é tipo estaba sacando la fruta por otro lado, por una picada que quedaba no muy lejos de donde nosotras estábamos.”

Em outra situação, por motivo de um leilão

“(…) pecamos de tontas nos llevamos primero a Regina porque nos hacían un remate y en el remate anterior había ido un tipo que era conocido no sé de quién, qué sé yo que pim que pam, mucho trajecito, corbatita ‘Hola, chicas, ¿qué son de acá, qué sos de allá?’; ‘¿qué viene a hacer?’, le dijo una que lo conocía ‘Vine a unos trámites acá’, o sea hay una escribanía. O sea que muchos besos, muchos besos, nos compró con los besos, fue y [gesto]

Laura: Era el comprador del remate

Norma: El comprador. ¡Ayyy [suspiro], qué bronca que teníamos ese día!

María: Las compró de entrada.

Norma: Nos compró a los besos y nos cagó. [gargalhadas]

“Mujer en lucha”

A narradora, enquanto continuou vinculada à instituição policial, valeu-se de outras estratégias e da solidariedade de suas companheiras para não ser sancionada por sua atuação “fora da ordem”. Nos protestos, costumava levar um chapéu ou uma blusa com capuz. Assim, quando “*pasábamos por adelante de la Regional de Policía, entonces me ponía el sombrero y la capucha del coso (blusa) [ri] para que no me vieran*”. Para evitar que fosse filmada, sempre havia uma companheira que cobria seu rosto colocando a mão ou a bandeira, na frente da câmera, para que não fosse reconhecida nas imagens da televisão.

Norma avalia que conseguiu lidar bem com a situação, mas aponta que nunca foi enviada, como policial, para reprimir um protesto do movimento. Essa teria sido uma situação limite: “*si me hubieran mandado a reprimir obviamente que no iba a estar más, no iba a ir. Así que, pero no, no me pasó nunca*”. Antes de retirar-se da força policial, apresentou uma denúncia ao *Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo* (INADI) contra a *Policía Provincial de Río Negro* por discriminação de gênero, em virtude do fato de que para ingressar nesta instituição exigia-se das mulheres o colegial completo, enquanto os homens podiam fazer parte da força policial apenas com o ensino fundamental. Pouco tempo depois da denúncia, o governo provincial igualou as condições de ingresso para homens e mulheres. Segundo seu relato, quando seus superiores souberam da denúncia, “*ahí se me empezó a enrollar la cosa*”. Ao ser enviada para fazer a custódia de uma mulher, parceira de um preso, que tinha sido testemunha de homicídio e estava ameaçada de morte, afirma:

“Bueno el asunto que yo nunca porté armas, ni tuve instrucción militar, ni nada. Entonces me notifican y en la última jerarquía cuando yo estoy a meses de retirarme de la institución. Bueno yo qué hice, ya vieja en pasar cosas. ‘Bueno, está bien yo voy a ir’. Viste, fui, y **antes de salir hice constar que yo iba a custodiar a esta mujer por orden de la Unidad Regional por fulanito de tal (...). Y que yo lo hacía a los fines de cumplir una orden pero no estaba de**

acuerdo porque yo no tenía ni adiestramiento militar ni portaba armas. Por lo tanto, no solamente no iba a poder custodiarla a la fulanita, sino que además **estaba poniendo en riesgo mi vida**. [pausa longa] Vos no sabés qué mal que me hicieron sentir, gente jodida, (...)" Grifo nosso

Segundo ela, em outros comissariados da região havia pessoal que trabalhava em segurança, mas não tinha armas, nem instrução militar. Assim, seus superiores organizaram um curso de instrução militar e, em represália, esclareceram a todos os/as policiais:

“Por culpa de la Sargento Durante usted está acá y abandonó su familia porque a ella se le ocurrió (...) que a todos ustedes hay que darles un curso de instrucción militar y darles las armas porque la señora lo exigió así. Porque [ela disse] si ustedes quieren que yo vaya a hacer custodia, tienen que darme las armas e instrucción militar, ¿porqué si me faltaban seis meses para irme? Mirá vos sabés que la gente se paraba y por poco me puteara, porque no me podía putear, pero me echaron todas las culpas encima.”

Norma lembra que na época estava com sérios problemas de saúde e, para evitar uma operação, pediu afastamento por indicação do médico. Explica que a situação a tinha desestabilizado. Quando foi notificada dos dois processos que a instituição policial tinha feito contra ela, um novo incidente aconteceu e recebeu um terceiro processo, ficando sob o risco de perder a aposentadoria.

“Y después de todo esto yo me volví un poco, o sea me desestabilizó emocionalmente, entonces un día veo que vienen patrulleros porque me buscaban para notificarme de los sumarios que me habían hecho y me habían inventado. Entonces veo que entra el patrullero, salgo del baño y lo vi, entré a putear (*xingar*), la verdad mal, pero no era personal, viste cuando vos decís todas las malas palabras del mundo pero sin personificar. (...) Ahora resulta que me hicieron un tercer sumario por decir malas palabras en mi casa. Vos decíme, si yo no digo malas palabras en mi casa, ¿a dónde las voy a ir a decir? Bueno, el asunto es que, me hicieron otro sumario y ya iban tres sumarios y si yo no zafaba de un sumario me exoneraban de la institución y no cobraba nada y eso es lo que querían hacer, exonerarme.”

Ela tentou assumir sua própria defesa, mas não foi permitido. Assim, nomeou um comissário conhecido para desempenhar essa função. Finalmente, foi exonerada de dois dos processos e, no terceiro, sentenciada a quinze dias de prisão domiciliar. Em 1999, aposentou-se. A respeito desse itinerário, quase ao final da última entrevista, afirma “*entré a la policía y allí me quedé para demostrarles a los policías que..., qué sé yo qué les quise demostrar a los policías, al final me di cuenta que perdí, pero bueno no importa*”. No que concerne às experiências e/ou conhecimentos adquiridos nesse

itinerário profissional e sua inserção no movimento, ela mencionou os cuidados tomados com a segurança do grupo na detenção de leilões:

“La verdad es que yo siempre fui contestataria, pero la policía a mí. Lo único bueno que yo rescaté de la policía son esta pensión que cobro y la y... no es que me formó un carácter diferente, sino que de tantas injusticias que viví, entré a crear anticuerpos y estrategias de supervivencia. Entonces aprendí a ver la debilidad del otro, a cómo manejar al otro en esa debilidad. Porque yo trabajaba, acá que trabajé once años era yo sola y veintiún hombres y bueno, tuve jefes que fueron muy buenas personas otros que realmente de actitud deplorable (...) Viste, entonces después de pasar todo eso, esto para mí era pan comido [*chasquear de dedos, riso*].”

A aposentadoria lhe possibilitou maior dedicação à produção familiar e ao Movimento. Sua filha, Rocío, refere-se a essa nova etapa destacando que sua mãe assume o Movimento como um trabalho a mais e esclarece: “*pero es un trabajo no remunerado*”. Porém, ao falar da participação da mãe considera que é importante apoiá-la, acompanhá-la, estar com ela. Às vezes, as mulheres não tinham lugar para se reunir e Rocío emprestava sua casa para o encontro. Seu apoio e solidariedade à mãe e ao movimento estão fundamentados na compreensão de que:

“A mí me pareció siempre importante acompañarla en eso, no dejarla sola y... además que hay cosas que yo también estoy totalmente de acuerdo, que teniendo las posibilidades, teniendo un buen precio de la fruta y una accesibilidad a otras cosas, a la maquinaria, a fertilizantes, la chacra puede salir adelante. Porque es de lo que vive esta provincia, de lo que vive el Valle, la provincia de Río Negro (...)”

Fora da Instituição, Norma ficou livre para participar de leilões e protestos. A lembrança do impedimento de um leilão, trazido à tona por Laura durante a entrevista, explicita que assumiu uma nova identidade: “*Mujer en Lucha*”. Ela rememora que em um determinado leilão, encontrou-se com um antigo colega de trabalho, o qual, também aposentado, era o leiloeiro.

“Porque el martillero que era policía y **yo no era policía**. Porque yo era de la policía viste, entonces éramos compañeros de trabajo. Y este se hace martillero. Entonces cuando se hace martillero, **yo soy Mujer en Lucha**, o sea que **ninguno de los dos más éramos policías**. Yo soy Mujer en Lucha y él es martillero. Vos no sabés que un día de remate nos encontramos, lo salvé de que le dieran un palo de amasar en la cabeza [*rién*]. No te das una idea.” Grifo nosso

Refletindo a respeito de sua experiência, no impedimento de leilões, afirma:

“Yo te decía que al principio vos vas con miedo a los remates pero después, es como que por ahí, yo digo ‘Ay, mirá ese loco, se tira del avión’, y otros me dicen ‘No pero vos sabés que son los juegos así de riesgo, te dan adrenalina’.

Yo digo, yo tengo un miedo terrorífico a las alturas no, no me tiraría jamás. Pero capaz que al que se tira en paracaídas jamás se le hubiera ocurrido ir a parar un remate y poner en juego su libertad por otro, me entendés. Es un juego peligroso no, porque vos podés pasar a un calabozo sin, de venir de cocinarle a tu familia y de hacer las camas y barrer la casa, para la comisaría más próxima a entrar a un calabozo.”

Lidar com a instituição policial e o movimento continua sendo parte do seu cotidiano, pois o genro trabalha na *Brigada de Operaciones, Rescate y Antitumulto (BORA)*⁶⁶, da polícia estadual. Porém, genro e sogra nunca se encontraram em um leilão. Na entrevista que fizemos com a família, essa situação não era entendida como conflituosa e tomava o tom de brincadeira. Na conversa a respeito da possibilidade de repressão em um leilão:

Norma: Porque por ahí, como era un salón grande, estos capaz que te mandan hasta allá y después te traen el BORA, con mi yerno adelante, encima, viste, todo, todo entreverado

Rocío: Ya le conté, ya le conté.

Omar: La autoridad [*riem*]

Norma: Yo decía acá tenemos que ver dónde nos escapamos, porque si no viste meta palo y a la bolsa. [*riem*] Aprovecha la oportunidad y mata a tu suegra.

Rocío: Fue un descuido, fue un disparo, una bala perdida. [*riem*]

Embora a situação hipotética do encontro com o genro provoque risos, a repressão em um leilão é sempre um medo iminente. As mulheres entrevistadas manifestavam que, cada vez que iam impedir leilão, sabiam que deixavam a família toda esperando, preocupada pelo seu retorno à casa, sãs e salvas. Rocío confessa que sentia a mesma preocupação, quando sua mãe ia impedir um leilão ou quando seu marido enfrentava uma revolta na cadeia. Desse tempo ela lembra:

“Y bueno, cuando andaban en el tema de los remates, era una cosas de que, yo llamaba a la chacra para ver cómo estaban y la abuela me decía ‘Tu mamá se fue a un remate. Y la otra vez le pegaron, la policía les pegó y...’. Estás, viste, siempre con el corazón en la boca diciendo ‘uy, que pasó’. Una vez, tipo la detuvieron a ella, a mi mamá y no llegaba. Y yo le digo ‘¿Abuela, llegó mami?’ ‘No, no llegó. Andá fijáte en la comisaría, decile a tu marido que se fije a ver a dónde está, si están detenidas.’ Y estábamos todos re preocupados a ver qué había pasado. Y no, las habían golpeado, pero no a ella, a otra chica y bueno, habían ido a hacer la denuncia y por eso se demoró. Pero todos ahí pendientes de lo que había pasado.”

⁶⁶ Unidade especial criada pela Polícia de Río Negro, com o objetivo de enfrentar situações extremas (conflitos sociais; procedimentos de alto risco; resgate e procura de pessoas; trabalho de prevenção em áreas de conflito), solucionando conflitos sem colocar em risco a integridade física de terceiros, do pessoal policial e inclusive do delinquente. Disponível em: <<http://www.policia.rionegro.gov.ar>>, consultado em 17 de mai. 2007.

Assim, contar com o genro na Instituição Policial é a possibilidade de segurança, de informação, de se colocar a par dos acontecimentos. De fato, tal como na entrevista com Emma, o risco de represálias não está exclusivamente associado à repressão policial. O movimento conseguiu impedir a realização de 40 leilões e, assim, prejudicou os planos de concentração de terras de grandes produtores da região. Neste sentido, Rocío diz: “*sabés las venas que tienen los tipos esos*”, por isso, deduz que a atuação da mãe poderia ter outras consequências.

“A veces mi vieja le dice a mi marido [*imitando*] ‘Alfonso, si un día no aparezco, andá a buscarme en los desagües, en los, buscá en los desagües o por ahí tirado en algún bocacalles, capaz que me hicieron boleta’. Porque es así, también tiene sus consecuencias y sus persecuciones como todo. Como toda persona que protesta siempre tiene cosas en contra (...) Ella lo dice en chiste pero nosotros sabemos que es cierto. Si vos sos la piedra en el zapato de una persona y te va, a querer desaparecer, sacarte del camino de cualquier forma. Y ella es una de las que aparece en la televisión, denuncia de canon de riego, de Rentas, denuncia de vialidad, para los remates.”

Norma mencionou duas situações de perseguição sofridas por uma participante do movimento, que foi mandada embora do emprego pela sua atuação. No seu caso, considera que ser pessoa de referência e defender seu posicionamento, geralmente, na mídia e falar em outras situações públicas, trouxeram como consequências prejuízos econômicos e obstáculos burocráticos. Assim, explicita o peso do papel que desempenha no movimento e manifesta sua necessidade de compartilhar o trabalho:

“(...) me eché el Movimiento al hombro y hoy me quiero sacar la carga, porque yo tampoco puedo con el Movimiento al hombro, ¿me entendés? Que yo me siento en una computadora y escriba o que agarre un micrófono y ‘Habla Norma que vos sabés’, no es el asunto. Porque es muy desgastante y agobiante, ni tampoco yo lo necesito, porque convengamos que así como me puedo hacer de gente que me diga, qué sé yo, que le parezca bárbaro, también hay en el camino mucha gente que no le parece nada bárbaro. Entonces de la misma manera que uno tiene que compartir los logros tiene que compartir las cosas que no son tan buenas. O sea, me explico, las obligaciones y las responsabilidades y los costos, porque yo he tenido muchísima presión el año pasado, muchísima presión, en dos años una persecución⁶⁷ bastante, en cuanto [*pausa*], ¿cómo te podría decir? A jorobarme, a travarme la parte económica.”

Inicialmente, pensamos que a história da propriedade familiar serviria para abordar distintos momentos da história argentina e o impacto que os sucessivos governos e políticas econômicas exerceram sobre os pequenos e médios produtores/as

⁶⁷ Em 5 de fevereiro de 2009, uma breve matéria publicada no jornal Río Negro, sob o título “*Denunciante inspeccionada*”, relatava que nossa entrevistada, após ter denunciado o aparecimento de embalagens de praguicidas na sua propriedade, foi inspeccionada *Consorcio de Riego* e *La Comuna*, e intimada a se apresentar no Fórum.

rurais. Porém, nas conversas com as participantes do movimento foi mencionado que, além dessas políticas impactarem suas vidas, havia que considerar o próprio drama familiar. Assim, salientavam as próprias trajetórias de vida, as interseções entre as condições objetivas e o contexto familiar no qual essas trajetórias se inscrevem. Da sua experiência, Norma esclarece:

“O sea, digamos que aparejado de todo una crisis que fue sufriendo el país y a veces que estuvimos bien y qué sé yo, nosotros enfrentamos nuestro propio drama personal, o sea el drama familiar digamos, no es cierto. (...) O sea que **la mayoría de los chacareros que estamos en esta situación no solamente tenemos una crisis que fue general para todos, tenemos nuestras propias problemáticas internas que han hecho que por ahí seamos diferentes, ¿me entendés?**” Grifo nosso

O drama familiar manifesta-se de diferentes formas. Na fala da Rocío, o drama poderia ser condensado no fato de que com a morte do avô era difícil “*sacar la chacra adelante*”, porque quedaram “*todas mujeres solas*”. Rocío explica:

“Les empezó a ir mal con la bodega, los abuelos se pusieron viejos, ella [*sua avó, María Luisa*] había cosas como hacer negocios, viste que antes las mujeres no participaban en los negocios los hacían los hombres, ellas no podían decidir. Mi abuelo era un hombre que mucho en la chacra por ahí no se metía, porque no era la chacra de él. Y él había estudiado enfermería, después estudió meteorología, era como las cosas... Venía de Buenos Aires, de la Capital, de la chacra poco sabía, (...) sabía de todo un poco, pero cosas de chacra nada y de hacer negocios menos. Se empezó a venir todo abajo, (...)”

Nesse sentido, Norma aponta que o fato de seu avô ter tido “*apenas*” uma filha e esta ser mulher, “*No es bueno, no porque no sea capaz, sino porque simplemente en este contexto donde lo masculino es lo importante, lo que funciona, ser mujer es todo un trastorno, tener una hija mujer también*”. Assim, reflète sobre a propriedade da terra e questões vinculadas ao gênero:

“Las propiedades están al nombre de los hombres. O sea, no es que son la propiedad de un matrimonio de Juana García y José Pérez. No [*em voz alta*]. Es de José Pérez, o sea la señora sirve solamente para firmar cuando se vende la chacra, la propiedad. Entonces ahí sí te necesitan porque tienen que tener el acuerdo de la esposa para firmar para vender. (...) Entonces es como que acá sí hay un problema de género en cuanto a la tenencia de la propiedad y en cuanto al negocio. O sea, se maneja, hay un manejo mayoritario masculino, en todo eso, no. No es fácil entrar en esto. O sea, la mujer le cuesta muchísimo. (...) Es un lugar, una actividad con un predominio muy importante del género masculino y la toma de decisión pasa por ahí.”

Segundo Díaz & Quiroga (2006, p.33), a legislação vigente não discrimina mulheres herdeiras, mas nos fatos há discriminações principalmente em áreas rurais

menores. Geralmente, as filhas mulheres são preparadas para deixar o campo em mãos dos homens e desconhecem seus direitos sobre a terra. As autoras assinalam também a existência de uma lei de herança que vale para ambos os sexos, mas reconhecem que na prática as mulheres não têm a propriedade da terra. Por outro lado, mesmo quando assumem a produção familiar, percebem que os espaços de participação nas organizações de produtores são ocupados pelos homens, como claramente demonstra o relato de nossa entrevistada. Assim, ocupar espaços de decisão está na agenda de ações do movimento. Norma menciona que apresentaram um recurso à Defensoria Pública, exigindo que a *Federación de Productores de Fruta de Río Negro y Neuquén*⁶⁸ respeitasse a lei de cotas femininas, com 50% de representação nos cargos elegíveis. Mas, ainda, não obtiveram resposta.

Ao lembrar da situação de uma produtora de Allen e sua mãe, que relatamos a seguir, afirma que os outros homens não colaboram. Ao contrário, pressionam para que a pessoa venda a propriedade, e diz: “*una mujer en la chacra no funciona*”. Refletindo respeito da trajetória familiar, afirma:

“O sea, qué sé yo, capaz mi mamá hubiera sido hombre las cosas hubieran sido diferentes o capaz se hubiera hecho a un costado, hubiera entregado el mando a su hijo. O sea, son cosas que marcan entonces ahí no iba a tener nada que ver la enfermedad de mi abuelo o que a mi papá no le gustara trabajar en la chacra, que tuviera otra profesión, entendés. Son situaciones que con un solo cambio hubiera sido otra la historia, pero encima mi mamá tuvo dos hijas y yo solamente logré tener un hijo varón, entonces [*rimos*] la cosa no viene bien. Mi hermana también tiene una hija, y esas son cosas que en estos ámbitos se pagan caro, entendés.”

As dificuldades do presente podem ter feito com que Norma não consiga reconhecer o importante papel que desempenha tanto no trabalho como produtora, quanto na luta em defesa dos agricultores familiares. No depoimento de sua filha, lutar para conservar o sítio aparece vinculado à manutenção da união familiar. A propriedade constitui um elo entre os antepassados e a nova geração constituída pelos seus dois filhos, que são a quinta geração. Porém, no seu depoimento a herança da terra é transmitida pelas mulheres da família:

“Yo, para mí el futuro de ellos [*seus dois filhos*] es la chacra y tienen que salir adelante con la chacra porque es lo que le queda de herencia de su bisabuela, de su abuela, de su mamá, me entendés. Lo quieran vender, lo quieran hacer lo que ellos quieran, va a ser lo que tienen de mi parte.”

⁶⁸ Esta Federação nucleia todas as Câmaras de Produtores locais.

Quando realizamos a primeira fase do trabalho de campo, eram os primeiros tempos da colheita. Muitos produtores e produtoras estavam sendo intimados/as por falta de pagamento do serviço de irrigação e vários deles/delas tinham suspenso o serviço. Portanto, as participantes do movimento, principalmente Norma, estavam dispostas a apoiar produtores e produtoras na apresentação de *Recursos de Amparo*. Essa foi a medida legal que as mulheres do movimento encontraram para a problemática das dívidas de irrigação, que enfrentavam produtores/as familiares. O MML de General Roca apoiava e dava assessoramento para que estes/as produtores/as, com a interposição desse recurso, possam evitar o corte do fornecimento de água para irrigação ou pedir seu restabelecimento. Enquanto realizávamos o trabalho de campo, os/as produtores/as estavam iniciando a colheita e, precisamente, era a época em que os consórcios puniam os inadimplentes. O corte do abastecimento de água trazia como consequência a perda da colheita e, portanto, a impossibilidade de saldar a dívida, criando um círculo vicioso que, segundo as mulheres do movimento, teria como única saída, o leilão da propriedade e a expulsão do/a produtor/a e sua família⁶⁹.

Durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de observar a apresentação de um *Recurso de Amparo* de uma produtora de Allen, cidade próxima de General Roca. Tratava-se de Alicia F., que tinha ficado encarregada da propriedade familiar, morava com sua mãe, já idosa, em uma propriedade rural e continuava produzindo com muitas dificuldades. Por falta de pagamento, cortaram-lhe o abastecimento de água para irrigação, mas a medida indicada tinha sido redução do serviço e não corte. Assim, a mulher tinha perdido a colheita daquele ano e estava em risco de perder as plantações. Alicia F. dirigiu-se, inicialmente, à sede do partido político *Afirmación para una República Igualitaria* (ARI)⁷⁰ e apresentou seu caso a Javier Acevedo, representante do partido, que, sendo filho de uma ex-participante do MML, recomendou-lhe que procurasse o movimento. Antes de entrar no Fórum, a produtora foi recebida por Norma, quatro participantes do MML e Javier Acevedo.

⁶⁹ Uma semana antes de nossa chegada a General Roca foi publicada uma matéria intitulada “*El drama del agua*”, que relata a situação de Mateo Petrucich, produtor, que após não receber o pagamento de cinco colheitas fica endividado com o consórcio de irrigação. “*En 2002 me cortaron el riego. Un drama del que no puedo reponerme (...) Es muy triste llegar a mi edad [84 años], haber trabajado honradamente toda la vida y ver cómo se secan las plantas que viste crecer. Además, estamos atados de pies y manos. Si no regás, no producís y si no producís, no podés pagar. Yo creo que hay gente que especula con nuestra situación, nos cortaron el riego y al otro día ya había gente que quería comprarme la chacra a un precio ridículo...*”. (YAPPERT, 2007) Disponível em: <http://www.fruticulturasur.com>, consultado em 02 de maio de 2007.

⁷⁰ Este partido político é presidido por Elisa Carrió, que foi candidata nas eleições presidenciais de 2007.

Todo o procedimento foi acompanhado por Norma e a pesquisadora. Assim, em linhas gerais, neste processo de apresentação de *Recurso de Amparo*, observamos alguns pontos: a solicitação dos dados pessoais da requerente; o esclarecimento da advogada de que a requerente estava sob juramento e o pedido do motivo para interpor o recurso. Logo após, a advogada perguntou contra quem era interposto o recurso. A requerente fez um pequeno relato de como chegou a essa situação do corte do abastecimento de irrigação. Uma vez finalizada a exposição, a advogada leu a ata e perguntou à requerente se essa era sua vontade. A mãe da requerente pediu para mudar algumas coisas. A advogada fez as modificações apontadas e a ata foi assinada.

Provavelmente, esse é o procedimento padrão, mas nesse caso, aconteceram várias interações que revelam distintas dimensões da problemática enfrentada por estas pessoas. Na procura de ajustar a situação que estava sendo vivenciada ao procedimento legal, houve questionamentos, momentos de catarse, de dúvidas, de indefinição etc. Assim, gostaríamos de assinalar brevemente algumas dessas questões que foram identificadas, pois revelam os conflitos vivenciados por esta produtora.

Em primeiro lugar, devemos considerar que as pessoas que utilizam esse mecanismo legal assumem publicamente que estão com problemas financeiros. Trata-se de uma situação difícil e a presença das mulheres do movimento serve para dar, ademais do assessoramento legal, apoio e contenção à pessoa que vai apresentar o *Recurso de Amparo*. No caso observado, quando a advogada do Julgado perguntou à mulher sua profissão, ela respondeu que era dona de casa, em seguida, agregou: “*desempleada, no hago nada*”. A mãe comentou que ela fazia os trabalhos de produção no sítio: “*Hace de todo, coloca tachos para la helada...*”, e continuou enumerando as tarefas que a filha fazia. Norma interveio afirmando: “*Sos productora*”, Alicia F. concordou: “*Bueno, sí, productora*”.

Outra questão que revelou a complexidade burocrática do sistema de irrigação foi a determinação de contra quem era interposto o recurso, após a privatização do serviço. Finalmente, decidiram pelo *Consortio de Regantes Fernández Oro* e o *Departamento Provincial de Agua (DPA)*, aliás, como Norma havia sugerido desde o início.

Alicia relatou que foi o consórcio de Allen que fechou a comporta de irrigação com um cadeado. Disseram que o faziam por falta de pagamento, portanto ela deveria ir ao consórcio para fazer um convênio. Mas, segundo seu relato, o convênio já tinha sido feito em 28 de outubro de 2005, e o pagamento a partir de 25 de fevereiro de 2006. Mas,

em setembro e outubro de 2005 e fevereiro de 2006, as geadas e granizo fizeram com que perdesse o cultivo. Os 180.000 quilos produzidos foram para *descarte*⁷¹ e as fruteiras não lhe pagaram. Ela recorreu à Câmara de Produtores para procurar ajuda. Apresentaram uma carta ao Consórcio e a resposta foi que a medida era redução do abastecimento e não corte. Ainda argumentaram que não podiam proceder de outra maneira porque seriam injustos com os demais produtores que estavam com as contas em dia. Alicia F. apresentou as fotografias que demonstravam que o abastecimento de água foi totalmente cortado e foram anexadas ao processo.

Houve um convênio para pagar em maio de 2007, mas ela não foi incluída. Sem água, os sinais da perda da colheita já eram visíveis: queda de frutas, frutas secas, pequenas, mas ela queria ao menos salvar as plantas. Revolta-se: “*es um complot*”. Norma pediu-lhe explicações sobre como faziam para se sustentar, e Alicia F. disse que viviam apenas com uma pensão e de dinheiro emprestado por familiares e, além disso, sua mãe estava com problemas de saúde. Norma sugeriu que isso fosse colocado na ata, mas quando a advogada leu, a mãe da requerente pediu para retirar essa parte dizendo “*para qué se tienen que enterar*”. A ata é assinada por Alicia F. e a advogada. Norma ofereceu-se para acompanhar o processo e, assim que houvesse a posição do Juiz, levaria a documentação para Alicia F.

Vinculada à problemática das dívidas do serviço de irrigação, o movimento tinha elaborado um projeto de lei, que fora apresentado em nível legislativo provincial com o apoio da legisladora Magdalena Odarda, do partido ARI. A partir dessa reivindicação do movimento, foi sancionada a *Ley de Regularización de Deudores por Canon de Riego y Drenaje*, em dezembro de 2006. Porém, segundo Norma, a lei não conseguia contemplar a maioria de produtores e produtoras, e a questão precisou ser discutida novamente no movimento. Assim, em 16 de abril de 2007, o MML encaminha seu *Proyecto de Ley de Suspensión de la exigibilidad de las deudas de canon de riego y drenaje*, e solicita uma nova prorrogação da lei de suspensão de leilões, “*para no dejar a los deudores con la posibilidad que se les rematen sus chacras*” (MML, 2007).

⁷¹ Geralmente, quando o produtor entrega sua produção no galpão de embalagem, esta é classificada separando a fruta destinada para a comercialização da fruta de *descarte*, que geralmente, é enviada à indústria para fazer sucos concentrados. Uma das questões levantadas pelas entrevistadas foi a pouca transparência desse processo, pois o/a produtor/a tinha acesso apenas ao resultado da classificação, que nunca era menor do que 10% do total entregue e, às vezes, superava os 20%. Por outro lado, existem casos em que produtores/as enviam diretamente sua produção para a indústria, como no caso de Alicia F. Posteriormente ao trabalho de campo, tomamos conhecimento da mudança no artigo 6, da Lei 3.611 de transparência frutícola, regulamentando o acesso do/a produtor/a ao procedimento de classificação e determinando que ele/a decidisse a qual empresa enviaria a fruta de descarte.

Novamente, é possível estabelecer um ponto de encontro com o trabalho de Antunes (2006), quando aborda o percurso realizado pelas participantes do MQCB, desde a aprovação da Lei Babaçu Livre (1989) e sua reforma posterior. Neste sentido, sobressai a invisibilidade destas experiências, pois, geralmente, não são valorizadas pelos atores dos espaços em que atuam, nem as próprias mulheres envolvidas reconhecem a relevância de sua gestão.

Após a realização do trabalho de campo, continuamos desenvolvendo a pesquisa de fontes documentais. Assim, tomamos conhecimento de outro fato que constitui um acontecimento marcante na trajetória de Norma: sua candidatura como legisladora, nas eleições regionais de 20 de maio de 2007, e como senadora nacional, na eleição de 28 de outubro de 2007. Nas duas eleições foram reeleitos os candidatos que já ocupavam cargos no poder. Contudo, consideramos que o engajamento na política partidária define um novo itinerário no percurso de vida de Norma, mudando sua trajetória.



Fotografia 25. Lançamento de candidatura. À direita Norma Durante, à esquerda Javier Acevedo e, no centro, Magdalena Odarda.
Fonte: Jornal Río Negro, 22 de mar. 2007.

Por um lado, sua candidatura confrontava a postura mantida pelo movimento, que não apoia a participação de suas integrantes nas listas de partidos políticos. Segundo Isla (2004, p.36), esta decisão da mesa nacional do MML responde à diversidade de posturas político-partidárias das participantes. Por outro, esta reorientação no itinerário de nossa entrevistada reflete que o caminho da política partidária poderia ser uma alternativa na busca por superar as dificuldades criadas pelas novas condições de produção e os efeitos negativos do modelo implantado para os/as pequenos/as produtores/as familiares. Nesse sentido, sua plataforma política focalizava a defesa dos pequenos produtores e o desenvolvimento de alternativas ao modelo agroexportador.

RETRATO DE ELEUTERIA

A trajetória de Eleuteria permite-nos adentrar em um espaço massivo de participação política de mulheres: o movimento piqueteiro. Sintetizando diversas ações de protesto na “luta”, desempregados/as, aposentados/as, jovens que nunca se inseriram no mercado de trabalho, entre outros, passam a engrossar as fileiras do movimento, particularmente, a partir da crise de 2001. Afetados/as pela precarização laboral, pelo desemprego, pelo empobrecimento, com sérias dificuldades de acesso a bens básicos, à saúde, à educação etc., saem da periferia e passam a ocupar a cidade de Buenos Aires, refletindo sua “capacidade de transcender simbólica e politicamente a exclusão social” (MASSETTI, 2004, p.7). Organizam-se territorialmente e desenvolvem “na luta” uma dinâmica de construção identitária, retomada de uma forma de protesto e de toda uma simbologia piqueteira surgida nas lutas no interior do país.

De Eleuteria a “Mary”

Nasceu em 20 de fevereiro de 1955 em Ita (Paraguai). Recebeu o nome de seu santo “Eleutério”, que significa “Aquele que é livre, quem age como homem livre” ou “Aquele que se comporta com generosidade e liberdade”. Seus pais tiveram três filhos e separaram-se, quando Eleuteria era ainda criança. O abandono do pai é o primeiro episódio marcante de sua trajetória: “*Y yo le explico a mis hijos cuídense, porque yo, mi papá, no tuve papá. Porque cuando yo era chica nos cambié por una mujer que tenía plata*”. Assim, manifesta-se um dos primeiros acontecimentos marcantes de sua vida, resultante da condição de sua classe social.

Ao abandono do pai soma-se, em seguida, a emigração da mãe à procura de emprego em Buenos Aires. Eleuteria estava na primeira série e é deixada a cargo da família de um chefe de polícia. Porém, explica que, tão logo sua mãe parou de mandar notícias, foi retirada da escola e colocada para trabalhar como servente das filhas.

“Y bueno, yo sufrí un montón, de chiquita así. De los siete años me quedé a cargo ajeno, mi mamá se vino para acá, a Buenos Aires y me dejó en un extraño para que me metan al colegio. ¡Qué!, yo fui a primer grado creo que tres meses y después cuando mi mamá ya no escribió más cartas, ya no mandó más nada, ya me sacó [*da escola*]. Era un jefe de policía, me dejó a su cargo, porque era un jefe de policía. (...) Tenía dos hijas la señora, yo era la sirvienta de ellas. Yo iba al Baradero [*clube*], así, por ejemplo a la pileta, así, yo tenía que ir con las chicas, a la pileta. Yo tenía que pasarles jugo, toalla, lo que necesiten, una empleada de ellas. (...) Después ya no entré más a la escuela”

Ter sido retirada da escola é outra das consequências marcantes da infância, pois não conseguiu aprender a ler e escrever. A primeira vez que a entrevistamos em 2006, ela se declarava analfabeta. Em alguns aspectos, assemelha-se à trajetória de Dona Francisca, reconstruída por Silva (1999): “Sempre criada ‘pela mão dos outros’ e não pela dos pais. Na casa desta família, desde os sete anos, cuidava das crianças pequenas, ajudava nos serviços domésticos” (id. *ibid.*, p.283). Em outros, à biografia de Rigoberta Menchú, no período em que trabalhou como empregada doméstica:

“Os filhos nos tratavam muito mal. (...) São pequenos-burgueses que não sabem nem recolher um trapo. Não sabem guardar suas coisas. Gostam de jogar suas coisas na cara das empregadas. Era nosso serviço. Jogavam as coisas em nós e gritavam por qualquer coisa. (...) A patroa só sabia ralhar muito todos os dias. (...) De manhã, tanto o pai como os filhos gritavam da cama para que a gente levasse para eles seus chinelos, seus sapatos, tudo o que queriam.” (BURGOS, 1987, p.151)

Como Francisca e como Rigoberta, Eleuteria rememora essa época com indignação e amargura. Uma lembrança que aflorou sobre esse tempo foi o dia em que ela estava molhando as plantas e, acidentalmente, quebrou um vaso. A família ia passar o dia no rio, e deixaram-na trancada num quarto com uma jarra de água e um penico. Essa punição revela sua situação de “clausura” e o tratamento que recebia.

Eleuteria fugiu da casa, antes de completar quinze anos. Rememora que encontrou a oportunidade de fugir quando foi enviada a fazer as compras:

“Y la señora [*disse*] ‘Las chicas tienen que comer fruta todos los días, de otro día no pueden comer’, como era jefe de policía no puede comer la chica la fruta que amaneció, tiene que ser fresca [*com ênfase*]. Y no viene la empleada, entonces dice ‘Bueno, Mary, cambiáte y andá al pueblo para traerme fruta para las chicas’. Bueno yo ya tenía pensado hace rato escaparme, pero no podía. ‘A ver, me dice, me vas a traer esto’, me anotó todo, viste, como yo no sabía (*ler*), viste, me anotó todo. Y faltaba un mes para mi cumpleaños, yo me fui a Paraguay, me escapé de la señora (...)”

A narrativa da fuga apresentava-nos uma interrogação. Pensávamos que Rigoberta, vivenciando situações semelhantes, permaneceu na casa até conseguir reunir um dinheiro para ajudar os pais, enquanto Eleuteria tinha fugido. Outras lembranças deram resposta para essa dúvida. Um dia, sua tia apareceu na casa onde morava, estava com uma criança de colo, vendendo hortaliças. Reconheceu Eleuteria e lhe pediu um copo de água, mas a patroa “*no me dejó darle agua a mi tía*”. Esta perguntou-lhe se estava bem aí, Eleuteria respondeu que podia ver que nem um copo de água lhe podia

dar. Há também na trajetória de Rigoberta um episódio semelhante. Quando o pai passa pela casa onde ela trabalhava:

“A patroa me disse de vez que não o deixasse entrar nem mesmo no corredor. Tive que deixá-lo no pátio e expliquei a situação. Disse a ele que a patroa era uma pessoa muito má e que tinha nojo, tinha horror de ver meu pai e que ele nem mesmo podia entrar na casa. Então, meu pai entendeu muito bem. Isso não era estranho para meu pai, pois já tínhamos sido muito desprezados em diversos lugares.” (id. *ibid.*, p. 152-153)

Da breve conversa com a tia, surge a ideia da fuga: quando a mandassem fazer compras, devia colocar duas roupas, uma em cima da outra, e ir embora. Eles ainda moravam no mesmo sítio. O relato se acelera.

“Y yo me escapé, me dio la plata para ir a comprar la fruta y con esa plata, pregunté a dónde podía ir a tomar el colectivo para Itá, yo soy itera. Y me miraba la gente, yo tenía una bolsa, me miraban. ‘¿A dónde puedo ir a tomar el colectivo que va a Itá?’, ‘Y acá... tres cuadras tenés que caminar está la parada, preguntá a cualquiera que está ahí la parada’. Y fui ahí, y viste cuando uno está haciendo cosas malas, miraba para atrás a ver si nadie me, como él era jefe de mujer policía. Yo digo a dos horas que no llego me van a mandar a buscar, la gendarmería por todos lados va a estar y yo decía, me voy corriendo, corriendo y hasta llegué justo venía el colectivo. ‘¿Este va a tal parte?’ ‘Sí’, y subí y pagué, vos no sabés hasta que no llegué a la casa de mi tío no me quedé tranquila, porque como es jefe de policía, enseguida por la radio me van a estar, enseguida me van a agarrar. Y fui y llegué allá, era, no sé, como... seis cuadras quedaba la casa de mi tía de la parada, corriendo, fui.”

Comenta que, uma vez na casa, deixou de sentir medo, mesmo ao ouvir pelo rádio que estava sendo procurada. Seu tio decidiu, na ausência da mãe, responsabilizar-se por ela. Ao cabo de dois dias, sua mãe chegou à cidade. Eleutéria lembra o diálogo com seu tio: “*Hija, dice, te traje una noticia*” “*¿Qué noticia?*” “*Sabés, ¿quién vino?*” “*No sé, si no me dicen, no sé*”, “*Tu mamá*”, “*Ah, yo no tengo mamá*”, *le digo* [risos]”. Inicialmente, resistiu ir com sua mãe para Buenos Aires e lhe disse: “*Yo no voy a ir. Yo de los siete años me quedé y nunca más supe nada, para mí era...(uma extraña?)*”. A frase ficou truncada na entrevista, interrompida com a chegada da sogra à sala.

Emigra com sua mãe para Buenos Aires, onde conheceu Cáseres, seu futuro marido; ele alugava um quarto na casa de sua mãe. Também, paraguaio de origem, mais de dez anos mais velho que ela, trabalhava de pedreiro. Entre risos, relata o momento em que se conheceram:

“(...) yo era flaquita, yo tenía cuarenta y ocho kilos, más flaca que vos. Flaquita, después llegamos, me trajo mi mamá, me presentó ahí ‘Este es mi inquilino’, me dice, ‘vive atrás de mi casa. Yo le lavo la ropa, le hago la comida’. Y después me enteré (*do que disse o marido*) ‘Esta era tu hija, tan flaca, nadie la va a querer’ [riso].”

Construímos nossas lembranças com as pessoas do nosso convívio, como disse Maurice Halbwachs. Assim, Eleuteria comenta que sua mãe costuma lhe lembrar o que dissera quando conheceu o marido:

“Y yo dice que le dije a mi mamá ‘Quién va a querer a este borracho, yo me voy a buscar un tipo que no toma’. Mi mamá decía ‘Es un tipo trabajador, es bueno, él los sábados nomás toma. Pero no es malo, es buen trabajador’. ‘Es que yo no quiero a este borracho’ [risos]. Mi mamá siempre dice ‘Menos mal que era borracho y no lo querías’, me estaba haciendo la excusa había sido, y bueno qué sabía yo.”

Em Buenos Aires, começou a trabalhar como empregada doméstica. Revela que a “mudança” de nome se deu nessa época, em razão de que para a patroa “Eleuteria” era um nome difícil, e assim decidiu chamá-la de Mary. Esse é o nome que utiliza até hoje e com o qual a nomearemos a partir de agora. A mudança de nome está relacionada à sua nova condição social de empregada doméstica. Embora pareça que houve uma aceitação e certa conformidade com essa mudança, a mesma torna explícito o processo de desenraizamento sofrido e o poder da patroa que se considera com o direito de nomeá-la. Para Strauss (1999),

Os nomes que são adotados voluntariamente revelam, até mesmo com mais eficácia, o vínculo indissolúvel entre o nome e a auto-imagem. A mudança de nome marca um rito de passagem. Significa mais ou menos que a pessoa deseja ter o tipo de nome que, a seu ver, a representa como pessoa, que não quer mais ser o tipo de pessoa que seu nome anterior expressava. (id. *ibid.*, p.36).

Considerando as circunstâncias ela estava mais para Mary do que para Eleuteria. Depois de poucas semanas que estava em Buenos Aires, fez quinze anos e o inquilino da mãe organizou a festa e assumiu todos os gastos (vestido, churrasco, convites, músicos paraguaios etc.). A mãe achou que eles estavam namorando e, após a festa, espancou-a “*con una varilla de guayaba*”.

“(…) me pegaron un montón mi mamá por eso, dice ‘No, porque ya andaba con vos, porque sino no puede gastar tanto’, dice. (...) Al otro día no sabés, no quedaba un lugar sano de cobrar. Me tuve que ir al hospital y no me querían atender porque eran muchos los golpes que tenía y tuve que llevar dos testigos, así extraños, para atenderme porque estaba muy golpeada.”

Para que pudesse ser atendida no hospital, Cáseres se fez passar por seu tio. No relato apresentado, na ausência da figura paterna, a mãe exerceu a punição, quando interrogada por Cáseres sobre o acontecido, ela asseverou “*hablé con ella y la corregí*”. Saffioti, analisando as situações em que mães batem nos filhos, considera que estão assumindo o papel do patriarca: “para quem define a *violência doméstica* em termos do

estabelecimento de patriarcado considerado, não resta dúvida de que a hierarquia começa no chefe e termina no mais frágil dos seus filhos, provavelmente filhas. (SAFFIOTI, 2004, p.73).

Fugiu novamente e, desta vez, foi morar com Cáseres. No ano seguinte, teve sua primeira filha e, por ocasião do batismo, decidiu retomar o contato com a mãe convidando-a para a cerimônia. “*Me dijo de todo menos que era linda*”, e que nunca teria um lugar onde cair morta. Mary explica que lhe disse que agora que ela era mãe sabia por si própria o que era, e afirmou-lhe “*yo si Dios quiere voy a defender a mi hijo*”. Essa frase, como “*se van a acordar de mí*” de Laura, reflete seu poder, transformado em contrapoder, e passará a orientar sua vida. Como sentindo o peso maior do desafio, afirma “*encima me tocó una hija*”. Conta que, no final do dia, a mãe arrumou sua mala e foi com ela. Na entrevista, refletindo a respeito afirma que não se cumpriu o que sua mãe falou.

“(…) yo le digo a mis hijos, ustedes no se tienen que quejar de la madre, a lo mejor no soy buena madre, el estudio, qué sé yo, no tengo eso... una madre que es arquitecta. Bueno, tienen una madre, nadie es perfecto, ¿o no? Yo no sé leer pero bueno, gracias a Dios a lo que yo, lo que a mí no me dieron le di a mis hijos y después comprendí por ellos mismos que no le puedo discriminar mi mamá. Ella sabrá su problema con mi viejo, y ¡qué sabía yo cuando era chica!”

Durante a narrativa, uma lembrança vai puxando a outra. Assim, Mary revela-nos que com seus filhos aprendeu a não discriminar sua mãe e, também, foi por eles que se reconciliou com seu pai. A lembrança que aflora é datada pela idade do terceiro filho “*Y cuando Darío iba a cumplir dos años fui a verlo a mi papá*”. Ela fez uma viagem com sua família para o Paraguai. Explica que não havia perdoado seu pai por tê-los abandonado e casado com uma mulher endinheirada. De fato, quando está à frente dele, questionou-lhe: “*Esta es la plata que nos cambiaste*”. Explica que seu marido tentava tranquilizá-la e evitar o conflito, dizendo que não era para falar assim com seu pai. Porém, ela disse: “*No. Yo tengo en el corazón así, herido*’. *Y yo me pregunto, ¿esta es la vida que Dios le dio que nos cambió a nosotros? Yo le dije [À pesquisadora] Y sabés ¿cuándo le perdoné a mi viejo? Cuando Darío casi se me cayó en el pozo*”.

“Mi viejo hizo un pozo, viste, esos de los que se saca el agua y puso todo maderitas finas arriba del pozo nuevo y Darío iba caminando arriba de eso y la mujer de él fue y lo agarró de atrás, si yo gritaba el chico iba nueve metros de profundidad del agua y no lo sacaba vivo. Ahí le perdoné a mi viejo, porque le salvó a mi hijo, la mujer. El pozo era así de grande, y la madera nueva, finita estaba arriba todo del pozo y el chiquito se iba caminando. Si yo gritaba, ‘¡Ah, mi hijo!’ , la madera se iba al fondo. Y mi madrastra fue y lo agarró de atrás y lo sacó. Ahí le di gracias a Dios que le perdoné a mi viejo, porque yo tenía un

rencor muy grande por mi viejo, a los siete años nos dejó, mi vieja vino para acá y nos criamos todos separados.”

Depois dessa viagem, nunca mais retornou ao Paraguai, em virtude das dificuldades financeiras. Contudo, é um sonho que alimenta, condicionado ao recebimento de um subsídio

“Y yo digo, algún día puedo tener plata y puedo ir a verla a mi hermana, aunque nos queda, qué sé yo, muy poco contacto tenemos pero somos la sangre. Y un día puedo ir, yo le digo a mi marido, ojalá me salga esa pensión de mis hijos yo voy disfruto mi familia, me voy a conocer, porque no tuve la oportunidad de disfrutar.”

Explica que sua preocupação e sacrifício estiveram destinados a ter sua casa própria, mas agora “*Quiero disfrutar lo que nos queda*”. Projetando-se em relação à filha caçula que estava em férias com o namorado, comenta que ela, com menos idade, já era mãe. Esse foi o papel no qual se empenhou todos esses anos, dar um lar para seus sete filhos e que pudessem estudar “*Ellos si se quejan se quejan de llenos, cada uno tiene tres hijos, hermosos chicos, sanos, eso yo creo que es la más grande alegría para mí. El día de mañana yo estoy orgullosa por ellos*”. E isso, também, foi o que lhes transmitiu. Assim, comenta que uma de suas filhas que tinha abandonado o colegial faltando um ano para concluí-lo, mais tarde, com três filhos, quis prosseguir os estudos

“‘No’, le digo, ‘Ponéte en tu lugar hija, ya no podés. Ya tenés que vivir para tus hijos’. Ese es mi pensamiento, que está bien está jodida la vida, pero tampoco abandonar tus chiquitos para ir a estudiar, ¿para qué te sirve? Vos tenés que pensar para tus hijos, el día de mañana que vos estés con ellos, darles lo que necesitan, como yo hice con ustedes.”

Explica que ela nunca abandonou os filhos, nem para estudar, embora as pessoas insistissem que poderia aprender a ler e escrever na escola, respondia-lhes que haveria oportunidade para ela, “*Yo primero le di a mis hijos para que el día de mañana no me digan ‘Mami, no nos diste nada, nosotros quisimos ser alguien y vos...’*”. Para cumprir com seu objetivo, desenvolveu diversas estratégias e, em momentos de dificuldade financeira, retomou o trabalho como empregada doméstica. Até que um dia soube das atividades do *Centro de Jubilados Paz y Justicia* e decidiu participar de uma das reuniões.

“Si me lo gano es porque voy trabajo y gano, ¿o no? Si tengo que hacer eso, o voy a limpiar o a cuidar una persona, voy me paga y ya está. Como siempre hago, si inclusive cuando andábamos mal que mi marido no tenía trabajo, hacíamos pan acá y hacía pan para vender yo acá y así salimos a flote. Porque él sufre de asma, no puede trabajar, hace changuitas (*bicos*) así, un mes, dos meses, pero no es trabajo seguro. Y bueno, yo tengo que luchar”

“Yo vine como todo el mundo, por necesidad también”

Em 2002, é que viu os piqueteiros aparecerem na televisão. O grupo que funcionava no seu bairro em Garín, província de Buenos Aires, tinha se organizado como *Movimiento Independiente de Jubilados y Pensionados* (MIJP)⁷², em 1998, ano em que se formaram as correntes mais massivas do movimento piqueteiro (SVAMPA & PEREYRA, 2004, p.47). Segundo o coordenador Nicolás Pérez, apelidado “Chino”⁷³, na primeira marcha à Prefeitura de Escobar eram 15 membros e não foram recebidos, na segunda, eram trinta e conseguiram o reconhecimento jurídico como *Centro de Jubilados Paz y Justicia*. Explica que a situação de empobrecimento era evidente, “*ahí se veía que venía en el colazo (golpe final) de Menem, que venía una situación muy difícil que la gente venía desesperada porque no había comida, entonces ahí los entramos a reacomodar*”. Chegaram a reunir entre oitocentos e novecentos “*mayores*”⁷⁴, mas pouco a pouco, em virtude de conseguirem a aposentadoria, adoecerem, falecerem etc., muitos foram abandonando o grupo.

Assim, como em nível nacional, o MIJP estava incorporado à CCC, compondo um dos seus principais afluentes: os/as aposentados/as, em nível local, o centro de Garín passa a convocar as pessoas desempregadas. A partir do modelo de organização territorial, saiam pelos bairros procurando mais pessoas para participar das mobilizações, oferecendo a possibilidade de “lutar” por alimentos e subsídios do governo. Dessa maneira, foram incorporando pessoas em situação de desemprego que poderiam aceder ao subsídio. Mary explica que, quando ela começou, eram apenas duas mulheres, “*Y bueno cada reunión le dice a cada persona si conoce a una persona que necesita, que vaya a la reunión, que escuche, si le conviene va y si no, no. ¡No sabés la cantidad de mujeres desocupadas que hay!*”. Contudo, o depoimento de uma das participantes aposentadas revela que esse processo não foi visto positivamente por alguns dos membros do grupo original:

“(…) ahora también acá están los desocupados, eso que los entreveraron, eso uno no, dice: ¿cómo?, antes estábamos todos los abuelos, todas las gentes mayores y don Chino los metió a los desocupados. Si los pibes, él está hablando y los pibes están conversando allá que tienen que hacerlos callar. Antes éramos todos la gente mayor en el centro, pero después no sé por qué le metió a todos los chicos (...)”

⁷² Movimento criado em 1993 por Raúl Castells e incorporado à CCC em 1996.

⁷³ O apelido faz alusão à sua ascendência indígena, que ele reconhece “*Mi abuela era india, india, india nativa y se había casado con un criollo.*”

⁷⁴ Forma respeitosa de se referir às pessoas idosas.

A depoente refere-se, também, à incorporação dos jovens, a partir da entrega de outro dos subsídios do governo, as bolsas para estudantes do colegial, “*becas*”. A avaliação é ainda mais significativa considerando que parte de sua rede familiar adere ao movimento pois, um filho, uma nora e sua mãe, uma neta e sua sogra participam do grupo. Relacionada num nível mais alto de decisão, a estratégia não é compreendida nem compartilhada, porque afetou, segundo ela, tanto o perfil como a dinâmica e o relacionamento no grupo. Contudo, enxerga nessa expansão a possibilidade de continuidade.

O grupo foi crescendo a partir da divulgação “boca a boca”. A participação estava vinculada ao recebimento de alimentos e de um subsídio, o *Plan Trabajar* ou *Jefes y Jefas de Familia*, no caso de desempregado/a; o subsídio para mães com sete filhos; a “*Beca*” (bolsa), para os/as jovens que estavam no colegial; a aposentadoria, para os/as idosos/as que não tinham direito à mesma, porque quando trabalharam o fizeram sem carteira assinada. Cabe apontar que esses subsídios eram parte de diferentes programas do Estado, que a partir da segunda metade da década de 1990, começaram a ser implementados diante da situação de emergência laboral decorrente, entre outras causas, das mesmas políticas de flexibilização adotadas. Contudo, constituíam apenas paliativos que terminaram sendo colocados pelos governos nacionais e provinciais, como afirmam Svampa & Pereyra (op. cit.), “em pouco menos que o centro de suas respectivas políticas sociais, incorporando ademais os estados municipais, as organizações comunitárias locais e as ONG’s como agentes principais de sua implementação” (id. ibid., p.89). Nos anos seguintes, essa política contribuiu para a consolidação das organizações piqueteiras, que passaram a administrar esses subsídios, assim como para posicioná-las como interlocutoras sociais e políticas (id. ibid.).

As organizações piqueteiras estabeleceram seus próprios critérios de distribuição dos subsídios. No caso da CCC, o critério para cadastrar os/as potenciais beneficiários/as do subsídio é o engajamento na “luta”, isto é, marchar e participar nas atividades do movimento. Essa dinâmica, para Svampa & Pereyra (op. cit.), rompia com práticas clientelísticas de políticos locais e possibilitava o reposicionamento do indivíduo, “que deixava de ser um receptor passivo, dependente do favor de um caudilho, para se converter em um sujeito ativo, beneficiário de um subsídio, produto da própria luta” (id. ibid., p.94-95). Nesse sentido, os autores acreditam que se abria a possibilidade de uma nova forma de “fazer política”.

Na primeira entrevista que realizamos, Mary estava desempregada e recebia o subsídio, *Plan Jefas y Jefes de Familia*, e as mercadorias uma vez ao mês pela participação nas marchas. Também, tinha iniciado os trâmites para o subsídio para mães com mais de sete filhos, que posteriormente lhe foi concedido. Outro caso era o de Lorenza, que começou a participar na condição de desempregada e recebia o *Plan* e, mais tarde, em virtude da idade, conseguiu fazer o pedido da aposentadoria. Ela explica:

“(…) cuando cumplí los setenta años me dice don Chino, por eso le agradezco yo a él, me dice, este: Usted tiene que ir a ANSES⁷⁵, no a PAMI⁷⁶, (...) Que nadie me decía eso a mí, pero claro él estaba en eso, haciendo el bien a todos, digo yo (...) Y bueno después me salió y estuve cobrando el Plan y después, a los setenta, la obligación, la ley esa que salió que tenían que hacer la pensión de la vejez de los setenta.”

O depoimento revela a situação de exclusão de quem, inicialmente, desconhecia tanto os direitos como os caminhos para aceder aos mesmos. Também, o reconhecimento da aposentadoria como direito legitimado pela lei. Lorenza conseguiu atenção médica e medicamentos pelo sistema de saúde do *Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados* (INSSJP, mas conhecido como “Pami”), e a aposentadoria e continuou a receber a mercadoria. Consideramos relevante esboçar sua trajetória. Ela nasceu em 1929, na província de Catamarca. Seus pais moravam na zona rural, o pai criava gado,

“(…) nosotros hacíamos con mi madre, que tenía tunales hacíamos el arrope, que vendían, íbamos sacábamos la leche de las vacas, hacíamos queso, que se vendía todo ¿eh? Para que uno compre las cositas. Nosotros hemos sufrido mucho en el campo. Mucho. Ellos no, mis hijos se vinieron para acá y empezaron a trabajar. Pero yo más, antes (...) De kilómetros, kilómetros nos mandaban de allá de la casa de mis padres a la escuela, caminando ¡¿eh?! Caminando, cuando éramos chicos nosotros. Yo tenía, qué sé yo, doce años.”

Casou-se, teve cinco filhos: quatro varões e uma mulher, que faleceu. Em 1968, ficou viúva. Trabalhou como cozinheira na escola onde frequentavam os filhos, “*También hacía el pan para la escuela, en casa hay horno de barro como nosotros tenemos acá, esse [o pão que nos ofereceu] es de horno de barro*”. Um dos seus irmãos foi o primeiro a migrar, os filhos dela continuaram o processo de migração, pois “*no había para qué se queden allá*”. Ela migrou em 1979, “*a estar con mis hijos, a atenderlos y todo*”.

⁷⁵ Sigla da *Administración Nacional de la Seguridad Social*.

⁷⁶ Sigla do *Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados* (INSSJP).

Como sua casa é vizinha do centro, costumava ver muitas pessoas reunidas, juntando roupas usadas, vendendo etc. Até que um dia decide conversar com o coordenador, “*le digo que si yo me podía anotar ahí, ‘¡Cómo no!’*, me dice él, *que querían más gente. Y bueno y ahí empecé, ahí empecé*”. Atualmente, diante da dificuldade de conseguir emprego, novas migrações temporárias são necessárias, seus filhos viajam uma vez por mês para trabalhar em outra província, “*Sí ellos se fueron a Puerto Madryn, antes de ayer vinieron de Puerto Madryn. Sí, trabajan ahí y se van a ir ya*”.

O grupo que funciona no *Centro de Jubilados Paz y Justicia* reúne, aproximadamente, quatrocentos membros, entre aposentados/as, desempregados/as e jovens, em quatro bairros: La Matilde, Cabot, Ovejero e Cri-cri, e uma horta no município de Maquinista Savio. Todas as terças-feiras, à tarde, realizam-se as assembleias no centro. Há frequentemente um balanço da participação em alguma marcha recente, e a organização das ações próximas do grupo. Geralmente, se notificava qual seria a marcha seguinte e o motivo da mesma. Às vezes, explicava-se como seria, tendo como referência um protesto anterior, e se salientava que não era para ter medo, pois não reprimiriam. A falta de envolvimento, de compromisso com o movimento foi uma questão discutida em todas as assembleias das quais participamos. O coordenador questionava as pessoas que faltavam às marchas ou que recebiam o subsídio, mas não cumpriam o horário de trabalho no centro. Nesses momentos, incentivava os presentes a falar, a expor os problemas que os estavam incomodando, afirma Mary: “*que digan, que todos tienen derecho de hablar ahí, todos*”. Nesse sentido, comenta

“Yo siempre hablo en las, así cuando hay plenarias, hablo yo, a todas las compañeras que estamos les hablo ‘Si no somos unidas, no vamos a hacer nada. Tenemos que estar unidas y que no haya egoísmos. Si nosotras unidas podemos juntar, uno sabe una cosa y nos podemos juntar: una sabe tejer, una sabe coser, una sabe hacer manualidad’. Y se puede hacer, y se puede conseguir algo luchando, pero no ir a robar y matar una persona. Porque esto no es ninguna ofensa, al contrario, es bueno para las jubilaciones y para la gente desocupada.”

Como o recebimento do subsídio está sujeito a uma contraprestação de, no mínimo quatro horas e no máximo seis, o grupo de desempregados/as costuma empreender algum tipo de projeto produtivo que, eventualmente, no momento de deixar de receber o subsídio poderia constituir uma fonte de renda. No caso do grupo pesquisado, essa atividade possibilitava uma captação de recursos bastante limitada que se destinava a cobrir os gastos gerados pela organização (aluguel de ônibus para

marchas, e diversos gastos administrativos: uso de telefone, cópias de documentos para a tramitação dos subsídios, despesas de transporte etc.), e, em algumas situações, funcionava como fundo ao qual se poderia recorrer em caso de uma emergência. Nesse sentido Mary afirmava:

“Hay gente que puede ir a la mañana va a la mañana, hay gente que puede ir a la tarde, va a la tarde y se traen ropa, se vende y esa plata queda toda ahí, para la gente que necesita. A veces un desocupado necesita pagar la luz y no tiene, bueno se le da, cuando consiga lo devuelve, para comprar remedios cuando una compañera está enferma. Es todo para la lucha, nadie toca y todas las reuniones hay un cuaderno grande y nos toman la asistencia, nos llaman y está todo ahí.”

No momento em que realizamos o trabalho de campo, funcionavam dois ateliês: Cortinas com material reciclado e Costura. Também, foram ministradas oficinas de confeitaria por Graciela Centurión, como forma de reciprocidade pela participação do grupo nas suas reivindicações por justiça. Ademais, as mulheres mencionaram um ateliê, que funcionou anteriormente, de flores de garrafa pet realizado com outra delegada, e a produção de pão caseiro. Cabe salientar que nesses espaços participavam somente as mulheres. Apenas em uma oportunidade, um pequeno grupo de desempregados compareceu para planejar a realização de trabalhos de alvenaria. Segundo as entrevistadas, essa “ausência” dos homens no cotidiano do movimento não se devia à reinserção efetiva no mercado de trabalho, senão à realização de “bicos”.

Cabe assinalar que o desenvolvimento de projetos produtivos, como dos ateliês mencionados, nem sempre responde a uma divisão sexual típica das atividades de acordo com o gênero⁷⁷. Há experiências de outros grupos piqueteiros em que as mulheres realizaram, por exemplo, trabalhos de pintura, “*Algunas chicas se quejaban de que las mandaban a pintar la escuela (...) Hoy en día hay señoras y señoritas que son excelentes pintoras de casa.*” (KOROL, 2006, p. 35).

As atividades nos ateliês eram coordenadas por duas delegadas: Carmem e Gladis. A primeira explicava que como delegada suas tarefas eram: realizar diversos trâmites referentes aos subsídios, coordenar a entrega de mercadorias, ajudar na organização das assembleias e reuniões, anotar a presença durante as marchas e nos ateliês, registrar o pagamento da contribuição de sete pesos argentinos de cada um dos participantes do grupo, que recebiam o subsídio. Assim, o coordenador reconhecia:

⁷⁷ Também, no Brasil há experiências de empreendimentos produtivos que contribuem para superar visões estereotipadas da divisão sexual do trabalho como, por exemplo, a líder comunitária Rosalina Batista, que criou em 1991 a Associação das Mulheres Batalhadoras, em que as mulheres realizaram oficinas e trabalhos de alvenaria, e a das mulheres do Assentamento Pirituba II e sua marcenaria coletiva autogestionária (CHERFEM & MONTRONE, 2008).

“Tenemos un montón de compañeras que hacen una tarea muy ingrata dentro del movimiento, de la pelea por el fideo, de la pelea por un plan, la pelea para que vengan a trabajar, la pelea, la discusión de esto. Son, hay tareas muy ingratas que uno tiene que estar discutiendo con los pobres cómo es la organización para que vayan entendiendo que esto es una organización seria, que tenemos que poner el lomo todos y abajo del agua, abajo de la luz tenemos que hacer las cosas.”

Nos ateliês, a função das delegadas era cuidar, também, das relações entre as mulheres, *“bueno tratamos, como yo decía recién que las mujeres se lleven bien, de tratar de solucionar los problemas, que siempre surgen, porque viste cuando hay mucha gente siempre hay algún problema”*. Consideramos que esses ateliês se configuraram como espaço feminino, lugar/espaço de sociabilidade, de solidariedade, fora da casa e dos olhares dos homens (PERROT, 1992, p.203). Enquanto iam construindo as cortinas, as mulheres conversavam, compartilhavam preocupações e alegrias, trocavam experiências e até a sexualidade era verbalizada em forma de brincadeiras. A pesquisadora inseriu-se nesse espaço de sociabilidade, fazendo como outras mulheres que não estavam obrigadas a comparecer, desfrutando desse “estar junto”, denominado por Perrot (1992) “prazer do convívio feminino”, compartilhando conversas sobre a vida, ouvindo e sendo ouvida.

A quantidade de participantes nos ateliês era muito variável, registramos de quinze a trinta mulheres de diferentes idades, geralmente, adultas. Algumas iam acompanhadas pelas filhas moças, enquanto as mais jovens levavam crianças de colo. Na entrevista que realizamos com as delegadas, comentamos a respeito do número de mulheres participantes no grupo, considerando que, em uma das assembleias, dos 58 participantes, mais de 40 eram mulheres. As delegadas manifestaram que já tinham observado essa característica do movimento, durante as marchas. Assim, para Carmem essa presença massiva se devia ao fato de as mulheres estarem no lar, enquanto Gladis apontava outras motivações:

“A lo mejor porque las mujeres son más corajudas, vemos más la necesidad que hay y no nos da vergüenza salir a la calle a luchar, por lo menos a mí no me da vergüenza salir a la calle a luchar y a los hombres no les gusta, viste como son, son orgullosos, no quieren pedir. No todos no, pero (...)”

Várias das entrevistadas se referiram à “necessidade”, no sentido de escassez de bens básicos, como motivação para ingressar no grupo. Assim, como outrora, a necessidade era o argumento que justificava a saída do lar para trabalhar na fábrica (LOBATO, 2000), na situação de desemprego atual e diante da dificuldade de se

incorporar no mercado de trabalho, a *necesidade* as leva a desenvolver um itinerário político. Algumas foram beneficiárias de outros programas sociais do governo provincial, mas agora para receber o subsídio deveriam “lutar”. Essa condição cria uma situação diferente que potencialmente orientaria ao engajamento. Nesse sentido, Gladis comenta que ela também chegou por necessidade, “*Creo que todo el mundo viene por necesidad*”, mas que com o tempo “*me fue gustando y también así de repente me empecé a ofrecer para ayudar a entregar la mercadería*”.

Assim, perguntamos quem eram essas mulheres que, como Mary, por necessidade, passavam a integrar as fileiras de um grupo piqueteiro, neste caso do grupo da CCC zona norte. A partir dos questionários biográficos, identificamos dois grupos. O primeiro formado por mulheres com mais de 40 anos, na sua maioria, migrantes de diferentes províncias do interior do país, como Catamarca, Tucumán, Chaco, Misiones, Santiago del Estero, Mendoza e Entre Ríos, ou países limítrofes (Paraguai e Uruguai). Oriundas de famílias da zona rural que possuíam sítios; ou estavam inseridas na produção agrícola local ou na indústria vinculada; ou, em um par de casos, trabalhavam no comércio local ou como funcionários públicos. A maioria das mulheres entrevistadas deixou os estudos prematuramente para trabalhar na produção agrícola familiar ou fora do lar, geralmente como babás, ou realizaram as duas atividades: estudo e trabalho, concomitantemente, durante algum período, até abandonar o primeiro.

Migraram em diferentes épocas, algumas acompanhadas por membros da família; outras sozinhas, mas contando com parentes no local de destino. Acabaram morando na conurbação bonaerense. Apenas uma das mulheres percorreu diferentes províncias para finalmente se estabelecer em Buenos Aires. Ainda adolescentes se inseriram no mercado de trabalho como babás, logo como empregadas domésticas (apenas uma declarou que teve carteira por sete anos), também como cozinheiras, garçonetes, em trabalhos terceirizados ou como operárias em fábricas do parque industrial local. Quando ficaram fora do mercado de trabalho, tiveram grandes dificuldades em se reinserir, segundo elas, em razão da idade. Assim, faziam diferentes atividades para se sustentarem: faxina por hora, trabalhos de costura, produção e venda de pão e/ou comidas, cuidado de pessoas idosas ou doentes etc. Dizem que entraram no movimento por “*necesidad*”, mas permaneceram por causa das pessoas que encontraram, pois fizeram amizades e várias afirmaram que gostavam de participar, que se sentiam úteis e estavam tentando aprender coisas da política. Também, manifestaram admiração pelas companheiras mais engajadas.

O segundo grupo está constituído por mulheres da primeira ou segunda geração de migrantes ou imigrantes. As mais velhas conseguiram completar o ensino fundamental, trabalharam ocasionalmente como babás, operárias ou faxineiras, mas no momento estavam desempregadas, e seus maridos tampouco possuíam emprego fixo. Tinham um ou dois filhos. As mais novas eram adolescentes e recebiam um subsídio para estudar.

Diferentes pesquisadores/as apontam essa presença majoritária de mulheres nas filas do movimento piqueteiros, segundo Lobato & Suriano (op. cit.) 60% dos integrantes são mulheres, para Espinoza (2004) estas representariam 70% do movimento, enquanto Massetti (2004) afirma que nas organizações piqueteiras há participação majoritária das mulheres nas tarefas comunitárias e coletivas "em uma proporção de 6, 7 ou 8 a 10 acima dos homens", mas a única organização que conta com uma dirigente de nível nacional é a CCC (id. ibid., p. 131). Cabe apontar que o MIJP, liderado por Raúl Castells, contou também com fortes lideranças femininas como Norma Plá⁷⁸ e Nina Peloso⁷⁹.

Essas cifras contradizem a percepção que em geral se tem da participação das mulheres no movimento, porque a maioria das referências das organizações é constituída por homens e a imagem criada do piqueteiro exclui o papel feminino (ESPINOZA, 2004), em razão de ser o homem o desempregado, pois é ele que se vincula ao mundo do trabalho. Paradoxalmente, as mulheres são maioria no movimento, talvez por ser foco das políticas de assistência. Espinoza (op. cit.) levanta algumas hipóteses para explicar a liderança "masculina": o diferencial de experiência política dos homens, que por terem sido operários contavam com uma trajetória no âmbito

⁷⁸ Norma Beatriz Guimil de Plá, dona de casa, viúva e mãe de quatro filhos, liderou o movimento de aposentados no começo da década de 1990. Dizia: "*Cuando uno empieza a tener hambre y ve que la situación no mejora, lo único que queda es salir a luchar*". Assim, encabeçou diversos protestos: *ollas populares*, tomada de prédios do Estado, o histórico acampamento de 81 dias na Plaza Lavalle, na frente do Supremo Tribunal de Justiça, etc., exigindo uma aposentadoria mínima de 450 pesos argentinos e a participação dos beneficiários no INSSJP-Pami. Também organizou manifestação na frente da casa do ex-ministro de Economia Domingo Cavallo, fazendo *choripán* (sanduíches de lingüiça).

⁷⁹ A trajetória de Nina, ex-companheira de Raúl Castells tem vários pontos de encontro com as referidas acima. Originária da província de Corrientes, de uma família de trabalhadores rurais, a partir dos sete anos realizou tarefas na produção agrícola. Comenta: "*Éramos 15 hermanos ¡Quince! Cosechábamos zapallo, tomate. Pero lo más importante, de lo que vivíamos, era el tabaco y el algodón*" (VIAU, 2002). Quando fez dezesseis anos, migrou para Buenos Aires com seus avôs. Trabalhou em um frigorífico e, posteriormente, em uma pequena indústria de plásticos. Explica que o estabelecimento era precário, mas com o tempo construíram um prédio. Contudo, "*nosotros no progresábamos de la misma manera. Yo no entendía por qué pasaba eso. Si yo trabajaba 9 horas, desde las siete de la mañana a las cuatro de la tarde*" (id. ibid.). Apresentou-se como delegada e foi demitida. Como não queriam lhe pagar a indenização pelos dezesseis anos trabalhados, "*Reclamé y como no me hacían caso tomé la fábrica yo sola. Todo el tercer piso*".

sindical; uma mistura de comodidade e de manutenção da lógica machista e, citando Svampa & Pereyra (2004): as estruturas patriarcais que excluem as mulheres dos papéis de representação e da juventude do movimento. Também, apresenta a visão de uma militante da *Frente de Trabajadores Combativos* (FTC), segundo a qual a ausência das mulheres nas lideranças deve-se ao fato de que esses lugares foram ocupados por profissionais ou estudantes, que não pertenciam ao movimento.

No movimento analisado por Andújar (2005), a *Unión de Trabajadores Desocupados* (UTD)⁸⁰, a direção informal da organização reside em várias pessoas, a maioria, ex-trabalhadores da empresa, sendo o principal referente “*Pepino*” Fernández, enquanto as mulheres, mesmo quando reconhecidas pelos outros como lideranças, não se identificam como tais. A autora reflete:

O exercício da liderança remete a um espaço exclusivamente “masculino”, em virtude de que todas as condições que o fazem possível referem-se a atributos vinculados aos varões. E mais ainda: quando as mulheres portam visivelmente também coragem, convicção, experiência política, arrojo etc., a preeminência que adquirem é diante outras mulheres. Porém, não necessariamente alcança, por um lado, para se sentir em pé de igualdade respeito dos líderes homens (ou que o reconhecimento das mulheres restantes aponte nessa direção e não preferir a presença de um varão); pelo outro, para reivindicar a liderança na organização se se compete por ela, ou se sentir legitimada ao se pensar como tal (id. *ibid.*, p. 12)

As entrevistadas de Andújar argumentavam que: “Suas ações estavam motivadas pelo amor, que é a recepção do afeto das demais pessoas o que as fortalece, ou que suas pretensões políticas estão longe de aceder a algum tipo de liderança.” (id *ibid.*, p.12). Uma fala semelhante foi ouvida de uma de nossas entrevistadas, Emma Martin, liderança do MML, manifestando suas motivações para participar dessa organização. No caso de Nina Peloso, liderança do MIJP, seu interesse não era a política partidária, senão combater a injustiça, “*Entender por qué dicen que no hay lo que nosotros sabemos que hay. Por qué de arriba decían que no había pero había para coimas en el Senado o por qué Carlos Menem regaló Aerolíneas mientras se hacía la pista de Anillaco*” (VIAU, 2002). Explicava que seu engajamento se devia ao fato de ver que passados quarenta anos as crianças estavam na mesma situação de carência que ela e seus irmãos, “*Eso es lo que me empuja. Estoy con gente más pobre de lo que cualquiera pueda imaginar. Comen zapallo hervido, fideos hervidos que traen del Mercado Central. O polenta. Carne, ni hablar. En un país donde se tira una semilla en la vereda*

⁸⁰ Organização piqueteira surgida em abril de 1996, formada por ex-trabalhadores da empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF). Segundo Andújar a base da organização está composta por mulheres adultas desempregadas, homens jovens e mulheres que nunca tiveram um emprego estável.

y crece lo que uno quiere” (id. ibid.). Em 2007, compartilhou chapa presidencial com Castells, como candidata a vice-presidenta.

No caso do grupo da CCC pesquisado, o coordenador é homem, duas mulheres são delegadas e uma secretária, mas há outras que são reconhecidas como lideranças. A trajetória do coordenador remete-se à militância do pai no Partido Comunista e na liderança de movimentos de camponeses.

“Bueno, mi padre, en la familia, él salió la oveja negra y siempre él, pensaba en sí mismo por resolver el tema de los pobres. Él tenía tantas cosas viste que a veces veía la pobreza y decía ¿cómo es esto? Entonces era una pelea en la familia y entonces él peleaba por sus pobres. (...) Bueno yo vengo de esa cosa, así en política de otros partidos nunca me, nunca me llamó la atención pero yo siempre estuve en los gremios, de chico estuve peleando por, por lo pobres.”

Participou também em movimentos rurais de Mendoza, “*una provincia muy rica*”. Migrou faz mais de trinta anos, “*porque acá venían todos los provincianos a las grandes ciudades los largaban, porque ya se venía la cosa, la crisis*”. Trabalhou como operário, foi delegado e ficou desempregado. De sua trajetória na fábrica Ford, lembra:

“Acá nosotros, cuando yo estaba en la Ford, nosotros tomamos la Ford y estuvimos dieciocho días en la fábrica y nosotros ahí demostramos al mundo, desde acá de la Argentina, demostramos al mundo que nosotros no queríamos patrones, que nosotros éramos capaces de producir los coches. Y bueno, no había capataces, no había directivos, los coches los fabricamos nosotros porque nosotros somos la máquina humana de los laburos que todo lo hacemos nosotros. Hay un patrón ahí que mira y no sabe nada, nosotros somos los que producimos. Y bueno eso ahí se acabó por las mismas malas políticas que han influenciado aquí la Argentina.”

No grupo, também, havia mulheres que tinham trabalhado de forma voluntária do *Plan Vida*⁸¹, portanto, contavam com uma experiência prévia de organização comunitária e até possuíam sua própria rede no bairro, pois cada uma era responsável por distribuir alimentos em uma “*manzana*” (quarteirão), por isso receberam o nome de “*manzaneras*”. Contudo, segundo Masson (2004), a imagem criada da *manzanera* tentava apagar qualquer vínculo com a política.

Sua tarefa é cuidadosamente delimitada, relacionada com o trabalho doméstico e associada a funções biológicas. Assim, trata-se de que simbolicamente a tarefa das *manzaneras* seja concebida como uma função natural, própria do sexo feminino, ou como uma missão religiosa. Portanto, supõe-se que a *manzanera* deve estar sempre disponível; não pode nem deve aspirar a recompensas que não sejam o agradecimento ou o amor das pessoas. E o mais importante é criar agentes sociais que, agindo em nome de interesses

⁸¹ Programa social da província de Buenos Aires destinado a mulheres grávidas e crianças de até cinco anos de idade. Segundo Masson (2004), em 1998, no *Plan Vida* trabalhavam em forma voluntária 36.000 mulheres de bairros pobres.

“apolíticos”, passam a ocupar lugares estratégicos convertendo em alguns casos sua “participação” em um espécie de colaboração política (id. *ibid.*, p.110)

Masson (op. cit.) identificou episódios em que essas mulheres realizavam reivindicações diretas às autoridades municipais, entrando assim no terreno político. As *manzaneras* que passaram a ter pequenas quotas de poder “ameaçaram” atores já estabelecidos e com uma trajetória mais ampla de militância partidária como vereadores, prefeitos e caudilhos políticos. A rede que elas construíram sobrepunha-se a uma já estabelecida, revelando que a própria atuação se encontra sujeita “aos condicionamentos de uma lógica política mais ampla” e suas possibilidades reais de “participação” distribuídas desigualmente segundo sua posição na rede (id. *ibid.*, p. 134-135). São algumas dessas mulheres que também passam a fazer parte do movimento.

Contudo, a maioria das entrevistadas manifestou não ter participação política prévia, apenas duas se afiliaram a partidos políticos, mas nunca participaram efetivamente. Reconheciam que nunca tiveram interesse na política e, em razão disso, não entendiam muito do assunto. Contudo, algumas afirmaram que agora estavam aprendendo. Assim, Gladis afirma que, quando via alguma informação na mídia sobre o tema e ficava com dúvidas, costumava perguntar ao marido ou ao coordenador do grupo. Este considerava que bastava pegar um jornal e já se estava fazendo política, “*entonces todo el mundo está haciendo política lo que pasa es que a veces ocultan esa verdad*”. Também, identificava que assim como há muitas pessoas que estão apenas participando para obter o subsídio ou os alimentos, outros vêm com o interesse de aprender a discutir a política e outras coisas.

“(…) estas compañeras son unas grandes dirigentes [*pelas delegadas presentes*], dirigentes son dentro de la organización, porque ellas resuelven el tema de los papeles, resuelven los temas de esto, resuelven los temas de aquellos, cómo se van a organizar para esto. Entonces van haciendo la política, a ellas les va costando pero son las dirigentes del movimiento. No se ven como dirigente, pero son. Decimos que nosotros apostamos a estas compañeras porque son las que apalancan el movimiento.”

Embora haja interesse em que as pessoas discutam sobre política e se aprofunde o debate, durante as assembleias, as interações se reduzem a breves comentários. Algumas poucas mulheres se manifestam e quando o fazem é sempre com muita garra. Assim, o coordenador costuma afirmar que não é que elas não saibam discutir sobre política, senão que apenas precisariam aprender uma direção para que “*el día que dirijamos este país estas compañeras serán las que estarán en economía, en los*

colegios, enseñándoles a los chicos”. Essa aprendizagem aconteceria no próprio cotidiano do movimento.

Nesse sentido, um episódio observado durante o trabalho de campo assinala que não se trata apenas de uma aprendizagem que deve ser adquirida por elas, e sim da necessidade de mudança das dinâmicas dos atores políticos estabelecidos, semelhante às apontadas na trajetória de Norma Durante.

No marco dos preparativos para participar do *XXIII Encuentro Nacional de Mujeres*, que aconteceria em Córdoba, as delegadas prevendo que o dinheiro arrecadado não seria suficiente para custear os gastos dos dois ônibus, tinham encaminhado à Secretaria de Governo um pedido de subsídio para pagá-los. Porém, os dias passavam e continuavam sem ter resposta. Assim, um grupo de mulheres resolveu consultar sobre a resolução do Secretário de Governo. Na Secretaria, pediram para ser recebidas por ele, mas este não estava. Na saída do prédio, o coordenador, que se encontrava no local para resolver outro assunto, sugeriu que falassem com o Prefeito, no prédio ao lado. Assim, dirigiram-se até a recepção e solicitaram o atendimento. A recepcionista informou ao Prefeito sobre a presença das mulheres, mas, também, comentou que estava o coordenador da CCC. Assim, o Prefeito disse que era para apenas ele entrar na sala.

A situação causou mal-estar entre as mulheres, que se sentiram “deixadas de lado”. Comentavam que sempre era desse jeito por ser o coordenador conhecido pelos políticos e autoridades. Faziam bromas, mas deixavam claro que da próxima vez, não iriam. Uma das mulheres do grupo de aposentadas disse que era melhor que o coordenador fosse “*es bueno que vaya un hombre, así nos respetan*”. Mita, uma das lideranças, questionou a colega: “*Vos creés que nosotras no nos sabemos hacer respetar*”. Quando o coordenador voltou, algumas reclamaram por não ter sido convidadas. Porém, a notícia de que tinha conseguido o subsídio abafou as queixas. Nos dias seguintes, soubemos que as negociações não tinham sido tão bem sucedidas quanto pareceram, pois o Prefeito apenas tinha reservado um ônibus. Assim, foi preciso mais uma marcha, desta vez, em uma outra cidade para conseguir subsídio.

Considerando que a participação está vinculada, inicialmente, ao recebimento de um subsídio que, em razão da situação de crise, passa a ser fundamental para a sobrevivência familiar, será interessante explorar as dificuldades que estas mulheres enfrentam para desenvolver um itinerário político. Observaremos que, mesmo aguçadas pela necessidade, os obstáculos para a participação são semelhantes aos mencionados nas outras trajetórias apresentadas. Gladis explica:

“Porque a mí me habían dicho que era una reunión semanal y una o dos marchas por mes, pero después la lucha es siempre [*com ênfase*] y a veces tenemos hasta tres o cuatro marchas en el mes. Este tiempo atrás teníamos muchas marchas seguidas. Y bueno al principio mi marido no quería y yo le hablaba cómo era el tema, qué salíamos a buscar, (*por*) qué salíamos a la calle. Porque me decía ‘ustedes cualquier cosa salen a la calle’. No era la palabra que usaba, ¿no?, pero yo le decía que no, que donde nos necesitaban ahí estábamos.”

Suas filhas sempre a apoiaram mas, no começo, seu marido era quem colocava impedimentos. Assim, “*había días que no quería seguir más, que estaba cansada, cansada de discutir, porque te cansa, discutíamos*”, e muitas vezes ela acabava desistindo de participar em alguma atividade. Mas, confessa que quando chegava o dia de uma marcha, “*me agarra la emoción, quería ir. Y ya estiraba la cara, me ponía cara de enojada*”. Então, o marido terminava aceitando, “*Me decía: Y bueno, andá, andáte si querés ir. Y me venía a las corridas con ella (a filha) también*”. Atualmente, quando percebe que está estressada, pergunta-lhe quando será a próxima assembleia. Explica que, em outra época, não gostava de estar com outras pessoas, mas que a partir da militância começou a ser mais sociável.

Arendt (op. cit.) aponta a existência da “felicidade pública”, decorrente de estar com os outros, como parte da experiência política. Segundo ela, “significa que quando o homem toma parte na vida pública, abre para si uma dimensão de experiência humana que de outra forma lhe ficaria fechada e que de uma certa maneira constitui parte da ‘felicidade’ completa” (id. *ibid.*, p.175). Percebemos que nas outras trajetórias apresentadas se evidencia que o desenvolvimento da militância lhes permite descobrir essa dimensão da experiência negada às mulheres. Nesse sentido, Lucy de Cornelis, fundadora do MML, expressa:

“Que yo siempre digo que bueno, por un lado agradezco que me haya pasado lo que me pasó, porque conocí a un mundo distinto, y me, bueno digamos que me da, me ayuda a vivir. No cambiaría ni un día de mi vida de antes por un día de hoy, porque te ayuda a vivir a hacerte fuerte.” (FERNÁNDEZ, 2004)

As participantes que têm filhos pequenos costumam levá-los nos protestos, mas quando estes frequentam a escola, fica difícil acompanhar todas as marchas. Assim, uma delas afirmou que revezava: uma vez ia à marcha com ele, outra o levava para a escola. Mary descrevia

“Sabés, un montón de gente que va con tres, cuatro chicos y se pregunta la gente porqué traen chicos y es para los chicos el sacrificio que estamos haciendo, para la mercadería. Y cuando le dan la mercadería, la gente se pone contenta, lleva treinta productos, si va dos gente a la marcha son sesenta

productos, le dan todo, azúcar, leche, harina, fideos, lentejas, de todo, hasta la lata de durazno, dulce de batata de todo hay. Y la gente va feliz, porque nadie le obliga ir a la marcha, va a cada marcha, le da mercadería y va a reclamar las cosas, que le manden comida, porque hay muchos, y que a los jóvenes le pide trabajo, para sacar de la calle, porque hay muchos que están en la calle, demasiados.”

Seu marido se opõe à participação dela no movimento. Durante a entrevista, o costume de enfrentar essa oposição faz os argumentos brotarem em uma espécie de diálogo imaginário. Ele diz que pode ser perigoso ir às marchas, “*y bueno si me va a pasar me va a pasar igual acá*”; que não iria receber o subsídio, “*porqué no, si yo tengo siete hijos, la ley dice que tiene que hacer lo de más de siete hijos*”; que no caso de receber o dinheiro é muito pouco, “*es una ayuda para nosotros, le digo: Un día que vos no podés, tenemos para pagar la luz y el gas... Bueno, no es mucho, quinientos pesos no es mucho. Pero si no tenés nada es peor, porque nos van a cortar todo (os serviços)*”, que gosta de andar na rua, “*A mí me gusta sí andar en la calle, pero con los papeles que tengo que hacer y los entregué todos*”; que está abandonando a casa e os filhos, “*Bueno, mis chicos ya están grandes, no estoy diciendo tengo de tres, cuatro, cinco años que tengo que dejar, si come o no come, el peligro de acá. Este [filho caçula] se hace se sabe hacer mate cocido, milanesa, de todo*”; que os vizinhos vão comentar, “*Lo lamento si no te gusta, si él tiene malos pensamientos por mí, no me interesa, pero yo adentro tengo la buena consciencia*”. Seus filhos tampouco gostam que ela participe de um grupo piqueteiro, em virtude do preconceito que existe em relação ao movimento, mas ela manifesta

“Yo soy extranjera, pero yo me siento orgullosa de poder hacer estas cosas que estoy haciendo y para mí no es ninguna ofensa, no es ningún poquito. Digamos que yo voy a tener vergüenza así, que soy piquetera, no, no tengo vergüenza, porque vamos a luchar para que nos den, ¿o no? No vamos a matar, vamos a hacer una marcha pacíficamente, (...)”

Esse posicionamento que ela passa a defender com tanta firmeza, que envolve sua prática política, mas também suas origens e suas escolhas, está vinculado a um episódio marcante em sua trajetória que ocorreu poucos meses após ter começado a frequentar o grupo da CCC. Ela revelou-nos que quando o filho caçula fez cinco anos, um evento levou-a decidir a deixar o marido e abandonar o lar. Levou o filho e ficou afastada por seis meses. Nesse tempo, recorreu aos filhos solicitando ajuda, mas não obteve nenhum tipo de apoio: nem na decisão, nem para se sustentar. Assim, decidiu voltar, pelo filho caçula. Diz que conserva até hoje o papel da denúncia de abandono

que ela mesma fez na Delegacia. Volta ao grupo da CCC, também, e “luta” até conseguir o subsídio. Militância e cotidiano se reforçam no ponto em que a mesma começa a se colocar como um dos eixos principais de sua vida.

Outro dado que nos surpreendeu foi que ela, mesmo estando ciente dessa estigmatização de piqueteiro, se declarasse como tal, quando muitas pessoas que participavam do grupo não se reconheciam, diante terceiros, enquanto tais. Mesmo tendo engajamento no movimento, costumavam dizer apenas “*voy a las marchas*”. No entanto, Mary, que para alguns participantes não era das mais engajadas, se dizia orgulhosa de ser piqueteira, “*gente que lucha para bien, para mí para bien. Más de eso no sé explicar, porque yo consigo todo en lucha lo que estoy teniendo...*”.

A experiência de discriminação da infância e outras vivenciadas se re-atualizam em cada marcha

“(...) porque los ricos nos dicen ‘Piqueteros de mierda, porqué no se van a trabajar’, y todos le dicen: Si habría trabajo dignamente, hacemos, porque no vamos a vivir por ciento cincuenta toda la vida, no nos alcanza eso. Si hay trabajo, y encima te discriminan, si no tenés secundario completo no hay trabajo. Y a quién le dan oportunidad los políticos, a nadie (...)”

Foi possível identificar, atrelada a essas discriminações, o preconceito étnico-racial e sua explicitação em comentários racistas em relação aos participantes do movimento, revelando como afirmam Belvedere et al (2008), que a percepção de um “Outro” tomando como base o estereótipo racial é constitutiva das classes sociais na Argentina. Segundo os autores,

a cor da estrutura social local mostra que a população mais acobreada pertence, em geral, às posições inferiores, coloração resultante de várias formas de mestiçagem que implicam fortemente as heranças aborígene e africana, enquanto as camadas superiores costumam estar ocupadas pelos estratos mais “branqueados”. (id. *ibid.* p.43)

O racismo se explicita no uso particular da noção de “negro”, típico desses discursos, pois se, por um lado, existe uma negação da população afro-descendente argentina como testemunham, por exemplo, os trabalhos de Miriam V. Gómez⁸², ao mesmo tempo, esse estigma se desloca para quem possui o biótipo social culturalmente construído do mestiço latino-americano. Para Quijano (op. cit.), as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados transformaram-se em referências para

⁸²“*La presencia negroafricana en la Argentina pasado y permanencia*”. Disponível em: <<http://www.bcnbib.gov.ar/bibliopress/bibliopress9-2.htm>>, consultado em 17 abr. 2009.

supostas estruturas biológicas diferentes entre os grupos (id. *ibid.*, p.36-37). Assim, os colonizadores codificaram a cor como a marca emblemática da categoria racial,

E na medida em que as relações sociais que estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes a cada um e interpretadas como determinantes destas e, portanto, do padrão de dominação colonial que se impunha. (id *ibid.*, p.37)

Segundo Belvedere et al. (op. cit.), esse redirecionamento dos “dispositivos de exclusão” se dá quando pessoas pertencentes a setores populares “apresentam algum tipo de diferença ou estranhamento em relação aos códigos culturais da própria cidade”(id. *ibid.*). Assim, é comum que os/as piqueteiros/as, durante as marchas, sejam alvo de comentários racistas.

“Yo voy y lucho y gano, porque tengo que caminar para ganar eso”

No grupo da CCC pesquisado, compartilhamos diferentes tipos de protesto: olla popular, marcha, acampamento, concentração etc., geralmente, à Casa de Governo, Praça de Maio, Congresso da Nação, INSSJP-Pami, entre outros. Os depoimentos revelaram que a marcha era a ação que mais patenteava o significado da “luta” para os/as participantes. Astor Massetti realiza um estudo detalhado sobre o movimento piqueteiro e, especificamente, sobre as marchas da CCC. Segundo ele, a intervenção urbana desta organização se baseia em

uma “interpretação” da realidade política atual, e também uma sorte de “explicação” ou projeção da relação do movimento piqueteiro no contexto urbano. Quer dizer, forma parte de um “modelo” de ação política que tem a capacidade de dinamizar uma ação tradicional no repertório de ações políticas da Argentina, neste caso, a maneira em que se transita coletivamente no espaço urbano como forma de adquirir visibilidade política (a marcha) (id. *ibid.*, p.118-119, TN).

Garín, ponto de partida do grupo, fica a 40 km da Capital Federal, portanto as marchas que acompanhamos envolviam quase sempre o deslocamento dos/as manifestantes até a Capital. Costumavam utilizar o serviço público de transporte (trem e metrô). O coordenador era responsável pela negociação com as empresas que, por exemplo, no caso do metrô, indicavam qual unidade os/as manifestantes deveriam abordar.



Fotografia 26. Participantes da CCC durante a viagem no metrô, em direção à Marcha e Acampamento na Praça de Maio. Fotografia produzida pela pesquisadora, outubro/2007.

Apenas quando a manifestação era dos/as “*mayores*” do MIJP fretavam-se ônibus para facilitar sua participação. Assim, Massetti (op. cit.) salienta a capacidade de coordenação e planejamento da organização. Nossa entrevistada explica que as marchas são:

“La mayoría a la Plaza de Mayo, ahí a veces se queda la gente, a dormir. Y a veces corta ahí, Pueyrredón, y hace olla popular y lleva todas la gente, comida, va de todo. Y eso sale todo en el diario, de la olla popular comen todos ahí. Lleva ollas, todo en vehículos, dan todo a la gente, a los chicos más. Cuando hay más chicos, más comida hay, hacen la comida ahí. Cada uno lleva su platito y comen.”

Semelhante aos piquetes do interior do país⁸³, a mobilização se inicia com uma primeira caminhada no próprio bairro até o local marcado como ponto de encontro. Lorenza comenta:

“Yo siempre que salgo a algún lado hago: En nombre de Dios, yo me persigno y digo: En nombre de Dios, como hace siempre para salir de la casa. Y a veces solita me iba yo hasta la estación, temprano me iba, a veces a las siete y hasta la estación y allá estaban todos, todos los compañeros. Son todos conocidos, es tan lindo no. [Brinca] La lucha era para subir en el tren [riso]. Porque vos sabés venían de Sabio, de allá (...)”

Mary disse que, às vezes, quando a marcha é num local próximo ou são poucas pessoas que participarão “*por ejemplo vamos a ir a reclamar por la gente que se desaparece en Escobar, vamos a veces en el colectivo o si no caminando de Matheu a*

⁸³ Na sua etnografia do piquete, Ludmila Catela afirma que o caminhar dá origem ao protesto: “Se observarmos o início do piquete, podem ver-se numerosas pessoas que saem desde seus bairros a pé e caminham ao lado costados da rodovia até chegar ao lugar escolhido em reuniões anteriores. Ali se encontram com outros indivíduos e pouco a pouco conformam um grupo que dá início ao piquete”. (CATELA, 2004, TN)

Escobar, caminando”. Para ela, que não tinha experiência prévia de militância, um aspecto central era a segurança oferecida ao grupo durante o protesto.

“Del mismo grupo, se ponen todos chalecos, seguridad, seguridad. Se ponen todos alrededor, andan como de las manos y esa gente nos cuida, seguridad, hay un montón. Y van con los chicos, cualquier cosa que pase, ellos están poniéndonos en la pared, para que no corran, no pase nada.”

O setor de segurança protegia-os principalmente dos piqueteiros “malos”, que costumavam provocar distúrbios e motivar a repressão policial, “*porque el grupo de los piqueteros buenos cuidan a la gente que no haga, pero hay piqueteros que son malos (...) esos cara tapadas son malos, rompen auto, rompen todo*”. Na representação gráfica da marcha (ver Figura IV), podemos apreciar a forma de intervenção urbana da CCC, comum a outros grupos piqueteiros. Caracterizada pelo uso de um cordão de segurança marcando os limites de movimentação e, também, evitando o ingresso de agitadores ou elementos “estranhos” ao grupo. As pessoas encarregadas da segurança, às vezes, levam bastões que, embora não sejam geralmente utilizados, são interpretados como “símbolos da violência piqueteira” (CATELA, 2004). A autora caracteriza os membros do grupo de segurança da seguinte maneira:

Setor especializado dentro do movimento, que são “respeitados” e têm a seu cargo a vigilância e a custódia do grupo. A segurança é realizada em geral por homens, embora as mulheres podem participar e muitas vezes desempenham esse papel, conformando a parte do cinturão de segurança que rodeia o grupo, tomados uns aos outros por meio de bastões ou por uma corda, acompanham todo o percurso desde o bairro à rodovia. Ordenam ao grupo na chegada e organizam o momento da retirada (id. *ibid.*, TN)

Esse cordão de segurança também abrange a cabeceira, geralmente ocupada por pessoas representativas da reivindicação, como jovens, mulheres, homens desempregados, aposentados/as. Segundo Massetti (op. cit), marchar na cabeceira possui um valor simbólico, lugar de honra e privilégio para os/as militantes e líderes mais engajados. Também estão os chamados “*liberos*”, manifestantes que vão à frente para garantir a interrupção do trânsito, geralmente, auxiliados por agentes da polícia.

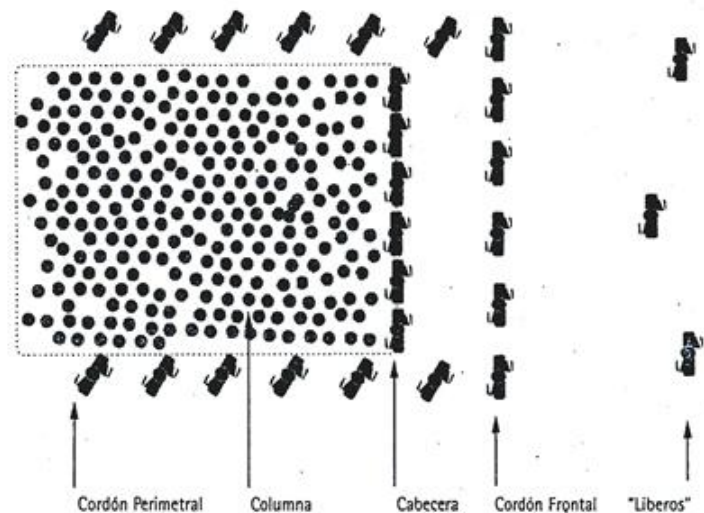


Figura IV. Formação de uma coluna de marcha urbana da CCC. Fonte: Massetti (2004, p.119)

A marcha passa a constituir um espaço social, pois os/as manifestantes, além de ocuparem um território determinado, respondem a uma série de normas que possibilitam o desenvolvimento do protesto. Apesar da representação gráfica, no interior da coluna, múltiplas interações acontecem. Se, em virtude da organização territorial do movimento, o primeiro espaço de pertencimento é o bairro, na ação coletiva, longe do bairro, pessoas alheias à metrópole reproduziam interações e práticas do cotidiano, como se estivessem no próprio bairro. Assim, no momento da concentração, que geralmente implicava um tempo de espera, rodas de chimarrão começavam a ser organizadas e as pessoas conversavam num clima descontraído.



Fotografia 27. *Mate & Marcha.* Participantes da CCC, em direção à Marcha e Acampamento na Praça de Maio. Fotografia produzida pela pesquisadora, outubro/2007.

Algumas participantes, quando inquiridos a respeito das atividades que realizavam no movimento, comentavam que faziam piquenique na Capital. Lorenza comenta:

“Es lindo porque a donde uno se para allá enfrente de algún, puede ser enfrente de Pami o enfrente de algún ministerio se queda ahí a como viste vos a tomar mate, a estar sentado si no tienen qué y toda cosa, así que, todo. Y uno conoce mucha [gente], vienen viste las marchas de todos lados que vienen, de todos centros, de todos los centros.”

Estar dentro da coluna não era apenas “ocupar” um espaço no protesto, um estar na rua manifestando, era partilhar de toda uma socialização a ele vinculada. Sair da coluna era se deparar com outro ritmo, o típico da capital portenha, com turistas passeando, pessoas saindo dos escritórios, fazendo compras etc. Para pessoas que tinham conhecido a Capital pela primeira vez com o movimento ou para quem circulou na época em que trabalhava, sair da coluna era ser outra vez o transeunte anônimo, desconhecido. Na coluna, era pertencer a uma comunidade, encontrar-se nos olhares dos companheiros, compartilhar conversas, cantos, música etc.



Fotografia 28. Participantes da CCC, em Acampamento na Praça de Maio. Da esquerda à direita, Ângela, sua mãe, sua tia; Gladis e Mary. Fotografia produzida pela pesquisadora, outubro/2007.

Algumas das dimensões identificadas por Silva (2004), nos acampamentos do MST podem ser reconhecidas também nas marchas e protestos da CCC, tais como o processo de construção do nós, vinculado ao bairro-comunidade, da politização da identidade, neste caso de “desempregado”, ademais da relevância de certos valores e crenças para construir um elo entre os indivíduos presentes como “a solidariedade, permeada pela amizade, pela ajuda mútua e por elementos religiosos calcados na

mística” (SILVA, 2004, p.82). Nesse sentido, a marcha pode se constituir em um espaço de aglutinação e de gestação de novas subjetividades.

Masseti (2004) salienta a luta como elemento central da resistência ao neoliberalismo. Perpassada pelo viés de classe, a luta passa a ser um princípio identitário, como afirma Mary, “*La vida del pobre es tener que luchar*”, revelando a dimensão eminentemente política da experiência (id. *ibid.*, p. 126). Na sua trajetória de vida, política e situação de classe confluem. É preciso transitar o caminho para subverter essa situação de pobreza. Na marcha e, mais especificamente, no caminhar estão postos uma espécie de “sacrifício”, de esforço, de investimento no movimento que fazem com que receber o subsídio e a mercadoria sejam consideradas retribuições justas. As participantes diziam que o subsídio lhes custou tantos meses de caminhada. Mary explicava que nessa caminhada muitas coisas deviam ser suportadas “*calor, frío, todo tenés que aguantar. En invierno tenés que congelarte y hay marchas y tenés que ir... en la lucha, la verdad que en la lucha*”.

O caminhar talvez seja a metáfora que mais exprime a experiência de migração que marca a trajetória de vida da maioria dos/as participantes do grupo pesquisado. Assim, o tempo no movimento passa a ser medido como tempo de caminhada. Nesse sentido, alguns aspectos simbólicos podem ser considerados a respeito, pois como afirma Silva (2004)

As ações dos indivíduos não contêm apenas elementos racionais. Um conjunto de simbolismos –mesclado às representações afetivas, inconscientes ou não– integra e demarca valores e crenças, que compõem o mundo real, vivido e experimentado pelos indivíduos. (id. *ibid.*, p. 54-56)

Nos relatos do começo do grupo, a lembrança de uma árvore (“Paraíso”, *Melia azedarach L.*), sob a qual se faziam as primeiras reuniões, manifestou ser um “ponto brilhante” compartilhado por vários narradores/as (id. *ibid.*). Carmen disse: “*Porque todo esto, nosotros estábamos aquí, estas reuniones ahí había un árbol, eran abajo de un árbol que se hacían las reuniones*”. Também, o coordenador lembrou que antes, o local das reuniões era em torno de um “Paraíso”. Discorrendo a respeito do simbolismo das árvores na experiência de migrantes no Brasil⁸⁴, Silva (2004) menciona o achado de João C. Barrozo, segundo o qual, os migrantes

⁸⁴ Na experiência familiar da pesquisadora também existia uma árvore, ponto de parada obrigatório em cada viagem entre Buenos Aires e Entre Ríos. Costumávamos verificar as inscrições deixadas por migrantes em seus retornos ao lugar de origem. Era uma forma de saber se nos reencontraríamos nessa viagem com parentes, que moravam em outro estado.

costumavam parar para descansar debaixo de frondosas árvores. Ademais do encontro com outros viajantes, deixavam seus nomes e as respectivas datas de suas passagens gravados no tronco de uma árvore, localizada num ponto por onde todos passavam. Desse modo, como verdadeiras estrelas, esta árvore era uma verdadeira guardiã das histórias e dos itinerários percorridos no tempo e no espaço por um grande número de pessoas, cuja identidade somente interessava àqueles que compartilhavam o mesmo destino de errâncias. (id. *ibid.*, p.77-78)

A pesquisadora salienta que, na experiência de migrantes assentados/as do Brasil, a árvore revela seu simbolismo como “ponto de encontro, encruzilhada de destinos iguais, ponto final de muitas errâncias e poucas certezas. (...) Guardiã de seus segredos, seus projetos de vida, suas esperanças. Graças a ela, foi possível a parada, o repouso para o espírito e o pensamento”. (id. *ibid.*, p.78). A árvore rememorada por participantes da CCC foi removida quando começaram os trabalhos de construção do prédio onde atualmente funciona o Centro. Lorenza rememora:

“Y nosotros para trabajar, cuando trabajaba había un paraíso grande ahí, que todavía lo siento yo, para las reuniones todo era ahí. Ahí, debajo del paraíso grande, que después lo sacaron cuando hicieron eso. Digo que ‘qué malos que son, lo sacaron tanto que uno se, que no nos hacía calor por meternos abajo del árbol’, ‘y bueno si tenemos necesidad de sacarlo’, decían ellos (...)”

No seu depoimento, reflete-se seu desapontamento pelo “Paraíso” ausente. Considerando que à sombra de grandes árvores, nos locais de origem, costumavam descansar e fazer as festas e reuniões familiares, não tratava apenas da perda de uma árvore que permitia enraizar a memória senão, mais ainda, dos lugares de encontro, de sociabilização, de comum-união.

Os depoimentos de algumas entrevistadas revelam também uma dimensão mística desse caminhar, pois Deus é quem dá a possibilidade de caminhar e, portanto, de lutar. Assim, não poder caminhar implica deixar de participar, como revela o depoimento de Lorenza, “*Yo antes, yo caminaba, andaba bien gracias a Dios, pero ahora no puedo, ya me duelen las rodillas, que una cosa, la otra*”. Na atualidade, com dificuldades para se locomover por problemas de saúde, lembra com melancolia os tempos da luta “*A mí me gustaba, me gustaba luchar. Y gracias a la lucha uno consigue tantas cosas, por eso ahora la juventud, bueno, que sigan luchando ellos, que sigan luchando. Nosotros ya no podemos*”. Também, Mary vê o fim da luta na impossibilidade de caminhar, e afirma a seus filhos que continuará participando enquanto Deus lhe der saúde e força para caminhar.

Neste ponto, o religioso e a militância confluem, e os alimentos recebidos são revestidos dessa graça divina. Por isso, para Mary não podem ser vendidos, nem

desperdiçados, devem ser compartilhados com quem tem necessidade. Assim, ela afirma: *“Yo gracias a Dios estoy bien ahí, cada veinticinco días retiro mercadería, traigo acá y yo ayudo a todo la gente que viene y me pide ‘Mary tenés algo para mí que no tengo nada’, yo con mil gusto le doy, porque Dios me dio esto”*. Às vezes, ela identifica quem necessita, *“Pregunto primero, a la gente que yo veo más o menos, le digo, si no se ofende, el día (que) necesita mercadería yo tengo algo, venga y me pide”*. Mesmo quando são pessoas que não conhece, *“Agarro lo más necesario y le doy, porque Dios me da eso y yo no estoy desperdiciando, le doy a la gente que necesita. Porque Dios me manda, gente a pedir, ¿o no?”*.

Em tempos de desemprego, passa-se a protestar por necessidade. Assim, o tempo, antes destinado ao trabalho, é ressignificado como “tempo de piquete e protesto” (CATELA, 2004, p. 6). Como foi esboçado no espaço do protesto, vão sendo construídas práticas, representações e sentidos para esse novo tempo. Segundo a pesquisadora, nesse contexto, a categoria trabalho não se opõe a lazer ou tempo livre, senão que

Desloca-se a outros espaços de relações sociais, econômicas e políticas como o piquete. Assim, este passa a ser muito mais que uma forma de protesto por um trabalho perdido ou nunca conseguido. Devem uma “ocupação” que pode passar a ser permanente e expressar uma forma de seguir estando “no mundo”. Um espaço de pertencimento (id. *ibid.*)

Para quem teve emprego e o perdeu, ou para quem nunca se inseriu no mercado laboral, protestar é como trabalhar, não apenas por “assegurar” a sobrevivência senão, principalmente, pelo fato de ser um tipo particular de experiência, a experiência do explorado. A luta como o trabalho produz cansaço físico, provoca dor corporal, esgotamento etc. Disso decorre, em parte, a dignidade da identidade de desempregados/as: não são fracós, são lutadores/as. Por outro lado, a luta é uma saída digna, diante de outras opções como a delinquência:

“(...) yo no estoy tomando (de) la gente, no voy a abrir ahí y le pido comida, yo voy lucho y me dan, sanamente. No es que voy a decir a mis hijos ‘Andá a robar a esa gente que tiene más’. No. Voy lucho y para ellos o para la gente que necesita, porque hay muchos que no quieren meterse. No, porque no sé qué, que no. Pero si no luchás para la comida, ¿cómo vas a mantener tu gente si sos pobre? Si no luchás no le vas a dar de comer a nadie, si los pobres no tiene trabajo ¿y cómo vivimos los pobres para pagar la luz, el gas? (...) Y un pobre dónde va a conseguir, y los chicos no van a ver a la familia sufriendo, ¿no van a ir a robar? El país los lleva a los chicos a robar (...)”



Fotografia 29. Mary no Ato pelo Dia do Aposentado.
Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro/2007.

Protestar requer tempo, *“Es mucha las marchas que a veces te vas a la mañana y volvés a las once de la noche”*, enfrentar riscos, *“tengo que pasar peligro, porque hay peligros en la marcha, porque cualquier gente loca puede pasar hacer tiroteos por ahí, y puede matar gente”*, passar por momentos de tensão, *“porque a veces (nos bloqueios) esperan más de una hora para pasar, más de una hora esperan, y a veces los policías los desvían por otro lado, porque esa parte es medio difícil”*. Mas, também, a luta pode representar, à revelia, uma forma de exploração conhecida porque faz parte da trajetória pessoal e/ou familiar:

“Nosotros queremos trabajar, pero dignamente ganar nuestro trabajo, no que nos maten trabajando y no paguen nada. Porque ahora aprovechan mucho la gente, te mandan a trabajar ocho horas y te pagan una miseria y eso el Centro de Jubilados no lo deja. Nosotros queremos trabajar pero dignamente, que nos pague la obra social, el médico, esto, aquello, para la familia, porque alguno te paga en negro y no, no te paga nada. Te manda a hacer todas las cosas que pueden hacer dos o tres personas y después te paga lo que ellos quieren y no es así.(...) queremos que ellos se ganen humildemente su trabajo. Ni robarle a ustedes, ni que se robe ellos, porque la gente que entra a trabajar tiene que tener su seguridad, viste (...)”

Contudo, nem todos/as que participam da marcha se engajam e encontram esse sentido na luta. Assim, uma vez conseguido o subsídio, desistem do movimento; para Gladis *“Eso es una lástima porque por ahí se caminaron todo”*. As delegadas avaliam que são pessoas que não terminam de se integrar ao movimento, assim como outras que, mesmo com vários anos de participação, não criaram esse sentido da luta, não se assumiram como sendo parte do grupo, senão que sua participação se reduz a fazer o indispensável e até menos, para obter o subsídio e a mercadoria ou que medem o

sacrifício. Por exemplo, Mary reconhecia que, quando realizavam acampamentos na Praça de Maio, marchava, mas não ficava para dormir para evitar conflitos com o marido, “*Yo no me quedé, yo me vine, yo no. Y muchas veces fuimos para quedar, yo vengo [risos]. Encima acá no quieren que me vaya, sabés qué (...)*”.

Consideramos que certas atitudes evidenciavam uma espécie de resistência no interior do grupo. Pessoas que, por exemplo, quando inquiridas pela mídia a respeito de sua motivação para marchar, respondiam que tinham sido trazidas, que não sabiam o porquê que estavam no protesto. Gladis explica que como delegada ela lhes dizia que deviam perguntar,

“(...) a qué vamos, qué vamos a hacer, qué vamos a pedir, porque es feo que te pregunten en la calle a ‘¿Adónde van?’, ‘Y, no sé, a mí me llevan nomás’, saben contestar.

Carmen: Sí, ha pasado que han preguntado y ‘No sé’, entonces queda los llevan como, como ganado

Gladis: Sí, eso es lo que dicen.

Carmen: Los llevan como ganado dicen. No es así, porque acá cada marcha que vamos se dice a dónde vamos y por qué motivo, pero no prestan atención

Segundo elas, um dos motivos desse desconhecimento se devia ao fato de as pessoas conversarem durante as assembleias, ou simplesmente não se interessavam ou esqueciam. Contudo, algumas expunham a verdade crua, estavam na marcha “*Porque me van a dar una bolsa de mercadería*”. Consideramos que não se engajar plenamente é também uma forma de resistência para quem se sente coagido a marchar para sobreviver.

Analisando o contexto brasileiro e as políticas sociais implementadas, Gohn (2008) acredita que o sentido que vem sendo construído para a democracia nos movimentos sociais é excludente e conservador, e que são políticas de cima para baixo. O caso do grupo estudado revela que, embora exista essa direção da ação, por um lado, há pessoas que criam sentidos da luta e até conseguem desenvolver processos de empoderamento. Nesse sentido, uma participante do UTD expressava: “*Los Planes Trabajar no los dio el Presidente de la Nación o la Ministra de Trabajo porque son buenitos. Los dieron porque fueron 500 o 600 personas a la ruta.*” (KOROL, 2006, p.34). Assim, também, existe uma resistência a essas dinâmicas que pode se expressar na forma de apatia à participação, dizer que não sabe o porque de estar no protesto, marchar por marchar, preferir não saber, desinteresse etc. Como afirma Silva (2004)

No que tange às relações de dominação, torna-se evidente que elas não são estáticas. Na verdade, essas relações são conflituosas e contraditórias. Não existe um pólo dominador e um outro eternamente dominado. Ainda que o

poder seja assimétrico, ou seja, ainda que os dominantes tenham uma dose maior de poder, os dominados conseguem reter uma fatia desse poder. Essa dinâmica contraditória engendra as mais diferentes estratégias de recusa por parte dos dominados (id. ibid., p.57)

Gladis explica que sempre tentam que as pessoas do grupo compreendam que *“la mercadería es de todos porque la ganamos todos en la calle y que tenemos que estar todos si queremos seguir teniendo mercadería tenemos que seguir luchando”*. Mas, a “luta” sintetiza reivindicações das mais diversas, em uma dinâmica em que são tantas as marchas que seria quase impossível lembrar especificamente qual foi o objetivo de cada uma. Por exemplo, as datas das marchas que, por um lado, o movimento popular tenta estabelecer como significativas se confundem na lembrança das/os participantes.

“Creo que la lucha te enseña también”

No caso das mulheres da CCC, suprir as necessidades da família motiva e legítima a participação no movimento. As entrevistadas mantêm uma rede familiar de solidariedade e reciprocidades múltiplas e permanentes, em que o pai ajuda os filhos, filhos ajudam pai, mãe, avó etc. Nesse sentido, “lutam” para assegurar a subsistência própria e da família, poder ajudar os filhos/as em momentos de dificuldade financeira, contribuir com os estudos de filhos e netos e facilitar sua futura inserção laboral, em virtude das exigências de formação serem cada vez maiores, *“Para barrer o juntar basura te pide el estudio completo”*. Mas, também, para usufruir direitos básicos como o acesso à educação, à saúde, à segurança etc. Potencialmente, estar no movimento faz com que os interesses, as preocupações, as motivações possam ser estendidos a uma comunidade mais ampla, adquirindo uma dimensão política. Em um contexto em que 32% dos/as argentinos/as vivem abaixo da linha de pobreza (GUIMARÃES, 2009, p.B5), na avaliação das entrevistadas a luta serve para muitas coisas. Mas, como Carmen esclarece, implica, ademais, percorrer os caminhos da burocracia.

“No existía nada acá. Y de a poquito se fueron consiguiendo cosas, viste, yendo a hablar con uno, hablar con otro, por PAMI, donde se podía y bueno haciendo trámites, pura burocracia, como siempre para conseguir algo, entonces se consiguió hacer esto (*o prédio*) que ahora lo queremos arreglar un poco más, porque no nos gusta cómo está, está muy desprolijo.”

Gladis reconhece que uma das aprendizagens que fez com o grupo, é que o sucesso nas reivindicações dependia também da ação coletiva

“(…) para conseguir las cosas había que luchar, porque eso es lo que yo aprendí acá, que había que luchar porque nadie te regala nada. Si vos vas y la pedís así solo, tiene que ser en conjunto, el conjunto de la gente, la cantidad de gente, las masas como dice el Chino. Porque solos no conseguimos nada, entonces vamos todos y pedimos lo que necesitamos.”

Além da luta para conseguir subsídios e alimentos, o grupo costuma apoiar outras organizações, “*a los médicos, a los maestros, alguna fábrica a todo el que nos busque y pida...*”, porque dessas mobilizações pode decorrer uma melhora no serviço público de saúde, no sistema educativo e assim por diante. Gladis disse:

“Y bueno y aquí estoy muy contenta y espero seguir, porque me encanta. A mí me gusta mucho. Es sacrificado porque a veces no paramos en todo el día. Llego a casa y por ahí nos llaman que tenemos que volver por otra actividad y estamos a veces son las siete, las ocho de la noche y nos llaman por una actividad y tenemos que venir. Pero es lindo, es lindo, **uno se siente útil porque lucha para uno y lucha para los demás también** y eso es lo que nos cuesta a veces hacerle entender a toda la gente.”

Mary destacou a importância do movimento nas marchas por justiça, como as mobilizações de Graciela Centurión e pelo aparecimento de Julio López⁸⁵. Também de outras reivindicações por justiça como o caso de José Luis Cabezas pois, na época da entrevista, era divulgado pela televisão o décimo aniversário de seu assassinato ainda impune. Assim, como sequestros que terminaram em morte dos reféns, como o caso Blumberg que motivou numerosas mobilizações. Nesse sentido, diferencia as possibilidades de quem tem recursos financeiros e de quem não os possui, “*un pobre cómo va a reclamar, quién lo mató, quién es el culpable, nada. Un pobre que se murió, ya murió*”. O centro para ela vem reverter essa situação, “*Porque para los pobres no hay justicia, hacen lo que quieren (...) No hay justicia, nada, hacemos marcha, vamos a reclamar*”. Também, considera que no caso de crimes impunes, a luta é para esclarecer o que aconteceu e obter justiça, “*Ya está muerta la persona, pero uno quiere saber qué pasó, por qué le pasó, quién lo hizo, y por qué esa gente que lo hizo tiene oportunidad de vivir, no está adentro de las rejas. Ahora en el país estamos viviendo adentro de las rejas*”.

Da militância decorrem, ademais, alguns retornos que valorizam como: passar a fazer parte de um grupo, compartilhar espaços de sociabilidade, reuniões, viagens,

⁸⁵ Julio López, um dos principais testemunhas de crimes cometidos durante a ditadura militar, “está desaparecido” desde 17 de setembro de 2007. Ele tinha sido sequestrado em 27 de outubro de 1976, passou por quatro centros clandestinos de detenção que funcionaram durante a ditadura militar, foi liberado em 25 de junho de 1979. Seus depoimentos nos “*Juicios por la Verdad*”, incriminavam 62 militares e policiais, e possibilitaram o encarceramento de repressores como Miguel Etchecolatz.

conversas em que os problemas podem ser esquecidos ou encontrar outros caminhos de resolução, e, quando possível encontrar apoio nos próprios processos de empoderamento. Assim, como elas enfrentam dificuldades para conseguir militar, uma vez que esse itinerário político passa a ser percorrido, há possibilidade de mudança no espaço privado, na própria dinâmica familiar que, geralmente, é perpassada por visões e atribuições de acordo com o gênero. Por exemplo, no tocante às tarefas domésticas se revelam algumas mudanças, como salienta uma das entrevistadas de Korol (2006)

“En la casa los roles cambian muchísimo. Por ejemplo yo hacía la jugadita de quien llega primero. Si mi esposo llegaba primero tenía que empezar a cocinar él. En la lavada de ropa el que llenaba el lavarropas lavaba la ropa de toda la familia. Antes no era así, una remaba con todo. La esposa hacía las compras, cocinaba, limpiaba, planchaba y hacía todos los quehaceres de la casa.” (id. *ibid.*, p. 35)

É possível que para quem sempre terceirizou as tarefas domésticas, isto não represente uma mudança significativa nos tradicionais papéis de gênero, mas para quem, por décadas, assumiu essa tarefa como contribuição para a família e descobre novas formas de fazer e consegue renegociar funções com os outros membros da família, sem dúvida, é um avanço.

Consideramos que uma dimensão que perpassa essas aprendizagens é a questão de gênero. Se, por um lado, a militância contribuiu para criar uma identidade de classe, a experiência das mulheres revela que apenas começam participar se deparam com situações que evidenciam as relações de dominação nos diferentes espaços de convívio, inclusive no próprio grupo. Mas, também, o grupo fornece espaços destinados a desenvolver essa consciência de gênero, a se empoderar, porque se esperaria a longo prazo que essas mulheres ocupassem os lugares de poder. Nesse sentido, estimulam a assistência aos ateliês não apenas como espaço de trabalho senão também como espaço de sociabilização, onde as mulheres podem tomar chimarrão e compartilhar conversas. Isso pode contribuir para sua organização, embora existam os conflitos; também há a possibilidade de vínculos, interações positivas, porque a própria pessoa vai escolhendo com quem quer compartilhar o quê.

Outra atividade estimulada é a participação nos *Encuentros Nacionales de Mujeres*. As mulheres se organizam com antecedência, realizando diversas atividades para arrecadar fundos que permitam custear a viagem, como bingos, rifas, venda de produtos dos ateliês, comidas etc. Mary foi uma das participantes que mais demorou em assistir ao evento. Quando nos reencontramos, em setembro de 2007, contou-nos com

ilusão que, finalmente, tinha se inscrito. A oposição do marido não a faria desistir, com os filhos já criados queria desfrutar, “*¡tres días sólo mujeres, te imaginas eso!*”, disse-nos entusiasmada. Cabe destacar que as dinâmicas de participação no encontro estão baseadas em práticas feministas, que priorizam a experiência de vida, assim

Na dinâmica das oficinas se pretende que as mulheres relatem e debatam suas experiências cotidianas e analisem as vivências comuns. Considera-se que as conclusões devem se conseguir por consenso e se repete incansavelmente que “não se vota”. De maneira similar aos grupos de autoconsciência se busca descobrir que os problemas, que antes eram considerados pessoais, são comuns a muitas outras mulheres, por isso podem ser explicados e abordados coletivamente. (MASSON, 2007, p.183, TN)

Nossa entrevistada tinha um objetivo claro: participar do grupo *Mujeres y Familias* para entender por que uma vez que se dedicou aos filhos, dando-lhes o que ela considerava mais importante: estudo, amor e contenção (uma casa), discriminavam-na. No caminho para uma marcha, contou-nos o acontecido recentemente, na véspera da festa de quinze anos da neta. O evento foi esperado com muita expectativa, tempo atrás tinha-nos dito que a família organizaria a festa, cada membro contribuiria com algo, “*Uy, sabés lo que va a ser eso. Mi primera nieta grande, de Ana es el primero y quince años*”. Percebemos quanto as expectativas contrastavam com a lembrança da própria festa de quinze anos dela, um momento muito diferente, sentimentos também bem distintos. Mas, acabou sendo um episódio em que discriminaram sua família de origem, quando a filha pediu-lhe para não convidar a avó materna. Durante o relato, a proximidade do acontecido e o sofrimento que provocaram nela são evidentes.

“Yo le digo a mi marido, yo no tengo ni un poquito de estudios, no entré, pero no por eso la voy a discriminar a mi vieja, pero yo me dio Dios siete hijos... y que ellos después no sepan valorar es cosa de ellos, porque ellos después van a tener su familia.”

Novamente, um desentendimento familiar a motiva participar. Este dado revela como as mulheres constroem sua participação na dialética dos itinerários de vida. Assim, como em determinadas trajetórias de vida, os acontecimentos familiares induzem à militância, esta se constitui em um espaço da vida onde outras vivências podem ser compreendidas. Para Mary, a experiência do evento, primeira viagem sozinha, sem os filhos, sem o marido, com suas companheiras, o fato de poder expor suas ideias e preocupações no ateliê, ser ouvida com respeito etc., animaram-na a encarar outros desafios, quando retornou. Na viagem, disse-nos que percebeu que nunca tinha participado porque ela mesma não quis, e que agora “*me di cuenta de que cambiar*

depende de una misma”. Estava muito entusiasmada, com um sentimento comum a muitas mulheres, que participam do evento. Sente-se como uma renovação, uma força, uma vontade de fazer coisas, sentir que é possível fazer mudanças.

Em 2008, voltou à escola e conseguiu fazer duas séries em um ano. Aprendeu a ler, revertendo uma das consequências negativas da trajetória familiar e um dos eixos de discriminação social, embora manifeste que, no grupo, nunca se sentiu mal por isso

“Porque hay compañera que te discrimina, a veces, porque vos no sabés nada, porque... Como por ejemplo yo que no tengo estudios y los otros todos escriben, anotan todo lo que no les gusta, yo no tengo esa oportunidad, no me siento mal por eso, me siento bien. Aunque los otros me discriminen yo me aparto de ahí y ya está. Me pongo donde está la buena onda. (...) a lo mejor hay muchas como yo que no saben leer.”

Participou do *XXIV Encuentro Nacional de Mujeres*, que nesse ano se realizou em Neuquén. Comenta que na reunião para organizar a viagem, relatou sua experiência no evento e como sua vida tinha mudado nesse tempo, por isso queria ir novamente, “*Vamos por más*”. Lembra com felicidade que uma das lideranças da CCC, apelidada de Nenê, lhe disse “*me siento muy orgullosa de vos*”. Com o reconhecimento e a companhia de uma pessoa de referência no movimento, participou novamente do grupo *Mujeres y familias*. O tema central foi a violência doméstica, comenta que há várias mulheres do grupo que sofrem violência e que não conseguem romper com isso. Ela manifestou que nunca apanhou do marido, mas foi humilhada por ele.

Atualmente, avalia que está em uma fase diferente de participação no grupo, pois sua prioridade e motivação estão em estudar. Porém, esclarece que seu marido lhe disse que, como já tinha conseguido o subsídio, podia deixar de ir ao grupo. Mas, ela não concordou, “*Ahora voy más por agradecimiento*”. Comenta que ela é quem administra sua pensão, “*A mi marido no le doy un peso*”. Pensa, também, que estudando pode contribuir com o movimento, convencer outros para que o grupo não perca força. Diz que, em mais de seis anos de participação, foram muitas as coisas que aprendeu

“Y aprendí que nunca se iba a ser en mi vida panadera, aprendí. Aprendí a luchar, que con lucha se consigue lo que uno quiere, con lucha sanamente, no ir matando gente para conseguir lo que uno necesita. Luchar sanamente por tus derechos, eso para mí es lo mejor que hay, luchar por tus derechos, ganar tus derechos.”

Seu empoderamento se reflete, também, no interior do grupo, por exemplo, quando questiona algumas dinâmicas adotadas nas assembleias. Nesse sentido, assinalou que uma prática que costumava valorizar no grupo, era o momento em que se

contabilizavam as finanças em cartazes que ficavam expostos e que qualquer um podia ler. Embora na época ela não conseguisse ler, a prática para ela refletia a transparência na administração dos recursos financeiros gerados a partir da militância. Mas, os registros passaram a ser feitos num caderno que ficava com as delegadas. Precisamente, quando Mary aprendeu a ler, essa forma de registro e sociabilização das finanças do grupo mudaram. Quando manifestou sua discordância, alguns membros a interpretaram como uma falta de confiança a respeito da administração do grupo. Venceu uma barreira, mas outra foi criada.

Outro aspecto salientado foi a importância de “lutar” por problemas que afetam o cotidiano na própria cidade, não apenas ir a Capital. Nesse sentido, cita diferentes problemáticas da cidade em que o movimento poderia intervir, *“Ahora es la oportunidad, no solo ir a reclamar mercadería y alimento”*. Assim, percebe outras situações em que o poder político da organização poderia ser ativado. Outras mulheres, também, manifestaram-se a respeito, apontando como alvo as situações em que os direitos das mulheres são cerceados, revelando sensibilidade e engajamento no cotidiano. Assim, na nossa última visita, enquanto o coordenador tinha programado uma atividade no Centro, várias participantes consideravam que deveriam apoiar a denúncia de uma jovem que sofreu estupro. Intencionalmente, comentavam o caso em voz alta, enfatizando que deveriam fazer uma marcha e dar apoio à jovem. Sem conseguir uma mudança no planejamento do coordenador, recorreram a uma das lideranças e comentaram o caso.

O itinerário de participação de Mary descreve um processo de leitura do mundo freiriano. Segundo o pedagogo, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Assim, ela alegava *“yo no leo ningún libro porque no sé leer, pero yo escucho, veo. Yo le digo a mis hijos, yo no tengo estudios pero veo las cosas, las injusticias que hay, la injusticia que los discriminan mucho a la gente pobre, mucho discriminan”*. Afirma *“No entiendo el sistema”*, pois leva as pessoas a situações limite e não se importa com as pessoas em situação de pobreza. Considera que Argentina é um país rico, mas *“para los pobres no es riqueza, para los ricos sí, porque como que tiene herencia, porque la mayoría tiene herencia los ricos”*, assim não pode haver avanços.

Segundo Paulo Freire, o ato de ler o mundo implica a relação que temos com o mundo, porque envolve uma “leitura dentro e fora de mim”, enquanto poder escrever a própria palavra é, de certa forma, a possibilidade de transformar esse mundo (FREIRE, 1989). Mary lê o mundo, e age a partir dessa leitura, reivindicando *“lo que a los pobres*

les pertenece”. O processo de empoderamento que vivencia leva-a começar a escrever o próprio nome, a própria palavra.

Na experiência do movimento, nossa entrevistada manifesta que aprendeu “*a valorar a mi persona*”. Se considerarmos toda sua trajetória, perceberemos que ela, que muitas vezes foi Mary, se manifesta sendo cada vez mais Eleuteria. Uma nova frase reflete a construção de um novo contrapoder para orientar esta fase da vida: “*Yo quiero ser realidad*”. Quando pensa no futuro, manifesta seu desejo de poder fazer obras de caridade por sua conta, e “*Voy a continuar reclamando mis derechos, para eso estoy estudiando. Creo que la lucha te enseña también*”.

RETRATO DE GRACIELA

As reivindicações por justiça para as vítimas da ditadura militar foram destaques durante as décadas de 1970 e 1980, enquanto na década de 1990 e seguinte, embora sem desaparecer, essas mobilizações tiveram continuidade nos protestos de familiares de vítimas nos tempos de democracia, com as quais passaram a compartilhar a cena pública. Agora, não era no marco de uma ditadura que a repressão cobrava vítimas. Os resquícios da violência irrompiam mesmo em tempos de democracia.

Como se isso não fosse suficiente, a parcialidade, por não dizer incapacidade do poder judicial em administrar justiça, particularmente, quando os crimes envolviam personagens vinculados ao poder foram se tornando cada vez mais evidentes. Na década de noventa, três crimes ganharam visibilidade em nível nacional: o caso de María Soledad Morales, do soldado Omar Carrasco e do jornalista Alfredo Cabezas. Estes crimes comoveram o país e suscitaram mobilizações de diferentes atores sociais, principalmente de familiares e até da comunidade, pondo em evidência a impunidade e ineficiência do sistema judicial.

Assim, a trajetória de Graciela traz esse espaço de participação política em torno da reivindicação por justiça, que é outro locus em que podemos explorar nosso objeto de estudo. Observaremos que essas mobilizações tiveram como força impulsora as mulheres, que em seus diferentes papéis: mãe, esposa, amiga, familiar, vizinha criaram uma primeira rede de solidariedade e, uma vez na cena pública, estabeleceram articulações com outros movimentos e organizações.

“siempre una vida tranquila, bueno, relativamente tranquila”

Graciela nasceu em *San Fernando*, província de Buenos Aires, em 5 de outubro de 1961. Seu pai trabalhava em uma madeireira, e sua mãe alternava-se entre as tarefas domésticas e o serviço fora de casa, como faxineira por horas. Mais tarde, assumiu o serviço da avó, como porteira de uma escola até se aposentar. Quando Graciela tinha dez anos, seus pais se separaram. Explica que parte de sua vida transcorreu entre Recife (cidade do interior da província de Buenos Aires, a 100 km da Capital Federal) e San Fernando. Algumas lembranças da infância têm como cenário o lugar de trabalho da avó e de sua mãe, numa escola particular dessa cidade,

“(…) siempre íbamos a las fiestas, a las fiestas del colegio, viste. Y aparte el lugar [*canto de pássaros*] era muy lindo, una casa en Del Libertador, de dos pisos, antigua, con prácticamente toda una manzana de parque, viste. Y bueno eso fue uno de los lugares que tenemos de la infancia, de haber ido y mi hijo también, hay fotos sacadas en el colegio.”

Também, surgem as lembranças de Recife, lugar de origem e onde, atualmente, mora sua mãe. O costume de passar as férias junto à família, nessa cidade do interior, ainda se mantém, “*Al campo, con familia, irnos al río desde que prácticamente nacieron, viste.(...) Nosotros somos muy familiares*”.

Explica que precisou abandonar o colegial, pois se casou muito jovem, aos dezesseis anos, e teve seu primeiro filho. A família se estabeleceu em uma casa alugada, em San Fernando. Mas, pouco antes de nascer sua segunda filha, conseguiram comprar uma propriedade em Garín. Confessa que, inicialmente, “*no me gustaba nada, calle de tierra, los colectivos que estaban lejos*”. Tinha vinte e três anos, “*Así que vine el lunes, el día martes nació Mariana. Yo me interno en San Fernando y después me vine, a los días me vine para acá (Garín) y después vivimos acá*”.

Com o tempo, foi-se acostumando,

“(…) mis hijos se criaron acá, a los dos le encantaba, ¿no? Fijáte Pablo vino de seis años y fijáte a él le encanta este lugar, a él le gusta. Ojo, a mí también ahora, creo que yo, después de lo que nos pasó, con mi hija y después de haber tenido apoyo de tanta gente, pero de tanta gente, tanta gente, tanta gente que nos ayudó creo que no me iría del lugar [*se emociona*], viste.”

Se formos considerar toda a narrativa de nossa entrevistada, o crime adquire um caráter estruturador, pois é a partir dele que se organiza a narração (CALDEIRA, 2000). Assim, até a metade da entrevista, o relato gira em torno das ações empreendidas a partir da morte da filha, enquanto, na segunda parte, formulamos questões orientadas para conhecer a trajetória pessoal e familiar de nossa entrevistada. Na reconstrução, aqui apresentada, considerando que “o material narrativo cobra sentido somente quando é conectado com aquilo que o precede e o que vem depois” (GUHA, 1995), a ordem é invertida. Dessa forma, o retrato de Graciela inicia-se com sua vida “anterior” ao falecimento da filha. Contudo, é possível identificar nos depoimentos, como o transcrito acima, o uso de marcas temporais “*después de lo que nos pasó, con mi hija*”, que remetem a esse caráter estruturador do crime e que, como acontecimento marcante, envolve um antes e depois. Assim, também se encontram marcadores como “*estaba mi hija todavía*”. A narrativa do crime evidencia o intuito de reorganizar um universo de vida, em virtude de que um novo significado é dado ao bairro, à cidade, aos vizinhos

(CALDEIRA, 2000). A solidariedade e apoio recebidos fazem nossa narradora se sentir parte de uma comunidade e, portanto, desistir de cortar esse vínculo, após ter sofrido o impacto desestruturador do crime.

Retomemos, então, essa vida “anterior”, os momentos em que a filha estava viva, porque é nesse tempo que Graciela começa a traçar seu itinerário profissional. Precisamente, nesse aspecto, sua trajetória se diferencia de outras apresentadas, pois o caminho de formação profissional ou a realização de estudos se desenvolvem em forma prévia à militância. De fato, esse itinerário percorrido é ameaçado em virtude da experiência traumática vivenciada pela família e, mais tarde, encontra diferentes elos de articulação com sua mobilização por justiça.

Durante a entrevista, Graciela admite “*siempre fui inquieta*” e que, embora não precisasse trabalhar fora de casa, pois o marido recebia um bom salário, decidiu fazer cursos de confeitaria. Nesse ofício trabalhou durante vinte anos.

“Bueno de hecho me iba muy bien, me ha ido re bien (...) A mí, acá todo el mundo me conoce por haber hecho, no sé, le he hecho la torta de comunión y de casamiento a mucha gente de alrededor y trabajaba para algunos negocios de acá de Garín, alguna fábrica de Capital he trabajado también (...)”

Mais tarde, decide encarar um desafio e retoma o colegial. Declara que foi um período de enfrentamento com muitas questões, principalmente, na relação conjugal,

“Porque mi marido en realidad nunca quiso que fuera a estudiar, bueno yo era una cuestión mía que quería hacerlo, era como también probarse si podía hacerlo. A parte siempre me pareció que yo soy una persona que puedo hacer muchas cosas [*pequeno riso*]. Bueno, de hecho la hice.”

Contudo, lembra que foi difícil retomar os estudos, mas seus filhos eram maiores e ela podia realmente se dedicar a estudar. Também contava com o apoio da filha, “*orgullosísima de que yo hiciera la secundaria, viste*”. Paralelamente, realizou cursos de pintura decorativa, “*porque la verdad siempre me gustó mucho. Y me gusta, me gustan las cosas de arquitectura también, ya tengo algo, viste. Siempre me atrapó*”. Conseguiu vender seus trabalhos em diferentes espaços, como em centros de aposentados, feiras etc. Pouco depois, frequentou um curso de pintura e desenho com um artista plástico da cidade. Relata que sua filha Mariana se encarregava de cozinhar aos domingos, enquanto ela ia às aulas.

“Cuando venía, venía a las dos de la tarde el domingo, tres y ella tenía todo limpito, porque siempre hacía eso, siempre me retaba porque ella era muy ordenada y ya tenía su menú favorito: supremas al horno con puré de calabazas [*risos*]”

Desfrutando a lembrança, nossa narradora se deteve em minúcias do cotidiano, relacionadas à filha como, por exemplo, a repetição do mesmo cardápio a cada domingo, “*hasta el día de hoy lo seguimos haciendo*”. Na rememoração enxerga-se a si mesma, através do olhar de admiração e orgulho que sua filha tinha pelo fato dela estudar.

“(…) yo venía de mis clases y ella, feliz de lo que yo hacía. Ella decía, bueno mi mamá, siempre, lo dijo delante mío, mi vieja sabe hacer de todo. Cuando se casa una de sus amigas le decía: Decíle a mi mamá que te diga cómo puedes hacer los centros de mesa, para que no pagara viste [*com sorriso, riso da pesquisadora*]. (…) Pero siempre te decía, mi mamá sabe hacer de todo.”

A conclusão do colegial estimulou-a a dar continuidade à formação artística e, em 2003, começou a fazer o Professorado de Artes Visuais. Uma nova reorientação profissional aconteceu durante o curso terciário, pois decidiu deixar os trabalhos de confeitaria para se concentrar nos estudos. O serviço foi transferido para sua nora, que já tinha alguma experiência na atividade e que aceitou continuar o aprendizado com ela.

“(…) dije un día hice un corte, dije: No voy a hacer más tortas porque también me pasaba que venía de noche, de Campana, estaba mi hija todavía, eh. Y yo de noche seguía haciendo los suvenires (*lembrancinhas*) que tenía encargado, para distintos lugares, me entendés. Así que venía y estaba a la madrugada al mango (*muito agitada*), los suvenires. Al otro día venía y volvía a hacer el mismo trabajo. Venía once y pico, comía y iba a la cocina y estaba hasta la madrugada armando los suvenires que iba a entregar y yo siempre tuve muchísimo trabajo, siempre. Entonces un día, dije, como que estaba muy cansada de hacer tantas cosas, entonces corto lo de las tortas.”

Em 2004, sua filha tinha começado namorar Gabriel Omar García, policial da Província de Buenos Aires. Graciela reconhece que nunca gostou de policiais, mas que nunca pensou que a relação poderia ter esse desfecho.

“Nunca pensé que dentro de una persona había tanta violencia, tanta, obvio era policía, hoy lo digo, es policía, pero en ese momento nosotros no..., no pensamos nunca, ¿no? Si bien a mí no me gustaba, nunca pensé que era el asesino que entraba a mi casa.”

Sua narração deixa bem claro que sempre a família teve uma vida normal e “relativamente tranquila”, até o momento do crime. Como afirma Caldeira (op. cit.) a narrativa desse acontecimento traumático divide a história em “antes” e “depois”, tendo um efeito contrário ao dessa experiência desorientadora. Nossa entrevistada revela o impacto do acontecimento na vida familiar: “*nosotros nunca (tuvimos) ningún problema extraño en nuestras vidas, hasta que nos cayó esto, que bueno, que nos descolocó a*

toda la familia, a toda la familia”, e a desordem que provoca “*Después pasa lo de mi hija, así que bueno, después fue un caos*”.

“La chica del McDonald’s”

Mariana Victoria Sánchez tinha 22 anos, era modelo e trabalhava como promotora de vendas em um supermercado na cidade de Campana, Província de Buenos Aires. O relato de sua morte, em 17 de agosto de 2006, ainda não está encerrado, e aqui apenas tentamos descrever brevemente os fatos, a partir de matérias publicadas em jornais locais e nacionais⁸⁶, visando evidenciar a disputa entre a narrativa do sistema judicial e a narrativa da resistência, mantida pela mãe, pois consideramos que a partir dessa narrativa da resistência se desenvolve a ação política.

A primeira narrativa do crime é fornecida por Gabriel García. Segundo ele, estava com Mariana no seu carro, no estacionamento do Mc Donald’s de Campana quando discutiram, pois ela temia que ele reatasse com sua ex-mulher.

“Por eso, aseguro, en medio de la discusión él preventivamente **desarmó su pistola** y la tiró en el asiento trasero del auto. García asegura que la chica le advirtió a los gritos: “Me mato, me mato”, y pasó de un salto al asiento trasero, armó la pistola, la martilló y se disparó en la sien.”(CLARÍN, 16 fev.2008)
Grifo do autor

Mariana foi trasladada ao Hospital Enrique Erill de Escobar. A família foi notificada, mas chegaram ao hospital poucos minutos após o falecimento da jovem.

“Cinco y media de la tarde él (*Gabriel García*) estaba en el McDonald’s con toda la policía todavía. Y yo seis menos veinte, menos cuarto de la tarde paso por la puerta del McDonald’s con el colectivo, ¿podés creer que las cosas, a veces digo de, de, del destino, ¿no? Siempre me siento de este lado en el colectivo, porque siempre hay asientos vacíos de este lado. Bueno, ese día me siento del lado contrario y justo sube una amiga, en el otro puente, nos pusimos a hablar. Así que yo estuve hablando todo el tiempo, hubo gente, se llenó el colectivo y yo no veo nada para el McDonald’s. Yo, mientras mi hija estuvo tirada en el piso (...)”

A justiça acreditou na versão do policial, o processo foi rotulado como suicídio e Gabriel García foi considerado testemunha. No dia seguinte, quando os pais de Mariana procuraram o fiscal, foram tratados com descaso

⁸⁶ Cabe assinalar que, inicialmente, os pais de Mariana entram em contato com a redação de jornais nacionais, mas estes não se dispuseram a noticiar os fatos. Assim, nos primeiros dias, a notícia apenas apareceu em jornais locais e, geralmente, com uma versão condizente com a da polícia. A partir da mudança de rótulo do processo, apareceu uma matéria no *Clarín*, em 16 de fevereiro de 2008, intitulada “*Investigarán a un ex-policía por la muerte de su novia*”. Segundo comentou-nos Graciela, nos primeiros meses de 2009, o jornal *Crónica* também publicou uma matéria sobre o caso.

“Porque de hecho cuando yo llego al mediodía y preguntamos por el fiscal, a mí el ayudante del fiscal me saca cagando. Entro preguntando por el fiscal y el tipo, como si el fiscal fuera el rey, me dice que el fiscal no estaba y que quién era yo y entonces le empiezo a decir: ‘Me mataron a mi hija’, ‘Bueno señora, siéntese allá y espereló’. ¿Cómo siéntese allá y espereló?, ¿dónde está el fiscal?!’ Yo diciéndole que lo iba a ir a buscar. Y él me dijo que él no sabía dónde estaba el fiscal, en realidad no me quería decir dónde estaba. ¿Dónde está, está en Campana, está en Escobar?, ¿dónde está lo voy a buscar?’, ‘Señora, al fiscal no se lo dirige así, al fiscal se lo dirige por escrito [*sem acreditar*], me entendés. Y el tipo con una soberbia me decía eso y yo bueno, me puse loca, le dije que a mí me habían matado a mi hija. Le digo: ¡Cómo se ve que a vos no te mataron tu hija!, viste. Y el tipo: De ninguna manera me iba a atender, que me fuera a sentar.”

Após esperar por quase duas horas, saíram do recinto. Seu marido e cunhado retornaram mais tarde ao Fórum e, desta vez, conseguiram que o fiscal, Dr. Marcelo Pernisi, os recebesse. Mas, segundo o fiscal

“Nooo, la chica se mató’, le dice a mi marido. [*O marido*] ¿Cómo?, ¿Qué me está diciendo?, le dice. Para colmo mi marido no tiene, viste, yo le arranco los ojos, si me decís una cosa así, pero él es más pacífico. ¿Qué me está diciendo? [*O fiscal*] No, le dice, es claro, es claro, es un suicidio. Digo, claro lo que él nos quiso agarrar con las defensas bajas, meternos lo que él quería (...)”

Conta que o fiscal golpeava a mesa com o punho enquanto repetia “*La chica se suicidó, la chica se suicidó. Esto es claro, es un suicidio*”. Também, que, tentando demonstrá-lo, chamou um agente e pediu para acionar sua arma, tal como poderia ter feito a jovem. Mas, o agente, com dificuldades para ativar o mecanismo e sem conhecer a intenção do fiscal, comentou:

“Mire, es un poco difícil que ella haya podido hacer esto, dice, porque estas armas son muy duras, dice, y la que, la nueve milímetros tiene todo un mecanismo que es más difícil que esta. Y el tipo maniobraba y tiraba intentando desarmar su arma y mostrarle cómo mi hija pudo haber hecho pero diciendo: ‘Es imposible que la chica haya podido hacer esto’. Entonces qué hace el fiscal, lo hace callar la boca. Le dice ‘Cállese la boca. Bueno y retírese’, lo hace ir.”

Quando seu marido lhe relatou o dito pelo fiscal, Graciela não conseguia acreditar, pois o funcionário “*no había estado ni siquiera en el lugar de lo que había pasado apenas viera a la familia le empezara a decir que ella se había suicidado [rapidamente]*”. O principal argumento, a partir do qual nossa entrevistada vai questionar essa narrativa “legal”, é que ela conhecia a filha.

“Yo, cuando a mí me dicen eso, [*com firmeza*] imposible, pero no porque yo soy una necia, imposible por la forma en que era mi hija. Mi hija no era ninguna depresiva ni ninguna enferma, una chica normal. Es más, esa noche, yo me tengo que encontrar con ella en el colectivo. Las cosas de la vida (...)”

Essa visão de que a mãe conhece o filho faz parte do saber popular, expresso em refrões como “*te conozco como si te hubiera parido*”. Embora exista uma visão que relaciona esse saber à intuição feminina e ao “instinto materno”, também, pode ser vinculada ao papel social de mãe. Nossa entrevistada comenta que, outra mulher que perdera o filho disse-lhe que os fiscais costumavam perguntar às mães como imaginavam que o crime tivesse acontecido, supostamente, por considerarem que elas têm uma percepção que dificilmente se equivocam. O que nos interessa aqui, inicialmente, é o fato de que nesse conhecimento de mãe, Graciela baseou sua narrativa da resistência, e assim começou a apontar os aspectos confusos ou contraditórios da narrativa legal e a investigar. Episódios como o relatado acima na conversa com o fiscal vão fornecendo elementos para construir uma narrativa dissidente, pois como afirmaria mais tarde o advogado de Graciela: “*Mariana no sabía nada de armas por lo que resulta difícil de creer que pudo tomar la pistola, armarla, martillarla, montarla y disparar, sin que el policía pudiera hacer nada*” (CLARÍN, 16 fev. de 2008).

Contudo, o questionar e o confrontar com quem ocupa um cargo de autoridade não é muito fácil. Nossa entrevistada reflete que, muitas vezes, os pais acreditam nesse tipo de afirmação “*tu hija se suicidó*”, e não têm a atitude de dizer: “*yo voy a seguir luchando*”.

O medo paralisa, mais ainda quando passam por situações de intimidação, que podem fazê-los desistir de empreender alguma ação que coloque outros membros da família em perigo. Nesse sentido, trata-se de mais um obstáculo para o desenvolvimento de qualquer ação pública, mas por outro lado, esta se revela como a única possibilidade de que o sistema judicial cumpra sua função, para que o acontecimento não seja esquecido e, ao mesmo tempo, de estar “protegida”.

“Porái algunos me dicen tené cuidado, viste, igualmente me dijeron la gente de La Plata me dice ‘Vos, marcha que haya convocatoria denunciá que es lo que te va a mantener, es lo que te mantiene, dice, por tu seguridad’. Yo cuando me decían eso yo no lo podía creer que tenía que cuidar mi seguridad si yo no soy un delincuente, pero el sólo hecho de denunciar te pone en una situación de que tenés que tener cuidado, viste.”

Segundo relata, a família logo começou a vivenciar diferentes situações ameaçadoras. No dia seguinte ao enterro,

“(…) yo me acuerdo haber salido hasta la puerta, ¿no? Porque todavía es como que vos no podés creer y veo pasar una camioneta (*viatura*), muy lentamente por la puerta de mi casa y el tipo con el arma hacia afuera, como si nosotros... y mirandomé, obviamente, como si nosotros fuéramos los delincuentes. Yo no podía creer eso, me entendés.”

Também, chegou a suspeitar que seu telefone estivesse grampeado. Entrou em contato com o *Centro de Protección a la Víctima* (CPV), e ademais de assessoramento recebeu a advertência de que, efetivamente, seria vigiada, “*yo no podía creer que a vos te dicen, ellos te van a seguir, ¿cómo me van a seguir?, decía yo, si yo no hice nada. ‘Ellos te van a seguir, te van a presionar, te van a querer asustar’. Y fue tal cual*”.

“Graciela hay que actuar, tenés que salir”

Passaram-se três meses, trocaram o advogado e o processo judicial quase foi arquivado, “*ahí ya me empezaron a golpear de todos lados, a decirme: Graciela hay que actuar, tenés que salir, y que fue lo que hice*”. Uma vizinha, participante da *Corriente Clasista Combativa* (CCC), ofereceu-lhe o apoio do movimento para fazer uma marcha. Confessa:

“Para mí fue terrible, la primer marcha fue terrible, salí a hablar con todo el mundo. Gente que me dijo que me iba a ayudar porái de Capital que después no vinieron, por una cuestión de que es provincia y está lo que es anti-impunidad que es Capital, por ahí, no sé, una desinformación, por ahí mandé mal mis mensajes, qué sé yo, bueno no llegaron.”

A convocação para a marcha foi divulgada, também, no jornal regional *La Auténtica Defensa*, solicitando a concentração das pessoas em frente ao Fórum de Campana, no dia 18 de dezembro de 2006, às 11h30min h., sob a reivindicação “*Justicia para Mariana Sánchez*”.

A pedido de su familia, damos a conocer que el día 18 de diciembre se realizará una concentración en reclamo del rápido y justo esclarecimiento de la muerte de la señorita Mariana Sánchez, quien muriera en un confuso episodio el día 17 de agosto de 2006 de un disparo en la cabeza, en el interior del auto de su pareja, el policía Gabriel García; cuando se encontraban estacionados frente a una conocida cadena de comidas rápidas en la intersección de Colectora Sur y Ruta 6.

La concentración se desarrollará, como dijimos, el día 18 de diciembre de 2006 a las 11.30 hs. frente a la Fiscalía de Campana (Sarmiento y 9 de Julio), convocada por familiares, amigos y con el apoyo de los familiares de víctimas del Programa Nacional Anti Impunidad.

Disponível em:



<<http://www.laautenticadefensa.com.ar/modules.php?name=News&file=article&sid=42454>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

Graciela não tinha participação política anterior, e esclarece que costumava dizer que de política não sabia nada, nunca tinha estado em uma marcha, e não sabia como fazê-la. O coordenador da CCC lhe disse que levaria um alto-falante e que ela iria falar. Mas, “*Yo no sabía muy bien cómo encarar todo. Y bueno, alguien hizo una carta, las amigas de mi hija, que hasta el día de hoy me acompañan*”. Assim, a partir de um evento que impacta na trajetória familiar e, principalmente, pelo fato de ver que o crime poderia ficar impune, pois Gabriel García estava livre e armado, como salienta, começa a desenvolver um itinerário político. Nesse sentido, podemos observar como aponta Battagliola et al (1991) que os eventos negativos têm a capacidade de inflectir uma trajetória, mas que o fazem de forma diferenciada, segundo se trate de homens ou mulheres. A narração de Graciela evidencia também que trajetória familiar e pessoal são indissociáveis, assim como revela algumas articulações possíveis entre o itinerário político e os campos familiar, profissional e social.

Um aspecto fundamental para salientar é que, embora nossa entrevistada manifesta que não sabia fazer uma marcha, porque nunca tinha participado de uma, sua ação não partia do zero, em virtude de que, na Argentina, a memória coletiva é povoada de imagens de mobilizações, principalmente, fornecidas pela mídia. As marchas das Madres de Plaza de Mayo, das Abuelas de Plaza de Mayo e outras organizações de direitos humanos assim como informaram ao “público sobre distintas formas de entender a opressão”, também forneceram e fornecem modelos de resistência e luta (BERGMAN & SZURMUK, 2006, p.256). Nesse último sentido, estabeleceram um dos paradigmas legitimados de atuação das mulheres no campo da política, a partir do uso social e político da maternidade.

Herdeiras desses movimentos, as mobilizações que, durante a década de 1990, canalizaram na forma de protestos a indignação popular e exigência de justiça para os crimes impunes, também revelaram formas de ação coletiva. Em 8 de setembro de 1990, María Soledad Morales foi assassinada pelos filhos de funcionários do governo provincial. Sua morte despertou o pedido de justiça da comunidade de Catamarca, que iniciou as “*marchas del silencio*”. Finalmente, os assassinos foram presos e uma coalizão opositora continuou ganhando as eleições, acabando com um caudilho regional. O segundo crime foi o do soldado Omar Carrasco do Regimento de Zapala, que mencionamos na trajetória de Laura Padilla. O terceiro, ainda não esclarecido, foi o

assassinato de José Luis Cabezas, fotógrafo da revista *Noticias*, em 25 de janeiro de 1997, mencionado na trajetória de Emma.

Assim, como as Madres e Abuelas abriram o leque de formas de protesto no espaço público, a partir do caso de María Soledad, “outros casos de homicídios que envolvem mulheres jovens⁸⁷ na Argentina têm produzido respostas coletivas entre os cidadãos que têm aprendido a “**ler nas entrelinhas**” as versões oficiais dos fatos e a desafiar as mesmas instituições que supostamente os protegem” (id. *ibid.*, p.268, grifos nossos). Segundo Barrancos (2007),

O crime María Soledad exibiu, embora de modo exponencial, o comportamento habitual violento contra as mulheres, a atitude de afrontar a condição feminina e não somente em geografias dominadas por tendências conservadoras. Puseram-se de manifesto diversos ângulos do exercício conveniente do poder, o encobrimento por parte de altos funcionários e, como em outros casos, os signos da impunidade que caracterizavam a ação da Justiça. A persistência da reivindicação dos familiares juntos com a comunidade *catamarqueña (do estado de Catamarca)* conseguiu que os principais responsáveis fossem julgados. (BARRANCOS, 2007, p.314-315, TN)

Nesse sentido, Bergman & Szurmuk (op. cit.) salientam que nestes movimentos “o novo é a forma que tomam as demandas cidadãs para um maior cumprimento da lei” (id. *ibid.*, p.251). Também, observaremos que essas mobilizações tiveram como força impulsora as mulheres, que em seus diferentes papéis de mãe, esposa, amiga, familiar, vizinha criaram uma primeira rede de solidariedade e, uma vez na cena pública, estabeleceram articulações com outros movimentos e organizações. No caso de María Soledad Morales,

As marchas foram, sobretudo, esforços de mulheres. As mulheres, algumas delas com apenas dezessete e dezoito anos de idade, as organizaram. Uma freira as conduzia, e dramatizavam os tipos de virtude associadas às mulheres: silêncio, moderação, passividade. Exibiam-se corpos femininos de adolescente em uniformes escolares cinzas, com cruces de ouro no peito. Nestas marchas, María Soledad representava-se como mais uma destas estudantes de uniforme cinza, com seu cabelo escuro recolhido num rabo de cavalo. (...) uma adolescente, que devia ter sido protegida pela lei em vida e que devia ser tratada com respeito após sua morte (id. *ibid.*, p. 258, TN)

Nesse sentido, um dos aspectos que consideramos chave na primeira mobilização realizada por Graciela foi a solidariedade de gênero que se manifesta, inicialmente, na conversa entre vizinhas, e se abre em redes de solidariedade

⁸⁷ A matéria “*La violencia machista mata en el país a una mujer cada dos días*”, publicada em 8 de março de 2008, no jornal *Clarín*, noticiava que “nos primeiros 66 dias do ano foram assassinadas ao menos 33 mulheres e meninas de distintos setores sociais a causa da violência de gênero, a imensa maioria em mãos de seu parceiro ou ex-parceiro” (CAMPS, 2008).

envolvendo amigadas, colegas, familiares, moradores/as do bairro e participantes da CCC. Mais tarde, articula-se com reivindicações de justiça em nível nacional na marcha organizada em Garín.

Guha (1995) aponta que da compreensão da primeira solidariedade que nasce do temor, surge uma segunda solidariedade gestada pelo princípio da empatia. Eleuteria, que como participante da CCC, acompanhou as mobilizações de Graciela, dizia-nos “*Hay que entenderla a ella también, sabés qué que te maten a um hijo?*”. Essa afirmação reflete a solidariedade que nasce da empatia e, também, a legitimação da luta para torná-la pública, tal como aconteceu no surgimento do MML, quando Lucy de Cornelis conta sua situação na rádio e, ao sair do prédio, encontra as mulheres esperando-a.

Se não surge essa segunda solidariedade é difícil pensar em mobilização e ação política. Nesse sentido, Graciela comenta que, assim como muitas pessoas acompanharam-na em sua reivindicação por justiça, houve amigas que não, “*Que no quisieron estar porque le tenían miedo a la policía*”.

Segundo Enrique Rajchenberg (2002), o terrorismo de estado deixou marcas profundas na sociedade, desaparecimentos e assassinatos; saldo econômico pela abertura ao neoliberalismo, e um terceiro saldo concernente à história do mesmo processo ditatorial, que provoca a paralisia da capacidade crítica da sociedade e da ação, a “criação do sentimento da vigilância sem trégua; é, enfim, semeadura de uma cultura da delação de modo tal que cada cidadão volta-se um policial. O terror consegue desta maneira seu objetivo” (id. *ibid.*, p. 75-76).

Nesse sentido, nossa entrevistada comenta que tinham lhe advertido que na marcha haveria policiais infiltrados e que passaria a ser “vigiada” pela polícia. Ela vinculava esse tipo de ação a outro momento histórico, assim refletia: “*vos decís pero eso es, no sé, de otra época*”, referindo-se ao período da ditadura militar no país. Entretanto, nas fotos da primeira marcha identificaram um policial infiltrado.

Em outra ocasião, a experiência transmitida por uma mãe que reivindicava justiça permitiu-lhe identificar essa situação de estar sendo vigiada, pois segundo ela mesma reconhece: “*Yo soy medio despistada en la calle*”.

“(…) ella me cuenta cómo descubre los tipos que también que estaban leyendo un diario y ella se arrima a ver qué era lo que querían que estaban en la puerta de la casa (...) qué buscaban y que la van a matar, le dicen. Y entonces ella le dice: Bueno, matáme ahora. Entonces se terminan yendo los tipos (...)”

Assim, como protestar implica enfrentar o medo, consideramos que a experiência de mobilização contribui para superá-lo. Não apenas o medo que ficou como herança do terrorismo de estado, senão também um medo, arriscamos, relacionado à experiência de gênero, que pode se manifestar no fato de enfrentar a autoridade, geralmente ocupada por um homem, e também em comportamentos do cotidiano, como andar sozinha à noite. No caso do medo da repressão, Brieger (2003), ao discutir a rebelião de dezembro de 2001 e o surgimento das Assembleias de Bairro, interpretava que essa re-apropriação do espaço público refletia a superação do medo instaurado na ditadura militar, em que a rua era considerada território perigoso por temor à repressão.

Consideramos que, ao mesmo tempo, a ação política tem o efeito de empoderamento, mais ainda quando consideramos o medo decorrente da experiência de gênero. Segundo Graciela, nem ela nem sua filha costumavam caminhar à noite, embora nunca tivessem passado por uma situação de perigo, "*a mí me daba un poco de miedo la noche*". Após ter participado nas mobilizações,

“(..) el miedo se me fue, obvio, se me fue. Sí, perdí el miedo (...) ahora ando para todos lados, voy a cualquier lugar que tenga que ir, viste. Voy, marcha, convocatorias, marcha en la ruta de tres personas. Estamos ahí, entregamos volantes de lo que sea, de personas desaparecidas, porque hay de todo, hay de todo.”

Nesse sentido, também consideramos os depoimentos de participantes da CCC e até vivência da própria pesquisadora, após ter estado em vários protestos. Carmen da CCC explicava "*Después que empecé a venir acá, tengo que salir hasta de noche, salgo. No tengo miedo, no sé. Mi marido es el miedoso, 'A esta hora salís?', 'Sí, si voy acá a la vuelta a la carnicería' o a la almacén, a dónde sea*". Certamente, trata-se de uma questão muito complexa cujo aprofundamento requer abordagens que excedem os limites deste trabalho.

Considerando o caso de Graciela, argumentamos que a percepção do poder político de sua reivindicação contribui para superar esse medo, empoderando-a. Se, por um lado, a solidariedade na ação é possível porque há um entendimento de que a reivindicação dela é legítima, em virtude de que como mãe está cumprindo com um dever, "*como me decían (...) vos como madre, hiciste todo lo que pudiste*", por outro, essa solidariedade como ação coletiva dá efetividade à ação. Assim, ela valoriza essa solidariedade, pois entende que com essa cooperação é possível conseguir o avanço do processo judicial. As amigas da filha que escreveram uma carta, acompanham-na até

hoje e encarregam-se de enviar correios eletrônicos informando sobre o andamento do processo, divulgando as marchas etc.

“(…) porque necesitábamos ayuda de todos lados, no solamente. Yo porái voy a la cabeza y hablo y acuso y ando por distintos lugares, pero a veces uno necesita que alguien se ocupe de buscar colectivos para ir, o alguien se ocupe de escribir algo, porque a veces yo no podía ni escribir. Es más a veces me pasa también ahora, ¿no?, que porái ahora que hay alguien que se ocupa de hacerlo. Y bueno que hicimos todo esto, encadenamos todo esto para poder hacer la primer marcha. Que bueno, que creo que, que bueno después de haber hecho tanto lío, tanto lío creo que dio sus frutos, ¿no? (…)”

A luta de Graciela para revelar a dimensão pública e política de sua vivência traz à nossa lembrança um rico exemplo fornecido pela literatura que, como salienta Roland Barthes, tem a capacidade de traduzir a realidade real daquilo de que fala e, portanto, pode contribuir para o entendimento de nosso objeto de estudo. Trata-se de “Antígona”, de Sófocles, última tragédia da trilogia tebana que apresenta o drama da protagonista homônima, filha de Édipo, que vê morrer os dois irmãos, um pela mão do outro, e que decide enfrentar a proibição do rei Creonte de dar sepultura ao irmão que morreu atacando a cidade.

O drama revela a arbitrariedade da lei dos homens, mais ainda quando uma “outra” moral põe em evidência a transgressão da lei dos deuses, pois Antígona sente que seu dever de irmã é realizar os rituais funerários para que a alma de seu irmão possa fazer a transição ao mundo dos mortos. Assim, inquire sua irmã, Ismene, para saber se está disposta a ajudá-la demonstrando sua dignidade, mas esta se manifesta incapaz de fazê-lo, pois implica enfrentar as ordens de Creonte. Percebe que se trata de uma questão de poder e, conseqüentemente, teme ser punida. Sua fala é reveladora da solidariedade do medo, mencionada por Guha (op. cit.), produzida pelo poder da ordem patriarcal.

“E não nos esqueçamos
de que somos mulheres e, por conseguinte,
não poderemos enfrentar, só nós, os homens.
Enfim, somos mandadas por mais poderosos
e só nos resta obedecer a essas ordens
e até a outras inda mais desoladoras.” (SÓFOCLES, 1997, p.199)

Aos poucos, a dimensão política do ato se ratifica. Antígona está ciente de que tornar pública a situação possibilita que o descontentamento popular se manifeste, embora timidamente, e que legitime sua ação. Ela mesma dirá ao rei: “na opinião da gente de bom senso todo o **meu cuidado foi justo**. Sim!” (id. ibid., p.234, grifo nosso).

Novamente, o cuidar envolvendo uma dimensão moral ao se situar em um contexto político (TRONTO, 1997, p. 187). Mas, para Creonte não se trata de justiça, senão de poder, é defender essa ordem a qualquer preço, e doutrina o filho: “Devemos apoiar, portanto, a boa ordem, não permitindo que nos vença uma mulher” (id. *ibid.*, p.225).

Antígona, que se revelou em sua ação aos outros, é punida com o isolamento, como afirma Arendt (2007), “Estar isolado é estar privado da capacidade de agir”. Para que não fiquem dúvidas sobre o caráter político do conflito, Creonte sentencia: “Não me governará jamais mulher alguma enquanto eu conservar a vida!” (id. *ibid.*, p.218). Como se trata de uma tragédia grega, Antígona caminhou sozinha até seu destino. Creonte arrepende-se, mas sua ação operou no mundo social, “um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos” (ARENDR, 2007, p. 203).

Graciela inicia uma ação, estimulada pela solidariedade, encabeça a luta, porque a “*madre llega más*”, porque o marido é mais pacífico, porque tinha medo de que algo pudesse acontecer com o filho, “*Yo tenía miedo por mi hijo, porque también me dijeron: Tené cuidado con él. Porque mi hijo en ese momento levantaba pedidos y andaba caminando por todo Escobar y caminando para el lado del río [com intenção]*”. Assim, enfrenta, primeiramente, o fiscal que, segundo ela, tentou, por um lado, que acreditassem que sua filha tinha-se suicidado e, por outro, encobriu Gabriel García, colocando-o em qualidade de testemunha, “*está siempre lo de eso, se le cree al policía y después te van a creer a vos, ¿no?*”.

Nas mobilizações, passa a convocar pessoas para denunciar atos impunes e muitas delas comparecem, “*los alentaba a que ellos tienen que seguir porque, no se tienen que quedar con eso solo, con ir y hacer la denuncia ahí, porque vos lo tenés que seguir llevando adelante, si lo denunciaste tenés que seguir adelante, porque la justicia no hace nada por vos*”. Assim, revela o caminho que ela mesma percorrerá em sua reivindicação de justiça. Se, por um lado, é preciso denunciar, fazer mobilizações etc., paralelamente, os caminhos da burocracia, da lei, do estrutural precisam ser percorridos. A ação política pode ativar a engrenagem da lei, mas serão os mecanismos da própria lei que porão o sistema em movimento. Essa relação dialética entre ação e estrutura é também percebida na atuação do MML, como quando as participantes de General Roca apresentavam os *Recursos de Amparo*, elaboraram projetos de lei, entre outros.

Dessa maneira, nossa entrevistada acusou o fiscal de desviar o processo judicial, mas não apenas nas mobilizações, senão através dos próprios recursos do sistema judicial, até conseguir a mudança rótulo no processo e a indagação de Gabriel García.

Por sua parte, o fiscal resistiu, inicialmente, afirmando que o comportamento de Graciela se baseava na sede de vingança, utilizando o subterfúgio de vincular as ações das mulheres a sentimentos “irracionais”, carentes de razão. O efeito foi contrário ao esperado, “*lo que él hizo a mí es ponerme una inyección de lo peor, porque lo que hice fue en diciembre empezar y bueno con acusaciones, denuncias por todos lados y las movilizaciones que hicimos ahí, escraches, medio que había, yo hablaba de él*”.

Também, tentou fazê-la desistir de protestos, como na segunda mobilização quando enviou um agente para chamá-la ao seu escritório. Essas reações foram confirmando os efeitos que o protesto tinha.

“un policía jovencito, me dice: Señora, señora, dice el fiscal que quiere hablar con usted que suba’, ‘Ahora no’, le dije. Después, primero le voy a hacer la marcha en la puerta y después no subí, porque yo no iba a hacer sociales. Siempre lo dije, yo no iba a hacer sociales con el fiscal. A mí el fiscal me tiene que investigar y decir lo que investigó, ¿no? **Hice la marcha y me fui, no subí nada (...)**”Grifo nosso

Por intermediação do CPV, Graciela também teve acesso a Assuntos Internos e fez sua denúncia, principalmente referente ao fato de que Gabriel García continuava solto e portando arma. Aconselharam-lhe não investigar mais, “*Como diciéndomé que era peligroso, viste, que lo iban a averiguar ellos*”. De fato houve uma investigação, mas o processo acabou sendo mais demorado e passaram-se dez meses.

“Ah, me acuerdo de haber mandado un mail, una noche. Yo con mi cosa de apretar de a uno los botones de la computadora, cuando teníamos y le reclamé a esa persona que nos atendió, no me acuerdo el nombre ahora... le reclamo furiosa, una respuesta a lo que yo había ido a hacer allá. Furiosa, me acuerdo, que le dije que si él (*Gabriel García*) sigue portando armas era porque ellos se lo permitían, así de fácil, y que si quería saber si tenía arma o no tenía armas no tenía más que parar su auto, revisarlo y nada más y que la culpa de lo que pasa también la tienen ellos.”

Em três dias foi notificada que haviam tomado uma decisão: Gabriel García fora destituído do cargo de policial e, dependendo da sentença, seria exonerado definitivamente. Comenta que vivenciou isso como uma pequena conquista, “*Una por lo menos pude hacerla, a partir de la policía, porque si no ellos siguen teniendo mucho poder*”.

“Si él tiene tanto poder yo también puedo juntar mucha gente”

No relato de Graciela, alguns acontecimentos refletem esse processo de empoderamento mencionado. Inicialmente, ela se sente sem poder, sente medo, mas a partir da ação política, começa a descobrir seu próprio poder, no sentido de que sua reivindicação mobiliza outras pessoas, consegue reuni-las e é capaz de encabeçar um protesto.

“(…) creo que cada cosa que me hizo dar miedo y por ahí no dormir en la noche, porque me he pasado noches, los primeros días no paraba de temblar del miedo. Así como tuve mucho miedo, después tuve mucho valor y dije: Hijos de mil puta, los voy a denunciar a donde vaya y en cada marcha que voy, doy el nombre del hijo de mil puta y empiezo por el fiscal.”

Sua “consciência do poder político” (SCOTT, 1998) é evidente no relato da marcha realizada em Garín, em 22 de abril de 2007. Esse protesto foi organizado em resposta ao pedido de pessoas da cidade que, em virtude do horário e do local em que as mobilizações se realizavam, não conseguiam comparecer. Graciela costumava argumentar que nessa cidade não estava nem o fiscal nem as pessoas que poderiam agilizar o processo judicial, “*Mi interés estaba en la puerta de la Fiscalía*”. Contudo, acabou por aceitar o pedido, considerando que “*mi hija vivió acá, vivimos tantos años yo, acá ella, prácticamente desde que nació, acá la conocía todo el mundo*”.

Participaram do protesto pessoas que conheceram a filha, “*Fueron profesores de mi hija, del colegio, compañeras [choro] Bueno, todo el mundo, ¿no?*”. Também, pessoas que reivindicavam justiça pela morte de familiares como Sara Gauto, mãe de José López, que foi assassinado após sair de uma boate em Escobar, e organizações tais como: a CCC, o *Polo Obrero* de San Fernando, a *Agrupación Docente Alma Fuerte*, representantes do *Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires* (SUTEBA) etc. Era evidente que a rede de solidariedade de nossa entrevistada tinha se expandido, excedendo os limites da vizinhança e possibilitando articulações com reivindicações da agenda de movimentos e organizações a nível nacional. Scherer-Warren (1999) destaca que nessas redes se materializa o “diálogo” construído pelos atores da sociedade civil com outras organizações como estratégia de ação coletiva, enquanto articulações políticas, ideológicas ou simbólicas (id. *ibid.*, 1999, p.24).

Nos movimentos pesquisados, as redes estabelecidas com outras organizações serviram para “somar forças”, mas também há relatos de experiências em que se desenvolvem aprendizagens a partir dessas articulações ou em que o movimento se

nutre das experiências desenvolvidas por organizações que o precederam (principalmente, movimento operário e organizações de direitos humanos). Essa estratégia de organização e relacionamento, segundo a autora citada, envolve os seguintes pressupostos ideológicos:

“Primeiro, pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e em que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico (...) Segundo, aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta” (id. *ibid.*, p.28).

A marcha saiu da casa de Graciela, lugar onde Mariana morava, e fez um percurso pelas principais ruas e avenidas da cidade até a Plaza General Belgrano, onde se realizou um pequeno ato. Não temos uma estimativa do número de manifestantes, mas nossa entrevistada calcula *“cuatrocientas, quinientas, seiscientas personas, no sé, cuántos eran pero yo iba adelante y tenía una cuadra por lo menos de gente que iba detrás y la gente que me estaba esperando en las veredas”*.

“(...) cuando voy llegando por la calle Belgrano, ¿no?, había comerciantes que salían a la puerta, porque desde ya que nos conocían. Otros cerraron por miedo, tanta gente, tienen miedo, yo entiendo, que les roben y qué sé yo. Nunca en mi vida vi, pensé que me iban a acompañar tantas personas, pero tantas. Íbamos caminando y íbamos incorporando gente (...)”



Fotografia 30. Familiares, vecinos y amigos de Mariana por el centro de Garín.
Fonte: <http://elgarinense.blogspot.com/2007_04_22_archive.html>

As marchas demarcam o espaço pondo em evidência relações, conflitos etc. Para Massetti (2004), as paradas nas marchas estão revestidas de um caráter simbólico-político e ligadas ao objetivo do protesto deveriam ser entendidas como parte de uma “tecnologia de comunicação” (id. *ibid.*, p.107). Quando Graciela passa na frente do Bar *Octubre*, dirige o olhar nessa direção, pois o dono era amigo de Gabriel García,

“Entonces yo miré y como vi todo tan oscuro dije acá no hay nadie y seguí”. Da mesma forma, no quarteirão seguinte, se detém na porta de entrada de um posto telefônico, cujo dono é M., policial amigo de García, e se dirige à multidão.

“Y bueno, me puse en la puerta que el encubridor de la muerte de mi hija, que era un asesino y que era M., el dueño de esa telefónica y empiezo a hacer todo un discurso diciendo que él fue con García el dueño de la vida de mi hija [rápido]. Y bueno la gente se empezó a enardecer. (...) Cuando yo empiezo hablar así la mujer (*atendente*) corre y cierra las puertas con llave y yo sigo hablando ¿no? La gente se empezó a enardecer, entonces yo iba con los carteles de mi hija así, una de mis cuñadas empezó a golpearles el vidrio y no sé qué gesto hace la tipa, le empezaron a golpear el vidrio ‘Asesino, asesino’(...)”

Na edição online de um jornal da cidade, essa ação aparece como *escrache*. Como dissemos, trata-se de uma forma de protesto criada pela organização de direitos humanos H.I.J.O.S. (*Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio*), como ação simbólica de reivindicação por justiça. Inicialmente, refletia a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar, mas com o passar do tempo, sendo utilizada por outros grupos, passaram a ser *escrachadas* pessoas vinculadas a casos de corrupção, de autoritarismo policial e que atentem contra direitos individuais e coletivos (CATELA, 2001, p.360). Assim, faz parte das experiências adquiridas pelos/as familiares de pessoas desaparecidas que repercutiram nas “formas de fazer política, na Argentina (id. *ibid.*, p. 367), diante da violência política, social e policial.

Este tipo de manifestação que poderia ser restrita a uma expressão individual de raiva, ódio ou rejeição, se torna uma atividade racionalizada e coletiva, cuja ênfase está vinculada aos lugares de pertencimento (domicílio da pessoa, bairro, local de trabalho etc.). Na narração de Graciela, podemos identificar esses momentos de expressão individual, assim como os *escraches* em que essa ação tem um caráter coletivo e passa a ser uma questão da comunidade. Segundo relatou-nos, houve situações em que esteve com Gabriel García frente a frente; na primeira, dois dias após a morte da filha “*Le empecé a gritar asesino, ¿qué hiciste?, viste (...)*Me decía, hasta lo desconocía de las cosas que me decía el tipo. Era una basura, era evidentemente una basura, le dije de todo. No sabés me salió el odio, lo corrí”, e até chegou a bater na cabeça dele com um pau. Na segunda vez, também, gritou insultou-o, “*cuando me vio él a mí parece que vio... no sabía dónde meterse, viste. Y gritarle de todo en el medio de la gente*”. Também, tinha levado os cartazes e distribuiu-os para as pessoas próximas. Dessa forma sua ação foi adquirindo o perfil do *escrache*.

Cabe apontar que este tipo de ação age dentro da legalidade e, de fato, não existe nenhuma lei que possa impedi-la, pois evidencia a própria arbitrariedade na sua aplicabilidade da mesma, em virtude de que se esses repressores, corruptos e outros estão na rua, é porque a justiça não foi feita.

Retomando o momento da marcha, Graciela explica que enquanto falava, viu aparecer no final da coluna uma viatura da polícia, então “*redondeé (sintetizei) lo que decía, lo dejé como asesino, que se enteraron todo el mundo, recuerdo que habían salido los del mercado todo a escuchar lo que yo decía, no sé si sabían lo que era el tipo pero se enteraron, me entendés, se enteraron*”. Segundo ela, evitou uma situação violenta, “*paré a la gente, porque si yo los dejaba, yo creo que le rompían el negocio, me entendés*”. Salienta-se nessa frase que ela encabeçava a multidão e que estava ciente de sua capacidade para “conduzir” esse protesto, “*Y éramos muchas personas, hubo alguien que me dijo: Lo hubieras dejado hacer. Le digo: Yo en realidad me corro para que eso no pase*”.

Reconhece que recebia revanche das intimidações das quais sua família era alvo. Assim, uma vez, sua casa foi invadida por três jovens durante a noite, coincidentemente, após seu filho ter discutido com M. a respeito da morte da irmã.

“Esto fue un claro acto de que él puede llegar a hacer cualquier cosa, me entendés. Ellos tienen el poder, te mando alguien a robarte a la madrugada y puedo hacer de vos lo que yo quiera. Y eso es lo que yo sentí esa noche, un miedo. Me acuerdo que sentía mucho miedo y mucha impunidad de que el tipo, la policía sí puede hacer lo que quiere con vos, me entendés. Porque ¿a quién iba a llamar yo esa noche, a la madrugada, a quién iba a llamar a otro policía para decirle lo que me hizo otro policía? [*com ironia*], me entendés.”

A ação coletiva e pública confronta a sub-reptícia, “*si él tiene tanto poder yo también puedo juntar mucha gente, me entendés*”. E, também, lhe dá resguardo, pois as próprias pessoas se encarregaram de divulgá-la e foi registrada pelos jornais da região. A marcha continuou em direção à praça e Graciela dirigiu-se aos presentes. Em seu discurso, destacam-se alguns temas centrais: a filha não recebeu auxílio (“*que el cuerpo de mi hija estuvo en el auto en el del McDonald’s desde las dos a las cinco de la tarde*”); García está em liberdade; (“*jamás estuvo detenido, jamás estuvo demorado, jamás asistió a Mariana, jamás llamó a la ambulancia, ni la llevó al hospital, porque él estaba shockeado, ¡pobre García!*”); outros policiais encobriram o crime; sujaram o nome da filha (“*diciendo que ella se había suicidado*”). Uma parte do seu discurso que consideramos fundamental é quando ela questiona a narrativa de García,

“Mariana con sus apenas cuarenta y nueve kilos, dice él, que le pega una trompada a este animal de cien kilos, y lo noquea, le quita el arma, que él previamente había descargado y tirado el cargador para atrás, ella con sus brazos frágiles, le quito el arma, se pasó para atrás del asiento, la cargó, la destrabó y se metió un tiro ella sola en la cabeza”

Como no relato de outros crimes, o corpo começa a ser tematizado, a formar parte da narrativa do crime: “*eso también lo denuncia mi abogado, porque Mariana era muy delgadita, de piernas largas, viste, nada que ver con la persona morruda (robusta) que metió en el auto para hacer toda esta simulación*”. No discurso que ela constrói, a diferença entre corpo feminino e masculino é central para apontar a culpabilidade de García. Por um lado, ela esclarece que sua filha não tinha força física porque não realizava nenhuma atividade que desenvolvesse essa capacidade e, assim, não manifesta ter uma visão naturalizada do corpo feminino vinculada à fragilidade, por exemplo. Entretanto, são esses estereótipos que seu discurso explora. Por outro lado, tematizar o corpo permite que a própria vítima “fale”, invalidando a narrativa de García que quer torná-la artífice de sua própria morte. Para os ouvintes, fica evidente que uma “jovem” de 50k não consegue desmaiar um homem que tem o dobro de seu peso. No protesto, o corpo da mãe é prova da existência da filha.



Fotografía 31. Graciela dirige-se aos presentes.

Fonte: <http://elgarinense.blogspot.com/2007_04_22_archive.html>

Finalmente, manifesta a esperança de que a justiça aja (“*lo único que queremos es justicia*”); critica a inoperância do fiscal (“*que este fiscal dormido que tenemos en la causa de Mariana, se deje de bolu.. y trabaje*”); pede o apoio dos presentes para outras mobilizações (“*porque si ustedes no nos apoyan esto va a quedar como un simple accidente*”), alude ao conhecimento deles a respeito do descaso com que são tratados comumente por parte das autoridades, e agradece.

Graciela, ao lembrar o ato, disse que cometeu alguns excessos, pois usou palavras, sendo que sempre lhe aconselharam a não dizê-los, mas *“tampoco no se puede estar todo el tiempo cuidándote de decir porque te da ganas de decir hijo de mil puta [com ênfase] como porái lo dije y después por ahí me arrepentí de haberlo dicho”*.

O jornal reflete que esse tipo de protesto por reivindicação de justiça é um denominador comum na cidade e em muitos casos não encontram “solução”, como o de Ismael Alegría, Kevin Mesa, e Solange Sconjar. Após o discurso de nossa entrevistada, Alicia Tróia, Secretária sindical de SUTEBa Escobar, leu um documento em que se reivindicava a aparição com vida de Julio López, e justiça pelo assassinato de Carlos Fuentealba⁸⁸. Assim, articulavam-se no protesto demandas por direitos e justiça em tempos de democracia, com vítimas da ditadura militar. Essa “unidade das vítimas” revela um dos limites das democracias atuais em que as instituições não “conseguiram” julgar os crimes do passado ditatorial e tampouco assegurar os direitos civis básicos no período democrático. Para Bergman & Szurmuk (2006) este tipo de ações que reivindicam direitos negados,

Promovem indiretamente a democracia em sua reivindicação em favor da cidadania e em longo prazo opõem-se a todo regime ditatorial. É precisamente a mobilização da sociedade civil o que estabelece uma nova agenda e, como quase qualquer movimento social, toma a todo o mundo por surpresa, precisamente porque enfrenta os padrões tradicionais de controle social (id.ibid., p.254)

“mi vieja sabe hacer de todo”

Neste item, gostaríamos de apontar as diferentes formas que Graciela utilizou para canalizar sua reivindicação e as articulações com outros itinerários de sua trajetória pessoal. São intervenções no espaço público com o intuito que as pessoas conheçam o caso, o crime, a situação de injustiça e, posteriormente, como afirmou na entrevista, o sucesso da mobilização.

“Y bueno, dejar por todos lados el nombre del fiscal, la causa cómo era de mi hija y la cara del asesino. Y cómo todavía estaba suelto, ¿no? Eso lo hice, lo hicimos por todos lados y llegó por todos lados. Gente que porái se ha ido a una provincia, yo le daba y llevaban. En Capital, la gente de acá del Chino

⁸⁸ Carlos Fuentealba (1966-2007) era professor e ativista sindical e foi morto durante a repressão policial que tentava impedir a realização de um piquete em Arroyito (Neuquén), em 4 de abril de 2007. Quando Fuentealba se retirava do local, o policial José Darío Poblete, disparou uma granada de gás lacrimogêneo, que quebrou o vidro do carro do professor e impactou na cabeça provocando-lhe uma lesão mortal. O fato foi repudiado em greves gerais por todo o país, em Neuquén exigiu-se a renúncia do governador em exercício, José Sobisch. As greves de docentes se estenderam por 50 dias. A esposa de Fuentealba, Sandra Rodríguez

cuando iban han repartido. Mi mamá porái ha ido a algún lado y ya sabían del caso de mi hija. He hablado con periodistas del Canal 2 y ya sabía del caso de mi hija... me entendés. Y después tuve la suerte de que bueno con este abogado y qué sé yo, en febrero salió, me llamaron de la agencia Telám, viste, así que lo di, hablé y después se publicó en Clarín.”

Após a morte da filha, Graciela tinha abandonado seus estudos. Mas, com o apoio recebido dos/as colegas, retomou o curso. Eles ligavam, visitavam-na, a levavam para assistir às aulas, *“medio me arrastraban hasta el colectivo, viste. Y bueno después ya, después lo hacía sola”*, aconselhavam-na a não abandonar os estudos e lhe diziam: *“Vamos, vamos. No. Yo no quería ir hasta que bueno decido que sí, que voy a seguir, porque era como que si no me ocupaba en algo más, creo que me iba a volver loca”*.

Precisamente, um dos momentos mais emotivos da entrevista ocorreu ao enxergar essa fase. O relato discorria sobre aspectos de sua faceta de estudante e até tinha suscitado o riso da pesquisadora diante do “medo” da prova final. Aos poucos, seu relato tornou-se denso e percebeu-se um sentimento de frustração pois, como aluna, não conseguira cumprir como pretendia, o preparo para um bom exame final. Conta que, no dia anterior à entrevista, apresentou-se para o exame final, *“Creo no, no quería entrar: una porque no había alcanzado a estudiar, a leer, me parecía que ella (a professora) no se merecía que no haya terminado”*. A voz da narradora vai se embargando, enquanto confessa o quanto lhe custou se apresentar, e se entristece ao dizer que foi uma das disciplinas que abandonou. Em uma pausa pequena, enquanto tenta conter o pranto, o cachorro se aproxima dela e com a carícia costumeira, Graciela lhe faz um mimo e se desculpa: *“Él, lloro y siempre viene conmigo”*. E afirma emocionada e com firmeza que também foram essas disciplinas que a fizeram seguir enfrente, *“Y bueno, y hoy gracias a eso también estoy trabajando”*.

A continuidade dos estudos lhe permitiu conjugar seu itinerário profissional com a demanda de justiça. De fato, a proximidade entre o Instituto, onde estudava, e o Fórum, onde estava o processo da filha, fizeram com que ela começasse a aproveitar a assistência às aulas para investigar e/ou realizar algum tipo de intervenção nesse espaço.

“Averiguaba algo y después me iba a las clases, destruida, porque me recuerdo que a veces iba a las clases y me sentía terrible. Pero trataba de hacerlo porque a mí me parecía que si yo no hacía eso, esa descarga por ese lado, me parecía que me iba a volver loca. Porque era como, viste, que no podía creer, tanta cosa que nos estaba pasando, ¿no?”

Também, comenta que entre uma marcha e outra, tinha a sensação de que nada acontecia, e sentiu a necessidade de *“dejar un sello”*. Assim, começou a colar cartazes

no Fórum, aproveitando os intervalos das aulas *"Iba a clases, salía de una corrida y pegaba todo eso, y volvía a clases, viste. Y así creo que me sostuvo un poco eso también, ¿no?"*. Esses cartazes que se espalharam por lojas do bairro e da cidade (e, alguns, há mais de dois anos, permanecem colados), viajaram em ônibus, ficaram nas mãos de transeuntes etc., tinham a dupla função de divulgar o caso da filha, com uma foto dela, do namorado e o nome do fiscal, e também de denunciar o crime impune.

A lembrança da primeira noite em que foi colar esses cartazes no Fórum é, também, um momento muito emotivo da narração. Sua voz se interrompe várias vezes e é possível perceber a fortaleza com que enfrenta o drama de sua situação.

Certamente, esses cartazes incomodavam os agentes da polícia e funcionários do Fórum.

“Empiezo pegando una noche, ocho y cuarto de la noche, nunca me voy a olvidar. Y bueno, ese día no llevé pegamento. Eran mis primeras fotocopias, llevaba cinta de papel, como yo uso cinta de papel cuando voy a hacer mis diferentes trabajos, siempre ando con cinta de papel, empecé pegando dos o tres fotocopias una noche. Y bueno, fue suficiente pegar una en la puerta de la Fiscalía, en uno de los palos de cemento que sale un policía. Cuando yo me doy vuelta, que estaba juntando todas mis cosas, yo fui con dos compañeros míos, el tipo, lo veo que está mirando la fotocopia pero como no la estaba leyendo. ‘A ver, me dice, quiero leer’, me lo dijo en un tono tan feo y me paré y le dije, le señalo con la mano ‘Lea, lea’. Porque él me lo dijo en un tono y yo le contesté también en un tono de que me estaba defendiendo, viste.”

Enquanto isso acontecia, um dos colegas que a acompanhavam colou outros cartazes no chão e na janela. O agente entrou no prédio, e em seguida retornou e tirou todos os cartazes dela e arrancou os que foram colados. Começaram a discutir, *“Me había agarrado tanta bronca lo que él hacía que yo no, no presté atención que se empezaron a parar todos los autos del semáforo y había gente hasta en la vereda del frente”*. A presença de outras pessoas protegeu-a, esclarece que, em nenhum momento, faltou o respeito ao policial. Mas, lhe disse *“que yo sabía mis derechos, y que esa era una calle pública, era un edificio público y que él era un funcionario público y que él a mí no me iba a sacar lo que yo había comprado, me entendés”*.

Para o agente, Graciela estava colocando *“a todo el mundo en la misma bolsa”*, e começou a falar da própria filha, que estava doente. Ela percebeu que era a voz dele que se embargava,

“en eso él gira y sale corriendo hacia la otra puerta y yo lo corro por detrás y es más [*suspira, sua voz se quebra*] y dije que bueno, que si él, disculpáme por
P: No, está bien.

G: Que si él luchaba por su hija viva, su hija enferma, yo quisiera, quisiera tener a la mía viva, viste, y se lo dije, se lo dije a los gritos y lo corrí y entre él

abrió la puerta de la Fiscalía para meterse adentro y me volví a parar y le dije que él a mí no me iba a enseñar mis derechos, porque yo sí sabía cuáles eran mis derechos. Y bueno, esa fue la primer vez, [*pequenos sollozo até aquí*] nunca más salió.

Ela retornou no dia seguinte, “enfurecida” e, sem dúvida, fortalecida, “*Dije: Este hijo de puta, no me va a venir a sacar lo que con tanto sacrificio llevo, viste [pequeno choro]*”. Como cursava disciplinas todos os dias, todos os dias levava seus apetrechos: 5 litros de cola, que ela mesma preparava, pincéis e cartazes. Os companheiros ajudavam-na.

“(…) entonces yo ya no le pegaba únicamente en el palo y en el piso, le llenaba todos los diez metros, quince de la Fiscalía le llenaba todo de papeles y se los ponía en zigzag cosa de que si él tenía que salir a despegarlos que estuviera culo para arriba en distintos lugares [*riso da pesquisadora*], me entendés. Entonces le ponía uno acá, el otro allá, todo en zigzag, todo en zigzag, todo en zigzag hasta la esquina y a lo último ya me cruzaba enfrente. Y todas las noches, todas las noches me sacaban todos los papeles. Todas las noches. (...) Y cada vez le hacía mejor pegamento, se las pegaba mejor [*pequeno riso*], (...) Y creo que les gané por cansancio, me entendés.”

Comenta que os agentes espiavam-na entre as cortinas, mas nunca mais a interromperam, nem lhe disseram nada. Mais tarde, tiravam os cartazes e limpavam para que o fiscal não visse nada no dia seguinte.

Na mobilização que acompanhamos em 24 de setembro de 2007, foi possível perceber a atuação de nossa entrevistada que, em muitos momentos, lembrou-nos algumas dinâmicas de intervenção no espaço público de organizações de direitos humanos. Neste caso, incorporando alguns elementos “piqueteiros”, como o bloqueio do trânsito, em virtude da presença do grupo da CCC de Garín. Assim, vamos descrever brevemente essa mobilização para ter um exemplo do tipo de ações que, como ela mesma afirma, dá resultado.

O ponto de partida foi o *Centro de Jubilados Paz y Justicia* (Garín), onde, a partir das 09h30min, um grupo de jovens começou a tocar tambores. O percurso do centro até o local do protesto (Fórum de Campana) foi realizado em ônibus fretado por Graciela. Nele viajaram familiares, amigos, e participantes da CCC, assim como um arsenal de recursos para canalizar a reivindicação de justiça: cartazes com a foto de Mariana, com a foto de Gabriel García, pequenos textos em que se explicava o crime, tinta, cola, pincéis etc. Durante a viagem, Graciela, sentada em um banquinho emprestado por um participante da CCC, escrevia num caderno o discurso que mais tarde leria para os/as manifestantes.

Chegando ao Fórum de Campana, os primeiros a descer do ônibus foram os encarregados da segurança do grupo, identificados pelos coletes brancos com a inscrição “Autodefensa” ou “Seguridad”, e a sigla CCC, zona norte. Imediatamente a bandeira começou a ser estendida e as pessoas posicionaram-se atrás dela. Apenas uma mulher, que não pertencia à organização e levava uma criança no carrinho, “saiu” dessa formação. O coordenador da CCC se interpôs entre os carros, falou com os motoristas e, na avenida de dupla mão, o trânsito se interrompeu. Enquanto esperavam a chegada de mais manifestantes, armou-se uma roda de chimarrão.

Com a chegada de outra organização de bairro, começou a desenrolar o protesto. Uma grande faixa com a frase: “*Justicia por Mariana Sánchez*” foi estendida à frente da entrada do Fórum. Atrás dela, pessoas levantaram pequenos cartazes fornecidos por Graciela. Na outra calçada, foram penduradas faixas nas árvores com a palavra “*Justicia*” ou reivindicações dirigidas ao Fiscal do processo, Dr. Marcelo Pernisi. Alguns manifestantes portavam “no próprio corpo” a imagem de Mariana, reproduzindo uma ação das *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo* que costumavam portar retratos de seus filhos/as desaparecidos.



Fotografia 32. Participantes da CCC levantam faixa reivindicando justiça.
Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro/2007.

Em uma espécie de catarse, dois grupos alternavam-se para tocar tambores e marimbas; enquanto Graciela e outra mulher pintavam nas ruas a palavra “justiça”, outros entregavam volantes informando o motivo do protesto e outros colavam volantes na calçada do Fórum, na frente de meia dúzia de policiais que protegiam a entrada do prédio.



Fotografia 33. À direita, Graciela Centurión, pichando a rua, junto a uma parenta.
Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro/2007.

Assim que terminara de pintar as ruas, Graciela se pôs em frente aos manifestantes, os tambores pararam e ela começou a falar. Todos acompanharam seu discurso com atenção, respeito e sentimento. O discurso manteve estrutura semelhante ao formulado em Garín. Quando finalizou, foi aplaudida e os tambores voltaram a soar. Finalmente, foi entrevistada pelos jornalistas presentes.



Fotografia 34. Graciela Centurión entrevistada por jornalistas locais, à nossa direita, o marido, à esquerda, com boné da CCC, Nicolás “Chino” Pérez.
Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro/2007.

Vale a pena tecer comentários sobre a presença da mídia no protesto e as percepções de Graciela sobre a atuação da mesma, pelo fato de ser um ator social que, inicialmente, não se interessou pelo caso, ao contrário, optou pela versão da polícia e, posteriormente, passou a percebê-la quando encabeça o protesto. Ela explica que, na noite do falecimento de sua filha, tinham entrado em contato com jornais nacionais de circulação massiva, que argumentaram não ter interesse em noticiar o crime. Contudo, uma matéria apareceu no jornal *Crónica* e nos jornais locais como o *Diario de Escobar*.

Neste último, a manchete anunciava que sua filha tinha-se suicidado, “*Novia de policía, amante, mujer de policía, era una cosa así. Yo tengo todo guardado eso*”. Explica que ficou indignada e o seu primeiro advogado sugeriu que dirigisse uma carta documentada ao jornal, “*después lo termino llamando yo al del diario. Y le dije por qué él había publicado eso, cuando él jamás me había llamado a mí*”.

Em uma segunda matéria, o jornal justificou-se e “abriu” o espaço para que ela se manifestasse. Graciela não o fez, pois percebeu que o jornal sempre manteve a versão inicial, “*cuando habló conmigo ni siquiera tomó en cuenta todo lo que yo le dije. No sé si por miedo o por qué, ¿no? O porque se cuida*”. Ao contrário, o jornal *La Auténtica Defensa*, de Campana, segundo ela, sempre deixou lugar para a dúvida sobre o acontecido. Também, pelo fato de ser amiga da proprietária, conseguiu publicar algumas solicitadas, em ocasiões, sem pagar.

“(…) hace poco, después que a él se lo indagó salió una solicitada en el diario, que en realidad, como la dueña del diario es compañera mía, ella me la sacó como solicitada por una cuestión de como uno da, hace tantas acusaciones, quedar al resguardo. No me la cobró, otra sí le he pagado, otras han sacado viste lo de la marcha así, sin pagar. (...) En algunas que yo porái decía algo he pagado, ¿no? No me acuerdo si era por testigos, cómo era, yo sacaba una solicitada, si alguien había visto algo. Claro, es cuestión policial, ¿quién te pensás que va a salir de testigo?”

A solicitada é um tipo de texto mais “comercial”, pago e de particulares, que em ocasiões é utilizado para veicular informações, opiniões e até algum tipo de denúncia ou manifestação de caráter político. Cabe apontar que a publicação de solicitadas foi um recurso utilizado por familiares de pessoas desaparecidas. Segundo Catela (2001), eram “suportes da memória”, que lembravam mediante a imagem física a pessoa desaparecida ao tempo que veiculavam uma denúncia e, também, constituíam uma espécie de “oferenda” de culto à pessoa falecida. Essas publicações tinham a função de reatualizar a memória coletiva, projetando no tempo e no espaço, inscrições através das quais o público poderia “perpetuar a lembrança dessa pessoa.” (id. *ibid.*, p. 189). Graciela é ciente desse efeito e, de fato, explicita que como o crime da filha ficou conhecido como “*el caso de la chica del McDonald’s*”, foi dessa forma que publicaram as convocatórias e outras informações sobre o caso, “*para que quedara grabado también lo que hicimos, todo lo que nos movimos pero que también tuvimos un resultado en lo que hicimos, ¿no?*”. Por outro lado, sabe o quanto incomoda uma publicação desse tipo e até recebeu algumas advertências para ter cuidado com o que falava. Contudo, considera que é

muito importante que as pessoas saibam que as mobilizações deram resultado. Assim, em uma das últimas solicitadas publicadas

“(…) decíamos cómo después de haber hecho todo lo que hicimos esa persona que era testigo se lo iba a indagar, ¿no? Y está acusado de homicidio (...) Y bueno que la gente supiera que todo lo que hicimos, hasta donde nosotros llegamos fue por algo y que era la verdad la que nosotros decíamos y la que ellos intentaban ocultar.”

Em 16 de janeiro de 2008, outro caso de femicídio⁸⁹, ganharia espaço na mídia. Uma matéria do jornal *Clarín* noticiava a morte à bala de Rosana Galliano, de 29 anos, mãe de dois filhos, separada. O processo foi dado ao mesmo fiscal, Dr. Marcelo Pernisi. Graciela entrou em contato com o irmão da vítima para aconselhá-lo a respeito de como lidar com o fiscal, mas também aproveitou a presença da mídia para veicular o processo da filha

“Me iba y le pegaba papeles en las paredes de la fiscalía mientras estaban los medios y me puse a hablar con más de uno, me entendés, para contarles entregué mis escritos donde figura todo lo de mi hija, viste, les entregaba. Había gente que me decía que ya sabía [*um pouco surpresa*]. Periodistas que me decían que sabían de eso, me entendés. Y bueno me iba cuando estaban ellos y también entregaba copias y seguía poniendo. Así que más de una vez salió también lo de mi hija.”

Reflete que todas essas formas de denúncia e mobilização tiveram efeito, pois conseguiram fazer com que Gabriel García fosse considerado autor do crime e levá-lo a julgamento. Mas, esclarece que essa não era uma tarefa deles senão que “*lo tendría que haber hecho la justicia, lo tendría que haber hecho el fiscal y todos los que están*”.

“Honrar la vida”⁹⁰

⁸⁹ Femicídio ou feminicídio refere-se ao assassinato baseado em gênero. O conceito foi introduzido por Diana Russell e Jill Radford no livro *Femicide: The Politics of Woman Killing* (Femicídio: a Política da Matança de Mulheres), publicado em 1992. Na América Latina e no Caribe, numerosas organizações de mulheres adotaram o conceito como modo de denunciar a violência contra as mulheres e a impunidade que permite sua propagação, evidenciando que essa violência acontece em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre as mulheres, e que o Estado deve garantir a segurança e o cumprimento das leis (**Fonte:** “O avanço dos Direitos Humanos e a eliminação da violência contra as mulheres: Femicídio/Feminicídio”. Disponível em: <<http://www.isis.cl/temas/vi/activismo/Portugues/feminicidioPORT.pdf>>. Acesso em 12 jan 2010. Silvia Chejter explica que o conceito é útil "porque nos indica o caráter social e generalizado da violência baseada na iniquidade de gênero e questiona os argumentos que tendem a desculpar e a representar os agressores como ‘loucos’ ou a conceber estas mortes como ‘crimes passionais’, ou ainda, diminuir sua importância no caso de situações de conflito ou guerra, como se esses contextos justificassem, *per se*, a transgressão das normas sociais mais elementares” (BARBAGLIONE et al, 2005, TN).

⁹⁰ Título do tema de Eladia Blázquez que nossa memória musical fez emergir enquanto trabalhávamos com esta trajetória, a canção diz: “*Merecer la vida no es callar ni consentir/Tantas injusticias repetidas/Es*

Em todo esse processo, Graciela descobriu que *“la justicia es la burocracia nada más, no la podés tocar y vos la tenés que llevar adelante”*. Enuncia, assim, sua crítica ao sistema, à forma com que opera a justiça, e as vicissitudes que enfrenta quem decide que um crime não fique impune. Nesse sentido, salienta o assessoramento e apoio recebidos do CPV, mas esclarece que sempre é uma luta da pessoa afetada. Ela é que carrega o processo e tem que ser capaz de golpear portas e denunciar se for preciso *“discutir si es necesario con el fiscal, acusarlo, porque ellos no son seres superiores a nosotros. Acusarlos, porque son delincuentes también, algunos”*.

“Porque eso, ahí te das cuenta, te das cuenta ahora de cómo está la justicia, siempre digo: hay asesinos y delincuentes afuera, pero dentro de la justicia hay asesinos y delincuentes también y que es lo más grave, porque ellos que son los que tienen que encargarse de que haya transparencia en todo son los primeros encubridores de las causas, ¿no?, encubridores y... Yo siempre digo, vaya a saber Dios cuántas causas habrá en Campana, cuántas causas en Campana que han quedado encubiertas porque por ahí el fiscal no le llevó el apunte. Este u otros fiscales, no importa ¿no?”

Também, descobriu que a ação política é um caminho para conseguir justiça, pois *“Si no hacés nada, entonces no hacen nada”*. Nesse sentido, é fundamental contar com o apoio das pessoas e organizações para assumir essa tarefa que aparece como dever, frente à ineficiência judicial. Sua experiência de luta resultou no ensejo de criar alguma organização contra impunidade. De fato, esse é um dos planos que tem com sua amiga, Elsa, de La Plata, que até hoje procura justiça pela morte de sua filha. Por enquanto, continuam assessorando outras pessoas em casos de abuso de autoridade e se revezando com Sara Gauto para apoiar as marchas de outras pessoas que reivindicam justiça.

Comenta que frequentemente recebe convites para integrar alguma organização e até tem uma proposta concreta do coordenador da CPV para desenvolver atividades vinculadas ao trabalho do Centro. Contudo, embora não descarte a proposta, por enquanto, planeja terminar o professorado em Artes Visuais

“(…) siempre digo, que después voy a ver el año que viene cuando termine de cursar las materias voy a ver qué es lo que hago, porque sí por ahí me interesa hacer algo. Llevar adelante por ahí esa organización que queda pendiente, que queda siempre dando vueltas, viste y que sí tengo gente, a muchos abogados que les interesa, viste. (...) Y bueno como mi compañera quedó ahí un poco varada con todo lo que está pasando, se enfrió y la otra no se animaba, viste. Así que eso después seguramente, voy a ver qué es lo que pasa. Pero me parece que es algo pendiente que tengo de hacer también, ¿no?”

una virtud, es dignidad/Y es la actitud de identidad/ Mas definida./Eso de durar y transcurrir/No nos da derecho a presumir/Por que no es lo mismo que vivir/Honrar la vida”.

Esses planos revelam que mais do que uma conclusão do itinerário político, uma vez alcançada a meta perseguida, existe a possibilidade de continuidade da participação no marco de uma organização da sociedade civil. Como em outras trajetórias apresentadas, as entrevistadas têm o projeto de manter a vida pública, mas não sempre da mesma forma em que o fizeram até o momento. Essa questão nos sugere uma reflexão mais geral a respeito da pertinência de nossa escolha pelo trabalho com trajetórias de vida para o estudo da participação política das mulheres, pois permite percebê-la enquanto processo, identificando fases em que o itinerário político não é nem cogitado; fases em que se descobre esse percurso como estratégia de ação para enfrentar diferentes necessidades, problemáticas, conflitos etc., como afirma Graciela “*jamás pensé que me iba a animar a pelear delante de nadie y bueno que iba, bue, me mataron a mi hija, ¿no? Y lo iba a hacer con tanta fuerza, ¿no?*”. E, também, a possibilidade de viver uma experiência que lhe dá felicidade pública e a empodera, o descobrir de uma nova vida, como dizia Lucy de Cornelis. Assim, também, fases em que a pessoa se afasta e/ou escolhe outras formas de atuação na esfera pública, como manifestava Laura Padilla.

Em 8 de março de 2008, Graciela foi contatada pelo Colégio de Advogados de La Plata para participar de um ato por motivo do Dia Internacional da Mulher. No evento, foi homenageada, junto com outras mulheres, e recebeu um diploma com a menção: “*Mujeres de la Justicia*”. Fazendo-se eco da visão de outras mães que estavam na mesma situação, diz: “*la verdad que, me parecía que me entregaban eso, en realidad, no me tendrían que entregar nada, tendría que ser la justicia la que (agisse), me entendés*”.

Atualmente, está esperando a data do julgamento, que ainda não foi definida. Manifesta certa preocupação com o que lhe poderá acontecer após ter lutado tanto, “*no me quiero morir ese día tampoco*”. Supõe que Gabriel García ficará preso, mas está ciente de que existe muita impunidade.

Refletindo sobre a experiência de outras mulheres que procuram justiça, comenta que, muitas vezes, as pessoas que passam por situações semelhantes desistem da luta porque estão sozinhas, ou porque passam a vida lutando e, sendo um processo demorado, que às vezes não encontra pronta resolução, acabam se deprimindo. Mas, outras conseguem se prender a uma rede de apoio e obter forças para continuar. Explica que há mães que começam a fazer o colegial ou algum curso universitário, como

advocacia, por exemplo, enquanto outras participam ativamente de diferentes mobilizações. Reconhece que para ela, estar em tantas manifestações era contraproducente, *"yo me reconozco una persona con mucha fuerza, ¿no? Con... no sé, como con mucha energía y si cada vez que voy a un lugar es como que me inyecto con más cosas, creo que me voy a enloquecer a veces"*. Assim, resolveu *"ir mechando"*, articulando sua luta com seu itinerário profissional e compartilhando a responsabilidade de levar a reivindicação de justiça com outros membros da família, como seu marido e sua mãe. Manter os estudos lhe permitiu dispor de um tempo para ela e recobrar energias para a luta. Estudar, ocupar o tempo com outras coisas, estar com outras pessoas e colocar a mente em outra atividade deixaram-na *"tomar un poco de aire"*, embora *"sin olvidarme de lo otro, porque es imposible"*.

*"Si no tenés un poco una descarga de hacer alguna otra cosa, no sé, no sé. Y bueno yo trato de, divido, trato de ir a los lugares que puedo ir Capital, por ejemplo, Plaza de Mayo he ido a algunas también o donde sea, trato de ir, pero trato de mechar también, de hacer algo para mí, ¿no? De hacer algo que tenga que ver, bueno como es pintar, dibujar, ¿no? Y ocuparme de todo esto también, sino... **Si me parece que esto te contamina tanto, viste, te invade tanto también te invade tanto que a veces no te deja, no te deja tranquila.**"*

Particularmente, a violência policial, conhecida como *"gatilho fácil"* ou *"violência exercida pelo Estado"*, matou 2.485 vidas de 1983 até 2008, segundo uma matéria publicada em 26noticias, em dezembro de 2008. Segundo a mesma, 70% das vítimas eram jovens de entre 15 e 25 anos, e 50% do total das mortes aconteceram entre 2003 e 2008. Assim, é essa realidade com a qual passa a ter contato e que de tão terrível, no seu olhar, contamina. Mas, não por isso deixa de ser enxergada e precisa ser denunciada.

Essa articulação entre itinerário profissional e político lhe permitiu estar trabalhando, atualmente, como professora de Educação Artística em escolas da região. Explica que foram passos difíceis de percorrer, em virtude do duelo pela morte da filha e, também porque dar aulas envolvia sair, o que era um desafio considerando que sempre tinha trabalhado dentro de casa. Com quase dois anos de experiência, acredita que seu trabalho é muito gratificante e que suas aulas estão se aprimorando cada vez mais, *"cómo uno con la práctica y con seguir adelante con todo lo que estás haciendo, se van cambiando las clases, van haciendo mejores, viste. Y bueno, y eso es lo que estoy haciendo ahora, hace un año y pico que estoy dando clases"*.

Pintar é outro de seus planos a curto prazo. Nesse sentido, destacamos um mural que realizou para a disciplina Desenho, do Professorado. Tendo como tema o protesto, sua relevância é que, no nosso entender, reflete esse processo de articulação entre itinerário profissional e político, e, portanto, será abordado na síntese final “*Las mujeres somos la avanzada en muchas luchas*”.

Acreditamos que como artista, continua pensando em outras formas de comunicar e de convocar, pois, para ela, não é apenas nas marchas que o tema da violência e do abuso de poder pode ser colocado. Nesse sentido, valoriza uma exposição organizada por Raquel Witi⁹¹, membro do *Programa Nacional de Antiimpunidad* (PNA)⁹², que poderia ser tomada como exemplo para divulgar o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta contra a impunidade, “*Porque pasa a veces que porái saben pero no saben todo lo que pasó, viste. O escucharon, pero para informar todo lo que nosotros hacemos, me entendés. Más que nada para que se enteren y que **denuncien*** [com força]”.

Em sentido contrário à visão da mídia, ou ao menos ao olhar que transmite, nossa entrevistada enxerga outras mulheres que estão na luta. Assim, alude a um aspecto central de nosso objeto de estudo, que é o fato de que as mulheres passam a se enxergar na ação política, não apenas adotando os exemplos de lutas do passado, senão na sincronia do presente em que as mulheres encabeçam reivindicações por direitos.

⁹¹ Raquel iniciou sua luta em 2000, quando seu filho foi assassinado pela polícia bonaerense.

⁹² Em 2003, foi criado o PNA, visando ao atendimento dos familiares, mas sem agir nas causas que geram as mortes. Para trabalhar nesse Programa foram contratados alguns familiares emblemáticos a partir de sua luta por justiça.

RETRATO DE MARÍA TEREZA

Segundo D'Antonio (2000), a fábrica foi um dos espaços de lutas das mulheres, embora “as sínteses históricas disponíveis sobre a classe operária costumam ser masculinizadas, ocultando o lugar das mulheres” (id. ibid., p.245). No contexto das políticas neoliberais implementadas na década de 1990 no país, as fábricas constituíram cenários de ação política. Muitas sofreram a crise, não se recuperaram, fecharam, contribuindo para aumentar ainda mais as taxas de desemprego. Em algumas, a partir da crise de 2001, foram experimentadas novas formas de gestão, e ficaram conhecidas como “fábricas recuperadas” pelos trabalhadores e trabalhadoras⁹³. Outras foram vendidas e passaram às mãos de empresas transnacionais. Em uma fábrica como essas, começa a se desenvolver a trajetória de militância de María Tereza. Aproximamo-nos de um outro espaço de participação política, a fábrica que, como nos quadros de Diana Dowek, é apresentado com certa distância, “*para mejor reflejar la frialdad impersonal del lugar, la cosa repetitiva de las tareas. Por eso el blanco y negro y los grises tendiendo a un violáceo. Pero distancia no significa indiferencia en este caso*” (SOTO, 2008). E como a pintora, pomos em cena “*una mujer trabajadora, que hace un trabajo duro, que defiende a sus compañeros*” (id. ibid.).



Fotografia 35. *Retrato de María Rosario*. Gentilmente cedida por: Diana Dowek (2007)

⁹³ Segundo Barrancos (2007), existem pesquisas que demonstram que esse fenômeno se deu em fábricas com uma grande proporção de mulheres. No caso da empresa Brukman, os donos abandonam a fábrica de confecção por problemas financeiros e isto conduziu à tomada por parte das e dos trabalhadores, iniciando um longo e tortuoso trajeto até obter as normas legais para o controle definitivo (id. ibid., p. 314, TN)

“Soy un montón de cosas santas mezclada con cosas humanas”⁹⁴

María Tereza Rosario nasceu em 23 de julho de 1970, na cidade de Florida, partido de Vicente López, província de Buenos Aires. Sua mãe tinha migrado para Buenos Aires vindo de Salta, na juventude; seu pai era de Tandil. Ao falar de sua origem, revela:

“Soy una mezcla de un montón de cosas, qué sé yo. Mi vieja no pude conocer, porque ella tampoco pudo conocer su árbol genealógico, digamos, quiénes eran parte, de dónde venían. Mi mamá no lo pudo hacer, pero mi viejo siempre contaba, porque él lo tenía muy presente y se ve que de generación en generación se venían contando, viste. Cómo, de dónde habían surgido y de cómo habían llegado y por qué tenían ese apellido. Rosario, vos lo ves, mi apellido es Rosario, vos decís: mi apellido es un nombre. Sí, es un nombre (...)”

O relato herdado do pai, transmitido agora por María Tereza, elo na construção da própria história, nos remete novamente a uma questão que começamos a esboçar nos capítulos precedentes: o processo de conquista e colonização e as vivências das mulheres, aborígenes e europeias⁹⁵, no território de fronteira. Ela relata:

“Y de mi viejo sí más o menos la teníamos clara porque él siempre contaba. Mi viejo por ejemplo, era, el papá de él, o sea mi abuelo vendría a ser. Él estaba, él era hijo de una, de una inmigrante, de... Inglaterra. O sea, mi bisabuela era una inglesa que había venido a Tandil y que la metieron en una estancia. Era parte de la servidumbre, digamos. Bueno y el patrón, como eran los patrones en ese momento tomaba de prepo (*à força*), digamos, todas las sirvientas y en una de esas quedó embarazada ella.”

O avô, Juan Osmar Rosario era filho do patrão. María Tereza explica que se tivesse levado o sobrenome do pai seria Silvestri, se o da mãe, seria Smith, mas ficou apenas Rosario,

“(...) como en ese momento era en el medio de la estancia, en medio del campo, no se acostumbraba ni siquiera a anotar a la gente, él quedó como Juan Osmar Rosario. Y Rosario lo dejaron así, como que ese es su apellido, listo. Por eso no hay tantos Rosario de apellido, nombre sí, hay muchísimo, pero Rosario, no existe, casi.”

Como afirma Anselm Strauss “um nome pode revelar muita coisa, tanto de quem o deu quanto de quem o porta” (STRAUSS, 1999, p.35). O mesmo pode ser dito neste caso do sobrenome ou do nome que assume o papel de sobrenome, quando este não está explícito. Na explicação da origem a partir do “sobrenome”, o narrador assume sua

⁹⁴ “*Soy pan, soy paz, soy más*”, composição de Piero.

⁹⁵ Neste texto, não nos referimos à situação das africanas e afro-argentinas, embora na época representassem um dos grupos mais numerosos da sociedade argentina. Sugerimos consultar o capítulo intitulado “*Las afroargentinas (1750-1880)*”, de Marta Golberg, na “*Historia de las mujeres en la Argentina*”.

história, o não reconhecimento, a identidade que lhe foi negada por ser filho “ilegítimo”. Assim, a narrativa evidencia não só quem se omitiu de nomear, mas também, a reação a essa “não nomeação”.

Por parte da avó paterna, a ascendência é mapuche, “*tengo un lío de razas encima* [riso]”. A história da bisavó revela outra faceta da situação das mulheres em fins do século XIX, e traz outra peça a esse quebra-cabeça: a cativa branca. Costa (2000) afirma que, enquanto as mulheres da alta sociedade moravam na “segurança” do centro de Buenos Aires, as camponesas ou habitantes de pequenas populações estavam expostas às correrias indígenas.

“Y eso decía, que una de mis tatarabuelas (*¿bisabuela?*) había sido raptada por los indios y se la llevaron, y, **una muy buena moza**. Sé que **los indios se veían las chicas más lindas** y bueno les gustaba se las llevaban y después eran parte de su, de su tribu.

Pesquisadora: Sí, se quedaban.

María: Y de ahí nació mi abuela. Descendiente de mapuches.” Grifo nosso

Esse aspecto destacado na fala de nossa entrevistada também é apontado por Costa (op. cit.), que observa alguns atributos recorrentes na imagem da cativa: brancura, juventude e beleza. Se, por um lado, essas características foram frequentes na literatura, na pintura, nos relatos da época etc., dados dos perfis das resgatadas parecem confirmar a existência de uma preferência dos captores ou “redentores”. As mulheres brancas adultas representavam 69,2% das resgatadas, e as loiras ou ruivas 62,4% do total, sendo que essas não eram as cores predominantes da população espanhola de fronteira (id. *ibid.*, p.104). Outro aspecto que pode ser observado é a possibilidade de inserção da cativa, “*después eran parte de su tribo*”. Como mencionamos no primeiro capítulo, as cativas índias nunca se incorporavam efetivamente na sociedade dos brancos.

Martins (1997), refletindo sobre o assunto no contexto brasileiro, afirma que embora o rapto fosse um assunto vivo, até mesmo anos depois da ocorrência, pesquisadores e intelectuais de diferentes áreas que abordaram o tema da frente de expansão, “omitiram-se completamente em relação ao assunto” (id. *ibid.*, p.35). O pensador considera o rapto como a “situação social documental”, que define o caráter trágico da fronteira, pois o raptado não está entre quem foi morto, mas vivenciará “uma espécie de morte cultural e social” (id. *ibid.*, p.37). Assim, as mulheres raptadas passam a ser marcadas pelo não pertencimento. Como a mulher índia perde o nome na sociedade do branco e passa a ser a “*china*”; a mulher branca perde sua identidade, uma vez atravessada a fronteira.

A “*Historia del guerrero y la cautiva*”, do escritor Jorge Luis Borges, revela alguns aspectos da situação da cativa branca, assim como a transmissão dessas memórias no seio familiar.

En 1872 mi abuelo Borges era jefe de las fronteras Norte y Oeste de Buenos Aires y Sur de Santa Fe. La comandancia estaba en Junín; más allá, a cuatro o cinco leguas uno de otro, la cadena de los fortines; más allá, lo que se denominaba entonces la Pampa y también Tierra Adentro. Alguna vez, entre maravillada y burlona, mi abuela comentó su destino de inglesa desterrada a ese fin del mundo; le dijeron que no era la única y le señalaron, meses después, una muchacha india que atravesaba lentamente la plaza. Vestía dos mantas coloradas e iba descalza; sus crenchas eran rubias. Un soldado le dijo que otra inglesa quería hablar con ella. La mujer asintió; entró en la comandancia sin temor, pero no sin recelo. En la cobriza cara, pintarrajeada de colores feroces, los ojos eran de ese azul desganado que los ingleses llaman gris. El cuerpo era ligero, como de cierva; las manos, fuertes y huesudas. Venía del desierto, de Tierra Adentro, y todo parecía quedarle chico: las puertas, las paredes, los muebles. Quizá las dos mujeres por un instante se sintieron hermanas, estaban lejos de su isla querida y en un increíble país. (BORGES, 1998, p.58-60)

O episódio é recobrado na literatura. A inglesa, que tinha perdido os pais em uma incursão indígena e foi levada pelos índios, era a mulher de um “*capitanejo*”⁹⁶ com quem havia tido dois filhos. O relato continua: “*Movida por la lástima y el escándalo, mi abuela la exhortó a no volver. Juró ampararla, juró rescatar a sus hijos. La otra le contestó que era feliz y volvió, esa noche, al desierto*” (id. *ibid.*, p.59-60). Como sua avó, Borges não consegue compreender “*a mujer europea que opta por el desierto*”, e acredita que talvez estivesse motivada por “*un ímpetu secreto, un ímpetu más hondo que la razón*” (id. *ibid.*, p.61). Nesse sentido, Costa (op. cit.), analisando os discursos da época, aponta algumas questões importantes para considerar essa reticência das cativas brancas a serem resgatadas. A primeira é a ideia da “contaminação”, a culpabilização e a rejeição destas cativas pela sua “desonra”, assim como as dificuldades para sua reinserção na sociedade (id. *ibid.*, p. 96). Existia também “a ideia de que as mulheres tinham uma inclinação *natural* à barbárie” (id. *ibid.*, p.90).

Sem dúvida, trata-se de uma questão que merece maior aprofundamento. Contudo, não queríamos deixar de mencioná-la, pois evidencia os trabalhos da memória familiar, as pessoas e personagens que habitam essa memória herdada. Também, por considerar que a existência desse relato sobre a origem familiar e o compromisso com sua transmissão revela que houve uma ação dos sujeitos, uma reflexão dos/as narradores/as sobre essa experiência, sem a qual o próprio relato seria impossível. Como

⁹⁶ Capitão, subalterno de um cacique, encarregado de guiar uma partida de índios.

afirmam Lozano, Pita e Ini (2000), se hoje podemos refletir sobre as formas de sujeição e controle sobre as mulheres, é porque elas têm refletido antes a respeito.

Retomemos, então, a trajetória de María Tereza. Comenta que foi criada com suas três irmãs “*todas juntas*”, enquanto seus pais trabalhavam:

“(…) mis viejos con mucho esfuerzo nos mandaron a la escuela, bueno terminamos la escuela, algunos terminamos la secundaria otros no. (...)Y bueno yo lo que vivía en la infancia, lo que te puedo contar era una infancia con privaciones pero, pero veía que mis viejos hacían mucho esfuerzo para que podamos tener una educación, para que podamos tener un plato de comida, salud, educación, lo básico que uno tiene que tener.”

Esse esforço dos pais diz respeito à exploração vivenciada no trabalho, em termos do cansaço físico produzido por uma dura jornada, pois houve períodos em que, por exemplo, sua mãe trabalhou como cozinheira e empregada doméstica. Também, se refere às marcas deixadas no corpo, sua mãe “*venía con las manos quemadas, me acuerdo porque laburaba mucho en la cocina*”, assim como envolve situações “suportadas” na relação de trabalho porque tinha cinco filhos para alimentar.

“Y bueno nos contaba ella también cómo era el tema del laburo, cómo trabajaba, a qué situaciones se tenía que enfrentar muchas veces y que a veces uno para no perder el laburo se tiene que callar... y porque tenía muchos hijos en ese momento también no daba para que la despidan. Muchas veces se tienen que aguantar los viejos hasta donde, donde sea necesario, ¿no?”

Quando María terminou o colegial, iniciou o curso de Arquitetura na Universidade de Buenos Aires. Porém, abandonou-o ponderando: “*ya mis viejos me habían bancado demasiado dije: Basta, hasta acá llegué y vamos a empezar a buscar algún laburo*”. Por um lado, seus pais precisavam de ajuda e, por outro, ela já queria ter suas coisas, tornar-se independente. Começou trabalhando aos finais de semana, em um pequeno comércio. Depois, como babá, mas a este serviço foram se somando tarefas e o salário continuava o mesmo.

“Tenía (*que*) cocinarle, bueno mandarlos a la escuela, esperarlos, hacerle los deberes, hacer la comida, ya fueron aumentándose muchas tareas. Dije: Bueno vamos a pedirle un aumento, porque era muchas tareas y no había empezado así. Entonces me dijo la señora con la que trabajaba que, que no me podía dar ningún aumento y si quería ahí estaba la puerta. Como que mucho no le interesó, si estaba o no estaba. Bueno entonces dije: Está bien, no me quiere dar el aumento, me voy. Bueno está bien. Se enojó mucho en ese momento porque decía que no la podía dejar sola, no la podía dejar sin nadie, pero bueno ya había tomado la determinación que ese trabajo ya no iba más, no iba para atrás ni para adelante (...)”

Em 1991, começa a trabalhar numa fábrica.

“Me acuerdo que cuando me fui a anotar para la fábrica... Trabajar en una fábrica no es fácil y lo primero que te decían eran: Bueno, ¿cómo te vas a meter en una fábrica? Tenés dentro de todo, estudios secundarios, podés acceder a otra cosa. Pero en ese momento lo que yo quería, (*era*) poder ganar dinero, en ese momento ya no daba más la situación estuve dos meses desocupada, quería conseguir laburo como sea. Bueno y entré en la fábrica (...)”

O que é uma mulher operária?

Consideramos relevante explorar, ao menos brevemente, essa visão da fábrica como um lugar não apropriado para que as mulheres trabalhem e, principalmente, como ocorre o ingresso nesse espaço. Essa visão remete-nos à Argentina do final do século XIX, marco no qual começa a se dar a presença massiva das mulheres no trabalho assalariado fora do lar, especificamente, nas grandes fábricas (estabelecimentos com mais de cem operários). Retomar esse contexto de surgimento do trabalho industrial, neste estudo, permitir-nos-á identificar a presença, papéis e funções das mulheres no mundo fabril e os discursos elaborados em torno da sua presença. Assim, avançando na trajetória de nossa entrevistada, teremos elementos para o melhor entendimento da ação política nesses espaços.

A fábrica na qual María Tereza ingressa surge nesse contexto e, como veremos, alguns discursos e visões a respeito da mulher operária, instituídos naquele tempo, continuam vigentes. Por outro lado, a história das mulheres na produção industrial, como aponta Lobato (2000, p.95), é pouco conhecida, ao ponto de que ainda predominam apenas duas imagens: a mulher no trabalho doméstico (reprodutivo), e a mulher com trabalho produtivo, mas dentro do lar.

Segundo Fernando Rocchi, a indústria argentina começa a se desenvolver na década de 1870, favorecida pelo constante crescimento do mercado interno. Nessa época, surgiram em Buenos Aires as primeiras “grandes fábricas” que produziam de forma estandardizada. O autor assinala que essas fábricas se diferenciavam dos ateliês e das pequenas fábricas, que até então predominavam, por introduzir a mecanização na produção, com a consequente estandardização, e também por empregar muita mais mão-de-obra, principalmente feminina (ROCCHI, 2000, p. 226). Analisando dados do Segundo Censo Nacional de 1895, o autor mostra que “na Capital Federal 20% da força de trabalho industrial estava composto por mulheres”, sendo que elas representavam 22% da população economicamente ativa (id. *ibid.*). A presença das mulheres foi majoritária no mundo das grandes fábricas, chegando a representar quase um terço da

força de trabalho (id. *ibid.*). No caso da indústria têxtil, as mulheres representavam de 77% a 95% da mão de obra.

As mulheres incorporaram-se à força de trabalho como resultado de mudanças na esfera da oferta e a procura de mão-de-obra. A produção estandardizada das grandes fábricas requeria de um tipo de trabalho que converteu as mulheres em atrativos trabalhadores potenciais. As mulheres, de fato, recebiam salários mais baixos que os dos homens, com o que aumentavam o benefício empresarial numa atividade em que elas eram altamente produtivas. (id. *ibid.*, p.228, TN)

Lobato (op. cit.) salienta que essa nova conformação do mundo do trabalho teve efeitos sobre as relações entre homens e mulheres dentro e fora da fábrica. A autora argui: “A experiência da fábrica contradizia na prática a noção de que o lugar da mulher era o plácido espaço do lar” (id. *ibid.*, p.97-98). Assim, foi sendo elaborado:

um conjunto de crenças, ideologias e valores sobre os papéis produtivos de homens e mulheres, constituindo uma cultura onde certos discursos e práticas outorgaram legitimidade pública às desigualdades e à discriminação. As relações que se estabeleciam nos espaços produtivos geravam um conflituoso processo que acentuava as assimetrias entre mulheres e homens. (id. *ibid.*, p.99, TN)

Outros dados apresentados por Rocchi reafirmam que o processo de concentração de capital em Buenos Aires foi possível pela concentração do trabalho de mulheres, inclusive adolescentes e crianças. Segundo um relatório da *Unión Industrial*, citado pelo autor, em 1907 “o salário dos homens quase duplicava o das mulheres; nas fábricas de balas, chocolates e bolachas, chegava a se triplicar” (ROCCHI, 2000, p. 228). Outra característica que a produção industrial assumia, estimulando o recrutamento de mão-de-obra feminina, inclusive no exterior⁹⁷, era o fato das mulheres “se adaptarem” melhor do que os homens ao caráter temporário dos contratos (id. *ibid.*). Sendo assim, as flutuações da procura e da produção não comprometiam o processo de concentração de capital.

Rocchi afirma que a *fabriquera* converteu-se em uma “das principais presenças sociais de Buenos Aires na virada do século XIX”, constituindo sua identidade, em meio a diversas reações. Por trabalhar quatorze horas e receber baixos salários constituíam uma mão-de-obra atrativa para empresários, enquanto para os trabalhadores sindicalizados se apresentavam como uma competência perigosa. Para as sociedades de

⁹⁷ Segundo Rocchi (2000): “a *Compañía Introdutora* de Buenos Aires obteve uma permissão do governo italiano para recrutar noventa mulheres em Gênova para sua fábrica de tabacos, e a firma *Garello y Agrifglia* contratava trabalhadoras - também na Itália- através de um convênio de sete anos para sua empresa produtora de cigarros” (id. *ibid.*, p. 228, TN).

caridade e beneficência da época, a fábrica era vista como o “mal necessário”, embora apartasse as mulheres do lar, mantinha-as “afastadas” de outros caminhos mais sórdidos, como a criminalidade e a prostituição (id. *ibid.*).

No começo do século XX, o incremento da população favoreceu o aumento do mercado interno, ao ponto de duplicar a produção industrial. O autor citado expõe: “Surgiram fábricas cada vez maiores e ampliaram-se as existentes, liderando este processo aquelas que empregavam uma alta proporção de mão de obra feminina” (id. *ibid.*, p.230-231). A origem da fábrica Terrabusi, onde María Tereza se incorporou na década de 1990, remonta-se a esse contexto do início do século XX. Segundo consta no “*Anuario de la Industria de Alimentos y Bebidas*” (COPAL, 2003), os irmãos Ambrosio, Felipe e Julio Terrabusi chegaram à Argentina, procedentes da Itália. Em 1911 fundaram *Terrabusi Hermanos* na cidade de Buenos Aires, “Com 25 operários que produziam cinco toneladas de biscoitos e bolachas em forma artesanal por mês”. A mudança de local em 1919, mencionada no Anuário, permite-nos conjecturar que houve um crescimento na produção e na quantidade de operários. Em 1963, foi construído o local onde funciona a fábrica atualmente, o *Establecimiento Modelo Terrabusi* em General Pacheco, província de Buenos Aires.

Quando María começou a trabalhar nessa fábrica eram mais de 4.000 operários e operárias; as mulheres representavam 70% da mão-de-obra. Essa preferência da fábrica pelas mulheres, evidente até a década de 1990, é discutida pela nossa entrevistada. Porém, antes de abordá-la, gostaríamos de nos deter nas motivações das mulheres para entrar na fábrica. Assunto que Fernando Rocchi reconhecia como uma questão “bastante mais difícil de explicar” (id. *ibid.*, p. 228), enquanto Mirta Lobato se atreve a explorar utilizando o conceito de *necessidade* na experiência de trabalhadoras da indústria. Segundo ela,

(...) a escassez de alguns bens materiais e a insuficiência dos salários masculinos para satisfazer as necessidades familiares eram os motivos esgrimidos pelas mulheres operárias da indústria da carne e têxtil que iniciaram suas experiências de trabalho na década de 1930. A necessidade de ajudar economicamente ao esposo ou à família era o único argumento de peso para justificar o ingresso em uma fábrica que a mulher podia esgrimir ante a família e a sociedade, que desaprovava sua decisão. (LOBATO, 2000, p.100. TN)

Assim, a autora salienta que o campo de representação dominante na época, em que o homem aparecia como provedor e a mulher como mãe e cuidadora do lar, “apenas podia se romper em caso de *necessidade*” (id. *ibid.*, p.101). O conceito de *necessidade*

também constituiria uma “válvula de escape às pressões morais e ao conflito que significava entrar na fábrica ou o ateliê” (id *ibid.*, p.104). Por outro lado, Lobato (op. cit.) expõe que a experiência de trabalho assalariado trazia a consciência do papel na subsistência familiar e, assim, a possibilidade de renegociar as decisões no lar.

Neste momento, queremos destacar que também a necessidade é o argumento sustido por María Tereza ante as pessoas conhecidas que questionavam sua decisão de entrar na fábrica, tendo estudos que a colocariam em condições de encontrar um emprego melhor. E, também, o argumento da necessidade aparece no momento da entrevista de trabalho, em que precisa até ocultar suas “melhores condições” para conseguir o emprego. Ela lembrou que as mulheres que saíam da entrevista advertiam as que estavam por entrar: “*Si tenés estudios secundarios decí que no los tenés*”. Reconhece que inicialmente:

“Eso me pareció muy, como extraño, como diciendo: ¿por qué? Pero después, claro, ellos necesitaban un tipo de persona. Y cuanto menos estudios tenés, mejor. Como tratando de ignorante, viste. Bueno no tiene estudios, mejor. Yo dije eso en la entrevista, que no tenía estudios.”

Contudo, pensa que a necessidade do emprego foi determinante para ser contratada.

“Me acuerdo que en la entrevista que me hicieron, en ese momento el jefe de personal, que me hizo la entrevista me preguntó: ¿Y usted por qué quiere trabajar? [*barulho de carro*]. Y yo le dije: Mire, hace dos meses que no consigo trabajo y realmente lo necesito al trabajo, soy una de las más grandes de mis hermanos y somos muchos en nuestra familia. Y necesito el trabajo, necesito trabajar y ayudar a mis viejos y necesito la plata. Así fue mi respuesta, fue tan a los hechos, digamos [*pequeno riso*] que parece cayó bien en ese entonces.”

Essas lembranças e reflexões vão fornecendo o perfil de operária procurado e “criado” pela fábrica, que María Tereza foi enxergando pouco a pouco: mulheres com *necessidade*, sem estudos e com determinadas características físicas, considerando que estavam destinadas a realizar as tarefas de embalagem.

“(…) siempre se dio la política de Terrabusi era de... de crear puestos de trabajo para las mujeres. ¿Por qué? Porque ellos lo que pensaban que las mujeres, y ahora lo siguen pensando, que las mujeres eran mucho más rápidas en la producción. Eran más rápidas en la producción y eran más manuales y tenían manos más chicas. Y entonces, con el tema de las manos más chicas, podían envasar y podían colocar y podían ser más manuales en todas las tareas que pudieran llegar a hacer. Entonces, tenían esa idea, por eso, por lo general te miraban las manos cuando entrabas, qué tipo de manos tenías.

P: Ah, mirá.

María Tereza: Y qué estatura, también. Porque para estar en una línea, en algunos lugares tenés que ser una persona más o menos bajita, para que no te produzcan problemas en la espalda.”

Bendini & Bonaccorsi (1998), no livro “*Con las manos puras*”, reúnem uma série de textos a respeito do trabalho de mulheres nas regiões frutícolas de exportação do Brasil, Argentina e Chile. As autoras revelam que nesse trabalho as mulheres também são recrutadas a partir de uma visão empresarial que as associa a tarefas de tipo manual. Como portadoras de habilidades definidas tipicamente como femininas (sentido estético, sensibilidade e agudeza visual), são destinadas para o setor de embalagem. Contudo, as autoras salientam que

Estas aptidões são construídas socialmente sobre a base das representações do lugar que ocupam homens e mulheres na produção. Tal distinção encobre a efetiva qualificação adquirida na atividade pelas mulheres e tem contribuído tanto a garantir como a limitar opções para a participação feminina no setor enquanto se ressignifica o papel da mulher dentro e fora da unidade doméstica. (BENDINI & BONACCORSI, 1998, p. 12, TN)

Determinados traços de caráter biológico são estabelecidos como padrão para selecionar trabalhadoras. Assim, conhecimentos, aprendizados e capacitação adquiridos no trabalho⁹⁸ serão vinculados a características biológicas consideradas “femininas”, limitando as possibilidades de aceder a outros cargos e reforçando o ciclo da divisão sexual do trabalho iniciado no momento da seleção de pessoal. Por outro lado, a exclusão de mulheres altas, de mãos grandes e com outros traços vistos como “masculinos” terá repercussões no momento da escolha de representantes sindicais, em virtude de que, como veremos, no senso comum se vincula força física com capacidade de defesa do trabalhador.

Neste ponto, é fundamental perceber a existência de um discurso sobre a biologia para justificar a divisão sexual do trabalho. Lobato (2000) identifica nos discursos do trabalho fabril a existência de uma definição dos corpos femininos e masculinos, a partir da ideia de possessões e carências.

Os homens tinham a força e a destreza que lhes permitiam resistir às duras jornadas de trabalho para *prover* o sustento da família. As mulheres, em contrapartida, se localizavam em uma zona de discursos e práticas contraditórias. Por um lado, tinham a habilidade manual necessária para realizar aqueles labores que os homens, fortes e torpes, não podiam executar. (LOBATO, 2000, p. 106, TN)

⁹⁸ Como veremos adiante, a primeira tarefa que se costumava encomendar às ingressantes era bem simples e, segundo nossa entrevistada, do tipo que qualquer um poderia fazer.

Contudo, as políticas adotadas pelas empresas, mesmo quando fundamentadas em visões estereotipadas do feminino e do masculino, respondem a determinadas conjunturas, e como tais estão sujeitas a mudanças. No caso estudado por Bendini & Pescio (1998), o depoimento de uma ex-trabalhadora e liderança sindical evidencia o caráter conjuntural mais do que “biológico” da presença masculina ou feminina nas tarefas de classificação e embalagens de frutas, ela explica que:

“Cuando la actividad se inicia eran mayoritariamente los hombres los que ocupaban estos puestos de trabajo e inclusive el clasificado... lo hacían los hombres pero como esto se fue deteriorando, (...) los hombres que iban a hacer la temporada después se iban a trabajar en la construcción. (...) los hombres comenzaron a abandonar el galpón porque las cosechas eran malas, las temporadas se acortaban y les convenía quedarse en la construcción” (id. ibid., p.45)

Mais tarde, quando as mulheres eram maioria, começaram a ser expulsas com a incorporação de novas tecnologias e mecanização do processo de embalagem (BENDINI & BONACCORSI, 1998). No caso da ex-fábrica Terrabusi, a partir de meados da década de 1990, a porcentagem de trabalhadoras começou a decair, “*entre el noventa y uno y el noventa y cuatro, ahí había el setenta porciento de mujeres (...) Después del noventa y cinco al noventa y ocho, había un sesenta. (...) Y ahora habrá cincuenta y pico, cincuenta y cinco, suponete.*”. Essa mudança começa a ser observada a partir da venda da empresa à norte-americana Nabisco (*National Biscuit Company*), em 1994, que implicou a introdução de alta tecnologia e a mecanização dos processos de embalagem, dispensando as partes manuais do trabalho desenvolvido pelas embaladeiras.

Feitas as considerações, retomemos, então, o relato do ingresso de Tereza na ex-planta Modelo Terrabusi (atual Planta Pacheco da Kraft Foods⁹⁹, uma das cinco maiores fábricas produtoras de bolachas do mundo). As lembranças dos primeiros tempos no trabalho têm o tom de quem vai descobrindo e tenta compreender um novo mundo.

“El primer día me perdí, porque era tan grande la fábrica, una cosa tan inmensa. Digo, y encima para el (*setor do*) chocolate tenías que bajar, había una escalera, donde quedaba era un subsuelo. Y la fábrica el primer día, imagináte: ¿Dónde estoy parada? Ni sabía dónde estaba parada, para dónde tenía que ir [*risos das duas*] A todos nos pasaba el primer día eso, todos se perdían el

⁹⁹ A Kraft Foods Inc. é das maiores empresas de alimentos dos Estados Unidos e do mundo. Pertence à Philip Morris e opera em mais de 150 países, possuindo estabelecimentos em 66. Na Argentina, conta com 3.500 empregados e empregadas em três plantas industriais: Pacheco (produtora de bolachas, pastas e chocolates; um molino de farinha em Tres Arroyos, e uma planta de produção de bebidas em pó e sobremesas em Villa Mercedes (San Luis). Disponível em: <<http://infokioscos.com.ar/clight-hidradeconvoca-a-las-mujeres-en-mar-del-plata.html>>. Consultado em: 1 mar. 2009.

primer día. Claro, hasta que uno se va habituando y va viendo dónde queda el vestuario y dónde queda el comedor y dónde queda la salida porque ve las ocho horas y se quiere ir. Así que eso me pasó el primer día.”

Começou trabalhando no setor de elaboração de produtos de chocolate. A lembrança do cheiro de chocolate é perceptível no ritmo e no tom da narradora, que pronuncia algumas palavras como se as degustasse:

“Apenas vos entrabas en ese sector te inundaba el olor a chocolate, porque ahí hacían [enumera com empolgação ascendente] las Rodhesias, las Titas, los alfajores de chocolate. Lo primero que te causaba era el olor que había en ese sector, viste. [Com ênfase]Y era tanto el chocolate que había. Me acuerdo que me mandaron a desarmar paquetes, porque cuando uno empieza lo primero que te dan es una tarea que más o menos una lo pueda realizar. (...) Y la primer semana, creo que ahí tuve un ataque al hígado terrible, porque era tanto chocolate que comí, que fui a parar a Enfermería con Buscapina inyectable me tuvieron, porque me había agarrado una pataleta al hígado. Bueno, así empecé.”



Fotografía 36. *María Rosario en Embalaje*. Gentilmente cedida por: Diana Dowek (2007)

Quando começou a trabalhar na fábrica, familiares e outros conhecidos advertiram-lhe que devia ter cuidado com o que dizia no lugar de trabalho, pois "*era una fábrica muy grande, de mucha gente. Entonces cualquier comentario que hicieras, digamos se iba a ventilar, entonces por eso tenía más cuidado*". Explica que nunca se caracterizou por falar muito, sempre tinha sido uma pessoa muito reservada. Então, não foi difícil manter esse comportamento; apenas quando alguém lhe perguntava algo é que respondia. Porém, sempre observava muito os companheiros e companheiras, suas atitudes, o que faziam, o que não faziam. Nesse sentido, a delegada de setor mereceu sua atenção, pois

“Era una mujer que no se llevaba muy bien con las compañeras porque vos la veías en el (*setor do*) Chocolate y la escuchabas y le contaban los problemas las compañeras y ella se encargaba de ventilarlos [*canto de passarinhos*]. Me daba tanta bronca escuchar todo eso, porque yo decía: Pero, ¿cómo esta mujer, cómo puede, cómo puede hacer esto? Cuando una compañera viene con un problema

y te cuenta, de confianza una cosa así y ella lo anda desparramando, ventilando a los cuatro vientos. Yo digo: Mirá si el día de mañana me sucediera algo grave y yo le cuento en confianza, a ver cómo me puede ayudar y me entero que me está ventilando lo que me está contando. Yo la agarro de los pelos, no sé lo que hago. Y me daba tanta bronca eso, aparte era una mujer muy patronal, tiraba siempre para la fábrica. Cualquier cosa que vos le decías, siempre estaba a favor de la fábrica. ¿Cómo puede ser esta mujer delegada?, decíamos. Mis compañeras todas planteaban eso, ¿cómo puede ser esta mujer delegada? Hace años que era delegada ella.”

Por outro lado, María Tereza percebia que o nível de rotação do pessoal na fábrica era muito alto, segundo ela, em virtude da dificuldade de se habituar ao ritmo de produção. Contudo, tinha decidido “*aguantar hasta donde más podía porque la plata la necesitaba*”. Aos três meses de trabalho foi chamada pelo Departamento de Pessoal:

“(…) en ese momento estaban despidiendo. Yo me fui con el corazón en la boca pensando que me iban a despedir. Y me avisan en Personal que, que no, que quedaba efectiva a los tres meses. Y bueno, eso me dio un poco de alivio, decía: Y bueno estoy efectiva ya tengo un trabajo más o menos estable. Y bueno voy a con esto, tratar de ayudar, esto me daba más una cosa de decir: Ahora estoy plantada y puedo ayudar a mis viejos. Las cosas que por ahí ellos no habían conseguido hacer, porque el hecho de tener tantos pibes, en ese sentido, también eso no los hacía progresar de terminar su casita, tener sus cosas.”

“siempre era yo que era la oveja negra”

Mesmo decidida a fazer apenas seu trabalho sem se envolver em problemas, María Tereza enfrentou alguns conflitos, que a levaram ser transferida de setor. Ela percebe que era trasladada como forma de penalização e para “solucionar” o problema, mas também que essa forma de punição permitiu-lhe que fosse conhecendo diferentes setores da fábrica. Esses conflitos serão relatados, pois consideramos que eles vão “lapidando” o caráter, revelando seus sentimentos (impotência, bronca etc.), e as atitudes que vai tomando, tentando defender condições básicas de trabalho, embora inicialmente sozinha.

O primeiro incidente foi quando trabalhava como “embaladeira” de bolachas *Cremocoas*. Na época, era um produto que se vendia muito; assim, o processo de embalagem realizado em duplas era controlado por uma funcionária (*líder*) com cronômetro, enquanto outra registrava numa planilha com uma cruz cada caixa pronta. Um dia, ela e sua colega de trabalho, enquanto embalavam com rapidez, foram percebendo que a mesa estava cada vez mais cheia, e começaram a sentir dores nas mãos. Então, conversaram com a líder:

“Mire, nos están doliendo las manos, fijesé porque parece que viene mucha mercadería. [Reproduzindo a fala da líder] No, no la mercadería viene bien, acá las que no se apuran son ustedes, así que **muevan las manitos!** [María agregou] Bueno nosotras lo estamos diciendo de buena manera, le estamos informando que a lo mejor puede ser que haya más producción, fijesé porque está sobrando toda la mesa y nosotras no vamos a agarrar toda la mesa. Imagínese todo lo que viene acá. ‘Bueno a ver si mueven más las manos’, nos volvió a repetir la mujer esta.”

María Tereza disse a Rosaura que pararia de envasar “*no nos vamos a lastimar tampoco nosotras por toda la mesa que se viene encima. Que pase todo para atrás*”. A líder retornou e lhes reclamou:

“Escuchenmé una cosa, ustedes acá vienen a envasar y tienen que sacar las Cremocoas como sea, o levantan con la mano, o levantan con la lengua o levantan como sea’. Entonces me dio tanta bronca, como nos había tratado esa mujer que le dije: Mire señora si quiere levantar usted con la lengua, venga usted a ponerse con la lengua pero nosotras no lo vamos a levantar, vamos a hacer lo que podemos. Y a nosotros acá no nos pagan por producción, nos pagan por las ocho horas. Porque acá todas las Cremocoas que salen, ¿a cuánto las venden ustedes y cuánto nos pagan de eso a nuestro sueldo? Eso fue como ponerle, no sé, como haberle pellizcado la cola a la líder esta. Salió disparando a buscar a la jefa, la jefa de piso.”

Diante da chefe responsável, María afirmou que eram exigidas como se recebessem por produção, mas o salário correspondia a oito horas de trabalho e, novamente, questionou: “*¿Con cuántas Cremocoas nos pagan el sueldo a nosotras?*”



Fotografía 37. Línea de Producción I. Gentilmente cedida por: Diana Dowek (2007)

A narração de María consegue nos introduzir na dinâmica da fábrica quando, por exemplo, se detém na explicação de como se realiza determinada tarefa. Há um conhecimento do trabalho, das tarefas, da ordem, do tempo etc. No entanto, os acontecimentos entremeados no ritmo, no modo de produção, revelam os espaços de

“fuga” desse controle, espaços de sociabilidade, às vezes invadidos pela autoridade, sequestrados pela encarregada, como no episódio que apresentaremos a seguir. Por isso, muitas vezes optamos por citar o depoimento completo para que o/a leitor/a possa ter uma leve noção do peso que tem nessa dinâmica, onde tudo parece calculado, cronometrado, controlado, uma reação fora “do roteiro”. Nesse sentido, também, a reprodução dos quadros de Diana Dowek fornece imagens da fábrica, um contexto muitas vezes desconhecido do/a leitor/a, revelando “o cumprimento de uma atividade racional, repetitiva, obrigatória, de controle e de resultados previsíveis” (RAVERA, 2008, p.3). Mas, acima de tudo, contribuindo a partir de outra linguagem para a compreensão desta realidade, não redutível à linguagem escrita. Estas imagens não apenas são ilustrações complementares ao escrito, porém

uma outra fala que diz a seu modo o mesmo, ou uma outra coisa (...) como uma comprovação. Aquilo que foi dito e que se “dado” também como imagem ficaria não apenas mais claro, mas mais comprovadamente compreensível, é apresentado como um texto-de-outra-fala, não complementar, mas paralelo ao que foi escrito. (BRANDÃO, 2005, p. 170)

A segunda situação de conflito foi com uma encarregada de setor. Nossa entrevistada explica que os horários na fábrica são muito estritos, precisam ser combinados com as companheiras “*y a veces no te podés pasar ni cinco minutos, porque te están encima*”. A encarregada passou a perseguir-la permanentemente. Um dia, após o corte da linha de produção, quando todas as operárias tinham-se retirado para os vestiários, a encarregada a procurou aos gritos para fazer a faxina.

“Le digo: Mire, estamos todas acá, ¿por qué me reclama constantemente a mí? [A *encarregada responde*] Porque vos siempre hacés lo que vos querés y que esto y que lo otro. Entonces yo me agarro como un ataque de histéria, un ataque de impotencia digamos, de tantas cosas que venía acumulando. Entonces, me agarró una crisis de nervios, donde le dije de todo a la mujer esa. Que siempre se la había agarrado conmigo, que yo estaba cansada, que le iba a hacer una denuncia en el Ministerio de Trabajo (...)”

Confessa que, na época, não sabia o que era uma denúncia no Ministério, mas “*yo ya estaba cansada, que siempre era yo, que era la oveja negra*”. Outras encarregadas tentaram acalmá-la; a chefe do setor apresentou-se no local e perguntou que problema havia com María. Ela advertiu, novamente, que faria as denúncias por perseguição. Em seguida, foi conduzida à Enfermaria.

Esse incidente foi o detonante para que a retirassem do setor do Chocolate. No dia seguinte, a chefe anunciou-lhe que seria trasladada. María concordou, pois considerava que a situação com essa encarregada era insustentável, “*prefería no estar*

en ese lugar y cambiar, que era mejor, que quería respirar otro aire [canto de pássaros]”. Assim, passou a trabalhar em um setor mais tranquilo, estava quase sozinha.

“(…) por un lado, yo veía que era tranquilo pero también veía que me habían apartado, era como la oveja negra. Como que yo, apartandomé de todas las demás, diciendo: Bueno se acabó el problema. Entonces me dejaron en un lugar sola donde yo tenía que sellar, porque se había largado la temporada del pan dulce (…)”

Havia um grupo de quatro companheiras que trabalhavam nesse setor, mas a maioria era homens.

“Todos varones. Era la primera vez que iba a trabajar con hombres. Yo a los hombres les tenía en ese entonces terror, no sé qué me pasaba pero como que me daba vergüenza hablar con ellos. Yo hablaba con un hombre y transpiraba, me brotaba la transpiración me ponía colorada, yo decía: ¿Qué me pasa? No sé qué me pasaba. Pero me pasaba, se me trababa la lengua, en vez de decir una cosa, me salía cualquiera y yo decía: ¿Qué me pasa?, mejor me quedo callada [*risos das duas*]. No digo nada, mejor me quedo callada, porque si no van a decir: Esta es una tonta.”

Comenta que a experiência de trabalhar com homens foi muito boa, pois eram companheiros e eles respeitavam e a ajudavam, “*eso era lo que yo vi de trabajar con hombres, y claro nosotros éramos cuatro chicas nada más, nos tenían como a capullo, en un capullo de algodón*”. Nesse setor, estive durante três ou quatro meses e conseguiu estabelecer vínculos de amizade com companheiras e companheiros.

Ao regressar das férias, a temporada do panetone tinha acabado e esperava-a uma nova mudança de setor; a chefe anunciou-lhe que iria para Embalagem. Era o maior setor da fábrica, muito diferente dos anteriores. Uma linha de produção ao lado da outra, cada uma destinada a um produto. Explica:

“(…) eran grupos de cuarenta personas, cada línea. Con los maquinistas, con las chicas que están envasando, con las colocadoras, con las que hacen limpieza, una línea grande, con mucha gente. (...) Y (*me*) mandaban a la línea seis, que era la línea de *Manón, Manón, Oreo* (*marcas de bolachas*). Y me pusieron a colocar, yo no sabía todavía colocar en Envasamiento y me pusieron a colocar. Bueno así estuve colocando, envasando, todas las tareas que me mandaban siempre la hice nunca tuve ningún problema.”

Neste setor, foi fazendo novas amizades, compartilhando os pequenos espaços de sociabilidade: almoçar juntas, ir ao banheiro juntas, breves conversas no vestiário, pequenas interações na chegada, na saída, no ponto de ônibus etc. Como sempre, manteve sua atitude de observar a dinâmica do lugar, as pessoas, e percebeu que o setor de Embalagem era onde havia maior exploração.



Fotografia 38. Embalaje. Gentilmente cedida por: Diana Dowek (2007)

Um dia, enquanto trabalhava na linha junto a outras companheiras, apareceu um grupo de delegados arrecadando fundos para uma mobilização. Ela não os conhecia. Aproximaram-se com uma caixinha, solicitando a contribuição dos/as trabalhadores/as para o protesto, enquanto María e suas companheiras continuavam embalando na linha, escutavam o que o delegado explicava. Quando terminou de falar, ela lhe disse:

“Mire señor, yo no estoy en desacuerdo de que se vaya una movilización, a mí me parece bien de que se vaya a una movilización, que hay que pedir aumento, que hay esto, que hay lo otro. Pero ¿ustedes nos vienen a pedir a nosotros una moneda, cuando el valor de nuestra hora es un peso con treinta centavos? ¿A ustedes les parece, (que) yo les estaría dando una hora a ustedes de mi trabajo, que tanto me cuesta ganar, como les cuesta ganar a todas nuestras compañeras, que nos recontra super explotan en esta fábrica y que nadie hace nada por nosotras? Entonces yo le daría con mucho gusto señor pero lamentablemente vemos que ustedes los delegados no hacen nada por la gente. Entonces, la verdad, me gustaría colaborar pero no puedo. No puedo, porque me parece que así no es la cuestión.”

A narradora confessa que a aprovação das companheiras foi imediata e quase aos gritos: “*¡Sí, tiene razón María!* [Mais baixo] *Es verdad lo que está diciendo*”. Todas pensavam a mesma coisa, mas ninguém se manifestara até então. Encorajada pela reação das companheiras, continuou:

“Aparte le vamos a poner a ustedes y qué garantía de que van a ir a una movilización. A lo mejor esa plata la juntan entre todos, se toman unos vinos, se van a comen un asado [*risos*]. Uyyy, el delegado ese se puso colorado, dice: ¿Dónde me vine a meter? Por favor, ¿y esta quién me la mandó?, habrá dicho. ”

Consideramos este um momento em que Tereza realiza uma ação política, revelou-se aos outros no discurso e, diferentemente de outras vezes, sua palavra não foi punida, muito pelo contrário, foi ovacionada, reconhecida pelas companheiras. Por essa revelação, como afirma Arendt (2007), algo novo se inicia. Quando se encontrou

novamente com o delegado, ele lhe propôs fazer parte da lista de candidatos a delegados/as da Comissão Interna. Tereza escusou-se dizendo que não podia, pois tinha marido e filhos. Explica que, na verdade, não queria se comprometer. Porém, a questão começou a ocupar sua mente. Lembra que contou o acontecido para sua mãe e recebeu dela palavras de apoio. Na disjuntiva: “*Me meto, no me meto*”, refletiu que defender seus/suas companheiros/as ou quem necessitasse era uma ação que já fazia nas linhas de produção, sem ser delegada, sem que lhe importasse. Então, agrega: “*me acordé de las historias de mis viejos, me animé*”. Sua mãe acompanhou-a ao lançamento da chapa

“(…) mi vieja era así de querer involucrarse o de querer meterse, de saber en dónde estaba su hija o en qué andaba, o en qué se iba a meter. Ella tenía que conocer también y yo no tenía ningún problema, no quería esconderle nada también a mi mamá, como le había consultado a ella también. Al contrario si ella quería venir y quería escuchar y quería participar no había ningún problema, no había nada por ocultar.”

“a ver qué pasa con esta María”

Quando se divulgou a chapa, sua candidatura recebeu uma campanha contra porque era muito jovem, “*Esta pendeja qué nos puede, qué nos puede defender*”, não tinha conhecimentos das leis e se vestia de uma forma chamativa, “*¡Mirá cómo se viste!*”. María Tereza explica que

“Todas esas cosas jugaron también, en ese momento, en contra. Que era pendeja era verdad era pendeja, que no sabía nada de leyes también era verdad, qué sabía de leyes, sabía nada más que quería defender a mis compañeras. Que me vestía llamativamente, también era verdad [*pequena pausa*] pero bueno yo lo que quería era defender a mis compañeros, nada más.”

Houve um grande número de pessoas a favor, principalmente, mulheres que não queriam que a delegada permanecesse no cargo. Então, decidiram experimentar, “*a ver qué pasa con esta María*”. A chapa ganhou a eleição com 70% dos votos. A Comissão Interna estava formada por onze membros, apenas dois eram mulheres. María se integrou nessa equipe e, embora fosse a mais jovem e, talvez, a menos experiente, sabia que contava com algumas competências que seriam úteis na função e estava determinada a não repetir o comportamento que observara na delegada anterior. Afirma:

“(…) tenía mucha comunicación con las compañeras, porque yo había salido de un lugar y después me fueron, sin querer fue, fueron mandándome de un lugar a otro, de una sección a otra y me fui conociendo a varias compañeras y varios compañeros que tenía buena relación digamos, tenía buena comunicación, buena relación. Y si hay algo que me metí en la cabeza era que yo cuando las compañeras vinieran a decir algo, nunca iba a hacer lo que hacía esa mujer... Nunca iba a hablar de los problemas de ellas.... y sí las iba a aconsejar... hasta donde yo podía, cómo las iba a ayudar (...)”

Para as trabalhadoras, contar com uma delegada foi positivo e apoiaram a representação, pois consideravam que com uma mulher podiam expor seus problemas e seriam compreendidas. Sendo que *"Al varón a lo mejor le da lo mismo. O lo va a hacer un problema que es insignificante pero para mí es importante"*.

A situação que se lhe apresentou com chefes e trabalhadores homens foi diferente. Teve que lidar com o preconceito dos primeiros que a subestimavam por ser mulher, *"viste, entonces, no tiene pasta, viste no... eso fue una de las cosas que a lo mejor yo veía en los demás que estaba eso. Bueno, no, es una mujer, ¿qué va a hacer? Mucho no va a hacer tampoco"*. No caso dos companheiros de trabalho, tratava-se, também, da dificuldade de assumir que uma mulher poderia defendê-los.

"Hay un prejuicio digamos de algunos hombres de que una mujer no te puede venir a defender. Es una mujer, ¿cómo te va a defender una mujer? Que venga un delegado."

Pesquisadora: Claro.

María: Que con el delegado es otro estilo.

Pesquisadora: Claro.

María: Es un varón [*como se fosse obvio*]. Entonces había una cosa así, viste, en los varones sobre todo."

María Tereza considera que defender os companheiros é mais político. Contudo, a prática foi rompendo com o preconceito e demonstrando que *"la mujer estaba tan capacitada como el varón para ir a defenderte, en un puesto de trabajo, en un reclamo salarial, en un reclamo laboral, en un dos pesos. En una situación personal"*. Mas, explica que ela mesma também precisou mudar, pois havia um setor, formado principalmente por homens, que não a conheciam.

*"Y entonces eso me pasaba que cuando hablaba con un hombre, que tartamudeaba, que, y decía yo tengo que superar esto porque no puede ser. No sé qué me pasaba, me ponía colorada, cuando venía un compañero y me preguntaba: Usted que es la delegada, a ver si me puede orientar... me quedaba nula. Pero poco a poco me fui tratando de apaciguar porque a lo mejor era por querer hacer las cosas bien. Entonces uno quiere hacer las cosas bien [*entre risos*] y se mete la pata hasta no sé dónde. (...) Uno tiene que mostrarse tal cual es y como te salga y después, bueno, vamos viendo a ver qué es lo que falta."*

Pouco a pouco foi superando essa dificuldade e estabelecendo vínculos com os companheiros. Percebeu que o que os companheiros queriam era ser ouvidos e orientados e, em caso de necessidade, que ela estivesse presente.

As reflexões de outra mulher chamada, coincidentemente, Tereza, também liderança sindical, evidenciam as visões que às vezes fazem com que as mulheres sejam preteridas aos homens para a representação sindical.

(*Con tono irónico*) “Porque el hombre es muy macho, sabe hablar, él es hombre como que para ser delegado se necesitaba tener un buen físico, tener fuerza como para ir a pelear a un ring, cuando en realidad un delegado podía ser una mujercita chiquitita pero que supiera hablar y defender a sus compañeros” (BENDINI & PESCIO, 1998, p. 45)

O depoimento também valoriza duas qualidades mencionadas por nossa entrevistada como importantes para uma liderança: saber falar (em público) e a defesa dos companheiros. Por outro lado, revela a associação entre força física do homem e política. Se lembrarmos que as mulheres de um biótipo caracterizado por ser mais altas, com mãos maiores e, arriscamos, com maior força, já foram eliminadas no momento da seleção de pessoal, as chances das trabalhadoras serem escolhidas como representantes diminuem consideravelmente.

Outra qualidade do/a delegado/a, que identificamos no discurso de María, é o compromisso, a lealdade aos trabalhadores. Ela explica que, quando uma pessoa ingressa na Comissão Interna, advertem-lhe que deve trabalhar como todos, não faltar, não chegar tarde e não compactuar com os patrões.

María foi apreendendo o que dizia o Convênio e até que ponto poderia ser utilizado para a defesa do trabalhador. Quando não sabia como responder às dúvidas de companheiros e companheiras, anotava tudo em um pequeno caderno para pesquisar e ou consultar os membros da Comissão e depois dava retorno. Reconhece que muitas aprendizagens, principalmente relacionadas à política, foram adquiridas com o Coordenador da Comissão Interna, atualmente, seu parceiro.

Em 1995, María e a outra delegada em exercício foram convidadas a participar do *Encuentro Nacional de Mujeres* para contarem suas experiências na fábrica como membros da Comissão Interna. Consideramos relevante abordar brevemente esse acontecimento porque essa participação lhe trouxe reconhecimento, como delegada sindical, e “consciência do poder político” do movimento de mulheres. Lembra que, inicialmente, sua companheira lhe disse que não compareceria, pois era “tudo político”. Ela questionou:

“¿Y vos cómo sabés?, ¿vos fuiste alguna vez al Encuentro? [A mulher] No, me dice. ¿Y entonces cómo podés hablar cuando todavía no conocés algo? Porque me parece que primero uno tiene que conocer para luego hablar. Yo voy a ir y voy a probar y después te voy a contar y te voy a decir si es político o no político.”

Confessa que sempre foi muito decidida. Preparou o bolso e falou para sua mãe que ia para Jujuy (a pouco mais de 1.300km), no *Encuentro Nacional de Mujeres* para

compartilhar sua experiência de vencedora nas eleições da fábrica e como se converteu em delegada.

“Y ese fue mi debut en el Encuentro de Mujeres. Todas estaban esperando parecía, fui al taller de Mujer y Trabajo y todas parecía como que estaban esperando que yo hablara. Todas las mujeres estaban, [*cuchixando*] ‘Vino una compañera de Terrabusi’, escuchaba yo. [*Risos da narradora e da pesquisadora*] Estaba sentada y escuchaba por atrás: ‘Hay una compañera de Terrabusi, que es delegada’, decían. Y entonces la compañera con la que me había invitado me acompañó en ese taller y me dice: Dale, dale, presentáte y contá. ¿Y qué cuento?, [*a companheira*] Y contá lo que te salga. Y yo estaba con unos nervios, me acuerdo que me transpiraban las manos, y digo: ¿y qué cuento?, ¿qué tengo para contar yo? [*pássaros, buzinas*]. Y bueno ahí les dije, me presenté: Soy María, de Terrabusi, trabajo en una fábrica de la alimentación desde tal año y vine a este encuentro porque me invitaron y soy delegada de esa fábrica, soy de la Comisión Interna.”

Em seguida, as participantes do ateliê começaram a lhe fazer perguntas. Queriam saber por que quis ser delegada, o que a tinha motivado a isso. María explicou-lhes como era a situação das mulheres na fábrica, que não eram ouvidas, seus problemas não eram atendidos nem pela antiga delegada e que ela preocupava-se com isso e queria ver o que poderia fazer, embora ainda não soubesse como. O relato se interrompe e a fala se dirige à pesquisadora:

“Porque las mujeres tienen muchos problemas. Está el tema de la violencia, hay muchas compañeras golpeadas, vienen a la fábrica con el ojo negro. Hubo situaciones de compañeras que fueron violadas. Hay mucho acoso, en ese entonces había mucho acoso sobre, de los jefes. [*Seramente e com firmeza*] En ese momento era así, ¿eh?. Vos cuando entrabas en el noventa y uno si vos no te acostabas con un jefe no quedabas. Yo no me acosté, ¿eh?, aclaro. Pero la mayoría, las chicas más lindas, las chicas más bonitas que entraban en la fábrica, esas... sí o sí tenían que pasar por el jefe. Te acosaban mucho los jefes en ese momento¹⁰⁰.”

Novamente, retoma as palavras ditas às mulheres do Encuentro, “*Y bueno, que yo quería cambiar eso y que desde yo estaba, desde mi punto de vista, desde mi puesto de trabajo y desde que ahora que había sido elegida quería ver cómo cambiaba*”.

Consideramos que para esse objetivo, a experiência do encontro foi fundamental. Expressa na forma de uma metáfora, reflète sua intensidade o impacto da revelação. Ela disse: “*Lo que me había causado impresión era la cantidad de mujeres*

¹⁰⁰ Segundo Michelle Perrot: “As operárias eram expostas às investidas dos contramestres mais do que dos diretores da fábrica, mais afastados. Ao fim do século XIX, os jornais operários do norte da França – *Le Forçat, Le cri Du forçat*... – abrem ‘tribunas dos abusos’, nas quais denunciam a lubricidade dos ‘porcos do capital’. Em 1905, na fábrica de porcelana Haviland, a principal de Limoges, um fato desse tipo deu origem a uma das greves mais duras da época.” (PERROT, 2007, p. 76-77)

que había, era una marea de mujeres, eso me causó impresión. Tantas mujeres mobilizadas, nunca vi. Eso me causó impresión.”

Uma imagem semelhante sintetiza a experiência do escritor S. R. Delany, citado por Joan Scott, no texto “A invisibilidade da experiência”¹⁰¹. Segundo ela, “A ‘apreensão de uma massa de corpos’ deu-lhe (como daria, ele sustenta, a qualquer pessoa, fosse ‘homem, mulher, operário ou membro da classe média’) uma ‘consciência de poder político’. (SCOTT, 1998, p.298). Afirma que para o escritor, “a consciência de possibilidade política foi assustadora e estimulante”. Assim como Delany, nossa entrevistada, nesse momento, conseguiu superar o fragmentário das vivências pessoais e compreender a relação entre as mesmas e a política, ter consciência de participação em um movimento (id. *ibid.*). Comenta: “*Ese fue mi primer Encuentro de Mujeres y desde ahí no los abandoné más (...) me vine re contenta de ese encuentro, me acuerdo. Recontenta, entusiasmada, quería hacer cosas...*”

Na entrevista, reflexiona que sua companheira estava certa, quando afirmou que o evento era político, pois

“En la vida todo es político. Si yo pido un aumento de sueldo, ¿es político o no? Y sí, es político, porque yo estoy pidiendo algo y la otra parte me va a decir que no, porque cuida sus intereses [*pequena pausa*]. ¿Y vivir como vivimos es también político o no? Y sí es político, no tener educación, o no tener salud, o no tener una vivienda o no tener una tierra para el que quiere trabajarla y todo es político si lo vamos a ver desde ese punto de vista.”

A partir dessa primeira participação, María começou a convidar as companheiras da fábrica para conhecer o evento. No ano seguinte, o evento aconteceu em Buenos Aires e ela participou com doze mulheres da fábrica. O número, a partir de então, foi crescendo “*Hasta que en algún momento hemos llevado hasta dos a tres micros con compañeras de la fábrica, con sus familias, sus hijos, sus madres, sus hermanas*”. Avalia que essa participação contribuiu para o envolvimento das mulheres na luta por direitos na fábrica.

“Ellas veían, fueron a diferentes talleres y también vieron cómo las mujeres se organizaban, cómo participaban y cómo, cómo hacían para conseguir cosas. Y aprendían mucho de los Encuentros entonces se fueron sumando cada vez más y eso nos ayudó también en la fábrica.”

Cabe apontar que a participação nesse evento não era bem vista na fábrica, então mentiam para poderem ir (por exemplo, visita ao médico). Lembra que foi um período difícil, pois algumas companheiras foram demitidas:

¹⁰¹ O título original é “*The evidence of experience*”.

“Nosotros lo tomamos como una discriminación hacia las mujeres, porque no quieren que participen, que no quieren que escuchar, escucharlas o escuchar otras cosas (...) Y después poco a poco los fuimos instalando a los Encuentros. Y hoy por hoy, le informamos a la fábrica que tal día nosotros vamos a participar del Encuentro Nacional de Mujeres y necesitamos compensar los días y no hay ningún problema. Te dejan, compensar, saben que vamos a los Encuentros y saben que vamos a participar.”

A organização para participar do encontro é realizada com quase um ano de antecedência, quando as mulheres começam a poupar. Contudo, consideramos que para a fábrica essa assistência é uma situação mais tolerada do que aceita. Assim, no ano de 2007, em que participamos do evento, identificamos uma espécie de boicote promovido pela empresa, que organizou para o mesmo fim de semana em que aconteceria o encontro, uma viagem “turística” para as trabalhadoras e suas famílias, numa cidade vizinha a do evento.

Um ano após ter participado do encontro, toma contato com a *Corriente Clasista Combativa* (CCC) e o *Partido Comunista Revolucionario* (PCR). Explica que, embora houvesse podido se somar a outros grupos do movimento sindical como a *Confederación General Del Trabajo* (CGT)¹⁰² e a *Central de Trabajadores de la Argentina* (CTA)¹⁰³, optou pela Corriente porque “te dan um espacio” e pela luta que mantêm.

“(...) yo ya estaba cansada de los políticos que siempre te dicen lo mismo, que siempre te buscan para que vos le des un voto, que siempre te buscan porque no sé, para que seas la delegada del barrio y para que agarres los temas de las manzanas por ejemplo en ese momento como eran. O... uno a veces se cansa de toda la politiquería, como dicen, porque te versean, te dicen una cosa y en la realidad son otra, diferentes. Estamos muy lejos de eso.”

Reflete que a militância contribuiu no seu papel de delegada, no sentido de “*tener una idea política hacia las compañeras*”. Também, essa “consciência do poder político” foi se tornando mais nítida, comenta:

“Aunque uno más o menos tenía una idea, me fui dando cuenta que había muchos compañeros y compañeras que pensaban más o menos lo mismo que yo pensaba, que teníamos la misma ideología o que peleábamos por, por los mismos ideales, de poder cambiar toda esta situación. Y que era una situación... era una situación social. No era una situación individual. Que yo sola no lo podía cambiar, porque a veces en las películas te muestran que hay un héroe y que ese héroe va a venir a resolver los problemas. Y que acá no se trata de eso,

¹⁰² Foi fundada em 1930 por socialistas, sindicalistas e outros atores independentes. É a central majoritária e, na atualidade, mantém autonomia em relação aos partidos políticos.

¹⁰³ Surgiu em 1991, a partir da separação de um grupo de sindicatos da CGT, opositores às orientações assumidas pela mesma, durante o governo de Menem.

sino que es una situación que tenemos que pelearla entre todos, para poder lograr algo.”

“Ya no era la María callada o la María sumisa”

Do conjunto de sua participação, escolhemos três momentos de luta: uma greve, a luta pela defesa da creche e uma “toma” da fábrica. A reconstrução desses episódios revela, como afirmam Lozano, Pita e Ini (2000), que “A luta não é o momento em que aparece um grupo de mulheres notáveis e decididas, senão o ponto culminante de um processo surdo de resistência que eclode em determinado momento.” (id. *ibid.*, p.16-17). Ao longo dos relatos é possível evidenciar essas resistências à exploração, à submissão e, acima de tudo apreciar, como afirma Gohn (2008), que “a trajetória de lutas das mulheres é pontuada por lutas gerais e específicas” (id. *ibid.*, p.159). Isto pode ser observado no interior da própria fábrica pela nossa entrevistada que afirma: “*Yo creo que (...) las mujeres tienen especificidades, qué sé yo. Ya te digo una lucha por el jardín maternal es una lucha específica. Y una lucha salarial los involucra a todos, es de clase y la del jardín es de género.*”

Mas, antes de apresentar esses relatos, é fundamental reconhecer que assim como María Tereza foi deixando de ser “*la María callada o la María submisas*” para assumir o papel de liderança sindical, a conjuntura da fábrica também foi mudando. Quando ela começou a trabalhar, a Terrabusi era uma empresa familiar de grandes dimensões, que tinha 4.000 trabalhadores/as. Em 1994, a empresa é comprada pela estadunidense Nabisco, que empreende um profundo processo de concentração.

Acuña e Petrontio (2003) consideram o caso da ex-Terrabusi como exemplar para perceber o processo de ingresso e concentração de capitais estrangeiros no setor de produção de bolachas. Essa política expansiva não esteve limitada ao mercado argentino, abrangeu também alguns países do MERCOSUL. A transnacional contava com “dezenove plantas produtoras no Brasil, adquiriu também duas empresas de alimentação no Uruguai” e fez investimentos no Chile (id. *ibid.*). Na Argentina,

No início de 1990 as empresas elaboradoras de bolachas totalizavam 162 estabelecimentos e ocupavam umas 13.327 pessoas (Censo Econômico, INDEC 1994). Quase a totalidade destas empresas, inclusive as maiores, tem suas origens em firmas familiares que após a abertura econômica foram vendidas a capitais nacionais e transnacionais que desejavam investir no setor para se inserir no mercado regional (MERCOSUL). (id. *ibid.*)

Enquanto em 1993, as empresas Bagley, Terrabusi, Canale e Mayco-Capri representavam 54% do valor da produção, na atualidade, três firmas absorvem os 80% do mercado, o grupo francês Danone, a estadunidense Kraft, e a nacional Arcor (id. *ibid.*). Também, Zaiat (2007a) fornece dados que refletem o processo de estrangeirização da indústria argentina:

A enquete nacional de grandes empresas realizada pelo INDEC revela que das 500 companhias líderes no país, 360 são de capital estrangeiro, quando em 1993 eram 219. Das dez firmas industriais de maior lucro apenas duas pertencem a um grupo local, Techint, contudo destacados pesquisadores, como Eduardo Basualdo, consideram que se trata de uma firma italiana. As transnacionais dominam cerca de 90% das operações de comércio exterior, diante de uma participação de 60% em 1993. (id. *ibid.*, TN)

Segundo relata nossa entrevistada, a Nabisco foi comprando fábricas menores e concentrando produção e pessoal, principalmente, na planta da ex-Terrabusi, em Pacheco. Em poucos anos, fábricas quase centenárias passaram às mãos de uma empresa transnacional. Um ano após a compra de Terrabusi, a Nabisco comprou Mayco-Capri, criada em 1952 para produzir produtos panificados e especializada em produtos integrais e dietéticos. Em 1996, adquiriu Vizzolini, empresa fundada em 1906 por Luis Vizzolini para elaborar e comercializar massas. Em 1999, comprou a maioria das ações da empresa Canale, fundada em 1875, por José Canale que iniciou a elaboração de produtos panificados e a partir da Segunda Guerra Mundial agregou outros produtos alimentícios. Outra medida adotada pela Nabisco e favorecida pelo contexto de globalização foi migrar capitais. Assim, em 1999, segundo Pantanelli (2003) foram encerradas quatro fábricas na Argentina e “reinstaladas” no Brasil.

O caso de outra reconhecida empresa de bolachas, a Bagley, também é revelador de como se configura uma conjuntura em que o crescimento e capitalização das empresas criam desemprego e recessão no país. Em 1994, a empresa fundada em 1870, foi vendida ao grupo francês Danone. Em 2004, Danone e Arcor fundiram-se para explorar a marca Bagley, ficando a mesma sob controle da nacional Arcor. A centenária fábrica de Buenos Aires foi fechada, a produção foi transferida para outro estado e os empregados que restaram, após uma década de desmantelamento, foram demitidos¹⁰⁴. Segundo um editorial do jornal *Página 12*, o Ministério aprovou a fusão, considerando

¹⁰⁴ Segundo a matéria “*Um modelo perverso. El crecimiento cierra plantas*”, de 14 de dezembro de 2004, “Dos 3.200 operários que se desempenhavam historicamente em três turnos de produção, em poucos anos restaram menos de 20%. A expulsão de pessoal continuou após a fusão e em poucos meses o plantel ficou reduzido aos últimos 120 empregados, abruptamente demitidos ontem”. Disponível em: <www.pagina12.com.ar>, consultado em 13 abr. 2009.

que a concorrência não seria prejudicada e, portanto, tampouco os interesses dos consumidores. Contudo, “a análise não contemplou seus efeitos sobre o desemprego. Um paradoxo deste injusto capitalismo: quando a indústria da alimentação cresce, produz fome”.

Para Zaiat (2007b), a venda de empresas de famílias tradicionais argentinas constitui um caso paradigmático, porque foi seguida da retirada desse capital da produção, “*lo fugaram*”, favorecendo a dinâmica de polarização e estrangeirização.

os milhões de dólares em suas contas não têm desenvolvido novos empreendimentos produtivos dinâmicos, de avançada, de alto desenvolvimento, nem atividades que requeiram de conhecimento científico e tecnológico. Famílias tradicionais como Bemberg (Quilmes), Richards (Indupa), Núñez (Bagley), Gruneise (Astra), Montagna (Terrabusi), Acevedo (Acindar), Soldati (Comercial del Plata), Gotelli (Alpargatas), De Narváez (Casa Tía y LAPA), Garovaglio y Zorraquín, Pérez Companc, Macri y Bunge & Born quase têm desaparecido dos núcleos centrais da economia local. (id. *ibid.*)

Na Terrabusi, a transição foi difícil porque, segundo nossa entrevistada, houve numerosas demissões, e ao mesmo tempo, trabalhadores e trabalhadoras de outras fábricas foram se incorporando ao estabelecimento fabril de Pacheco. Isto gerava uma situação de incerteza e insegurança nos/as operários/as da ex-Terrabusi, pois temiam que “os/as novos/as” viessem tirar seu posto de trabalho.

“Ellos lo que siguieron todo una política de que cada gente viniera con sus líneas. (...) De Canale (*fábrica*) y la Cerealita (*marca de bolacha*) estaba ocupada por todos los compañeros que venían de Canale. Por ejemplo, la (*bolacha*) Marinera de Mayco, venía con todos los compañeros que venían de Mayco [*barulho de uma motocicleta passando*] Ellos hicieron una política también de que la gente que venía trasladada venía a ocupar (*a própria produção*), no era que le iba a sacar los puestos de trabajo a los de Pacheco. Si no que no, cada uno venía con su puesto de trabajo.”

A Comissão enfrentou vários desafios, principalmente no que diz respeito à relação com os novos/as trabalhadores/as que passaram a integrar o pessoal da fábrica. María explica a reação deles/as

“Te miraban así como diciendo: Bueno, estos son delegados igual que los demás. Y los delegados estuvieron en las plantas con ellos, en su momento, tanto Canale como, qué sé yo, Royal fueron delegados que todos se fueron, viste, arreglaron su indemnización, se fueron con la plata en el bolsillo, y dejaron a la gente a la deriva. Y bueno, poco a poco ellos fueron conociendonós, también, cómo era nuestro tipo de trabajo, cómo trabajábamos, qué lo que hacíamos, si defendíamos a la gente, si no. Ellos bueno, fueron viendo los hechos, que tipo de delegado era. Que no nos vendíamos, que no estábamos con la patronal, que no estábamos con el sindicato tampoco, que somos delegados independientes y que vamos a defender a los trabajadores y que para eso nos habíamos metido.”

Nossa entrevistada explica que a venda envolveu também mudanças no trabalho, pois a Nabisco:

“(…) viene con otra política también, viene con nuevas maquinarias y entonces mete mucha modernización además. Por ejemplo, había tareas que las realizaba un trabajador y ahora viene la automatización, la robotización. Y eso fue... sacando puestos de trabajo, viste. Y metieron muchas maquinarias nuevas, mucha digitalización se trabaja mucho con computadoras. Al mismo tiempo también aumentaron mucho los golpes de trabajo (…)”

Para aumentar a produção foi necessário também mudar as embalagens e os próprios produtos como verificamos nos depoimentos a seguir

“Por ejemplo, en la Tita, para darte una idea antiguamente nosotros teníamos un promedio de sesenta, setenta golpes por minuto, te estoy hablando, quiere decir que salen sesenta paquetitos por minuto, es una máquina que despidе continuamente. Y hay una colocadora que es la que tiene en una mesa larga como esta vienen todas las Titas y vienen todas apiladas. Y vos tenés que estibarlas, estibarlas significa que vos tenés que hacer como tipo un acordeón, correr las mercadería. Hacés como tipo un choricito y abastecés la máquina. Lo vas poniendo en el cargador, lo vas poniendo y todo el día estás colocando, colocando, colocando. Y esa máquina es la que despedía en ese momento sesenta, setenta golpes minuto, que vendría a ser sesenta, setenta paquetitos por minuto. Eso lo aumentaron, cambiaron los paquetes, cambiaron la cobertura y dejaron en ciento veinte, para darte una idea, por ejemplo.”

A produção quase artesanal das embalagens foi simplificada e substituída por um sistema automatizado, “*Había personas que, como las cajas eran más manual, vos tenías que hacer el etiquetado, poner el etiquetado, pegarlo con cola. Bueno, todo eso se sacó. Pegarle con una cinta blanca, también se sacó*”.

Em 2000, a Kraft Foods¹⁰⁵ comprou a Nabisco. No “*Anuario de la industria de alimentos y bebidas*”, é apresentado um breve relato do resultado desse processo de concentração, a partir do olhar da Kraft:

As marcas que hoje formam parte de Kraft foram construídas sobre a iniciativa e a criatividade de verdadeiros pioneiros na arte de satisfazer os gostos da vida. A esse seleto clube de criadores, que hoje formam parte da família Kraft, somou-se a contribuição de famílias argentinas pioneiras e inovadoras que levantaram empresas como Terrabusi, Canale, Mayco, Capri e Vizzolini, que popularizaram marcas como Variedad, Anillos, Rococó, Tita, Rhodesia, Express, Cerealitas, Melba, Duquesa, Manón e Mayco. Todos eles, produtos associados a imagens que formam parte da memória coletiva do ser argentino. (COPAL, 2003, p. 52 TN)

¹⁰⁵ No Brasil, a Kraft Foods adquiriu a Lacta em 1996.

Assim como essas marcas fazem parte da memória coletiva dos/as consumidores/as, a fábrica Terrabusi faz parte da memória dos/as trabalhadores/as, ao ponto da narradora, quando menciona as empresas concentradas pela Kraft, dizer: “*Todo eso es de Terrabusi*”. Essa identificação, no sentido de ser “parte da empresa” e de sua história se reflete também nos protestos, quando os/as manifestantes se declaram como trabalhadoras/es de Terrabusi ou de Terrabusi-Kraft.

A primeira luta que retomamos aqui, na verdade, tem dois momentos, e responde a uma luta que também é pessoal para María porque significa ser reconhecida como delegada. Era 1995, tinha sido decretada uma greve da CGT. Ela explica que era com o abandono de tarefas ao meio-dia e a Comissão Interna havia decidido aderir.

“Y, me acuerdo que vino la jefa de piso y me preguntó ¿Y María, qué vas a hacer?. Ella sabía que yo era delegada. Venía a ver qué posición tenía yo. Entonces le dije: No, nosotros hemos decidido retirarnos, vamos a acatar el paro que decretó la CGT. [*A chefe respondeu sem dar importância*] Ah, bueno está bien, me parece bárbaro, suerte. Bueno, y ahí quedó. Ella como diciendo: Bueno, se van a retirar ellos solos (...)”

Foi mais ou menos isso o que aconteceu. No ano seguinte, quando a CGT decreta novamente uma greve, a questão foi discutida com as/os trabalhadores/as diretamente nas linhas de produção. Nossa entrevistada explica que a greve foi motivada pela perda do vale alimentação e por algumas outras reivindicações. Comenta que essa espécie de redução salarial encoberta era uma medida sentida, principalmente, pelas trabalhadoras das linhas de produção, que tinham decidido aderir à greve. Assim, na reunião da Comissão Interna, María Tereza disse que, no seu ponto de vista, a mobilização devia sair do setor de Embalagem. Porém, um membro da Comissão não concordava, “*Y yo le decía que no, que el corazón era de envasamiento, porque era la parte más explotada y porque estaban las mujeres*”. Finalmente, seu argumento prevaleceu e foi chave para o êxito da greve. A cena do ano anterior com a chefe se repetiu:

“Y me acuerdo que vino la jefa también: ¿Y qué van a hacer? [*María adverte*] Mire que a las doce acatamos el paro y nos vamos todos. Me dice: ¡Pero por favor, mirá si se van a ir todos! [*com soberbia*]. Como subestimando, viste. Bueno está bien le digo, espero que no sea una sorpresa para usted. Bueno se fue la tipa, cuando llegó las doce del mediodía. Cortamos todo, abandonamos todo. Se caían las galletitas, las mujeres salían de la línea, era un despelote. Mi compañero estaba admirado porque nunca había visto salir a todas las mujeres a las doce del mediodía, dejar sus puestos de trabajo.”

Lembra que todas se juntaram no centro do Sector de Embalagem e as mulheres esperavam que alguém falasse. Então, “*Chicas, les digo, vamos a recorrer todos los sectores y vamos a sacar a todos los que están en línea*”.

“Y nos fuimos a recorrer toda la planta con toda esa marea de mujeres. Buscamos lo tipos, sacamolos de los baños. Las mujeres los iban a sacar de los baños a los tipos, era re gracioso. Fuimos a depósito, se habían escondido en el baño los varones [*risos*]. Las mujeres entraron: ¡Salgan carneros! ¡Vamos! [*como gritando. Risos das duas*]. Era um lío. Ay, no sabés qué bueno que estuvo eso. Pero eso estuvo buenísimo porque a partir de ahí empezaron a respetarnos a las mujeres, viste, que cuando decidíamos algo lo cumplíamos. Y cuando decidimos hacer el paro acá, nos fuimos y no nos importó nada. Y a partir de ahí empezaron a respetarnos a todas las trabajadoras, a todas las compañeras.”

Novamente, aparece a imagem da maré de mulheres, desta vez no interior da fábrica. María identifica este momento como um ponto de inflexão na relação entre trabalhadores e trabalhadoras, entre trabalhadoras e Comissão Interna, entre trabalhadoras e pessoal de produção (líderes, encarregadas etc.). Comenta que, principalmente com as líderes, a situação sempre tinha sido muito difícil:

“(…) eran unas tipas tan malas, tan malas que parecía que les faltaba el látigo, nada más. Cuando nosotras entramos en el noventa y uno, eran perras que había que aguantar ese ritmo con esas tipas tan hijas de puta que eran en ese momento. Cómo te maltrataban, cómo te decían las cosas, cómo te gritaban.”

A luta como ação política, segundo Arendt (2007) implica “revelação”, a mesma palavra que María utiliza para falar do acontecimento

María: Y ahí hubo una revelación de todas las mujeres que se rebelaron contra toda esa opresión, digamos, y dejaron todo. Línea, galletitas tiradas por todos lados. Un despelote era. Buscamos a todos, y cuando buscamos a todos ahí recién nos fuimos.

Pesquisadora: Qué loco.

María: Y acatamos el paro. **Y la jefa a partir de ahí, viste, ya me miró con otros ojos. Ya no era la María callada o la María sumisa**, que hasta ese momento me tildaba (*rotulava*).

Começa a ser reconhecida pelos chefes, enxergada de uma forma diferente. As mulheres protagonizaram a greve, estiveram à frente e a memória dessa luta, afirma nossa narradora, ficou gravada nelas até hoje: “*Ese fue una cosa extraordinaria (...) le hablás del noventa y seis, del paro y te entran a contar esto. Y a partir de ahí bueno, ya cambió, cambió el rumbo de la historia*”. A ação, segundo Arendt (2007), “cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (id. *ibid.*). Contudo, a pensadora considera que a ação é revelada plenamente apenas para o historiador no seu papel de

narrador da História, “que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes”, e agrega:

Todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade da sua história. Aquilo que o contador de histórias pretende narrar deve necessariamente permanecer oculto para o ator, pelo menos enquanto este último estiver empenhado no ato ou em suas consequências, pois, para o ator, o sentido do ato não está na história que dele decorre. (id. *ibid.*, p.205)

Diferimos dessa visão e das implicações metodológicas resultantes da mesma. Consideramos que a pensadora está se referindo à História com maiúsculas, enquanto nosso interesse, como já manifestado, está nessa outra história, às vezes, não registrada, e, geralmente, invisibilizada. Neste trabalho, tentamos reconstruir alguns episódios dessa outra história, a partir das memórias e experiências de quem vivenciou os acontecimentos, especialmente, a respeito da atuação política das mulheres.

No marco do trabalho com a metodologia da História Oral, narrador e ator costumam ser a mesma pessoa, e a fonte oral é construída na relação entre narradora/sujeito da pesquisa e ouvinte/pesquisadora em forma conjunta, portanto, como foi esclarecido, os objetivos da pesquisa são compartilhados pelos sujeitos envolvidos. Contudo, as finalidades é que podem divergir. No papel de pesquisadora, nosso interesse é ampliar entendimentos sobre a participação política das mulheres, enquanto nossos sujeitos de pesquisa, protagonistas e/ou narradoras podem estar motivadas, como afirmava Laura, na reconstrução da própria vida. Nesse percurso deparamo-nos com registros oficiais que, como afirma D’Antonio (2000), “esforçam-se por quitar valor social e político ao papel das mulheres, mas elas também participaram decididamente em muitos conflitos como os da indústria têxtil, alimentação ou comércio, assim como no terreno político social.” (id. *ibid.*, p.246, TN).

Também, contamos com o trabalho de pesquisadoras/es interessadas/os na “revisão” da própria História e na sua reconstrução, evidenciando o papel ativo que as mulheres tiveram em diferentes conflitos e lutas. Nesse sentido, a mobilização das trabalhadoras de Terrabusi-Kraft, lembrou-nos de trabalhos que reconstroem a participação de mulheres em greves, assim como, principalmente, a permanência desses episódios na memória. Um deles é da pesquisadora Batistina Corgozinho, já mencionado, que em setembro de 2006, entrevistou mulheres que participaram das greves dos ferroviários na cidade de Divinópolis (MG), em 1952. Os depoimentos

coletados pela pesquisadora revelam a “ativa participação das mulheres dos ferroviários, na eclosão, manutenção e conquista de mudanças” (CORGOZINHO, 2008), e, principalmente, a permanência na memória desse fato. Também, como em outros episódios mencionados ao longo deste trabalho, revelam um momento em que se tencionam as representações de gênero, por exemplo, quando as mulheres reagem diante dos homens “fura greves”. Talvez, este seja um dos motivos da “histórica” invisibilidade da participação política das mulheres. Se por um lado, as mulheres podem utilizar o estereótipo do papel feminino para amparar a militância, também podem traspasar os limites do próprio papel, desafiando a ordem imposta pelo sistema de sexo-gênero: entrar no banheiro masculino para tirar os fura greves, ou como na greve de 1952, perseguir os homens com a ameaça de “pôr saia” (CORGOZINHO, 2008). Também, D’Antonio (2000), em “*Representaciones de género en la huelga de la construcción. Buenos Aires, 1935-1936*”, registra:

Boa parte das mulheres teve um papel muito ativo neste processo, não apenas porque assumiram rapidamente as tarefas de solidariedade e manutenção da greve senão também porque em muitas oportunidades se enfrentaram com a polícia, com os “carneiros e carneiras”, com o cárcere etc. (D’ANTONIO, 2000, p.255, TN)

A segunda luta que retomamos aqui das trabalhadoras de Terrabusi-Kraft, aconteceu pouco após a empresa ter passado às mãos da Kraft Foods¹⁰⁶. María Tereza explica que uma das políticas de recorte de gastos programada era a extinção da creche que funciona na fábrica.

“(…) cuando viene la Philip Morris lo que argumenta es que como... como cada chico le salía muy caro pagar. Ellos por cada chico pagaban, no sé, una suma de dinero, que representaba mucha plata en ese momento y era todo un gasto el tema de la comida, de los pañales, de bancarlos ocho horas, de tener maestra jardinera, de esto, de aquello. Bueno, eso equivalía a una suma muy grande, y que ellos veían, en ese momento, de poder sacar el jardín. Entonces, le iban a dar una suma de dinero a las madres, que cada una se arreglara como pudiera con esa suma de dinero.”

¹⁰⁶ Na pesquisa bibliográfica nos deparamos com uma matéria intitulada “*Los trabajadores de la fábrica argentina Terrabusi denuncian la toma de las instalaciones por la policía bonaerense*”, com data de 4 de dezembro de 2000. “*La Comisión de Reclamos Interna de Terrabusi (Planta Pacheco -Provincia de Buenos Aires) denuncia que la fábrica fue ocupada el día 1 de diciembre por efectivos de la policía bonaerense convocados por la patronal para intimidar al conjunto de los trabajadores. La multinacional Nabisco está en víspera de transferir la empresa al grupo Phillip Morris, sin ningún compromiso de estabilidad laboral para el actual personal y desconociendo los mismos en qué condiciones habrá que trabajar.*” Disponível em:< <http://informativos.net/Noticia.aspx?noticia=23695>>, consultada em 02 jan. 2009.

Para nossa entrevistada, essa medida entrava em contradição com a política histórica da empresa de contratar mulheres e, principalmente, implicava dar um passo atrás nos direitos obtidos na luta das mulheres que as antecederam. Precisamente, o estabelecimento de creches nas fábricas data da década de 1930. Segundo Lobato (2000), em 1924, foi modificada a lei de Alfredo Palacios¹⁰⁷, que regulamentava o trabalho feminino, estabelecendo que “nas empresas de mais de cinquenta operárias deviam se instalar creches”. Antes dessa década, quase nenhum dos grandes estabelecimentos industriais da Argentina contava com creches. Assim, as mulheres enfrentavam sérias dificuldades para conciliar trabalho e as obrigações familiares, que não se lhe apresentavam ao varão, decorrentes da maternidade (id. ibid.).

No parecer de María Tereza, a creche era um direito que tinha que ser mantido para as trabalhadoras que eram mães e para aquelas que, em algum momento, escolhessem sê-lo. Explica que, nesse momento, também havia certo mal-estar das mães com o tratamento que as crianças recebiam. A psicopedagoga encarregada, segundo María, era uma pessoa soberba que não se preocupava com as crianças, “*A parte era como que tenía ahí un depósito de chicos, era un depósito de, eran las obreras, un depósito de las obreras*”.

Ela e a outra delegada da Comissão Interna conversaram com as mulheres que, inicialmente, acharam “interessante” receber esse “bônus” para pagar a creche, e lhes sugeriram que pesquisassem os custos do serviço. Também, advertiram-lhes que, geralmente, os horários de funcionamento de uma creche eram incompatíveis com o horário de trabalho delas na fábrica. Quando as trabalhadoras pesquisaram, descobriam que a quantia de dinheiro que a fábrica lhes oferecia era menos da metade do valor exigido por uma creche.

“(…) le dijimos: bueno chicas, el tema está en nosotras si vamos a defender este jardín, porque este jardín lo necesitan, todas los necesitamos. En muy pocos trabajos tenemos un jardín maternal y este es uno de los pocos lugares donde hay un jardín, ¿lo vamos a defender o no?, ¿o vamos a permitir que se lo lleven? ¿Y dónde vamos a dejar a los chicos? (...) Y entonces nos decidimos con todas las madres, con todos los chicos, y fuimos y hicimos una movilización a la Gerencia.”

¹⁰⁷ Em 1907, foi sancionada a primeira lei protetora da mulher operária, o projeto tinha sido apresentado por Alfredo Palacios, deputado socialista ao Congresso Nacional, e estabelecia: “a jornada de oito horas, o descanso dominical, a proteção da moralidade e a saúde das mulheres, a proibição de contratar pessoal feminino nas indústrias perigosas e insalubres; proibia-se o trabalho feminino noturno, se estabelecia um tempo para que a mãe pudesse amamentar a seus filhos e um período de não trabalho, pré e pós-parto que na prática se restringia pois não se garantiam os ingressos à mãe operária” (LOBATO, 2000, p.110, TN)

Nessa mobilização de trabalhadoras, trabalhadoras/mães e crianças, manifestaram à Gerência: “*Que nosotras no estábamos de acuerdo en que sacaran el Jardín Maternal y que íbamos a luchar cómo sea para mantener ese jardín*”, e apresentaram outras reivindicações para melhorar a situação das crianças nesse espaço. Finalmente, dirigiram-se ao prédio da creche. A psicopedagoga abandonou o cargo; a Gerência desistiu do recorte. Ao recordar o acontecido, María afirma: “*Fue una lucha muy linda que hicimos con las madres de la Guardería*”, e menciona algumas das melhoras obtidas a partir da mobilização.

“Y se pidió que haya más salitas, se agrandó el jardincito, se pidió más salas, se pidió más lugar, se hizo un espacio recreativo para los chicos con hamacas, con juegos afuera un lindo parque que pusieron atrás. Se hicieron juegos didácticos... vino un profesor de música, a cantar con los chicos, se hizo una huertita, y a los chicos se les enseñaba el valor de las verduras. Bueno, y después se les hacían paseos a los chicos, porque cada tanto se les dan paseos que salen afuera a ver un zoológico o a ver una granja o a ver, los llevan a visitas didácticas.”

A manutenção da creche viabilizou o cumprimento de outros direitos das trabalhadoras que eram mães, tais como o horário para amamentação. Nossa entrevistada afirma que atualmente as mães estão mais satisfeitas com a creche, pois “*poco a poco se fue viendo que era una necesidad el jardín de mantenerlo, de pelearlo, bueno porque esa era, esa era una de las cosas que nos favorecía a nosotras como trabajadoras*”.

O terceiro episódio que reconstruímos aqui se desenvolve no marco de um processo de luta que se prolongou por várias semanas, e que envolveu diferentes formas de mobilização, como: piquete (bloqueio da autopista Panamericana, em local próximo à fábrica, ponto de acesso ao Parque Industrial), mobilizações dentro da fábrica, greve geral dos três turnos com permanência no estabelecimento e várias assembleias gerais. Aqui focalizaremos na greve, iniciada no dia 31 de maio de 2007, por constituir um ponto central no relato de nossa entrevistada, que afirma:

“Y nosotros tuvimos luchas muy importantes. En el último período que fue el año pasado (2007)... se daba una situación en que había muchos pibes que entraban por agencia, contratados. El año pasado tuvimos cerca de seiscientos compañeros que estuvieron por agencia un año y medio. Era mucho tiempo y los pibes necesitaban el laburo.”

Cabe assinalar que, embora a “antiga” Terrabusi sempre recrutasse pessoal através de agências, atualmente, altas porcentagens de pessoal contratado em forma

temporária e de terceirizados¹⁰⁸ revelam uma situação de precarização dos postos de trabalho e são possíveis no marco um processo profundo de flexibilização laboral.

Segundo María Tereza, a fábrica tinha anunciado que haveria algumas demissões e a Comissão Interna tinha-se posicionado contra, considerando que os/as trabalhadores/as necessitavam do emprego e, principalmente, que fazia um ano e meio que estavam trabalhando por agência e, portanto, deveriam ser efetivados e não demitidos. Contudo, alguns começaram a receber a notificação de demissão da agência. Assim, decidiram entrar em contato com membros da Comissão Interna. Na comunicação, via mensagens de texto, perguntavam o que fazer; os delegados “*les dijimos: Véngase todos a la puerta*”.

“(…) esa noche cuando yo entré, viene mi compañero, de la Comisión Interna y me dice: María mirá que están viniendo chicos que tienen un año y pico y están todos en la puerta. ¿Cuántos son?, le digo. Me dijeron que pueden ser seis o siete. No, me dice, son más. Bueno vamos hasta la puerta. Y nos fuimos. Había treinta personas del lado de afuera, todos con los telegramas, que por falta de gas no podían entrar más y la agencia los había llamado por teléfono también, avisandolé que no podían, que ya ni se presentaran directamente a la fábrica.”

Como delegados da Comissão Interna, María e o companheiro consideraram que não podiam ser demitidos assim, em virtude do tempo trabalhado.

“Miren chicos, [*aclara*] les hablé yo a los pibes en ese momento, miren chicos la mano viene así: Acá la empresa avisó que iba a haber algunas bajas, ellos hablaron de seis personas, pero ustedes no son seis personas. Nosotros estamos de acuerdo con el reclamo que ustedes están haciendo, que necesitan el trabajo y que están hartos de ser manoseados, tienen razón. Entonces lo que vamos a hacer ahora, quedensé acá, no se vayan, sigansé mandando mensajes de texto con los compañeros que faltan todavía, díganlén a todos que se presenten aquí en la puerta. Nosotros no nos vamos a ir, porque esta Comisión Interna nunca los dejó tirados, ni los va a dejar tirados tampoco. Entonces lo que vamos a hacer es, cuando se descuide la vigilancia, los vamos a entrar a todos. Por la fuerza. ¿Ustedes están de acuerdo? [*Eles*] Y sí, nosotros queremos el trabajo, decían todos los pibes y las pibas que estaban ahí. Bueno entonces no se hagan problemas, nosotros los vamos a hacer entrar, como sea.”

Explica que na época a porta de entrada tinha uma espécie de catracas. Assim, esperaram o momento em que os guardas se distraíram e avisaram-lhes:

¹⁰⁸ Observaremos no relato de María Tereza uma diferenciação entre contratado por agência e terceirizado. No primeiro caso, trata-se da contratação por uma empresa de serviços eventuais que se dedica ao recrutamento de mão-de-obra, sem se especializar em uma área de produção, apenas no fornecimento de mão-de-obra para os diferentes setores produtivos; com a possibilidade de ser efetivado na empresa receptora. No caso do terceirizado, ocorre a transferência de parte do processo de produção a fornecedores especializados na atividade, com o objetivo de reduzir custos, mantendo a empresa o foco na sua atividade-fim.

“Chicos es ahora o nunca, vamos. [pequena pausa] Y vinieron todos los pibes corriendo, nosotros corriendo, uno de los vigilantes le quiso agarrar el brazo a uno de los compañeros y me metí yo y le dije: Con los pibes no, a los pibes no los tocás, así que andá y decíle a tu jefe que van a pasar igual. Soltá el pibe y le manotíé el brazo, viste, dejálo al chico. Y nos fuimos todos para adentro y nos amotinamos todos adentro de la fábrica.”

Comunicaram aos companheiros a determinação que tinham tomado e disseram aos jovens que se vestissem com a roupa de trabalho, e se apresentassem nas linhas de produção. Mas, quando foram às linhas, a pessoa encarregada disse-lhes que tinham sido despedidos. Novamente, apresentaram-se com a Comissão Interna perguntando o que fazer. María disse: “*Y vamos a tener que parar toda la fábrica. Nos fuimos a la parte de amasadora, a la tolva, donde largan la harina del amasado y paramos toda la fábrica y llamamos a asamblea general*”. Na assembleia, informaram a todos os trabalhadores e trabalhadoras o acontecido e perguntaram se concordavam em defender os postos de trabalho dos/as companheiros/as “temporários/as”, e que seria incorporada a demanda de aumento salarial que tinham nesse momento. Houve votação e todos/as concordaram em manter a greve.

María narra: “*Paramos a las doce de la noche y eran las cinco de la mañana y seguíamos parados. Los jefes estaban como locos [risos] Iban y venían, llamaban a todos, al mundo. Entraban, salían, no sabían qué hacer*”. As horas foram se passando e a fábrica continuou paralisada. Começaram a ingressar os/as trabalhadores/as do turno da manhã. O pessoal demitido se autoconvocou na entrada da fábrica. Novamente, foi realizada uma assembleia geral. Explicaram o motivo da greve e as reivindicações que estavam sendo levantadas.

“Estamos de acuerdo o no estamos de acuerdo, pongamos a votación, si alguno quiere decir algo la asamblea está abierta. Digan lo que tengan que decir, compañeros, no hay ningún problema. Pero, en este momento están llegando los compañeros de la mañana, están en la puerta. Ustedes ¿qué dicen, los vamos a ir a buscar o no? [como gritando] ¡Sí, vamos a buscarlos!. Fueron todos los del turno mañana con el turno noche y abrieron el portón de prepo (à força) y los metieron a todos sus compañeros. Fue una lucha extraordinaria [emoção] Se me pone la piel de gallina cuando la cuento, porque la verdad que fueron cosas extraordinarias las que pasamos ahí con la gente.”



Fotografía 39. Trabajadores/as de Terrabusi-Kraft durante a greve. Fonte: www.pts.org.ar

O mesmo aconteceu com as/os trabalhadoras e trabalhadores do turno da tarde. Às seis da tarde, continuavam parados.

“(…) habíamos bloqueado todo, la puerta de acceso de los camiones, que no entre ni salga ningún camión. (...) Los directivos estaban como locos. Vino el vicepresidente de la compañía a hablar con nosotros, que: ¿Cómo puede ser esto?, me pararon toda la producción, necesitamos laburar, que... [Respondendo-lhe] Bueno, la gente necesita el aumento y necesita que esta gente quede efectiva. [O vice-presidente] No, pero no podemos ustedes saben que hay una crisis en el país, el tema del gas, que esto, que aquello. [Respondendo-lhes] Mire señor, nosotros acá vemos que la gente hace falta. Los puestos están, entonces no nos vengán a versear con el tema del gas.”

No final da tarde, o Ministério do Trabalho chamou a Comissão Interna para uma audiência com a empresa e o sindicato. Na conciliação obrigatória, conseguiram a efetivação dos/as contratados/as por agência e o aumento salarial. Quando a Comissão Interna anunciou os resultados aos/as grevistas, segundo Campos (2007), “*Hubo un festejo impresionante de toda la planta. Saltos, gritos y llantos. Los compañeros de agencia se paraban en las tarimas y gritaban: ¡Gracias, gracias a todos ustedes! ¡Viva la unidad de los trabajadores! ¡Unidad de los trabajadores y al que no le gusta se jode!*” (id. *ibid.*). O jornalista qualifica a greve de “fato histórico” e agrega:

Para tener una idea, cuando se le preguntó a uno de los obreros más viejos de la fábrica (30 años de laburo) si había vivido algo así en su vida, dijo: “si muchachos, en 1974-75 acá hubo varios paros como este, ahora hay que demostrar que estamos muy unidos”. En Terrabusi, la recomposición del movimiento obrero, tanto social como en su conciencia, salió a la luz. (CAMPOS, 2007)

Pouco menos de uma semana antes, o economista Alfredo Zaiat tinha-se referido a essa “recomposição do tecido laboral”, possibilitada por novos arranjos uma representação sindical, com posições políticas de esquerda, que não responde à

condução, e num marco de estabilidade econômica (ZAIAT, 2007a). Citando um bloqueio de rodovias realizado pelos trabalhadores de Terrabusi-Kraft, em que se reivindicava um aumento salarial superior ao acordado pelo sindicato e a efetivação de terceirizados e contratados por agência, o autor reconhecia que, embora se tratasse de ações minoritárias no universo sindical:

São expressões que vão modificando o cenário das relações capital-trabalho. Esta tendência emerge após uma profunda crise econômica e social com ainda uma extensa reserva excedente de mão-de-obra – sub e desempregados –, uma parte importante dos trabalhadores não registrados – em negro – e uma faixa considerável de empregados independentes de baixos ingressos –autónomos–. Os maiores e menores níveis que registram esses indicadores vão definindo os limites do conflito. (id. ibid., TN)

Assim, as demandas de trabalhadores e sindicatos serão cada vez mais complexas e orientadas não apenas na recuperação do salário após a crise, senão numa recuperação do salário real para lidar com a inflação e, ainda mais, para melhorar a distribuição do crescimento e da produtividade (id. ibid.). Há, também, a identificação de mudanças no comportamento destes atores sociais, no sentido de melhorar as condições de emprego e atenuar a precarização laboral (PALOMINO & TRAJTEMBERG, 2006). Essa nova orientação, segundo os autores citados, reflete-se na resolução dos conflitos trabalhistas, em virtude de que nos acordos coletivos, a disposição sindical é incorporar o pessoal terceirizado. Este dado revela o intuito dos sindicatos de “controlar a oferta laboral”, ao invés de delegar essa responsabilidade ao Estado, como aconteceu na década de 1990 (id. ibid.).

No caso de Terrabusi-Kraft, o conflito se iniciou com a demissão de cem trabalhadores contratados por agência e a ameaça de mais demissões,

Agora encerramos um acordo com todos dentro. Com um aumento que chega com as paritárias a 31,5% (insuficiente pelos baixos salários que temos), e a decisão de eleger delegados por setor. Ao mesmo tempo, os companheiros efetivos devem reconhecer que o que conseguimos o devemos em grande parte à combatividade e rebeldia destes jovens, que foram chaves no bloqueio da Panamericana e em toda a luta. E que nossa força esteve em unir nossa justa reivindicação de salário com a defesa do posto de trabalho dos companheiros temporários e de agências. E os jovens têm que reconhecer que sua luta pela efetivação se potencializou quando se uniram os companheiros efetivos. (COMISIÓN INTERNA TERRABUSI-KRAFT, 2007, TN)

María reflete que a lição que ficou para todos foi que “*si nos uníamos y si luchábamos estábamos en el camino correcto. Pero todos juntos*”. Esclarece, também, que nem sempre foi assim,

“A veces ganamos y a veces perdemos también. No es que ganamos todas, ¿eh?. A veces perdemos. [Pausa]”

P: ¿Qué perdés?

María Tereza: Y nosotros por ejemplo tuvimos una lucha en dos mil, más o menos. Fue una lucha que fuimos a un paro, viste estábamos pidiendo una reivindicación y en ese momento no se movilizaba nadie. Nadie salía a la calle, nada. Y estábamos pidiendo un aumento salarial. Y vino un grupo de compañeros que, lo que ellos creían que había que hacer asambleas y había que hacer tal cosa y había que bajar los golpes de las máquinas. Y un error nuestro que fue el de no consultar con los trabajadores. Nos guiamos por este grupo nada más. Entonces la patronal nos golpeó, despidió a compañeros y después la gente no quería involucrarse porque decía: Si me involucro me van a echar.”

Essa também foi uma luta muito marcante para ela; a lição, em certo sentido, foi semelhante,

“(…) no podemos hacer nada sin la consulta previa de los trabajadores. Si ellos están de acuerdo vamos a bajar los golpes de las máquinas, si ellos están de acuerdo vamos a hacer tal lucha, si ellos están de acuerdo vamos a parar. No cortarnos nosotros, sin consultar.”

Nessas lutas, ela foi se revelando aos outros e a si mesma, foi se formando como militante. Assim, afirma:

“Yo creo que lo que ayudaron fue la práctica también, la práctica que uno fue haciendo a través de múltiples movimientos, de las luchas. Yo creo que eso fue también ayudando también. Vos te ibas fortaleciendo. Fortaleciendo en tus reclamos y cada vez que vos conseguías algo... te estimulaba también, porque conseguías algo para los compañeros [*Chegada da sobrinha. Comprimentos*]. Entonces eso te fue estimulando de conseguir cosas para la gente, de vos veías que podías, siempre y cuando hubiese unidad de la gente y la luchabas, encabezabas.”

“*acá uno tiene que luchar hasta que nos lleven a un cajón*”

Com quase quatorze anos de militância, María Tereza reconhece que houve vários avanços na situação das mulheres trabalhadoras da fábrica. No caso da representação sindical na Comissão Interna, conseguiram implementar uma cota para mulheres. Atualmente, dos onze membros da Comissão, seis são mulheres, sendo que eram apenas duas, quando ela ingressou. Em termos de participação, afirma que se trata de uma luta constante, na fábrica, na CCC e no Partido, pois “*vivimos en una sociedad donde bueno la sociedad te marca pautas y, te marca que la mujer a veces no puede acceder a lugares políticos*”. Assim, considera que o engajamento das mulheres é muito valioso e precisa ser maior. Pensado em dificuldades concretas, afirma:

“(…) está el tema de la familia, los hijos, el marido [*em crescendo*] (...) ¿Para qué te vas a quedar después de hora en la fábrica?, ¿qué tenés que hacer? Por ejemplo, era una trabajadora delegada. ¿Para qué?, ¿qué te tenés que quedar a

hacer? Estás perdiendo el tiempo ahí. Vos por ahí podés decirle: No, me tengo que quedar porque hay una reunión en la fábrica y es muy importante porque estamos viendo el tema salarial y estamos viendo el tema de lo que van a dar para las fiestas. [O marido] No, pero vos tenés que venir a casa, están tus pibes, qué sé yo. Está esa discusión, por eso a veces es difícil convencerlas a las compañeras de que también es, tienen que ser protagonistas.”

Considera que también existe o medo de se envolver, “*Como que cuesta dar ese pasito*”. Segundo ela, esse medo às vezes é fruto da própria ação de um sindicato aliado aos patrões. Mas também, muitas vezes, a própria família pretendendo ajudar, acaba por paralisar, “*No te metás, no andés jodiendo en la fábrica, te van a rajar, cuidá el laburo, no hagas esto, no hagas lo outro*”. Esse temor da demissão é maior nas mulheres que são chefes de família:

“Te podrás imaginar para una mujer que es único sostén de familia, que mantiene a los pibes y que tiene su casa y todo sobre sus espaldas y que tu familia te diga todo eso, vos lo vas a pensar cien mil veces. Antes de que meterte en una lucha o hacer un paro, o hacer esto o hacer lo otro. Entonces eso cuesta, viste, y hay que debatir. Lo que pasa es que nosotros a veces lo que le decimos a los compañeros: Bueno cosas que vos no lo decidias lo van a decidir otros por vos. Entonces te tenés que involucrar, tenés que participar. Y ahí está el debate. Y ahí vamos [*Risos das duas*].”

Questões importantes desta discussão e da ação de mobilização das mulheres trabalhadoras, empreendida por nossa entrevistada, são a compreensão dessas dificuldades, desses obstáculos e a valorização dos espaços de diálogo, de debate para construir possibilidades de ação. Assim, conseguiu que muitas mulheres se aproximassem, participando e compreendendo a importância de decidir a respeito de questões que as envolvem como trabalhadoras e de defender seus direitos,

“(…) porque tenemos obligaciones como trabajadores, nadie dice que no, pero también tenemos derechos. Y esos pocos derechos que tenemos los tenemos que defender como sea, frente a alguna injusticia tenemos que defendernos, frente a algún atropello de la patronal, frente a algún atropello de los líderes, de los encargados. Tenemos que defendernos y por lo menos tratar de defender lo poco que tenemos.”

Esse envolvimento contribui para o empoderamento das trabalhadoras, pois, segundo María Tereza, muitas de suas companheiras aprenderam na prática e “*la mujer empezó a tomar otra jerarquía, digamos, se la empezó a respetar como mujer, ya no hubo más acoso de los líderes, de los jefes, se terminó, se terminó todo eso. Ya se las respetaba más a las mujeres, como trabajadoras*”. Contudo, reconhece que ainda há

muito no que avançar. Uma questão central é a diferença salarial entre homens e mulheres, explica:

“El Convenio lo que argumenta es que la mujer puede llegar a tener una categoría de medio oficial y el hombre realizando la misma tarea de oficial calificado. Entonces, ¿por qué existe esa diferencia? Es discriminación hacia las mujeres lo que argumentamos nosotras, porque si realizan los dos la misma tarea, por qué no le pagás la categoría que corresponde. Si le diste a un hombre de oficial calificado, ¿por qué a la mujer no? ¿Está en menores condiciones, no está capacitada la mujer, o es la discriminación? [*pequena pausa*] Por ejemplo, eso te digo a nivel fábrica (...)”

Segundo Lobato (op. cit.), a desigualdade salarial que se mantém até o presente se fundamenta nos mesmos argumentos que se consolidaram no início do século XX. A habilidade manual foi considerada quase a única qualidade valorizada nas mulheres, embora existissem alguns “matizes”, geralmente, eram destinadas a tarefas “*pouco qualificadas*” (id. *ibid.*, p.107). Essas assimetrias de gênero se cristalizaram na própria linguagem laboral

As palavras peão, peão prático, *semi-qualificado* e qualificado, aparentemente neutrais, se carregavam de conteúdos de gênero no exercício cotidiano das atividades e em teoria eram iguais, mas quando se estabeleciam os salários para cada uma dessas categorias saltavam as diferenças na valorização do trabalho realizado por homens e por mulheres. (id. *ibid.*, p.106, TN).

A autora salienta que a caracterização do trabalho das mulheres foi central no debate entre operários e empresários, a partir do final do século XIX. Por um lado, a qualificação do trabalho da mulher como “auxiliar”, possibilitava que os empresários se negassem a equiparar os salários, por outro, permitia que os homens mantivessem seu papel de provedores das necessidades da família, “não importava que houvessem mulheres chefes de família ou que seus salários foram o principal sustento de uma família” (id. *ibid.*, p.107). Na década de 1930, quando se assinaram os convênios coletivos “A manutenção da desigualdade salarial representava um ponto de acordo entre os empregadores e as organizações dos grêmios, dirigidas pelos varões” (id. *ibid.*, p108).

Outro motivo de luta, que data dessa época e que ainda não conseguiram fazer cumprir é a “*Ley de la silla*”, uma proposta de Alfredo Palacios promulgada pelo Congresso ao final do XIX, porque ainda trabalham oito horas de pé” (DOWEK, 2008).

Nestes anos de militância, María Tereza ganhou o reconhecimento de seus companheiros e companheiras que afirmam que nunca tiveram um delegado como ela

(DOWEK, 2008), e costumam dizer-lhe: “*no te vayas nunca*”. Também, alguns companheiros insinuam que ela vai se aposentar no cargo, pois é difícil encontrar alguém que possa substituí-la. Ela sempre esclarece que não pretende se aposentar sendo delegada,

“Hay muchos compañeros y compañeras que están capacitadas para reemplazar. No hay ningún problema compañero. (...) Yo le digo a las compañeras: Ojalá que haya muchas compañeras que quieren protagonizar, que se metan. Porque eso, esto hay que tomarlo como un laburo y tomarlo con responsabilidad.”

Quando conversamos sobre os planos para o futuro, afirma que o tema é continuar lutando e se desvenda o sonho: ser dirigente do sindicato geral da alimentação. Considera que, atualmente, os sindicatos foram desvirtuados de sua função que é representar os trabalhadores. Nesse sentido, questiona:

“(...) y vos te ponés a preguntar, ¿por qué la mayoría se ha desafiliado al sindicato? Porque no quieren saber nada con un descuento sindical que no les favorece para nada y por otro lado no les beneficia para nada. Entonces vos ves que todos los meses o todas las quincenas te descuentan el 4,5% ¿y esa plata dónde va a parar? A los bolsillos de ellos, porque después no hacen ninguna obra, no mejoran la obra social, no mejora nada y no tiene ningún beneficio. Entonces la gente qué te dice: ¿yo le voy a dar plata a esos chorros? (...)”

Reconhece que, assim como ela pensava dessa forma, os companheiros, às vezes, não enxergam que é necessário se organizar e recuperar esses sindicatos das mãos de dirigentes corruptos, como “*Daer¹⁰⁹ un tipo que ya no es sindicalista, y ni siquiera es jerarca sindical, es un tipo empresario que tomó al sindicato como a una empresa, ha metido a toda su familia ahí. ¿Y eso no te da bronca?*”.

Reflete que também os dirigentes sindicais se afastaram da realidade de um trabalhador que ganha mil e trezentos pesos e gasta setecentos para pagar o aluguel, e como um companheiro questiona: “*¿y qué cómo yo? Entonces la única comida es la que tengo acá. Que gracias a la lucha de todos los compañeros tenemos un comedor con comidas calientes dentro de la planta*”. María Tereza afirma que nem sempre isso foi assim e, neste ponto, reaparece a memória herdada:

“Porque antiguamente mi viejo, me decía: Hija los sindicatos eran para los trabajadores. Vos tenías el sindicato para qué, para conseguir un remedio, para conseguir algún beneficio para vos y tu familia, vos conseguías un hotel para ir con tu familia. El sindicato era eso, y era una herramienta de lucha para los trabajadores en su momento.”

¹⁰⁹ Em 2005, Rodolfo Daer foi processado por administração fraudulenta. Uma matéria publicada em 5 de junho de 2005, no jornal *Página 12* sob o título “*Las cuentas del Secretario General de la CGT. Daer, procesado por fraude*”, a medida judicial estava motivada na “suspeita de que tinha ficado com 2 milhões e meio de dólares do grêmio”. O dirigente tinha vendido um prédio destinado ao lazer dos afiliados, e a juíza María Cristina Bértola, resolveu ditar o embargo de seus bens em 10 milhões de pesos.

Nesse sentido, outros objetivos de luta mencionados estavam orientados a recuperar a antiga representação sindical na fábrica através dos delegados de setor. Esta medida de eleger delegados por setor reverteu uma perda provocada pelo sindicato que *“de un día para el otro el sindicato dijo que no se necesitaba más eso, delegados de sector. Que fue en el año noventa y tres, más o menos”*.

“Nosotros antiguamente teníamos un cuerpo de delegados, donde había sesenta, tenías un delegado por sector, que ese delegado del sector era que ayudaba en las tareas gremiales, en los reclamos, en que te faltan horas en la quincena, o te faltó el premio, múltiples reclamos o reclamos de la línea. Que, qué sé yo, que falta un ventilador, que falta un bebedero, los golpes de la máquina están muy altos y hay que bajarlos, fijáte los ritmos, hay una compañera que está embarazada, bueno hay que ver la tarea adecuada para esa compañera, embarazada. O una compañera que tiene, tiene tareas livianas, bueno hay que ver también la tarea adecuada para esa compañera que tiene tareas livianas que no puede estar en plena producción.”

Os/as delegados/as, que sempre tinham pertencido a uma linha de produção, passaram a suplantiar esses delegados de setor e, conseqüentemente, em virtude da quantidade de trabalho, tiveram que sair da linha. Em 2007, uma das resoluções após a greve foi escolher delegados por setor, para recompor a “antiga estrutura”.

“Entonces lo que hicimos fue una consulta con los compañeros y los compañeros dijeron que sí, que efectivamente hacían falta más delegados, porque la empresa, como toda empresa, quiere tener su ganancia, hacer su producción, súper explotarte y pagarte un sueldo miserable. Toda empresa tiene esa mentalidad. Y bueno, entonces cada vez fueron avanzando más y los compañeros tenían la necesidad de organizarse.”

A medida da Comissão Interna não contava com o aval do sindicato. Candidataram-se cento e cinquenta e quatro delegados, quarenta e quatro dos quais foram escolhidos pelo conjunto dos trabalhadores. Atualmente, lutam para conseguir o reconhecimento legal dos representantes eleitos.

Quando entrevistamos María Tereza, demissões, férias obrigatórias e outras medidas adotadas pelas fábricas eram notícias do dia. Assim, ela refletia que com a crise que estava ocorrendo em nível mundial, vinha uma época difícil. As notícias da mídia geravam incerteza nos companheiros e companheiras, saber *“que cayó la bolsa, que esto, que aquello, que hay miles de despidos acá, que la General Motors, que la Ford, que esto. Entonces eso también te impacta y te paraliza, digamos. Y entonces está ese miedo a perder el trabajo”*. Contudo, tinha certeza de que seus companheiros estavam dispostos a lutar pelo emprego, pois ninguém queria voltar a viver uma situação semelhante à crise de 2001, quando no país houve muito desemprego e demissões.

Assim, seu plano principal para o futuro era “*seguir luchandolá. Yo lo que les digo siempre a las compañeras: Miren compañeras acá uno tiene que luchar hasta que nos lleven a un cajón, porque la vida es así, el que no lucha nunca va a ganar nada, podés perder también, pero si no la luchás...*”

“Las mujeres somos la avanzada en muchas luchas”¹¹⁰

A guisa de síntese, em lugar de retomar o percurso realizado ao longo das páginas precedentes, optamos por rematar as discussões levantadas neste trabalho a partir da composição de um mural sobre a participação política das mulheres. Tomamos como ponto de partida o mural realizado por Graciela Centurión, construído a partir de imagens de jornais. Sua obra tem como tema o protesto e nos oferece uma espécie de cenário aonde se desenrolam os itinerários de participação política de nossas entrevistadas, pois reflete mais de uma década de mobilizações.



Fotografia 40. Mural de Graciela Centurión.

Fotografia realizada pela pesquisadora. Dezembro de 2008.

Como o mural trata do protesto, é possível encontrar nele várias pessoas representadas: desempregados convertidos em piqueteiros; a classe média afetada pela retenção dos depósitos bancários, o “*corralito financiero*” de dezembro de 2001; os produtores/as agropecuários/as que realizaram bloqueios de rodovias, a partir do aumento dos impostos às exportações, entre outros. Na obra, a violência ocupa quase todos os espaços, representada em personagens, gestos e estruturas, abrangendo uma alusão mais ampla ao sistema de controle e repressão do Estado. Nessa representação do protesto, também estão encarnadas as reações perante esse sistema de repressão ativa, “*alguien que corre, alguien que quiere pelear por allá*”, outros indiferentes, de costas, a mão que “acusa” etc. Diante dessa conjuntura, as únicas mulheres representadas estão mais afastadas, num grupo atrás de um trator, na parte superior direita.

¹¹⁰ Frase do discurso de María Tereza Rosario proferido em 30 de abril de 2008, em razão do 40º Aniversário do *Partido Comunista Revolucionario* (PCR) da Argentina e das comemorações do Dia Internacional do Trabalhador.

A autora esclarecia que se tratava de uma obra inacabada, “*Sí, falta, más bien la protagonista, la principal ahora, ¿no? (...) creo que cada vez hay más protestas y más mujeres, más mujeres, viste. Es lo que está faltando acá*”. Sua experiência de participação animava o ensejo de tornar visível essa presença das mulheres. O mural corroborava nossa hipótese da invisibilidade feminina e abria, também, um espaço para contribuir com os dados da pesquisa aqui apresentada. O processo de reconstrução das trajetórias de Laura, Ema, Norma, Eleuteria, da própria Graciela e María Tereza forneceram as imagens para isso.

Todas, em algum momento e por diferentes motivos, precisaram do Estado, de alguma instituição pública, da intervenção de um funcionário etc., assim começaram percorrendo os caminhos da burocracia, batendo às portas de ministérios, prefeituras, fóruns. Nenhum funcionário/a as ouviu, nem as recebeu ou quando o fizeram foi para tratá-las com descaso, pejorativamente. Elas sentiram-se impotentes, injustiçadas.

Talvez, à primeira vista, a Praça de Maio lhes pareceu um campo de batalha, como reflete o mural. Tiveram medo. Porém, outras mulheres há mais de duas décadas marchavam lá, todas as quintas-feiras. Talvez por isso e/ou, talvez, desenterrando o fio de uma memória mais longínqua, um grupo decidiu marchar com um trator até a Praça. Algumas, em outros estados, bloqueavam rodovias; obstruíam leilões; outras em bairros mais próximos eram voluntárias e/ou beneficiárias em refeitórios e guarda-roupas comunitários, organizavam *ollas populares*; outras tomavam fábricas e saíam para bloquear rodovias.

Começaram empreendendo algumas ações para assegurar a sobrevivência, mas pouco a pouco, passaram a defender seus direitos. Protestavam porque foram tratadas com injustiça, porque lhes mataram um filho, porque seu patrimônio estava em perigo, porque sentiram que deviam acompanhar outras que saíram, porque o marido ficou desempregado, porque elas próprias não conseguiam emprego, porque o salário não dava para viver etc. Paradoxalmente, eram ações ou omissões “masculinas” que, segundo elas, forçavam-nas de tal modo que as obrigavam sair.

Suas trajetórias são reveladoras do impacto do neoliberalismo em diferentes dimensões da vida cotidiana. Como afirma Enrique Dussel, voltam-se contra o sistema e procuram sua causa. Assim, refletem e reflexionam sobre o impacto das mudanças “macros” em suas vidas. Contudo, revelam-se cientes de que sua situação atual não esteve determinada apenas por essas condições objetivas, senão também pela própria trajetória familiar. Nesse sentido, o conceito de experiência enriquece a análise das

trajetórias, na medida em que a ação dessas mulheres está assentada naquilo que elas *trazem*, isto é, suas experiências, forjadas no contexto dos padrões do gênero masculino, enquanto dominantes. Portanto, suas lutas são dirigidas nos dois sentidos: para dentro (espaço doméstico, familiar) e para fora (espaço público).

Assim, também, os primeiros passos no itinerário político desencadearam, na maioria dos casos, uma série de reações para tentar “encaixá-las” novamente nos seus papéis tradicionais, explicitando sua condição de sexo “oprimido”, em diferentes graus. Evidenciamos a construção de um contrapoder que reflete a insubmissão e, como em outros momentos da vida, passa a orientar a atuação. Nesse sentido, os resultados positivos de alguns protestos como: enxergar o poder político de suas reivindicações, ganhar reconhecimento de pessoas de outros espaços etc., fizeram com que assumissem o desafio de franquear esses obstáculos.

A participação política revelava-se atrelada a eventos marcantes na própria trajetória de vida e com capacidade de reorientar esta última. Assim, nessa experiência de militância, muitas mulheres se desconstruíram e reconstruíram. Se eventos que atingiram o desenvolvimento da vida suscitaram a necessidade de percorrer itinerários, até então não explorados, essa experiência permitiu traçar e, também, recobrar projetos de vida, retomar antigos sonhos.

A “luta” era sacrificada, mas nela acharam outras na mesma situação e/ou se identificaram com suas demandas, não era um “problema individual”. Encontrar-se no protesto passou a refletir ter vencido o sistema “dentro de casa” e estar disposta a enfrentá-lo, coletivamente, “fora de casa”. Paradoxalmente, essa luta levou-as a renegociar sua situação “dentro de casa”. O engajamento vai sendo discutido, não sem conflito, como algo importante para a vida da mãe, da esposa, da sogra. Assim, o espaço do lar passa a ser também território da política. Às vezes, foi possível estabelecer redes de solidariedade de gênero e de geração no espaço familiar, outras vezes, não.

A maioria reconheceu não ter uma experiência prévia de militância. Assim, encontramos dando seus “primeiros passos” nesse itinerário várias gerações, como mulheres de sessenta anos, jovens de menos de vinte e uma menina de cinco, nos braços dos pais.

Esse contexto de protesto possibilitou, também, que outras demandas de reconhecimento fossem “politizadas”, sem estar, necessariamente, relacionadas com as políticas neoliberais, senão com a procura de cidadania política que estas negam. Assim, outras formas de invisibilidade social puderam ser expressas como as de gênero, como

as de pertencimento étnico-racial, evidenciando algumas raízes históricas da situação atual.

Com sua participação, as mulheres abriram o leque das formas de intervenção e canalização de demandas no espaço público e perante as instituições e poder do Estado, que sempre tiveram a tônica dada por performances públicas masculinas. Dessa maneira, era difícil, às vezes, enxergar essas novas práticas como ações políticas, em virtude de serem realizadas por sujeitos “alheios” a esse território, “outsiders”, não legitimados, não reconhecidos, e que, muitas vezes, não se reconheciam a si próprio como sujeitos políticos: “de política eu não sei nada”, “recém estou aprendendo”. De fato, foi na práxis que aprenderam, com mulheres que lutavam há muito tempo, e criando suas próprias formas de expressar a luta.

O protesto desterritorializou-se, mas como as mulheres passavam a ocupar esse cenário? Diante da violência, elaboraram seus próprios dispositivos de segurança que, às vezes, valiam-se dos estereótipos de gênero e, às vezes, não. Entre elas também se protegeram; a solidariedade e a reciprocidade passaram a ser valores compartilhados por muitas, na luta e fora dela. Cabe salientar que as mulheres alimentam cotidianamente redes familiares, de amizade, sociais, do bairro etc., e, precisamente, nessas redes radica um dos principais recursos capitalizáveis para a ação política. Assim, o espaço privado e o público se nutrem mutuamente.

A mídia, como a elaboração do mural de Graciela explicitou, tinha uma clara tendência: apagá-las da cena pública (ISOARDI, 2004). Contudo, perceberam que a presença de jornalistas as protegia da violência. Assim, começaram a explorar as situações para serem enxergadas, para tornar públicas suas reivindicações, capitalizando essa relação.

O desenvolvimento de um itinerário de participação política fez com que algumas tivessem que voltar a usar o “próprio nome” e que outras o recuperassem. Todas puseram o corpo e muitas “o corpo e a cara”, revelando as “fachadas” de uma democracia que não as inclui em instituições, associações, partidos políticos e movimentos sociais. Algumas utilizaram os mecanismos da democracia para evidenciar essa exclusão, outras os mecanismos da lei para mudar a situação, e algumas utilizaram diversas formas de resistência como: brincadeiras a respeito, ironias e indiretas que, por enquanto, lhes permitem lidar no cotidiano com o tratamento desigual.

Nesse sentido, é possível observar que, muitas vezes, a atuação das mulheres surge a partir de papéis de gênero tradicionais, inclusive os mesmos estereótipos de

gênero, como armas ao seu favor. Portanto, é preciso saber ler nas entrelinhas para perceber as incongruências, as alterações nesse roteiro, as práticas que dão novas formas e sentidos a características “essenciais” desses papéis. Analisar esses processos de resistência permite compreender a eclosão de uma luta como parte dos mesmos e não apenas uma reação espasmódica.

Diversos estudos apontam para a centralidade da dimensão experiencial do protesto, quer dizer, “o modo em que as pessoas vivem e sentem a luta coletiva é crucial para compreender em que consiste um protesto ou um movimento social” (AUYERO, 2004, p.281). Isso é mais relevante ainda ao considerar a vivência de pessoas que foram historicamente excluídas e invisibilizadas da política. Como elas vivenciam esse fazer?

Hannah Arendt identifica que é possível que na política entrem outras experiências que possibilitem ver que esse agir, considerado “mero jogo de poder e interesses”, é divertido. Também, que dela decorra a “felicidade pública”, abrindo novas dimensões da experiência humana e motivando-as a empreender novos desafios. As trajetórias apresentadas também expõem como central nessa vivência o fato de encontrar espaços de sociabilidade, principalmente, femininos e, às vezes, feministas como o *Encuentro Nacional de Mujeres*; sentir-se úteis; ser reconhecidas, geralmente, primeiro “fora” e, às vezes, dentro de casa.

As mulheres passam a se enxergar no protesto, nas outras e em si mesmas. Disso decorre um caminho ao empoderamento que várias começam a construir com avanços e recuos de diferentes formas: organizando associações, estudando, apropriando-se de mecanismos que deram certo etc. Assim, definem novos processos de subjetivação. Outrossim, há momentos de não reconhecimento da importância da própria participação, quer seja no movimento, quer seja no trabalho. Este olhar para si mesmas reflete os padrões de gênero dominantes, segundo os quais, a luta e os embates cabem aos homens e não às mulheres. Contudo, também é evidente o esforço que fazem para se apropriar da experiência de luta no marco desses esquemas dominantes, pois carecem de imagens para se reconhecer como sujeitos políticos, para apreender a própria experiência de luta; em razão disso, às vezes, sentem que a vida lhes passa como um filme. Neste ponto, o trabalho com a transmissão das experiências, a “herança da luta” é essencial, como ferramenta de reconstrução da identidade, para si mesmas, para as novas gerações e para a construção da História.

Numa trama maior é intrincado acompanhar o caminho de um fio, pois: às vezes ele se sobressai, às vezes parece desaparecer, às vezes, some diretamente, às vezes,

apenas foi apagado pela proximidade de outros fios de cores mais acentuados, na urdidura mesma. Essas situações também acontecem com estas mulheres nas diferentes dimensões de suas trajetórias de vida. É possível que o itinerário de participação política se interrompa, mas há também continuidades, reformulações uma vez que aprenderam a construir uma dialética dos itinerários de vida. Nesse ponto é que elas começam a tecer a política. Assim, suas trajetórias se revelam como fios de uma urdidura que, às vezes, se perdem e que, aos poucos, vamos reencontrando. Os próprios ciclos dos movimentos podem dificultar a apreciação das continuidades da militância ou as novas inserções das mulheres na esfera pública, como parte da sociedade civil e, também, na política partidária. O estudo de trajetórias permitiria identificar avanços na situação das mulheres, como processos mais amplos, frutos das lutas de lideranças, mas também das outras mulheres, anônimas, não contempladas pela história oficial.

Assim, no panorama oferecido pelo mural há muitos detalhes que se podem colher para orientar-se nesse labirinto da política, cada vez menos temido, pouco a pouco mais conhecido.

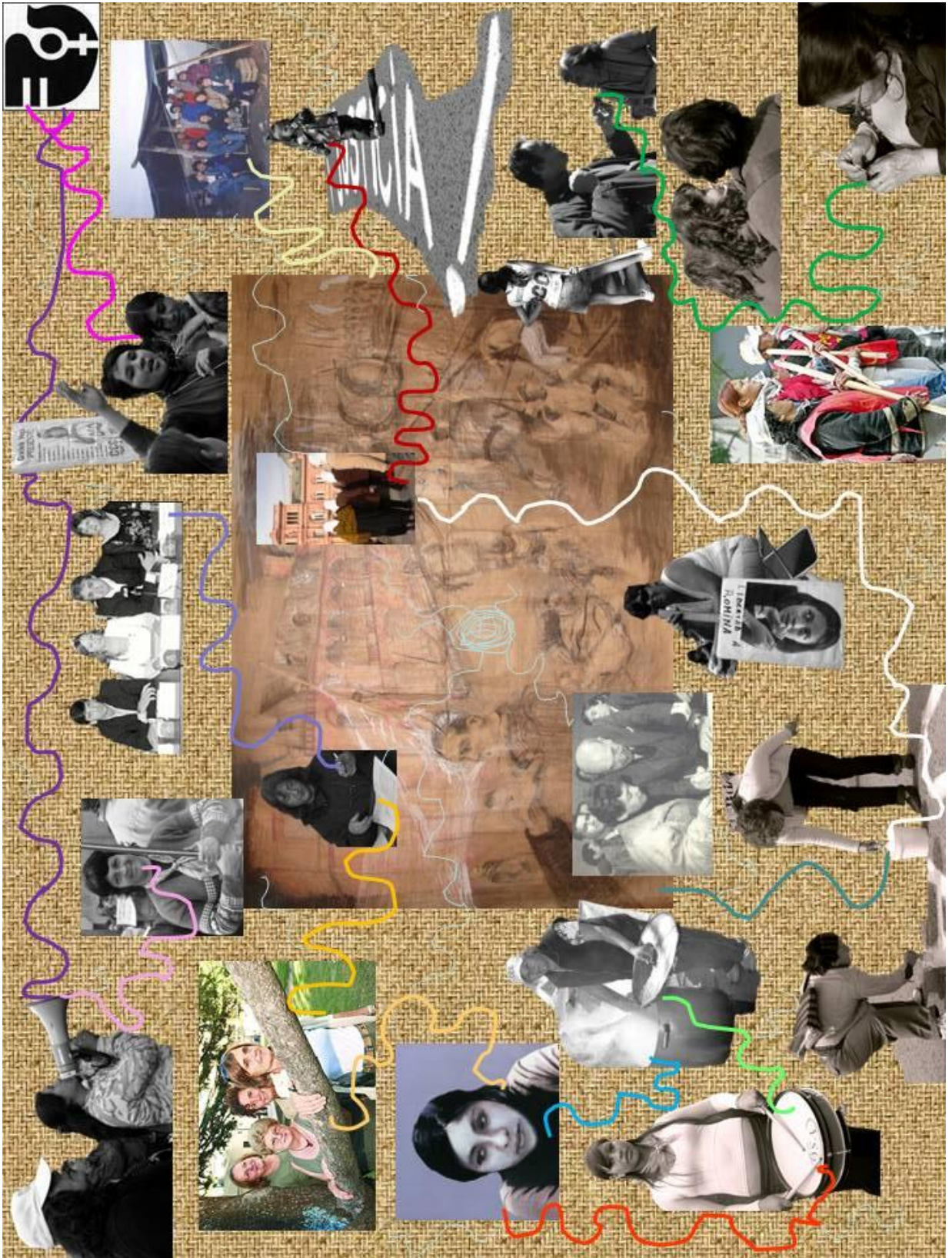


Figura V. Fios de Ariadne.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, Mônica; MENASCHE, Renata; ASSUNÇÃO, Viviane K. de. Proposta para o Simpósio Temático “Comida e Gênero”. In: FAZENDO GÊNERO, VIII, 2008, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st06.html>> Acesso em: 20 ago. 2008.
- ACUÑA, Ana María; PETRANTONIO, Marcela. La conducta innovativa en la industria de galletitas en Argentina. In: REUNIÓN ANUAL DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA AGRARIA, 2002, Balcarce (Bs As). Disponível em: <<http://www.inta.gov.ar/balcarce/info/documentos/econo/indus/acunia.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANDRIOLLI, Carmem. Etnografando o trabalho Numa fazenda cafeeira: O diálogo com as narrativas biográficas. Campinas: 2008, texto mimeo, 15p.
- ANDÚJAR, Andrea. “De la ruta no nos vamos”: las mujeres piqueteras (1996-2001). In: Jornadas Interescuelas, X, 2005, Rosario (texto mimeo). Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos31/mujeres-piqueteras-no-abandonan-rutas/mujeres-piqueteras-no-abandonan-rutas.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta de babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 122-149.
- ARAÚJO, Clara. Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes, in: **BIB**, São Paulo, N° 52, 2001, p. 45-77.
- ARENDDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p.172-201.
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Buenos Aires: AMPM, 1999.

- AUYERO, Javier. **Vidas Beligerantes**. Dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- AYERBE, Luis. **Neoliberalismo e política externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente**. São Paulo: UNESP, 1998.
- BARGAGLIONE, Gabriela et al. **Femicidios e impunidad**. Buenos Aires: Centro de Encuentros Cultura y Mujer (Cecym), 2005.
- BARRANCOS, Dora. Transición democrática y traspié neoliberal. Avances (y algunos retrocesos) de los derechos femeninos. In: BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina**. Una historia de cinco siglos. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 269-326.
- BASUALDO, Eduardo. La crisis actual en Argentina: entre la dolarización, la devaluación y la redistribución del ingreso. **Chiapas**, N° 13, México D.F., 2002, p. 7-41.
- BATTAGLIOLA, Françoise; BERTAUX-WIAME, Isabelle; FERRAND, Michelle; IMBERT, Françoise. **Dire sa vie: entre travail et famille**. La construction sociale des trajectoires. Paris: CSU, 1991.
- BECCARIA, Luis. Cambios en la estructura distributiva 1975-1990. In: MINUJÍN, Alberto (org.). **Cuesta Abajo**. Los nuevos pobres: efectos de La crisis em La sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/Losada, 1992, p.93-116.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BELVEDERE, Carlos et al. Argentina: sinopse da situação. In: VAN DIJK, Teun A. (org.) **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 25-71.
- BENDINI, Mónica; BONACCORSI, Nélica. **Con las manos puras**. Mujer y trabajo en regiones frutícolas de exportación. Buenos Aires: La Colmena, 1998.
- BENDINI, Mónica; PESCIO, Cristina. Entre manzanas y peras: una historia de vida. In BENDINI, Mónica; BONACCORSI, Nélica. **Con las manos puras**. Mujer y trabajo en regiones frutícolas de exportación. Buenos Aires: La Colmena, 1998, p. 31-50.
- BENDINI, Mónica; TSAKOUMAGKOS, Pedro. Región agroexportadora, complejo alimentario y producción familiar: controles y resistencias. In: BENDINI, Mónica;

- STEIMBREGER, Norma. **Territorialización y organización social de la agricultura**. Buenos Aires, La Colmena, 2003, p. 41-57.
- BERGMAN, Marcelo; SZURMUK, Mónica. Memoria, cuerpo y silencio: El caso “María Soledad” y la demanda de ciudadanía en la Argentina de los noventa. **Acta Poética** 27 (2), otoño, 2006. Disponível em: <<http://132.248.101.214/html-docs/acta-poetica/27-2/bermszur.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2009.
- BIDASECA, Karina. Un estudio comparativo acerca de las luchas de las mujeres rurales en Argentina y Brasil desde la perspectiva de género. In: PRIMERAS JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES IIGG, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2001. **Anais**. Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/iade/Dossiers/movi/articulos/mujeres.html>>. Acesso em: 05 fev. 2007.
- _____ ; MARIOTTI, Daniela. Viejos e nuevos actores en la protesta rural en la Argentina. Una reflexión desde la cuestión de género. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, N°5, jan/jun 2001, p. 148-189.
- BOGADO, Adriana. Dimensões da prática na participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina contemporânea. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlandia (MG), Vol. 19, N°1, 2008, p.201-232.
- _____. **Assembléias de Bairro na Argentina: criando espaços de ação política para reconstruir o tecido social**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- _____. “Movimiento de Mujeres en Lucha” na Argentina: memoria, solidariedade e luta pela terra. In: cdrom da JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, III, 2007, Unicamp (Campinas/SP). **Anais**. Campinas: FEAGRI, Unicamp, 2007.
- _____. Lugares de memória: enquadramento das memórias de famílias vinícolas no espaço público e práticas de resistência no espaço privado. In cdrom do Encontro Nacional de História Oral, IX, “Testemunhos e Conhecimento”, 2008, Unisinos (São Leopoldo/RS). **Anais**. São Leopoldo: Unisinos & ABHO, 2008.
- _____. Mulheres em movimento. São Carlos: Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2009. Exposição 12 de fotografias em branco e preto.

- BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1):360, janeiro-abril/2004, p.289-302.
- BORGES, Jorge Luis. Biografía de Tadeo Isidoro Cruz (1829-1874). In: BORGES, Jorge Luis. **El Aleph**. Barcelona: Alianza Editorial, 1998, p. 62-67.
- _____. Historia del guerrero y la cautiva. In: BORGES, Jorge Luis. **El Aleph**. Barcelona: Alianza Editorial, 1998, p. 55-61.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- _____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Escrito com o olho –anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e idéias. In: MARTINS, José de S.; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia C. **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005, p. 157-183.
- BRIEGER, Pedro. Lês assemblées des voisins, une expérience inédite dans la politique. In: QUATTROCHI-WOISSON, Diana (dir.). **Argentine, enjeux et racines d'une société em crise**. Paris: Tiempo Ed/Editions Du Félin, 2003.
- BRUMER, Anita; ANJOS, G. Mulheres em assentamentos: o que se pode esperar de sua mobilização e da ação das agências governamentais na mudança das relações de gênero? In: III JORNADAS DE ESTUDOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS, 2007, Campinas. CD III Jornada de Estudos em Assentamentos rurais 2007. Campinas: FEAGRI-UNICAMP, 2007.
- BURGOS, Elizabeth. **Meu nome é Rigoberta Menchú**. E assim nasceu minha consciência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira.
- CALDEIRA, Teresa P. D. R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34/ Edusp, 2000.

- CALDERÓN, Fernando & JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina. **RBCS**, N° 5, vol. 2, outubro/1987, p. 67-85.
- CALVEIRO, Pilar. Los usos políticos de la memoria. In: CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.359-382.
- CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados em la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.297-330.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. A utilização de relatos orais na reconstrução histórico-sociológica de mulheres e famílias. São Paulo: texto mimeo, s/d.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATELA, Ludmila. **Situação-limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecido da Argentina**. São Paulo: HUCITEC e ANPOCS, 2001.
- _____ “Nos vemos en el piquete” Protestas, violencia y memoria en el Noroeste Argentino. In: GRIMSON, Alejandro (Comp.) **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- CAZARIN, Ercília Ana. O silenciamento do “eu”, de “o Lula” e do “Presidente Lula”. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v.32, n.52, p.16-27, 2007.
- CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS. “Bases de la política econômica del gobierno militar chileno”. Santiago de Chile, 1992. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_794_inicio.html>. Acesso em: 28 jan. 2009.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.215-218.
- CHERFEM, Carolina O.; MONTRONE, Aída Vitória G. As vozes das mulheres marceneiras da madeirarte: gênero e trabalho na perspectiva da Economia Solidária. In: FAZENDO GÊNERO, VIII, 2008, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st13.html>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

- COMISIÓN INTERNA TERRABUSI-KRAFT. Comunicado de prensa. Disponível em: <<http://www.agenciawalsh.org/index.php/a/2007/07/24/p1263>>. Acesso em 10 mar. 2009.
- COPAL. Anuario de la industria de alimentos y bebidas. Disponível em: <http://www.copal.com.ar/anuario/alimentos/pdfs/052-05_Kraft_food.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2009, p. 52-53
- CORRIENTE CLASISTA COMBATIVA (CCC). Disponível em: <<http://www.cccargentina.org.ar/>>. Acesso em: 28 set. 2005.
- CORGONZINHO, Batistina Maria de S. A participação das mulheres nas greves dos ferroviários. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA ORAL, XV, Los diálogos de la historia oral con el tiempo presente, 2008, Universidad de Guadalajara (Guadalajara-México). Texto mimeo.
- COSTA, Laura Malosetti. Mujeres en la frontera. In: LOZANO, Fernanda G., PITA, Valeria S., INI, María G. (dir.) **Historia de las mujeres en la Argentina**. Colonia y siglo XIX. Buenos Aires: Taurus, 2000, Tomo I, p. 86-109.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.
- D'ANTONIO, Débora. Representaciones de género en la huelga de la construcción. Buenos Aires, 1935-1936. In: LOZANO, Fernanda G., PITA, Valeria S., INI, María G. (dir.) **Historia de las mujeres en la Argentina**. Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000, Tomo II, p.244-265.
- DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2002.
- DE RIZ, Liliana. Militares y política en la sociedad argentina (1976-1978). In: PORTANTIERO, Juan et. al. **Proyectos de recambio y fuerzas internacionales en los 80**. México: Edicol, 1980.
- DIAZ, Edelmira; QUIROGA, María del Carmen. Situação da mulher rural na Argentina. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.20-45.

- DOIMO, Ana M. Movimento social: a crise de um conceito. In: DOIMO, Ana M. **A vez e a voz do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 37-50.
- DOWEK, Diana. **Un día en la vida de María Rosario una mujer trabajadora**. Rosario: Ministerio de Innovación y cultura, 2008.
- DUSSEL, Enrique. La ética. Conferência inaugural. In: XV AIEJI Congrès Mondial; III Estatal Congrès de l'educador social, Barcelona, 6 de junho de 2001, 15 p. (texto mimeo).
- ESPINOZA, Andrea. **Piqueteras: Construyendo el movimiento desde el anonimato**. Disponível em: <<http://www.sepiensa.cl/edicion/index.php?option=content&task=view&id=458&Itemid=40>>. Acesso em: 08 set. 2005
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 14, Nº 13, 2005, p.155-161.
- FEIJOÓ, María del Carmen. La trampa del afecto: mujer y democracia en Argentina. In: LEÓN, Magdalena (comp.). **Mujeres y Participación Política: Avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: TM Editores, 1994.
- FRASER, Nancy. **Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GALMARINI, Ana. El Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha (MML) de Argentina. In: CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, VII, 2006, Quito (Ecuador).
- GIARRACCA, Norma. El “Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha”: protesta agraria y género durante el último lustro en Argentina. In: GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 129-151.
- _____. La protesta agrorural en al Argentina. In: SEOANE, José (comp.). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003a, p. 195-208.
- _____. De las fincas y las casas a las rutas y las plazas: las protestas y las organizaciones sociales en la Argentina de los mundos “rurubanos”. Una

mirada desde América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, N° 10, jul/dez 2003b, p. 250-283.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOLDBERG, Marta. Las afroargentinas (1750-1880). In: LOZANO, Fernanda G., PITA, Valeria S., INI, María G. (dir.) **Historia de las mujeres en la Argentina**. Colonia y Siglo XIX. Buenos Aires: Taurus, 2000, Tomo I, p.66-85.

GUHA, Ranajit. La muerte de Chandra. **Sobre excesos y exabruptos**, N°12, Ano 2, Jul. 2003. Disponível em: <<http://www.vivilibros.com/excesos/12-a-04.htm>>. Acesso em 03 mar. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A editora, 11° edição, p.o: 1992.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p.21-44.

ISLA, César. **El Movimiento de Mujeres en Lucha y el plan de convertibilidad**. Lucha por la tierra y formulaciones para salir de la crisis. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2004.

ISOARDI, Maria. ¿Silenciosas o silenciadas? La invisibilidad de la mujer en el espacio público. In: FERNÁNDEZ, Marta (comp.). **La democracia y sus laberintos**. Buenos Aires: FCE, 2004.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista**: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 167 p. (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **La enunciación**: De la subjetividad en el lenguaje. Buenos Aires, Edicial, 1993.

- KLACHLO, Paula. Cutral Có y Plaza Huincul: el primer corte de ruta (del 20 al 26 de junio de 1996). Cronología e hipótesis. Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina. Disponible em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar>>. Acesso em: 11 mai. 2008.
- KOROL, Claudia. (comp.). **Piqueteros, cortando las rutas del petróleo:** sistematización de la experiencia de la Unión de Trabajadores Desocupados U.T.D. de Gral. Moscón. Buenos Aires: Asoc. Madres de Plaza de Mayo, 2005.
- LATTUADA, Mario. El Movimiento Mujeres Agropecuarias en Lucha. Evolución institucional y profesionalización de nuevos actores reivindicativos en el agro argentino. JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, II, Facultad de Ciencias Económicas da UBA (Buenos Aires). **Actas** de las II Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires, UBA, 2001.
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. **A transição da democracia:** A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOBATO, Mirta Z. Lenguaje laboral y de género en el trabajo industrial. Primera mitad del siglo XX. In: LOZANO, Fernanda G., PITA, Valeria S., INI, María G. (dir.) **Historia de las mujeres en la Argentina.** Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000, Tomo II, p.94-115.
- _____ & SURIANO, Juan. **La protesta social en la Argentina.** Buenos Aires, FCE, 2003.
- LOZANO, Fernanda G., PITA, Valeria S., INI, María G. (dir.) **Historia de las mujeres en la Argentina.** Colonia y Siglo XIX. Introducción. Buenos Aires: Taurus, 2000, Tomo I, p.7-22.
- MARTINS, José de Souza. A captura do Outro. O rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Fronteira.** A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997, p.25-77.
- _____; ECKERT, Corneli; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais.** Bauru, SP: Edusc, 2005.
- MASSETTI, Astor. **Piqueteros. Protesta social e identidad colectiva.** Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.
- MASSON, Laura. **La política en femenino.** Género y poder en la provincia de Buenos Aires. Buenos Aires: Antropología, 2004.

- _____. **Feministas en todas partes.** Uma etnografia de espacios y narrativas feministas em Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento, Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. **Novos Estudos CEBRAP**, N°40, 1994, p.152-166.
- MENEZES, Marilda. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, vol.21, n°1, jan./jun. 2002, p. 32-44.
- MICELI, Sérgio. Introdução: A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007, p VII-LXI.
- MINUJÍN, Alberto (org.). **Cuesta Abajo.** Los nuevos pobres: efectos de La crisis em La sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/Losada, 1992.
- MOVIMIENTO DE MUJERES EN LUCHA. **MML.** Rosario, N° 4, Fevereiro, 2001.
- _____. **MML.** Rosario, Edição especial Décimo Aniversário, Julio 2005.
- _____. **Nota a la Legislatura.** 16 de abril de 2007.
- NEVES, Lucilia de Almeida. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. **História Oral**, São Paulo, N°6, jun.2003, p. 9-25.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, 1993, p. 7-28.
- O AVANÇO DOS DIREITOS HUMANOS E A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO. Disponível em: <<http://www.isis.cl/temas/vi/activismo/Portugues/feminicidioPORT.pdf>>. Acesso em 12 jan 2010.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Processos educativos em trabalhos desenvolvidos entre comunidades:** perspectivas de diálogo entre saberes e sujeitos. São Carlos: UFSCar, 2004.
- PALOMINO, Hector & TRAJTEMBERG, David. Una nueva dinámica de las relaciones laborales y la negociación colectiva en la Argentina. **Revista de Trabajo**, Buenos Aires, Año 2, N°3, jul/dez 2006, p.47-68.

- PANTANELLI, Andrea. Análisis de cadena para el sector productos panificados. Dirección de Industria Alimentaria de la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos (S.A.G.P. y A), 2003. Disponível em: <<http://www.alimentosargentinos.gov.ar/0-3/farina/Galletitas03/Galletitas.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2009.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, Nº 10, 1992, p. 200-215.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, Nº 22, jun. 2001, p. 9-36.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. **Pensamento crítico e movimentos sociais**. Diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.
- RAJCHENBERG, Enrique. La rebelión de la memoria. Entrevista con Mauricio Fernández Picolo. **Chiapas**, México D.F., Nº13, 2002, p.75-86.
- RAVERA, Rosa María. María Rosario y sus días. In: DOWEK, Diana. **Un día en la vida de María Rosario una mujer trabajadora**. Rosario: Ministerio de Innovación y cultura, 2008, p.5-6.
- ROCCHI, Fernando. Concentración de capital, concentración de mujeres. Industria y trabajo femenino en Buenos Aires, 1890-1930. In: LOZANO, Fernanda G., PITA, Valeria S., INI, María G. (dir.) **Historia de las mujeres en la Argentina**. Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000, Tomo II, p.222-243.
- RODRÍGUEZ, Leandro. Dictadura, Neoliberalismo y Democracia. In: JORNADAS DE JOVENS PESQUISADORES DA AUGM, XII, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR & AUGM, 2004.
- ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. Buenos Aires: Huemul, 1987.
- ROSENMAN, Marcos R. Neoliberalismo. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos E. (coord.). **Latinoamericana**. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 848-854.

- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1984.
- _____. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, N° 1, p.109-130, jan./abr. 2006.
- SCOTT, James. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, N° 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, N° 16, fev. 1998, p. 297-325.
- SILVA, Douglas Verrangia Corrêa da. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos**. São Carlos: UFSCar, 2009. 322f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras... Redesenhando as grotas e veredas. **Projeto História**, São Paulo, N°16, fev. 1998.
- _____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, N° 49, jul/dez 2006, p. 35-65.
- _____. As venturas e aventuras do ofício da sociologia rural no Brasil contemporâneo. Narrativa de uma experiência. **QUARTAS SOCIOLOGICAS**, 1º Palestra, 23 de março de 2008, PPGS/UFSCar, São Carlos.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von ; LEITE, M. L. M. . Imagem e Linguagem: reflexões de pesquisa. In: Alice Beatriz da S. G. Lang. (Org.). Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica. **C.E.R.U.**, São Paulo, Coleção Textos 3, série II, n. 31992, v. 3, p. 117-140.

- SÓFOCLES. Antígona. In: **A trilogia tebana**. Édipo Rei; Édipo em Colono; Antígona. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.195-253.
- STRAUSS, A. L. **Espelhos e máscaras**. A busca de identidade. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.
- SUTTON, Bárbara. Poner el Cuerpo: Women's Embodiment and Political Resistance in Argentina. **Latin American Politics and Society**, Fall 2007. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_qa4000/is_200710/ai_n21033375/print>. Acesso em: 10 mai. 2008.
- SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio**: La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires, Biblos, 2004.
- THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- _____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue**. Campinas: Unicamp, 1989.
- _____. **Poderemos viver juntos?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?, In: **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- UNIÓN DE MUJERES DE LA ARGENTINA. 1912 Grito de Alcorta. Departamento Agrario, Rosario, junho 1982.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- VILANOVA, Mercedes. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. **História Oral**, N° 1, 1998, p. 31-42.
- _____. Rememoración y Fuentes orales. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto (comps.) **Historia, memoria y Fuentes orales**. Buenos Aires: CeDinCI Editores, 2006, p. 91-110.
- WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max. **Sociologia**. N°13, São Paulo: Ática, 1979.
- WHYTE, William Foote. **Sociedade da esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Artigos de jornais

- ÁLVAREZ, Agustín. Dueños de la tierra. Entrevista a Eduardo Azcuay Ameghino. **El País**, 23 de março de 2008.
- AYALA, Pablo. 1996 - 18 de Junio – 2006: A 10 años de la Muerte de Norma Plá. Investigaciones Rodolfo Walsh, Agencia de Noticias Cadena Latinoamericana, 18 junho de 2006. Disponível em: <<http://www.rodolfowalsh.org/spip.php?article2012>>. Acesso em: 11 jan 2010.
- AZCUY AMEGHINO, ¿Qué campo queremos? Disponível em: <<http://mx.groups.yahoo.com/group/alaru2002/message/304>>. Acesso em: 30 abr. 2008.
- CAMPOS, Gerardo. Terrabusi: paro histórico de efectivos y contratados contra los despidos. **La Verdad Obrera**, N°237, 7 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.pts.org.ar/spip.php?article7173>>. Acesso em: 14 abr. 2009.
- CAMPS, Sibila. La violencia machista mata en el país a una mujer cada dos días. **Clarín**, 08 mar. 2008. Sociedade. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2008/03/08/sociedad/s-05015.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2009.
- CANZIAN, Fernando. Verba de Kirchner dissolve ‘piqueteiros’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 out. 2007. Mundo, p. A15.
- CARABAJAL, Mariana. La batalla de Laura. Buenos Aires, **Página 12**, 31 mar. 2002.
- CLARIN. Investigarán a un ex policía por la muerte de su novia. 16 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2008/02/16/policiales/g-06301.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- DANDAN, Alejandra. El día que cambió la vida. **Página 12**, El país, 24 mar. 2008. Disponível em: <www.pagina12.com.ar>.
- DÁVILA, José Luís. La pueblada del '96 no terminó nunca. **Gira gira sol**, Plottier (Neuquén/Arg), N°161, dez. 2006.
- DILLON, Marta. Noche de brujas feministas. **Página 12**, Buenos Aires, 17 ago. 2003. Sociedade, p.19.
- FEDYSZAK, María Sol. Un viaje al origen. **Página 12**, disponível em <www.pagina12.com.ar>. Acesso em: 03 ago. 2007.
- GUIMARÃES, Thiago. Por fora das estatísticas, pobreza e desemprego crescem na Argentina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mai. 2009. Dinheiro, B5.
- MONJE, Carolina. Mujeres de pie para defender su tierra. **El Ciudadano**, Rosario, 14 de setembro de 1999. La Cazadora, p.1-2.

- MONTENEGRO, Raúl. El genocidio indígena continúa. **La Voz del Interior**, Rosario, Sección Opinión, p. 13A. Disponible em: <<http://www.funam.org.ar/>>. Acceso em: 10 abr. 2008.
- PADILLA, Laura; DÁVILA, José Luís. El día que el pueblo rugió en Cutral-có. **Gira gira sol**, Plottier (Neuquén/Arg), N°158, septiembre 2006.
- REBOSSIO, Alejandro. El complejo mapa rural argentino. El País.com, disponible em <<http://www.elpais.com>>. Acceso em: 30 abr. 2008.
- SIMEONI, Alicia. "No tenemos que ver con pools de siembra ni con la Sociedad Rural". Página 12, Rosario, 30 de mar. 2008, Rosario12. Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/suplementos/rosario/10-12938-2008-03-30.html>>. Acceso em: 27 jun. 2009.
- SOTO, Moira. Crónica de una líder obrera entre galletitas. **Página 12**, Buenos Aires, 28 mar. 2008, Las 12. Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-4003-2008-03-28.html>>. Acceso em: 26 jan. 2009.
- STRINGARO, Leonardo. La hora de las mujeres en el campo. **La Capital**. Disponible em: <http://www.lacapital.com.ar/2001/01/03/articulo_172.html>. Acceso em: 30 mai. 2007.
- YAPPERT, Susana. Historia de vida. **Diario Río Negro**. Disponible em: <http://www.rionegro.com.ar/suple_rural/06-04-01/nota4.php>. Acceso em: 10 mai. 2007.
- _____. Mujeres en Lucha. **Artemisa noticias**. Disponible em: <<http://www.artemisanoticias.com.ar/site/notas.asp?id=13&idnota=3126>>. Acceso em: 02 mai. 2007.
- _____. El drama del agua. **Diario Río Negro**. Disponible em: <<http://www.fruticulturasur.com>>. Acceso em: 02 mai. 2007.
- VIAU, Susana. Vida clasista y combativa. Nina Peloso, pareja de Raul Castells y militante argentina. **Página 12**, Buenos Aires, 2 jun. 2002.
- ZAIAT, Alfredo. Conflicto vital. **Página 12**, Buenos Aires, 26 mai. 2007(a). Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-85532-2007-05-26.html>>. Acceso em 10 mar. 2009.
- _____. La fuga. **Página 12**, Buenos Aires, 27 out. 2007(b). Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-93598-2007-10-27.html>>. Acceso em: 10 mar. 2009.

Filmografía

LOS GRITOS DEL SILENCIO. Norma Fernández. Argentina: 2004, DVD, cor, 63 min.

LA DIGNIDAD DE LOS NADIES. Fernando Pino solanas. Argentina, Brasil, Suiza: 2005, DVD, cor, 120 min.

Sites

<http://infokioscos.com.ar>

<http://www.laautenticadefensa.com.ar>

<http://www.elgarinense.blogspot.com/>

<http://www.pcr.org.ar>